

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política
Pós-Graduação em Ciência Política



UFMG

Audrey Karoline Marques Dias

**O ANTIPARTIDARISMO E SEUS DETERMINANTES NA AMÉRICA
LATINA EM 2012**

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2019

Audrey Karoline Marques Dias

**O ANTIPARTIDARISMO E SEUS DETERMINANTES NA AMÉRICA
LATINA EM 2012**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Ciência Política.

Linha: Comportamento Político e Opinião Pública

Orientador: Prof^o. Dr^o. Mario Fuks

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2019

Aos meus pais,

Edmundo Marques Dias e Noêmia Rocio Marques Dias

Agradecimentos

Nunca dei muita atenção a esta parte dos trabalhos, sempre foram as páginas que pulava até chegar ao conteúdo que “realmente” importa. Depois de quatro anos, vejo mais do que nunca, a importância destas páginas. É aqui que a gente registra o *nosso* conteúdo, quem a gente é, e quem de alguma maneira contribuiu — ainda que sem saber —, da escrita de todas as páginas que “realmente” importam.

O meu primeiro e grande agradecimento vai aos meus pais — que talvez fiquem encabulados por eu dar a eles esse destaque, eles são assim, acreditam que os outros merecem sempre mais “agradecimentos” do que eles. Definitivamente, sem vocês, não estaria em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais e em um programa conceituado de Ciência Política. Todo o esforço sobre-humano de vocês me trouxe até aqui, muito obrigada senhor Edmundo e dona Noêmia. Agradeço ainda a minha enorme família, minhas irmãs Edna, Márcia e, em especial, Rose — pela leitura atenta desta tese —, ao meu irmão Júlio, meus cunhados e meus dez sobrinhos(!), principalmente a Maria Júlia, pelo companheirismo e pelo colo nas horas que precisei.

Ao meu companheiro de vida, Breno, pela paciência, cuidado e por ter açucarado a minha vida. Sem você essas páginas teriam ido com mais virgulas do que deviam. Muito obrigada, meu bem!

Também agradeço a duas mulheres incríveis que o doutorado me permitiu conhecer: a mineira da risada mais gostosa do mundo — eu juro! —, e sua família, que me acolheram com todo carinho. Belo Horizonte se tornou mais colorida por sua causa, Tábata. Obrigada pela amizade e companheirismo, e por segurar a minha mão nos momentos difíceis, sem você eu não teria sobrevivido a FAFICH. A segunda venceu minha eterna cara de brava, é uma das pessoas mais gentis e solícitas que conheço, minha alagoana favorita, Suzana. Obrigada pelos passeios, pelo carinho, e sobretudo, pela amizade tranquila!

Agradeço ao melhor grupo de pesquisa desta universidade, o Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP). Vocês foram muito generosos comigo, em leituras e apoio: Jaqueline Hansen, Sabrina Almeida, Matheus Ferreira e Pedro Marques; em especial, Mariela Campos, Tábata Moreira e Eduardo Tamaki, meus parceiros de interlocução.

Meu agradecimento especial vai aos meus dois orientadores, Mario Fuks e Ednaldo Ribeiro. Obrigada pela paciência e pelos comentários valiosos. Vocês moldaram minha experiência acadêmica.

Agradeço ainda ao professor Carlos Ranulfo de Melo e Julian Borba, pelas contribuições, sugestões e conselhos a cada fase do trabalho.

Obrigada ao Prof. Bruno Reis por aceitar participar da Banca de defesa e contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho.

Por fim, agradeço à CAPES pelo financiamento do doutorado, e espero que, em um futuro próximo, você volte a sua glória!

Nenhuma das próximas páginas teriam saído sem vocês!

*These days, politics is about what you hate as
much as what you like”¹*
(Petulla, 2018)

¹ Tradução livre: “Hoje em dia, a política é mais sobre o que você odeia tanto quanto o que você gosta”.

Resumo

Esta tese trata de um fenômeno pouco estudado na América Latina: o desenvolvimento do antipartidarismo entre os eleitores. Busca-se entender em quais contextos e entre qual tipo de eleitor esse fenômeno tem mais chances de se desenvolver. A partir de regressões logísticas multiníveis, testamos as seguintes hipóteses sobre os possíveis determinantes do fenômeno: a) baixa modernização; b) baixo desempenho econômico; c) sistema partidário complexo; d) sistema partidário com graus extremos de polarização partidária; e) sistema partidário fracamente institucionalizado; f) sistema eleitoral que fomente o ingresso de *outsiders*; e g) baixo legado democrático. Além disso, testamos se atitudes antipartidárias estariam relacionadas à síndrome da desafeição política. Nos baseando em dados do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) para 18 países em 2012, encontramos que o antipartidarismo *per se* depende de um sistema partidário complexo; fracamente institucionalizado; de eleitores com dificuldade em identificar as diferenças entre os partidos políticos; e de eleitores antidemocráticos e desafeitados politicamente. Os resultados desafiam a visão da literatura que o antipartidarismo depende sobretudo da existência de um fraco desempenho e desenvolvimento econômico da nação. Esperamos contribuir com uma sistematização do conceito e o desenvolvimento de uma medida coerente de antipartidarismo, bem como o entendimento da origem desse fenômeno nas democracias latino-americanas.

Palavras-chave: Antipartidarismo; Rejeição aos partidos políticos; Partidos Políticos.

Abstract

This thesis deals with a phenomenon little studied in Latin America: the development of anti-partyism among voters. We seek to understand in which contexts and between which type of voter this phenomenon is most likely to develop. From multilevel logistic regressions, we tested the following hypotheses about the possible determinants of the phenomenon: a) low modernization; b) poor economic performance; c) complex party system; d) party system with extreme degrees of party polarization; e) weakly institutionalized party system; f) electoral system that encourages the entry of outsiders; and g) low democratic legacy. In addition, we tested whether anti-party attitudes were related to political disaffection syndrome. Drawing on data from the Latin American Public Opinion Project (LAPOP) for 18 countries in 2012, we find that antipartisanship *per se* depends on a complex party system; weakly institutionalized; when voters have difficulty identifying differences between political parties; and of undemocratic and politically disaffected voters. The results challenge the literature view that anti-partyism depends above all on the nation's poor performance and economic development. We hope to contribute to a systematization of the concept and the development of a coherent measure of anti-partyism, as well as an understanding of the origin of this phenomenon in Latin American democracies.

Keywords: Antipartisanship; Rejection of political parties; Political parties

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01.	Média por ano da evolução da confiança nos partidos políticos na América Latina entre 1997 a 2013 (%)	41
FIGURA 02.	Evolução da desconfiança nos partidos políticos, por país, em 2000, 2006 e 2013 (%)	42
FIGURA 03.	Média por ano da evolução da legitimidade dos partidos políticos na América Latina entre 1997 a 2013 (%)	43
FIGURA 04.	Evolução da deslegitimidade dos partidos políticos por país em 2000, 2006 e 2013 (%)	44
FIGURA 05.	Evolução do partidarismo na América Latina entre 2006 e 2013 (%)	46
FIGURA 06.	Evolução do não-partidarismo na América Latina entre 2006 e 2013 (%)	48
FIGURA 07.	Evolução do antipartidarismo na América Latina entre 2006 e 2013 (%)	49
FIGURA 08.	Evolução dos Sentimentos por partidos políticos (ISPP) na América Latina entre 2006 e 2012 (%)	50
FIGURA 09.	Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos “mais jovens” na América Latina (2012)	95
FIGURA 10.	Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos analfabetos (2012)	97
FIGURA 11.	Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos nada interessado por política (2012)	100
FIGURA 12.	Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que manifestam baixa eficácia política subjetiva (2012)	100
FIGURA 13.	Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que avaliam a economia do país como péssima (2012)	103
FIGURA 14.	Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que percebem como comum a corrupção entre os funcionários públicos (2012)	105

FIGURA 15.	Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que possuem baixa eficácia externa (2012)	106
FIGURA 16.	Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que possuem extremismo ideológico (2012)	108
FIGURA 17.	Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que possuem baixa eficácia externa (2012)	108
FIGURA 18.	Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários <i>versus</i> crescimento do PIB per capita (anual em %) com a reta ajustada	164
FIGURA 19.	Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários <i>versus</i> média da taxa de desemprego nos últimos 10 anos com a reta ajustada	164
FIGURA 20.	Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários <i>versus</i> número efetivo de partidos políticos com a reta ajustada	165
FIGURA 21.	Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários <i>versus</i> polarização ideológica com a reta ajustada	165
FIGURA 22.	Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários <i>versus</i> <i>log</i> da média da idade dos partidos políticos com a reta ajustada	165
FIGURA 23.	Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários <i>versus</i> sistema eleitoral	166
FIGURA 24.	Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários <i>versus</i> possibilidade de candidatura avulsa com a reta ajustada	166
FIGURA 25.	Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários <i>versus</i> legado democrático com a reta ajustada	166

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01.	Espectro de orientações partidárias	19
QUADRO 02.	Funções dos partidos políticos, segundo níveis de análise	20
QUADRO 03.	Dimensões de sentimentos antipartidários	26
QUADRO 04.	Indicadores utilizados para mensurar sentimentos antipartidários <i>per se</i> nas massas	33
QUADRO 05.	Perfis dos Sentimentos por partidos políticos	37
QUADRO 06.	Dinâmicas da política antipartidária	59
QUADRO 07.	Resumo dos modelos teóricos explicativo do antipartidarismo nas democracias consolidadas e em desenvolvimento (macro)	65
QUADRO 08.	Resumo dos modelos teóricos explicativo do antipartidarismo nas democracias consolidadas e em desenvolvimento (micro)	74
QUADRO 09.	Modelo causal da desafeição (antipartidarismo)	84
QUADRO 10.	Modelo dos determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012	116
QUADRO 11.	Resumo da direção esperada das variáveis testadas	117
QUADRO 12.	Resumo da direção esperada das variáveis testadas e dos resultados encontrados	126

LISTA DE TABELAS

TABELA 01.	Média das proporções dos sentimentos por partidos políticos (%)	51
TABELA 02.	Informações descritivas sobre crescimento do PIB <i>per capita</i> , taxa média de desemprego nos últimos 10 anos, na América Latina em 2012	80
TABELA 03.	Informações descritivas sobre número efetivo de partidos políticos, polarização ideológica, <i>log</i> da média de idade dos partidos políticos na América Latina em 2012	86
TABELA 04.	Informações descritivas sobre tipo de sistema eleitoral no país e se há ou não permissão para candidaturas avulsas para América Latina	89
TABELA 05.	Informações descritivas sobre legado democrático na América Latina em 2012	91
TABELA 06.	Modelo nulo para o Antipartidarismo na América Latina em 2012	119
TABELA 07.	Determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012	123
TABELA 08.	Evolução da confiança e desconfiança nos partidos políticos (1997 – 2013) (%)	159
TABELA 09.	Evolução da legitimidade e deslegitimidade dos partidos políticos (1997 – 2013) (%)	160
TABELA 10.	Evolução do partidarismo na América Latina entre 2006-2012 (%)	162
TABELA 11.	Evolução do não-partidarismo na América Latina entre 2006-2012 (%)	162
TABELA 12.	Evolução do antipartidarismo na América Latina entre 2006-2012 (%)	163
TABELA 13.	Informações descritivas sobre faixa de idade e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)	167
TABELA 14.	Modelo de probabilidade linear da idade dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)	167
TABELA 15.	Informações descritivas sobre escolaridade e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)	168
TABELA 16.	Modelo de probabilidade linear da escolaridade dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)	168
TABELA 17.	Informações descritivas sobre interesse por política e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)	169

TABELA 18.	Modelo de probabilidade linear do desinteresse dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)	169
TABELA 19.	Informações descritivas sobre eficácia política subjetiva e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)	170
TABELA 20.	Modelo de probabilidade linear da eficácia política subjetiva dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)	170
TABELA 21.	Informações descritivas sobre avaliação da economia do país e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)	171
TABELA 22.	Modelo de probabilidade linear da avaliação da economia do país dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)	171
TABELA 23.	Informações descritivas sobre percepção da corrupção entre funcionários públicos e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)	172
TABELA 24.	Modelo de probabilidade linear da percepção da corrupção dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)	172
TABELA 25.	Informações descritivas sobre a percepção de eficácia política externa e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)	173
TABELA 26.	Modelo de probabilidade linear da eficácia política externa dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)	173
TABELA 27.	Informações descritivas sobre extremismo ideológico e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)	174
TABELA 28.	Modelo de probabilidade linear do extremismo ideológico dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)	174
TABELA 29.	Informações descritivas sobre preferência pela democracia e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)	175
TABELA 30.	Modelo de probabilidade linear da preferência por regimes autoritários, não partidários e antipartidários (2012)	175
TABELA 31.	Coefficientes de correlação para o nível individual de análise	177
TABELA 32.	Coefficientes de correlação para o nível país de análise	178
TABELA 33.	Outros modelos dos determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012	179
TABELA 34.	Determinantes sociodemográficos do antipartidarismo na América Latina em 2012	180

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1 O ANTIPARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA: CONCEITOS, MEDIDAS E EVOLUÇÃO	6
1.1. Delimitando um escopo: a relação entre partidos políticos e indivíduos para além da identificação partidária <i>positiva</i>	7
1.2 O antipartidarismo enquanto unidade analítica: revisões e definições	19
1.3 Do conceito a medida: medindo os sentimentos por partidos políticos e o antipartidarismo	29
1.4 Contexto e a evolução do antipartidarismo na América Latina (2006-2012)	38
2 CONDICIONANTES DO ANTIPARTIDARISMO	54
2.1. Teorias explicativas das atitudes antipartidárias	55
2.2. Os efeitos contextuais sobre as atitudes antipartidárias	76
2.3. Os efeitos individuais sobre as atitudes antipartidárias	92
3 ANTIPARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA EM 2012: RENDIMENTOS EMPIRICOS	110
3.1 Desenho de pesquisa, hipóteses e modelo estatístico	111
3.2 Determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012	118
3.3 Discussão	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A relação entre eleitores e partidos políticos na América Latina – o antipartidarismo como foco	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
APÊNDICE METODOLÓGICO	154
ANEXO	159
R-script	181

APRESENTAÇÃO

Desde a celebre frase de Schattschneider (1942, p. 01) de que “[o]s partidos políticos criaram a democracia e a democracia moderna é impensável salvo em termos de partidos”², e os “partidos são inevitáveis. Ninguém mostrou como o governo representativo poderia funcionar sem eles”³ (Bryce, 1921, *apud* Dalton & Wattenberg, 2002, p. 18), se entende a importância dessas instituições para o funcionamento das democracias, ao ponto de serem vistas como uma condição *sine qua non* para a organização da política democrática moderna e para a expressão do pluralismo político (van Biezen & Katz, 2005).

Entretanto, pesquisas recentes mostram que essas instituições estão perdendo relevância enquanto veículos de representação, instrumentos de mobilização, articulação e de agregação de interesse. Ao mesmo tempo, porém, outras análises concluem que elas mantiveram um controle mais ou menos exclusivo sobre o recrutamento de candidatos e da organização de parlamentos e governos (Bowler 2002; Strøm, 2002; Thies, 2002; Mair, 2003; van Biezen & Katz, 2005). Isso corresponde ao processo pelo qual os

[P]arties moved their centers of gravity from civil society to the state (Katz & Mair, 1995), they have also begun to shift from combining representative and governmental (procedural or institutional) roles to strengthening their governmental role alone⁴ (Mair, 2009, p. 05).

Apesar de evidências de um desalinhamento partidário em boa parte das democracias consolidadas — com o aumento da volatilidade eleitoral, baixos índices de preferência partidária, aumento de eleitores independentes e baixa confiança conferida às instituições representativas, que reforça a ideia de “crise” dos partidos políticos —, em sua maioria, as pesquisas continuam concentradas na importância, desenvolvimento e impacto das identidades

² Tradução livre de: “the political parties created democracy and modern democracy is unthinkable save in terms of the parties”.

³ Tradução livre de: “parties are inevitable. No one has shown how representative government could be worked without them”.

⁴ Tradução: “[os] partidos moveram seus centros de gravidade da sociedade civil para o estado (Katz & Mair, 1995), eles também começaram a mudar da combinação de papéis representativos e governamentais (processuais ou institucionais) para o fortalecimento do papel governamental”.

partidárias *positivas* sobre as democracias (Poguntke & Scarrow, 1996; Torcal, Montero & Gunther, 2002). Não negamos a relevância dessas análises, que aliás, tem um papel importante nesta tese, mas acreditamos que para se chegar a alguma conclusão sobre a crise representacional é preciso adereçar sua dimensão normativa (Poguntke, 1996), ou seja, é necessário se dedicar ao estudo daqueles que rejeitam as instituições representativas, denominados como *antipartidários*.

Com isso em mente, esta tese tem quatro objetivos: (1) retomar e sistematizar o conceito de antipartidarismo; (2) propor um indicador para mensurar esse fenômeno; (3) analisar sua evolução nas democracias latino-americanas; e mais importante, (4) identificar os determinantes contextuais e individuais do antipartidarismo na América Latina em 2012.

Esses objetivos se devem a quatro motivos. O primeiro e segundo podem ser explicitados pela fala de Poguntke (1996): “(...) nosso tópico está lardeado de armadilhas metodológicas e falhas teóricas”⁵ (p. 319). Essa afirmação diz respeito ao conceito elusivo de antipartidarismo, em que uma ampla gama de fenômenos é frequentemente atribuída à desafeição para com os partidos políticos (Poguntke, 1996; Poguntke & Scarrow, 1996); e com o desacordo quanto às formas de mensuração desse fenômeno, o que leva a incertezas quanto a abrangência, causas e consequências (Torcal, Montero & Gunther, 2001). Por isso, definir, sistematizar e operacionalizar esse conceito se torna essencial como primeira etapa desta pesquisa.

Em terceiro, nosso foco de análise está em uma região em que, diferentemente de democracias consolidadas onde a estabilidade é regra, a credibilidade e confiança nas instituições representativas são extremamente baixas (Baquero, 2000). A imagem corrente é de que há uma falta de interesse e cinismo em relação a tudo relacionado à política, instituições de representação e políticos; e um sentimento de alienação de todas as coisas políticas (Torcal, 2003), que acaba se somando a dificuldade de os eleitores em identificar os partidos enquanto atores distintos, e à aceitação de lideranças carismáticas (Hawkins, 2003), que resulta em uma alta volatilidade eleitoral e a entaves para o estabelecimento de laços entre partidos e eleitores. Por isso, para se falar da real situação dos partidos políticos nas democracias latino-americanas, é preciso tratar de outras atitudes para além da identidade partidária positiva.

A última razão está relacionada ao perigo em potencial que as atitudes antipartidárias oferecem para os sistemas partidários e democracia (Poguntke, 1996; Hawkins, 2003).

⁵ Tradução livre de: “[...] our topic is larded with methodological booby traps and theoretical pitfalls”.

Entretanto, há uma quase ausência de trabalhos sobre as origens desse fenômeno na América Latina. Kirk Hawkins (2003) apesar de ter chego próximo, não estava lidando diretamente com o que entendemos por antipartidarismo. Mais ainda, se a expectativa de Torcal, Gunther & Montero (2002), de que o antipartidarismo está relacionado a síndrome de desafeição política, se confirmar, desvelar suas origens nas democracias dessa região se torna fundamental.

Assim, esta tese propõe uma sistematização do conceito de antipartidarismo, entendida como uma atitude de *hostilidade e rejeição* aos partidos políticos enquanto instituições representativas. Com isso, mensuramos o fenômeno através da não-existência de identidade partidária e a concordância com a afirmação de que os partidos não são necessários para o funcionamento da democracia. Logo, não estamos tratando dos eleitores que se afastaram dos partidos políticos, ou dos que rejeitam um ou mais partidos políticos específicos, e sim da existência de uma rejeição do público em geral para com os partidos políticos enquanto mediadores políticos.

Nossa análise avança ao considerar três conjuntos de atitudes: (1) partidária positiva; (2) não-partidária; e (3) antipartidária. O que nos possibilita entender a real situação dos partidos políticos em dezoito democracias latino-americanas⁶. Que essas instituições apresentam os menores índices de confiança já sabemos (Sáez & Freidenberg, 2002; Power & Jamisson, 2005; Carreras 2012a; 2012b; Albala & Vieira, 2014; Moisés & Carneiro, 2018), entretanto, será que essa desconfiança significa a deslegitimação dos partidos políticos ao ponto de serem rejeitados enquanto instituições representativas?

Dado a existência de diferenças no grau de antipartidarismo entre os países, nossa questão central se torna desvelar o porquê determinados países e indivíduos seriam mais antipartidários do que outros na América Latina. A literatura macro gravita ao redor de duas explicações centrais: (1) mudanças sociais associadas a modernização; e (2) desempenho econômico. De forma que pouco crédito é dado as regras institucionais, e ao tempo e qualidade dos regimes democráticos. Portanto, verificamos se o antipartidarismo no nível contextual em 2012, se daria pelo desenvolvimento econômico e pela existência de crises econômicas, ou se são as regras formais que realmente importam como preditores desse fenômeno. No nível individual, testamos se realmente o antipartidarismo estaria correlacionado a atitudes de

⁶ A saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Rep. Dominicana, Uruguai e Venezuela. Além disso, elencamos alguns resultados encontrados para o Haiti e Guiana.

desafeição política. Além disso, nosso pano de fundo é entender se as atitudes antipartidárias e partidárias são lados opostos da mesma moeda, ou seja, se o que aumenta a probabilidade do desenvolvimento do partidarismo positivo, diminui sobretudo, o desenvolvimento do antipartidarismo.

Para tanto, esta pesquisa está dividida em três capítulos. O *Capítulo 1 - O antipartidarismo na América Latina: conceitos, medidas e evolução* é dedicado a definição conceitual e a operacionalização empírica do principal conceito envolvido nessa pesquisa: o antipartidarismo (variável dependente). Primeiro, situamos o debate sobre as relações existentes entre eleitores e partidos; trataremos dos conceitos de partidarismo positivo e negativo, e do afastamento dos eleitores dos partidos políticos, em especial, buscamos elencar as diferenças conceituais entre essas atitudes. Além disso, nesse capítulo propomos uma operacionalização empírica do fenômeno estudado, via *Índice de Sentimentos por Partidos Políticos* (ISPP), que nos permite observar três conjuntos de atitudes distintas: (1) as partidárias positivas; (2) as não-partidárias; e (3) as antipartidárias. Por fim, na última seção deste capítulo, apresentaremos a evolução dessas atitudes para vinte democracias latino-americanas, na tentativa de responder a seguinte questão: qual o tipo de relação existente entre eleitores e partidos políticos na região latino-americana? Será que a desconfiança apontada pela literatura se traduz na deslegitimação dos partidos políticos e no desenvolvimento do antipartidarismo? Se a situação é tão grave quanto os especialistas dizem, o partidarismo positivo não deve ser o sentimento mais preponderante na América Latina, e outras atitudes, como o não-partidarismo e o antipartidarismo passam a ter mais força explicativa na relação entre partidos políticos e eleitores.

No *Capítulo 2 - Condicionantes do antipartidarismo na América Latina* elencamos os caminhos oferecidos pela literatura na explicação dessa atitude, são elas: a combinação de tendências gerais (modernização), performance econômica, regras institucionais (Poguntke & Scarrow, 1996; Hawkins, 2003), e no estoque de experiência democrática do país (Torcal, 2003). Adicionalmente, testaremos se o antipartidarismo pode ser considerado o “outro lado da moeda” do partidarismo positivo, ou seja, o que aumenta a chances de sucesso de um, diminuiria as chances do outro acontecer? Individualmente, verificamos se o perfil identificado pela literatura se mantém para as democracias latino-americanas, principalmente sobre esse fenômeno estar relacionado a síndrome da desafeição política. Todo esse percurso é distribuído em três seções: na primeira apresentamos os debates teóricos dos determinantes do

antipartidarismo pela literatura; na segunda e terceira seção apresentamos a operacionalização empírica das medidas explicativas.

Estando as principais variáveis da pesquisa definidas e operacionalizadas, o **Capítulo 3 - Antipartidarismo na América Latina em 2012: rendimentos empíricos** retoma o desenho da pesquisa e as hipóteses centrais da tese (seção 3.1). Na penúltima parte apresentamos o modelo estatístico utilizado para responder a seguinte questão: que condições relativas aos países e ao indivíduo estariam relacionadas a probabilidade do desenvolvimento do antipartidarismo na América Latina em 2012? Utilizando os dados do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) e dados sobre os países, de forma geral, a tese demonstra que: (a) em países com sistemas partidários complexos (elevado número efetivo de partidos políticos), (b) baixa institucionalização, (c) baixa polarização entre os partidos políticos, e (d) taxas média mais baixa de desemprego nos últimos dez anos; em conjunto com indivíduos mais jovens, pouco interessados, mas com uma alta eficácia política subjetiva, que percebem negativamente a economia e a integridade do funcionalismo público, que não se sentem representados (baixa eficácia política externa), que se posicionam no centro da escala ideológica e são antidemocráticos, tem mais chances de desenvolverem esse sentimento. Para terminar, retomamos as teorias discutidas nesta tese e apresentamos uma reflexão a respeito dos resultados encontrados.

1.

O ANTIPARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA: CONCEITOS, MEDIDAS E EVOLUÇÃO

Tendo como objetivo central identificar os fatores contextuais e individuais do antipartidarismo na América Latina, precisamos primeiro definir o que entendemos por antipartidarismo, tanto em termos teóricos e conceituais, quanto em termos operacionais. Neste capítulo temos quatro objetivos específicos que são divididos em quatro seções. Na primeira, situamos o debate sobre as formas que os eleitores podem se relacionar com as instituições partidárias, retomamos as noções do partidarismo positivo e negativo, e da independência partidária; destacamos especialmente, as diferenças conceituais entre cada conceito, e situamos o antipartidarismo nesse emaranhado conceitual. Em seguida, abordamos o antipartidarismo de forma aprofundada, na qual salientamos as possibilidades analíticas, a intensidade da rejeição e os atores envolvidos. É nesta seção que estabelecemos o conceito com o qual vamos trabalhar nesta tese. Na terceira parte, retomamos as mensurações do conceito utilizados na literatura desenvolvida, para por fim, propormos nossa operacionalização. Por último, analisamos a situação dos partidos políticos nas democracias, quanto a confiança e legitimidade conferida a essas instituições, em seguida, nos debruçamos sobre a evolução do partidarismo, do não-partidarismo e do antipartidarismo na região. Ao final, queremos responder: qual o tipo de relação existente entre eleitores e partidos políticos na região latino-americana? Será que a desconfiança implica em uma deslegitimação dos partidos políticos ao ponto de serem rejeitados enquanto instituições representativas?

1.1. Delimitando um escopo: a relação entre partidos políticos e indivíduos para além da identificação partidária *positiva*

Para Russel Dalton (2008a), a “descoberta da identificação partidária é uma das descobertas mais significativas da pesquisa de opinião pública” (p. 173), sendo um dos conceitos centrais para os estudos eleitorais. Há um amplo consenso de que a identificação com um partido político é uma condição desejável, talvez até necessária, para o governo representativo em uma democracia estável, e o declínio desse poderia ser interpretado como uma evidência de crise democrática (Rose & Mishler, 1998).

A noção por trás da identificação partidária é descrita em *The American Voter* (Campbell *et al.*, 1960) como um apego psicológico de longo prazo pelos eleitores a um partido político preferido. Em resumo:

[I]t is the most enduring feature of their political attitudes and beliefs. Parties represent certain values and policy goals in the public’s mind and also are perceived as being capable of affecting the world in ways that matter, such that they organize the voter’s choice at election times. The existence of partisanship allows voters to hold the government of the day accountable for public policies, since that government must inevitably be a party government. In addition, partisanship creates a process of selective perception that acts as a filter and selects information that tends to reinforce party attachments over time⁷ (Whiteley & Seyd, 2002, p. 170).

Em termos gerais, o partidarismo “concede estrutura e significado aos sistemas de crença individuais” (Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003, p. 295), ao atuar como balizadores na assimilação de informações políticas, na interpretação de questões e na tomada de decisões políticas, de forma que orienta as atitudes em relação à política. Além disso, determinam a relação entre o comportamento político dos cidadãos e os sistemas partidários, ao se constituir como uma fonte de estabilidade política, uma vez que moldaria as imagens da política partidária, das eleições e do processo democrático representativo em si, e contribui para

⁷ Tradução: “[É] a característica mais duradoura de suas atitudes e crenças políticas. Os partidos representam certos valores e objetivos políticos na mente do público e também são percebidos como capazes de afetar o mundo de formas que importam, de tal forma que organizam a escolha do eleitor em épocas de eleição. A existência do partidarismo permite que os eleitores responsabilizem o governo do dia pelas políticas públicas, já que esse governo deve ser inevitavelmente um governo partidário. Além disso, o partidarismo cria um processo de percepção seletiva que atua como um filtro e seleciona informações que tendem a reforçar os apegos ao partido ao longo do tempo”.

a mobilização/participação em partidos políticos e eleições (Dalton; McAllister & Watterberg, 2003; Dalton & Weldon, 2007; Dalton, 2013).

Mais ainda, esse constructo serve como recurso para avaliar a intensidade e medir o quão institucionalizado é um sistema partidário dentro da democracia (Mainwaring & Scully, 1995; Mainwaring & Zoco, 2007; Dalton & Weldon, 2007), já que, sistemas institucionalizados tem ao menos duas características: baixos níveis de volatilidade e altos níveis de identificação partidária. A ideia por trás é que quando os cidadãos votam e ou apoiam sistematicamente o mesmo partido em uma determinada série de tempo, o resultado seria uma baixa volatilidade, que favoreceria a estabilidade do sistema de partidos (Quiroga, 2011).

Há duas grandes abordagens que se propõe pensar sobre o partidarismo, a “clássica” e a “revisionista”. A primeira tem suas raízes no trabalho de Campbell, Converse Miller e Stokes de 1960, o *The American Voter*, que interpreta tal medida como um fenômeno identitário, ou seja, um compromisso duradouro que molda atitudes em relação a objetos políticos e o voto. A segunda, pode ser atribuída ao livro de Moris Fiorina de 1981, *Retrospective Voting in American National Elections*, que argumenta que identificação partidária é uma avaliação que é racionalmente atualizada à medida que os eleitores encontram novas informações, ou seja, funciona como um atalho informacional, produto de uma avaliação do desempenho dos partidos políticos.

Ambas teorias já foram amplamente estudadas e revisadas (ver: Bartle & Bellucci, 2006; Lachat, 2006; Thomassen & Rosema, 2009, entre outros), por isso, de maneira resumida, o modelo clássico de identificação partidária corresponde ao conceito desenvolvido pela Escola de Michigan, que interagia tanto influências sociológicas quanto psicológicas para explicar o voto, descrito em termos de funil da causalidade⁸, sendo a *identidade partidária* um dos elementos centrais (Dalton, 2008a):

In characterizing the relation of individual to party as a psychological identification we invoke a concept that has played an important if somewhat

⁸ Em resumo, o funil da causalidade representa a cadeia de eventos que contribui para o voto dos indivíduos, distinguindo fatores distantes (fatores socioeconômicos e históricos, valores e atitudes) e fatores próximos (*issues*, candidatos, campanha eleitoral, situação política e econômica, a ação do governo, influência de amigos). Na entrada do funil estão as características sociológicas e sociais que influenciam o próximo elemento dessa sequência, que é o partidarismo. O partidarismo tem, por sua vez, um papel decisivo na avaliação de candidatos, das questões, e dos incidentes de campanha que são relatados na mídia e as conversas que os eleitores têm com a família e amigos sobre a eleição. A saída deste funil é o voto. Este esquema esclarece o papel central do partidarismo como resultado da combinação de fatores de longo prazo e como um fator que modera o efeito de variáveis de curto prazo sobre o comportamento eleitoral (Antunes, 2010). Uma representação gráfica do funil da causalidade do voto para os Estados Unidos, pode ser encontrada em Dalton (2008a) na página 171.

varied role in psychological theories of the relation of individual to individual or of individual to group. We use the concept here to characterize the individual's affective orientation to an important group-object in his environment. Both reference group theory and small-group studies of influence have converged upon the attracting or repelling quality of the group as the generalized dimension most critical in defining the individual-group relationship, and it is this dimension that we will call identification⁹ (Campbell *et al.*, 1960, p. 121).

Como dito, este campo teórico enxerga o partidário como uma identidade, ou melhor, se assemelha ao pertencimento a um grupo social (Baker *et al.*, 2010), pelo qual desenvolvem um senso de conexão através da socialização, e na fase adulta essa identidade se torna duradoura e impermeável a novas informações, logo “uma vez formada, a identificação partidária tende a se tornar estável, ou seja, os eleitores que têm identificação partidária em graus variados, inclinam-se a ‘ver’ a política e orientar suas ações numa direção partidária” (Figueiredo, 1991, p. 37).

Portanto, eventos políticos, contextos nacionais, candidatos, governantes, e outras questões relevantes afetam pouco as identidades já estabelecidas. A identidade partidária é exógena, ou um “*unmoved mover*” (algo como um motor imóvel) que fornece uma lente para os cidadãos para facilitar a interpretação do mundo político – em outras palavras, “qual a posição que o *meu* partido toma nesta questão” (Dalton, 2008a, p. 173, grifo do autor). Entretanto, é válido ressaltar que não necessariamente essa afinidade psicológica, estável e duradoura com um partido se traduza em uma ligação concreta que faça com que o eleitor se engaje ou faça militância (Whiteley & Seyd, 2002; Antunes, 2010).

Em contraste, há aqueles filiados a abordagem mais revisionista, para os quais, o partidário é visto como uma “avaliação”, e está atrelada a tradição da Escolha Racional pelos trabalhos de Downs (1957) e Fiorina (1981). Pressupõe-se que há uma contínua avaliação dos partidos políticos, que é atualizada à medida que os eleitores recebem e processam novas informações políticas (Lachat, 2006), algo como o resultado racional de avaliações do desempenho partidário (Baker *et al.*, 2010).

⁹ Tradução: “Ao caracterizar a relação entre indivíduo e partido como uma identificação psicológica, invocamos um conceito que desempenhou um papel importante, embora variado, nas teorias psicológicas da relação entre indivíduo para indivíduo ou entre o indivíduo e o grupo. Usamos o conceito aqui para caracterizar a orientação afetiva do indivíduo para um importante grupo-objeto em seu ambiente. Tanto a teoria de grupos de referência quanto os estudos de influência de pequenos grupos convergiram para a qualidade de atração ou repulsão do grupo como a dimensão generalizada mais crítica na definição da relação indivíduo-grupo, e é essa dimensão que chamaremos de identificação”.

Desse ponto de vista, Fiorina (1981) descreve a identificação partidária como uma “contagem de avaliações retrospectivas de promessas e desempenho partidário” (p. 84), ou melhor, segundo Green, Palmquist & Schickler (2002), “reflete avaliações sobre o que os partidos políticos provavelmente entregarão quando estiverem no poder” (p. 110). Neste modelo, portanto, a identificação partidária representa uma atitude política que se altera mais facilmente, onde os cidadãos responderão às mudanças nos programas dos partidos, ao seu desempenho no cargo ou às características de seus candidatos e representantes, atualizando racionalmente suas avaliações sobre essas instituições representativas. Por isso, os revisionistas conceituam a identidade partidária como endógena, mudando na idade adulta como o sucesso dos partidos no governo, ou quando as elites partidárias mudam suas posições em determinadas questões (Baker *et al.*, 2010).

Tendo delimitado os contornos do conceito de identificação partidária, chegamos em um ponto importante: embora haja duas teorias sobre o partidarismo — orientação primordialmente afetiva ou cognitiva —, pesquisas posteriores de ambas as abordagens, entenderam a identificação partidária como um apego puramente *positivo* (McGregor, Caruana & Stepherson, 2015). Entretanto, quando retomamos Campbell *et al.* (1960) na segunda parte de seu livro sobre atitudes políticas e o voto, onde os autores observam como os indivíduos percebem e avaliam seus candidatos e partidos políticos e como isso tem influência sobre seu comportamento, eles nos escrevem:

The significance of political perceptions for behavior depends largely on their evaluative character. The popular image of parties and candidates is not neutral, and the fact that it is *colored by positive and negative feeling* vests it with great motivational importance¹⁰ (p. 40, grifo nosso).

Os autores continuam na página 122 que, “[o] partido político serve como o grupo para o qual o indivíduo pode desenvolver uma identificação, positiva ou *negativa*, de algum grau de intensidade”¹¹ (grifo nosso), e ainda,

Apparently the positive and negative feelings that millions of individuals have toward the parties are the result of orientations of a diffuse and generalized

¹⁰ Tradução: “O significado das percepções políticas para o comportamento depende em grande parte de seu caráter avaliativo. A imagem popular de partidos e candidatos não é neutra, e o fato de ser “colorido” pelo sentimento positivo e negativo confere-lhe grande importância motivacional”.

¹¹ Tradução livre de: “[T]he political party serves as the group toward which the individual may develop an identification, positive or negative, of some degree of intensity”.

character that have a common psychological meaning even though there may be a good deal of variation in the way party is perceived¹² (p. 127).

Assim, quando Campbell, Converse, Miller e Stokes em 1960 cunharam o constructo da identificação partidária *positiva* (IPP), também apresentaram a noção da existência de uma contraparte *negativa* (IPN). Porém, apesar de fazer parte do conceito original, pesquisadores mais recentes se referem a esse fenômeno como o “lado frequentemente esquecido” do partidarismo (Caruana, McGregor & Stepherson, 2014; Mayer, 2014; 2017). Esse esquecimento culminou em problemas de definição conceitual, na operacionalização, e possíveis mecanismos, de modo que pouco se sabe sobre a importância dessa variável no comportamento dos indivíduos (Mayer, 2014; 2017).

Em vista disso, nosso objetivo nesse momento é iluminar os avanços existentes dentro do comportamento político sobre como os indivíduos se relacionam com os partidos políticos, ou seja, mostrar que além da identificação partidária positiva existe outros sentimentos/attitudes disponíveis que devem ser consideradas como componentes importantes para se pensar um quadro total das atitudes partidárias dos indivíduos. Já que, apesar da importância já demonstrada do partidarismo positivo, não considerar as atitudes negativas, e as motivações do afastamento dos eleitores dessas instituições, significa a perda de poder explicativo da realidade (Rose & Mishler, 1998; Caruana, McGregor & Stepherson, 2014).

Dito isso, o desenvolvimento do termo da identificação partidária negativa, pode ser associado ao trabalho de Ivor Crewe (1976 *apud* Mayer, 2014). Segundo Mayer (2014) esse autor acabou considerando a importância dos sentimentos negativos ao explorar a aplicabilidade do modelo de Michigan para a Grã-Bretanha. Crewe (1976) definiu a identificação partidária negativa como “identificação com um partido por razões negativas” ou ainda “a ausência de identificação com qualquer partido combinada com identificação contra um partido particular” (p. 52 *apud* Mayer, 2014).

O trabalho de Maggitoo & Piereson (1977) exploram um pouco mais essa ideia, ao olhar para as atitudes contra “o outro partido”. O artigo intitulado *Partisan identification and electoral choice: the hostility hypothesis* explora o que chamam de *gap* entre o conceito de identificação partidária e as técnicas para mensurá-lo, de forma que as atitudes aos partidos de oposição seriam uma parte necessária para a medida de identificação partidária. Para isto, os

¹² Tradução: “[...] Aparentemente, os sentimentos positivos e negativos que milhões de indivíduos têm em relação aos partidos políticos são o resultado de orientações de caráter difuso e generalizado que têm um significado psicológico comum, embora possa haver uma grande variação na forma como o partido é percebida.”

autores recorrem a pesquisas no campo da psicologia social sobre o *viés da negatividade*, que vê que “as avaliações negativas de um objeto tendem a ter mais peso do que avaliações positivas na formação de impressões gerais e na previsão de comportamentos relativos ao objeto” (Maggioto & Piereson, 1977, p. 748 sobre o trabalho de Kernell, 1974).

Os autores entendem que as percepções negativas ao partido contrário teriam impactos significativos sobre as escolhas dos eleitores. Seus achados apontam que a identificação partidária, “é, pelo menos em parte, uma função da avaliação do partido de oposição” (p. 763) e ainda que esta “[...] como medida tradicionalmente, captura apenas um efeito positivo. A adição de hostilidade partidária, um efeito de longo prazo igualmente estável, é um refinamento conceitual necessário” (p. 765). Uma conclusão interessante é que as avaliações negativas pelo partido oposto têm um efeito independente na escolha do eleitor e que quanto mais hostil um eleitor se sentir em relação a um partido contrário, mais provável é que se vote de acordo com sua identificação partidária.

Contribuindo para essa discussão, Wattenberg (1981) argumenta que o partidarismo deve necessariamente incluir algum sentimento de negatividade em relação aos oponentes, a fim de isolar o partidário da mudança das lealdades. Richardson (1991), por sua vez, vê as lealdades partidárias como um conjunto altamente complexo de sentimentos negativos e positivos e imagens avaliativas ligadas a valores políticos e posições ideológicas. O autor encontra que a hostilidade é geralmente mais alta entre partidos opostos na mesma clivagem.

O trabalho de Rose & Mishler (1998) expande ainda mais esse conceito ao tratar do partidarismo em países pós-comunistas — Europa Central e Oriental, que vivenciaram o estado de partido único. Segundo os autores, os eleitores podem ser de quatro tipos: (1) Partidário “aberto” (*open partisan*), são positivamente comprometidos com um partido político e não identificam um partido para o qual nunca votariam; (2) Partidário “fechado” (*close partisan*) são os que “levam a sério a política partidária” (p.223), de forma que a competição partidária ocorre em um mundo de nós contra eles, ou seja, esses eleitores conseguem apontar um partido com o qual se identificam positivamente e outro com o qual se identificam negativamente; (3) Partidário negativo (*negative partisan*), são eleitores que podem nomear um partido pelo qual eles nunca votariam, sem ter uma identificação positiva, ou seja, são aqueles que apresentam

uma identificação puramente negativa; e (4) Eleitores apáticos (*apathetic electors*), que segundo os autores, são indivíduos sem nenhum compromisso positivo ou negativo¹³.

Nos últimos anos esse fenômeno voltou a chamar a atenção dos pesquisadores. Nas eleições francesas de 2002, por exemplo, o primeiro turno apresentou um grande número de abstenções e uma grande fragmentação da esquerda, com o candidato socialista Lionel Jospin terminando em terceiro, deixando o segundo turno ser uma disputa entre o conservador Jacques Chirac e o candidato da extrema-direita Jean-Marie Le Pen (Medeiros & Noël, 2014). Assim, ao que parece, aqueles identificados com a esquerda, se mobilizaram e se realinharam a ideia de “*vote for the crook, not the fascist*”¹⁴ (Hayter, 2002 *apud* Medeiros & Noël, 2014), o voto em Chirac (e contra Le Pen) foi puramente negativo para não deixar o candidato da extrema-direita ganhar. Analistas políticos vêm chamando a atenção para a nova era da política, na qual, “[a] política não é sobre quem você ama. É sobre quem você teme” (Ezra Klein, analista da *Vox*, 2015), ou ainda, “[a]s pessoas não gostam mais do seu próprio partido como costumavam, mas não gostam do outro partido muito mais (Dan Balz, analista do *The Washington Post*, 2015).

Podemos dizer que esforços recentes têm buscado retomar a lacuna ainda existente sobre a importância do partidarismo negativo para o comportamento político. Medeiros & Noël (2014) ao analisarem Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos, são norteados por três pontos-chaves: (1) a identidade partidária negativa e positiva não são necessariamente recíprocas e ativadas ao mesmo tempo, em outras palavras, não são lados da mesma moeda, e podem ter antecedentes distintos e consequências diferentes; (2) as avaliações positivas vêm antes das negativas, de modo que antes de um grupo desgostar de outro, primeiro ele precisa “adquirir um sentimento de pertencimento a um grupo que é claramente distinto daquele que eles odeiam, detestam ou discriminam” (Tajfel, 1974 *apud* Medeiros & Noël, 2014, p. 1028). Por fim, (3) em algumas circunstâncias a identidade partidária negativa pode se tornar mais importante do que a positiva para explicar o comportamento e atitudes dos indivíduos, pois quando ativadas, as percepções negativas podem produzir efeitos mais rápidos e mais fortes do que as positivas ou neutras, já que os indivíduos tendem a dar mais peso a experiências ou

¹³ Para os autores ainda, os que possuem apenas atitudes positivas — algo como um partidarismo positivo puro — contribuem para a estabilidade do sistema partidário apoiando consistentemente um dos partidos políticos e reduzindo a hostilidade em relação a outros partidos. Por outro lado, os indivíduos que possuem apenas sentimentos negativos — ou um partidarismo negativo puro —, poderiam ser problemáticos para as democracias já que eles representariam uma grande parte dos eleitores, e a rejeição a um ou mais partidos sem que haja em outra medida uma identificação positiva, não pode ser vista como uma mudança para a democracia cívica.

¹⁴ Tradução: “vote no bandido, não no fascista”.

informações ruins. Em resumo, a crítica dos autores é que os trabalhos anteriormente mencionados, em especial, Maggiotto e Piereson (1977) escolheram tratar a hostilidade como outra dimensão do partidarismo e não como uma variável em si, pois isso poderia “quebrar com a convencional e amplamente aceita visão da identificação partidária” (Medeiros & Noël, 2014, p. 1028).

Os resultados encontrados mostram que o partidarismo positivo continua sendo uma das principais variáveis explicativas para a decisão do voto; a negativa, por sua vez, teve um impacto moderado nas quatro democracias analisadas. Com relação aos determinantes de cada sentimento, os autores constataam que variáveis sobre identidade de grupo (mensurado através da raça e religião) e ideologia são importantes determinantes da identificação partidária positiva, mas apenas essa última variável se mostra relevante na explicação do partidarismo negativo.

O trabalho de Caruana, McGregor & Stepherson (2014) também mostram a importância desse sentimento para a escolha do voto, comparecimento eleitoral e participação em atividades partidárias ou não. Os resultados indicam que os eleitores canadenses com identificação partidária negativa têm maiores chances de votar no partido oposto, de comparecer às urnas para votar, pois são motivados a impedir que o partido que não gostam ganhe. Esse tipo de identificação também está associado com a probabilidade de se filiar a um partido político, e tem um impacto positivo em todas as atividades não partidárias analisadas, ou seja, eleitores com um partidarismo negativo tem mais chances de participar de um protesto, estar ativo *online* e a de assinar uma petição.

Outro trabalho que merece destaque é o Abramowitz & Webster (2016) que investigam o impacto da identificação partidária negativa (pelo partido contrário) tem sobre a intensificação das lealdades partidárias, entendida como votar nos candidatos do seu próprio partido para presidente, Câmara dos Representantes e Senado na mesma eleição. A hipótese testada é de que sentimentos negativos em relação ao partido adversário devem resultar em níveis mais altos de lealdade em todos os tipos de eleições entre todos os tipos de partidários. A conclusão dos autores é que a quantidade de eleitores que rejeitam o partido de oposição é mais forte do que os que gostam do próprio partido, e que a identificação partidária negativa contribuiu para fortalecer os laços partidários e o voto. Esse resultado também foi encontrado em Abramowitz & Webster (2017) quando os autores analisaram as eleições de 2016 nos Estados Unidos. Apesar da insatisfação dos eleitores com ambos os candidatos disputando a presidência — Donald Trump (pelo partido Republicano) e Hillary Clinton (pelos Democratas) —, a lealdade

partidária foi mantida, ou seja, o resultado mostra que indivíduos tinham maior probabilidade de votar no candidato do partido quando eles tinham uma hostilidade contra o partido de oposição.

Sabrina Mayer (2017) também testa os efeitos da hostilidade contra o outro partido, mas em um contexto multipartidário de dezessete democracias europeias. A autora parte dos trabalhos mencionados anteriormente para traçar hipóteses para esse contexto, de maneira a verificar o impacto do partidarismo negativo sobre o comparecimento eleitoral, e nas chances de se manterem as lealdades partidárias e o voto. Os resultados encontrados, corroboram a hipótese de Caruana, McGregor & Stepherson (2014) e Abramowitz & Webster (2016): em primeiro lugar, o partidarismo positivo e o negativo possuem efeitos independentes; em segundo, o partidarismo negativo aumenta as chances de mobilizar o eleitor a comparecer no dia da eleição e a votar; em terceiro, que tanto o partidarismo positivo quanto o negativo possuem efeito significativo sobre a lealdade partidária.

As pesquisas acima citadas já mostram consideráveis avanços na forma de compreender a relação entre partidos políticos e eleitores para além da identificação partidária positiva. Em especial, para o entendimento do partidarismo negativo que é a “identificação com um partido pelo qual um indivíduo *jamais* votaria” (Rose & Mishler, 1998, p. 217, grifo dos autores), e que esse fenômeno apresenta efeitos para a explicação do voto e outras atividades eleitorais e não-eleitorais. Mas, os conceitos discutidos até o momento ainda se referem a manifestação de algum sentimento partidário, independentemente de ser positivo, positivo e negativo, ou só negativo. Há ainda um grupo de eleitores que se afastaram dessas instituições, denominados como *independentes*.

Esses eleitores também estavam presentes na teoria desenvolvida em *The American Voter* (1960), e segundo Campbell e seus colaboradores há dois grupos de independentes: os tendem a se “inclinarem” a um dos partidos da competição e os que pensam em si mesmos como não tendo nenhum partido. Tinha-se como expectativa que os independentes seriam um tipo ideal de eleitor, justamente porque poderiam ser mais “atento à política, preocupado com o curso do governo, que pesa os apelos rivais de uma campanha e chega a um julgamento que não é influenciado pelo preconceito partidário” (p. 143). Mas os resultados encontrados mostram que esse leitor está

Far from being more attentive, interested, and informed, Independents tend as a group to be somewhat less involved in politics. They have somewhat poorer knowledge of the issues, their image of the candidates is fainter, their interest

in the campaign is less, their concern over the outcome is relatively slight, and their choice between competing candidates, although it is indeed made later in the campaign, seems much less to spring from discoverable evaluations of the elements of national politics (Campbell *et al.*, 1960, p. 143)¹⁵.

E ainda, que esses eleitores tinham menos chances de participar nas campanhas políticas e irem votar. Por isso prosperou a ideia de que o partidarismo positivo seria extremamente importante para a democracia e ser independente não (Dalton, 2013).

Quando as adesões partidárias começaram a cair a partir de 1964, não só nos Estados Unidos, mas em outras democracias também consideradas consolidadas, se argumentava que a “natureza da política contemporânea mudou para produzir o desalinhamento partidário¹⁶, que é um padrão persistente de enfraquecimento das adesões do público com os partidos políticos” (Dalton, 2013, p. 13), acarretando no aumento do número de independentes ou “não-identificados”¹⁷, o que preocupou os cientistas políticos, posto que o partidarismo como concebido ajudaria a atenuar essas complexidades da política ao providenciar “pistas” para uma avaliação informada, e na criação do que chamam de cidadania democrática.

Entretanto, Dalton (2013) mostra que há diferenças significativas dos eleitores independentes encontrados *The American Voter* (1960) dos cidadãos atuais. Além de serem mais novos, são mais bem escolarizados, possuem alto interesse por política e são geralmente

¹⁵ Tradução: “Longe de serem mais atentos, interessados e informados, os Independentes tendem como um grupo a serem um pouco menos envolvido na política. Eles têm um conhecimento um pouco mais fraco das questões, sua imagem dos candidatos é mais fraca, seu interesse na campanha é menor, sua preocupação com o resultado é relativamente pequena e sua escolha entre candidatos concorrentes, embora seja de fato feita mais tarde na campanha, parece muito menos derivar de avaliações detectáveis dos elementos da política nacional”.

¹⁶ A literatura que trata da evolução do alinhamento partidário advém de estudos em democracias consolidadas dos Estados Unidos e Europa ocidental, e há três tipos de padrões de evolução dos sistemas partidários quanto a situação de seus partidos: alinhamento estável, realinhamento e desalinhamento. Um alinhamento estável do sistema partidário é um período eleitoral marcado por um equilíbrio partidário inalterado durante uma série de eleições, em que o suporte/apoio de longo prazo para os diferentes partidos políticos no sistema não se altera. O realinhamento tem a ver com um período eleitoral durante o qual novas questões na agenda política surgem, produzindo novas clivagens. Uma diferença entre desalinhamento e realinhamento é que o primeiro ocorre quando as instituições partidárias não conseguem resolver as novas demandas dos seus eleitores, o realinhamento implica uma redefinição das novas questões e das clivagens existentes, em outras palavras, os partidos estabelecidos buscam se adaptar e se adequar as novas demandas e assumem uma nova posição. O desalinhamento indica um período em que as coalizações partidárias de massa se dissolvem e a vinculação dos eleitores com os partidos políticos estabelecidos enfraquecem (Carreras, Morgenstern & Su, 2013). Retomaremos essa teorização mais adiante.

¹⁷ É importante destacar que alguns pesquisadores questionam a existência de um desalinhamento, e se baseiam na ideia de que não foi o partidarismo positivo que enfraqueceu, mas a declaração de apoio aos partidos políticos. Ao que parece, uma grande parte dos eleitores estadunidenses, reluta em reconhecer abertamente qualquer afiliação com um partido político, já que a identificação partidária positiva parece ter uma conotação negativa fazendo o rotulo independente ser mais atraente (Abramowitz & Webster, 2016). Entretanto, muitos eleitores independentes se inclinam a votar em um partido específico, por isso, alguns teóricos duvidavam que o partidarismo positivo estivesse enfraquecendo.

mais cínicos com relação aos partidos políticos e sobre a competição partidária. A principal diferença atribuída é que parte dos cidadãos independentes atuais dispõe de habilidades cívicas combinadas com habilidades políticas, ou seja, possuem alta mobilização cognitiva.

A ideia da mobilização cognitiva parte inicialmente do desenvolvimento de Ronald Inglehart (1970; 1977) que afirma que nas sociedades pós-industriais, diante de um amplo processo de modernização econômica, política, social e cultural, os indivíduos dessas democracias reduziram sua preocupação com necessidades materiais e passaram a pautar suas ações com vistas à satisfação de valores de auto-expressão (Dalton, 1984). Dentre as consequências desta mudança estaria a elevação dos níveis de mobilização cognitiva dos cidadãos, acompanhada, dentre outros efeitos, da redução da importância atribuída aos partidos políticos, e das taxas de identificação partidária positiva. Em geral, a mobilização cognitiva implica possuir recursos e habilidades necessários para lidar com a complexidade da política, com pouca dependência de fatores externos ou de lealdades partidárias habituais e afetivas (Dalton, 1984; 2013). Assim, as habilidades cívicas (escolaridade) combinadas com as habilidades políticas (interesse por política) formam essa medida índice, sendo essa uma característica relativamente duradoura, rivalizando com a identidade partidária positiva (Dalton, 1984).

Por meio do Índice Cognitivo-Partidário¹⁸, Dalton (2013) distingue quatro grupos que representam distintos padrões de mobilização: independentes apolíticos (*apolitical independents*), partidários rituais (*ritual partisan*), partidários cognitivos (*cognitive partisan*) e os apartidários (*apatisan*). Em resumo, aqueles que não possuem uma mobilização cognitiva podem ser de dois tipos: os independentes apolíticos e os partidários rituais. Os primeiros são independentes das identidades partidárias e estão mais próximos daqueles eleitores encontrados por Campbell *et al.* (1960), pois são menos preocupados ou interessados sobre as questões políticas. Já os partidários rituais, são guiados por alguma identidade partidária e tendem a participar das atividades políticas habituais, mas possuem pouco conhecimento dos assuntos políticos gerais, por isso, seu envolvimento político ou seu entendimento é menos provável de se estender às áreas onde as “pistas” partidárias não chegam.

Por outro lado, aqueles que possuem uma alta mobilização cognitiva podem ser de dois tipos: os apartidários; e os partidários cognitivos. O primeiro tipo de eleitor possui as

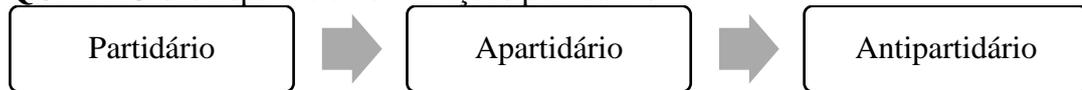
¹⁸ Multiplicação do que chama de “mobilização partidária” (ter ou não identidade partidária) e a variável de mobilização cognitiva (soma do grau de escolaridade do eleitor e seu interesse por política).

habilidades necessárias para se orientar na política sem depender das legendas partidárias. Esse indivíduo participa das eleições e de outras atividades relacionadas aos partidos políticos, mas o envolvimento político tende a ir além da esfera partidária. Os partidários cognitivos são filiados a partidos e participam dos mesmos por conta do seu refinamento cognitivo, seu comportamento se assemelha ao do partidário ritual, mas a diferença reside justamente por conta de suas ações serem informadas.

O trabalho desse autor é interessante porque qualifica em termos de desenvolvimento cognitivo aqueles eleitores independentes das identidades partidárias, ou seja, o que realmente importa são os conjuntos de habilidades e recursos dos indivíduos. Nosso trabalho segue mais ou menos o que Dalton (1984; 2013) fez, nós qualificamos o eleitor independente ou não-partidário pelo grau de legitimidade atribuído aos partidos políticos no funcionamento da democracia. Com isso, estaríamos tratando de um perfil de indivíduo que rejeita a essencialidade dos partidos políticos para o funcionamento da democracia, que denominamos de *antipartidários*.

O partidário positivo, se provido ou não de habilidades cognitivas, adere os partidos políticos enquanto organizações da democracia representativa, e podem ou não manifestar a rejeição a algum partido oposto. Há ainda dentro do conceito mais amplo de partidarismo, aqueles que estabelecem uma relação de desafeto a um partido político, e apesar de dividir a nomenclatura, o partidarismo negativo não é o “avesso” do partidarismo e possui origens relativamente diferentes, assim como consequências diferentes. Há ainda aqueles que simplesmente se afastaram dos partidos políticos, ou por não dependem da estrutura hierarquizada dos partidos políticos para participar, ou porque estão passando por uma síndrome mais ampla, a da desafeição política (Torcal, 2003; 2006; Torcal, Gunther & Montero, 2002). A diferença entre os conceitos é simples: enquanto o eleitor que dispõe de atitudes partidárias negativas rejeita um partido específico, o antipartidário envolve desgostar de *todos* os partidos políticos, das elites partidárias, das instituições políticas e da política em geral (Poguntke, 1996; Caruana, McGregor & Stepherson, 2014). Enquanto os apartidários advêm do desenvolvimento de valores pós-materialistas, o antipartidário “nasce” da marginalização do eleitor por conta da desafeição política.

Para facilitar o entendimento sobre as diferenças conceituais, Paul Webb (1996) concebe um espectro linear das orientações partidárias, que vai do compromisso partidário (partidarismo), passando pelo apartidarismo, até o sentimento mais extremo, o antipartidário:

QUADRO 01. Espectro de orientações partidárias

Fonte: Adaptado de Webb (1996, p. 368)

Para terminar, nessa seção tínhamos como intenção situar o debate sobre outras formas de relacionamento entre eleitores e partidos políticos para além da identificação partidária positiva. Com processos de desalinhamento partidário, seguido pelo afastamento dos eleitores, com a competição partidária cada vez mais polarizada, e eleitores cada vez mais céticos, reforça-se a ideia de uma crise representacional das instituições partidárias. Logo, é necessário tratar diretamente da dimensão normativa da crise dos partidos políticos: o antipartidarismo (Poguntke, 1996). Na próxima seção abordamos a definição conceitual do antipartidarismo.

1.2. O antipartidarismo enquanto unidade analítica: revisões e definições

Se o partidarismo positivo está amparado por um longo debate teórico e sistematização empírica, o antipartidarismo não. Apesar de evidências que reforçam a ideia de crise representacional, “pesquisas sistemáticas focadas nas origens e consequências do antipartidarismo ficaram aquém da relevância contemporânea do fenômeno” (Poguntke & Scarrow, 1996, p. 257). Mas seus indícios apareceram em duas grandes discussões teóricas: na formulação sobre o papel ideacional dos partidos políticos nas democracias, e no duelo entre responsividade e responsabilidade (Poguntke, 1996; Deschouwer, 1996; Ignazi, 1996).

A primeira formulação é fundamentada na teoria democrática e, portanto, relativa à construção e desenvolvimento das organizações partidárias dentro das democracias. Concerne a desenvolvimentos teóricos que negam o papel dos partidos políticos, e os enxergam como uma ameaça a “boa sociedade”, denominada por Daalder (2002) de negação do partido (*denial of party*). Em primeiro lugar, os partidos enquanto organizações políticas são um fenômeno recente e complexo (Daalder, 2002; van Biezen, 2003), sendo sua presença considerada inicialmente indesejada. Para James Madison (*apud* van Biezen, 2003), por exemplo, unir indivíduos sobre a hipótese de “algum impulso comum de paixão ou de interesse”¹⁹ era na verdade uma ameaça aos cidadãos. Os partidos políticos eram vistos como incompatíveis com

¹⁹ Tradução livre de: “some common impulse of passion, or of interest”.

a teoria democrática liberal baseada na filosofia de Locke ou então aos ideais democráticos de Rousseau (van Biezen, 2003).

Acreditava-se que essas instituições distorciam ou acabavam impedindo a formação e formulação da verdadeira vontade política (Poguntke, 1996; Ignazi, 1996). A negação dos partidos políticos poderia ser encontrada através de dois tipos de argumentação, naqueles proponentes da política tradicional que viam com maus olhos a invasão dessas instituições no terreno do Estado, o que poderia levar ao que chamam de *Parteienstaat*²⁰. Para os usuários desta expressão, os partidos políticos — que eram meros instrumentos das elites políticas que encobriam seus interesses privados sobre o manto da ideologia — usurpam “os motivos inspiradores das tomadas de decisões estatais” (Daalder, 2002, p. 41). No segundo, estavam aqueles que acreditavam que os indivíduos deveriam ficar livres da tirania dos partidos políticos porque essas instituições não eram consideradas instrumentos genuínos de representação política, mas barreiras entre os indivíduos e o interesse em geral.

É interessante salientar que a noção positiva de que essas instituições são fundamentais para a democracia surgiu na democracia de massas, pois seriam responsáveis por criarem um *link* entre o Estado e os cidadãos. Essa questão é importante porque ela adentra o segundo corpo teórico que envolve o conceito do antipartidarismo, e que tem a ver com o papel ou função desempenhada por essas instituições. Sobre isto, Key (1964 *apud* Dalton & Wattenberg, 2002a) oferece um interessante *framework* tripartite que divide cada função relacionada aos partidos a partir de três níveis: no eleitorado, como organizações e no governo, dispostas abaixo:

QUADRO 02. Funções dos partidos políticos, segundo níveis de análise:

Nível de análise	Função
No eleitorado	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificar as escolhas para os eleitores; • Educar os cidadãos; • Gerar símbolos para facilitar a construção de identidade e lealdade; • Mobilizar os indivíduos para a participação política.
Enquanto organizações	<ul style="list-style-type: none"> • Recrutar lideranças políticas e buscar um gabinete governamental; • Treinar as elites políticas; • Articular o interesse políticos; • Agregar interesses políticos.

²⁰ Expressão que significa: Estado de Partido.

No governo

- Criar maioria no governo;
- Organizar o governo;
- Implementar os objetivos políticos;
- Organizar a dissidência e a oposição;
- Assegurar a responsabilidade pelas ações do governo;
- Controlar a administração do governo;
- Promover a estabilidade do governo.

Fonte: Adaptado de Key (1964 *apud* Dalton & Wattenberg, 2002a, p. 05)

Em geral, os estudos do comportamento político que tem como foco estudar a relação entre partidos políticos e eleitores, se dedicam ao primeiro nível de análise (no eleitorado), no qual se objetiva a entender como os partidos políticos facilitam as escolhas dos indivíduos, servindo como lentes analíticas ao gerar símbolos na construção de uma identidade e lealdade partidária; como mobilizam e levam os indivíduos para participação política e educam seus cidadãos sobre a política e o funcionamento das instituições e democracias. A crise se daria quando os partidos falham em desempenhar alguma dessas funções (Dalton & Wattenberg, 2002a).

Desde os anos noventa, no nível individual, pesquisas destacam um aumento do desencanto do público com partidos específicos e, muitas vezes, em direção ao próprio sistema partidário (Dalton & Wattenberg, 2002a). Com isto, se tornou comum proclamar que os partidos políticos estão em declínio. Todavia, para Mair (2003) as funções que essas instituições desempenham e se espera que desempenhem mudaram de uma ação principalmente representativa para uma ação governativa. Em suas palavras,

Devido a uma série de razões, incluindo mudanças na natureza da democracia, bem como mudanças tanto nos próprios partidos como na sociedade, em geral, os partidos dão-se conta da sua crescente incapacidade para funcionarem como agentes de representação. A época do partido de massas acabou e, tanto quanto podemos prever, dificilmente poderá ser recuperada. Ao mesmo tempo, contudo, os partidos desempenham de fato um papel de importância — e talvez de crescente importância — na gestão da democracia. Assim, se bem que o papel representativo dos partidos possa estar em declínio, o seu papel procedimental continua a ser tão essencial como antes. Um dos modos pelos quais os partidos poderão garantir o seu futuro será enfrentando e aceitando as suas novas circunstâncias e procurando enfatizar a sua legitimidade como garantia de uma forma de democracia abrangente, transparente e responsável (p. 278).

Mair (2003) chega à conclusão de que os partidos estariam em declínio apenas na ótica da representação, sendo substituídos pelo menos parcialmente por outros organismos, ao passo que as funções processuais foram preservadas, chegando a adquirir uma relevância ainda maior.

Portanto, os partidos enquanto tais não declinaram, mas modificaram-se e encontram-se ligados as instituições, porém, menos vinculados aos cidadãos. Para Dalton & Wattenberg (2002b), essas instituições estão se beneficiando da aproximação com o Estado em detrimento de funções que os tornaram tão essenciais ao processo democrático, como a socialização, a mobilização e a representação.

O afastamento entre os indivíduos e os partidos políticos, e a aproximação destas instituições ao Estado, pode ser traduzida em termos de “duelo entre *responsividade* e *responsabilidade*” (Mair, 2009, Goetz, 2014; Bardi, Bertolini & Trechsel, 2014). Para entender a ideia por trás deste debate, deve-se considerar justamente as funções representativas e processuais dos partidos políticos. É entendido que a contribuição que as instituições partidárias oferecem para o desenvolvimento da democracia e sua legitimidade, é combinar esses dois papéis: a mesma organização que governa a cidadania e lhe dá a voz, também deve canalizar a representação e administrar as instituições da política (Mair, 2009). Sendo essa a chave, segundo Mair (2009), para a legitimação do governo representativo nos sistemas políticos democráticos.

Em razão disto, os governos precisam manter um equilíbrio entre demandas por responsividade, por um lado, e por responsabilidade, por outro. Ou seja, é desejável que os partidos no governo (e na oposição) sejam *responsivos* a seus partidários e à opinião pública e, ao mesmo tempo, *responsáveis* pelas restrições e compatibilidades sistêmicas internas e internacionais (Bardi, Bertolini & Trechsel, 2014), deve, portanto, equilibrar a democracia e eficiência (Scharpf, 1999 *apud* Mair, 2009).

Com isso em mente, Mair (2009), Goetz, 2014 e Bardi, Bertolini & Trechsel (2014) nos apresentam seu principal argumento: no período atual, a tensão entre essas duas demandas aumentou, e está se tornando cada vez mais difícil conciliá-las. De maneira que não apenas as demandas por responsividade e por responsabilidade estão cada vez mais em conflito umas com as outras, mas também, em especial, a capacidade dos partidos de reconciliar e resolver a crescente tensão entre elas. A legitimidade dos partidos políticos depende, pelo menos em parte, de sua capacidade de representação, ou seja, da capacidade dos partidos em governar, mas também da capacidade de justificar ou legitimar sua reivindicação de governar, e isso exige que essas instituições mantenham elos com a sociedade: “eles [os partidos políticos] podem muito

bem ser capazes de representar sem governar, mas têm dificuldade quando procuram governar sem representar”²¹ (Mair, 2009, p. 10, alteração nossa).

A crescente lacuna entre responsividade e responsabilidade, ou melhor, entre o que os cidadãos gostariam que os governos fizessem e o que os governos são obrigados a fazer, e a capacidade decrescente dos partidos de preencher ou administrar essa lacuna, estaria no cerne da insatisfação e mal-estar que cobriria as democracias (Mair, 2009), e sem identidades partidárias, programas partidários estáveis e contato pessoal através dos membros do partido, a legitimidade destas instituições e do sistema de governo partidário tende a diminuir (Dalton & Wattenberg, 2002b).

Deschouwer (1996) analisa justamente como os sistemas partidários e os partidos políticos sofrem oposição quando não são capazes de responder às demandas dos eleitores, e essa oposição quando prolongada, e sem partidos políticos para agirem como identidades coletivas, gera atitudes antipartidárias. O argumento central desse autor é que esse fenômeno, e o sentimento anti-político, é gerado quando a democracia, em especial, suas instituições partidárias falham em responder às demandas dos eleitores, isto é, nas palavras do autor, “a desconfiança do sistema e a maneira como ele funciona — porque não é responsivo o suficiente — é orientada para seus principais atores. E estes são os partidos. Eles estão no meio da tempestade”²²(p. 274).

Assim, segundo Poguntke (1996) o antipartidarismo abarca a dimensão normativa da “crise dos partidos políticos”, e tem a ver com mudanças sociais subjacentes e no desempenho real dos partidos políticos. O antipartidarismo pode ser definido com uma atitude crítica aos partidos políticos e a rejeição do seu papel no sistema político; o termo implica a existência de uma hostilidade aos partidos políticos (Poguntke, 1996; Webb, 1996; Poguntke & Scarrow, 1996). Outros sinônimos ainda podem ser empregados para descrever a relação entre os atores políticos e essas instituições representativas, como: orientações não favoráveis, ceticismo, desafeição e desilusão (Poguntke & Scarrow, 1996; Yebra, 1998; Gidengil *et al.*, 2001; Cross, 2002; Linek, 2004; Leppink, 2008).

Mas “até que ponto os sentimentos antipartidários são realmente contrários aos partidos políticos?” (Bardi, 1996, p. 347). Essa pergunta tem a ver com a *intensidade* do sentimento

²¹ Tradução livre de: “[t]hey might well be able to represent without governing, but they have difficulty when they seek to govern without representing”.

²² Tradução livre de: “distrust of the system and the way in which it functions - because it is not responsive enough - is oriented at its major actors. And these are the parties. They are in the middle of the storm”.

manifestado, isto é, há duas formas de rejeição aos partidos políticos: uma mais moderada, em que se aceita que os partidos devem desempenhar um papel no desempenho da democracia, mas se critica a performance dos partidos políticos existentes ou sistemas partidários — se conectando com o “desalinhamento como fase intermediária para um realinhamento do sistema” (Bardi, 1996, p. 348), sendo esse um tipo de rejeição “*against existing parties*” (contra os partidos existentes) —; e outra onde os cidadãos apresentam uma visão mais radical (ou generalizada), em que se ataca o princípio que a boa política requer a partidos políticos competitivos como intermediários, e diz respeito à negação do “sistema baseado no modelo de representação” (Bardi, 1996, p. 348), sendo essa forma de rejeição “*against parties per se*” (contra os partidos *per se*). Em outras palavras,

[...] while specific anti-party sentiments are still reasonably moderate in that they do not deny the role of political parties in contemporary democratic governance; generalized anti-party sentiments are far more radical, since they might stem from the view that political parties are either bad or irrelevant. More precisely then, specific anti-party sentiments refer to disenchantment with the traditional major-party alternatives, those parties that traditionally control government, while generalized anti-partyism is more radical and shifts the object of dissatisfaction to party politics and political parties as elements of the representative democratic system *per se* (Leppink, 2009, p. 324)²³.

Essa é, portanto, a diferença entre o conceito de antipartidarismo e partidarismo negativo: um trata da rejeição a *todos* os partidos políticos existentes do sistema partidário, o outro trata do desgosto a um adversário político ou a um partido específico (Poguntke & Scarrow, 1996). O que difere a rejeição *against existing parties* e *against parties per se* entre si, é que a primeira não rejeita o princípio da democracia partidária, enquanto a outra nega a ideia do sistema de representação política (Poguntke, 1996).

Dito isso, o antipartidarismo pode ser mobilizado por dois grupos, que permite o desenvolvimento de três tipos de análise: as elites políticas e os indivíduos. Os estudos sobre as atitudes antipartidárias dos indivíduos têm como pretensão descrever as dimensões, as possíveis causas e as consequências desse sentimento (Scarrow, 1995). O segundo grupo analítico investiga o debate das elites políticas sobre o formato do sistema político, ou como o uso da

²³ Tradução livre: “(...) enquanto sentimentos antipartidários específicos são razoavelmente moderados, no sentido que eles não negam o papel dos partidos políticos na governança democrática contemporânea; sentimentos antipartidários generalizados são muito mais radicais, uma vez que eles podem derivar da visão de que os partidos políticos são ruins ou irrelevantes. Mais precisamente, sentimentos antipartidários específicos se referem ao desencantamento com as alternativas partidárias tradicionais, ou seja, aqueles partidos que tradicionalmente controlam o governo; enquanto sentimentos antipartidários generalizados são mais radicais, transferindo as insatisfações para as políticas partidárias e os partidos políticos como elementos do sistema democrático representativo *per se*”.

política antipartidária por esses atores afeta os partidos políticos e o seu sistema (Scarrow, 1996). O terceiro conjunto combina ambos os níveis de análise e buscam compreender como se dá a inter-relação entre as atitudes das elites políticas e os indivíduos (Bardi, 1996).

É importante entender que os teóricos do antipartidarismo (Scarrow, 1995; Poguntke & Scarrow, 1996; Poguntke, 1996; Scarrow, 1996; Bardi, 1996) apontam que há uma influência recíproca entre as opiniões das elites políticas e das massas sobre o papel, função e performance dos partidos políticos, e que essa relação funcionaria de forma cíclica. Bardi (1996) observa, nesse sentido, que os sentimentos antipartidários das elites políticas se desenvolvem primeiro, gerando nas massas os sentimentos de rejeição, que alimenta ainda mais as atitudes antipartidárias nas elites.

O antipartidarismo dos indivíduos depende de um contexto específico, e é mais provável ser originário de uma infelicidade inquebrável com o sistema existente. A desafeição pelos arranjos da política partidária pode resultar em uma frustração com a inabilidade dos partidos de cumprir suas promessas ou da irrelevância das agendas partidárias; pode ser nutrida pelas falhas dos partidos e governos, quando, por exemplo, se tornam evidentes escândalos de corrupção. O antipartidarismo estaria relacionado sobretudo a uma experiência representacional ruim, que eventualmente leva a hostilidade partidária (Bélanger, 2003).

Por sua vez, o antipartidarismo das elites tem a ver como à forma como o descontentamento popular com os partidos é canalizado em apoio a reformas específicas. A elite política tem um importante papel na transformação da opinião pública em demandas. Acredita-se, com isso, que os “empresários políticos” que estão insatisfeitos com o arranjo partidário existente mobilizem esses sentimentos nas massas, o que se torna um recurso útil para a aprovação de uma “variedade de projetos” (Scarrow, 1996, p. 299). Segundo Scarrow (1996) e Bardi (1996), esse tipo de política antipartidária auxilia no surgimento de partidos anti-partidos ou atores políticos com discursos duvidosos.

Segundo essa literatura, a interação entre os atores políticos e as intensidades de rejeição ocorre da seguinte maneira: tanto as elites quanto as massas podem direcionar sua crítica ou hostilidade contra partidos estabelecidos (*against the existing parties*) ou contra os partidos *per se* (*against parties per se*). As elites políticas fazem um uso instrumental de argumentos antipartidários para desafiar os partidos estabilizados. Apesar de se oporem ao modelo de partidos, sua real intenção é estabilizar o próprio partido (Poguntke, 1996). Esse tipo de sentimentos causa nas massas um sentimento de rejeição contra os partidos existentes. Para os

teóricos, essa variante não representaria problemas sérios à democracia de partidos, pois questiona-se apenas a posição dos partidos já estabelecidos e não exclusão completa dessas instituições (Poguntke, 1996, Poguntke & Scarrow, 1996).

Por outro lado, elites que rejeitam os partidos *per se* buscam outra forma de política, sendo democrática ou não, e se utilizam do suporte das massas que compartilham de sua rejeição generalizada pelos partidos políticos. Busca-se atrair indivíduos desafeiçoados ou distanciados dos partidos políticos, que se tornam mais suscetíveis à retórica fundamentalista. Essa variante, segundo Poguntke (1996), poderia levar à instabilidade da democracia, uma vez que abre brechas a políticos de ideologias duvidosas. Abaixo, segue resumo das dimensões de sentimentos para ambos os atores políticos:

QUADRO 03. Dimensões de sentimentos antipartidários

Níveis/Atores	Intensidade	
	Contra os partidos existentes	Contra os partidos <i>per se</i>
Elites	Rejeição Instrumental dos partidos	Rejeição generalizada dos partidos
Massas	Rejeição Específica dos partidos	Rejeição generalizada dos partidos

Fonte: Adaptado de Poguntke (1996, p.324)

Para Suzan Scarrow (1995; 1996) os dois níveis de antipartidarismo possuem pesos iguais em termos de importância, e podem ser entendidos como fatores que contribuem para as mudanças do papel do partido na sociedade, sendo particularmente potente entre os segmentos da sociedade que passaram por um processo de distanciamento partidário como resultado da mudança social geral. Mas esse sentimento na massa só pode prosperar com base no afrouxamento dos laços partidários e deriva principalmente de reservas, ou concepções errôneas induzidas pela elite (Poguntke, 1996; Poguntke & Scarrow, 1996, Bardi, 1996). Todavia, segundo Scarrow (1995), apesar do antipartidarismo ser mais potente quando ressoa na opinião pública das massas, acredita que os sentimentos de descontentamento das elites podem levar a mudanças no sistema, mesmo que não há um aumento real desse sentimento nos indivíduos.

A discussão feita até o momento corresponde aos trabalhos desenvolvidos para o número 29 da *European Journal of Political Research* de abril de 1996. Essa edição é dedicada a compreensão do que chamam de “A política dos sentimentos antipartidários”²⁴, para além da introdução de Poguntke & Scarrow (1996), sete outros artigos se dedicaram a apresentação do

²⁴ Tradução livre de: “The politics of anti-party sentiment”

conceito de sentimentos antipartidários, da mensuração do fenômeno e de outros fatores relativos (Deschouwer, 1996; Ignazi, 1996; Scarrow, 1996; Poguntke, 1996; Bardi, 1996; Webb, 1996; Owen & Dennis, 1996).

Esses trabalhos tinham objetivos que se complementam, por exemplo, a introdução de Poguntke & Scarrow (1996) sistematiza e resume os principais argumentos relativos ao estudo do antipartidarismo. Deschouwer (1996) e Ignazi (1996) tratam das bases teóricas do antipartidarismo — que foi abordado no começo desta seção. Por sua vez, Scarrow (1996), Poguntke (1996), Bardi (1996), Webb (1996) e Owen & Dennis (1996) abordam mais especificamente a conceitualização, desenvolvimento de indicadores, e testam seus efeitos em democracias consolidadas. Os dois primeiros autores desenvolvem a teoria por trás dos estudos do antipartidarismo sob a ótica das elites políticas e dos indivíduos. Scarrow (1996) mostra como esse sentimento pode impactar em mudanças no sistema partidário e eleitoral. Poguntke (1996) desenvolve e analisa os possíveis indicadores desse fenômeno.

Os últimos três trabalhos são os desdobramentos empíricos dessa teorização. Bardi (1996) testa de que maneira o antipartidarismo das elites e dos indivíduos afetaram nas mudanças no sistema partidário italiano. O trabalho de Webb (1996) buscou os condicionantes do desenvolvimento do antipartidarismo no Reino Unido. Por fim, Owen & Dennis (1996) utilizam medidas mais diretas quanto a opinião dos eleitores sobre aspectos relacionados aos partidos. Os autores querem entender as atitudes dos eleitores estadunidense quanto a três atitudes: a desafeição com os partidos existentes, o desejo de anular o papel dos partidos políticos no processo político estadunidense (desafeição generalizada), e a preferência por uma terceira via.

Entretanto há ainda outro desenvolvimento teórico importante, o trabalho de Torcal, Gunther & Montero (2002). Para os autores, a literatura existente produz resultados contraditórios sobre o fenômeno, pois não há um acordo quanto a conceitualização, a operacionalização, no quão difundido esse sentimento é, em especial, suas causas e consequências. Para os autores, o primeiro passo a ser dado é o reconhecimento que existe dois tipos distintos de antipartidarismo, que possuem diferentes origens e produzem diferentes consequências comportamentais, são eles: o antipartidarismo *reativo* e o *cultural*. Apesar do nome diferente, essas tipologias se assemelham a aquelas desenvolvidas por Thomas Poguntke e colaboradores (Linek, 2004).

O antipartidarismo reativo tem a ver com uma dimensão mais avaliativa da performance dos partidos políticos. Para os teóricos, os indivíduos adotam essa atitude em resposta a uma insatisfação com a performance das elites e instituições, ou seja, seria produto das falhas por parte dos partidos políticos e das elites partidárias na resolução de problemas de natureza social, política e econômica, sendo completamente dependente de mudanças conjunturais. Esse tipo de antipartidarismo se assemelha a rejeição específica aos partidos políticos de Poguntke (1996).

Uma expectativa que Torcal, Gunther & Montero (2002) tinham quanto a esse tipo de atitude é que ela seria encontrada em indivíduos mais bem-educados, politicamente informados, mais envolvidos na política, e com altas expectativas relacionadas a política democrática; o que de certa forma se assemelha ao apatidário estudado por Dalton (2013). As conclusões, no entanto, revelam que os indivíduos que se enquadram nesse tipo de sentimento não têm uma alta realização educacional ou competência política, e sim, que é motivado pelas circunstâncias políticas momentâneas, em especial, respondem ao nível de satisfação com o governo e o partido incumbente.

As atitudes antipartidárias do tipo cultural, por sua vez, dependem do desenvolvimento democrático, das tradições históricas e valores da cultura política. Independem de mudanças de curto prazo nas condições políticas do país, e está ligado sobretudo, ao tipo de socialização. Longas experiências ditatoriais e pseudodemocracias, períodos conturbados, a existência de manipulação eleitoral, de relações patronais-clientelísticas, intimidações, e longos períodos de restrições de direitos dos cidadãos de participar livremente e efetivamente teriam impactos significativos no desenvolvimento dessa atitude.

Assim, o antipartidarismo cultural advém de socializações em que há altos níveis de instabilidade e conflito, onde o indivíduo é levado a crer que os partidos não defendem seus interesses. Esse tipo de atitude é semelhante a rejeição *per se* aos partidos políticos proposta por Poguntke (1996). Torcal, Gunther & Montero (2002) acreditam que esse tipo sentimento estaria associado a síndrome de desafeição política, que diz respeito a um senso de distância da política e das instituições, um cinismo e desinteresse sobre a política, e baixos níveis de participação (Torcal, 2001), e que “espera-se que a síndrome de desafeição, desinteresse e passividade inclua atitudes negativas aos partidos políticos” (Torcal, Gunther & Montero, 2002, p. 263). Portanto, é uma atitude durável que não é responsiva as mudanças na performance dos partidos políticos, e por estar associada a desafeição política, os autores acreditam que esse tipo

de comportamento reforça a marginalização política, com cidadãos pouco participativos e com baixos níveis de escolaridade e interesse político.

Em geral, Torcal, Gunther & Montero (2002) e pesquisas posteriores se utilizam, em alguma medida do trabalho de Poguntke (1996) e colaboradores. A conceitualização norteou as pesquisas de Yebra (1998) sobre as atitudes antipartidárias no cone-sul; a busca por condicionantes e as consequências do antipartidarismo no comportamento eleitoral no Canadá, de Gidengil *et al.* (2001); de Bale & Roberts (2002) sobre como reformas institucionais poderiam ajudar aliviar o efeito do antipartidarismo; de Bélanger (2003) e Lepink (2008) sobre o efeito desse sentimento no comportamento eleitoral; de Kestilä-Kekkonen (2009) sobre o antipartidarismo entre os indivíduos mais jovens, entre outros.

Estabelecido as possibilidades conceituais, nesta tese temos como foco o antipartidarismo que se desenvolve entre os eleitores. Logo, utilizamos a conceitualização original proposta por Poguntke e colaboradores (1996), de que o antipartidarismo tem a ver com uma hostilidade em relação aos partidos políticos. Mais especificamente, queremos entender aqueles eleitores que rejeitam o princípio de uma democracia partidária — o antipartidário *per se*. O próximo passo envolve a operacionalização do conceito, que será tratada na próxima seção.

1.3. Do conceito a medida: medindo os sentimentos por partidos políticos e o antipartidarismo

A operacionalização de uma variável capaz de medir explicitamente a rejeição dos indivíduos aos partidos políticos e suas dimensões consiste em um desafio ainda não vencido para os estudos desta temática, isto porque, apesar da definição do conceito de antipartidarismo ser aparentemente simples — hostilidade com ou a rejeição aos partidos políticos (Poguntke, 1996) —, há uma variação muito grande em como e em quais indicadores se usam para medir esse fenômeno.

Estudos seminais (Poguntke, 1996; Bardi, 1996; Webb, 1996), por exemplo, utilizaram para medir a existência do antipartidarismo entre os indivíduos cinco indicadores: (a) declínio da identificação partidária; (b) aumento do voto indeciso; (c) declínio do comparecimento eleitoral; (d) aumento do voto em partidos anti-partidos; e (e) declínio do engajamento

partidário²⁵. Os autores, e posteriormente, Bale & Roberts (2002) utilizam esses indicadores de forma desagregada para nortear suas análises. Todavia, dois problemas surgem do uso dessas medidas: (1) esses indicadores poderiam ser possíveis consequências dos sentimentos antipartidários; e (2) essas medidas podem estar indicando a existência de uma indiferença aos partidos políticos, e não de uma hostilidade que é implícita na ideia de antipartidarismo (Webb, 1996; Yebra, 1998; Leppink, 2008). Fato esse, que os teóricos tinham ciência: “Poguntke não está de maneira alguma errado ao argumentar que cada um dos indicadores sugeridos *poderia* ser interpretado como parcialmente ligados ao sentimento antipartidário, mas — como ele sabe — é igualmente certo que eles não o fazem de maneira *inequívoca*” (Webb, 1996, p. 367, grifo do autor)²⁶.

Por causa da imprecisão conceitual e operacional deste fenômeno, segundo Torcal, Montero e Gunther (2002), não se chegou a concluir se de fato há uma crise de partidos políticos e, muito menos, dizer que se pode entender suas causas e consequências para as democracias. Tendo isso em mente, o desafio que se apresenta é encontrar a melhor maneira de representar o conceito de sentimentos antipartidários, para isso, em primeiro lugar, retomamos as mensurações adotadas pela literatura, em seguida, esboçamos a saída operacional que encontramos.

Dentro dos estudos seminais, o artigo de Owen & Dennis (1996) foi o primeiro a considerar medidas que dizem respeito à opinião dos eleitores quanto a aspectos relacionados aos partidos. O foco dos autores era entender as atitudes dos cidadãos estadunidense quanto a três dimensões antipartidárias: a desafeição com os partidos existentes, o desejo de anular o papel dos partidos políticos no processo político (desafeição generalizada), e a preferência por uma terceira via partidária. O estudo considera cinco variáveis: (1) que não existem diferenças entre os partidos políticos; (2) não importa quem vença; (3) a favor pela criação de um novo partido; (4) não há a necessidade de partidos políticos, e (5) que não é preciso ter o nome dos partidos na célula de voto. As duas primeiras questões mediriam, segundo os autores, a desafeição com os partidos existentes, a terceira questão mede a preferência por um partido da terceira via, e as duas últimas são relativas ao descontentamento generalizado com essas

²⁵ Por falta de dados, Bardi (1996) utilizou apenas dois dos indicadores mencionados: declínio do comparecimento eleitoral e voto em partidos antipartidários. Webb (1996) por sua vez, adiciona mais um indicador a essas medidas: “evidências diretas da desafeição popular com os partidos políticos”.

²⁶ Tradução: “Poguntke is by no means wrong in arguing that each of the suggested indicators could be interpreted as partially tapping anti-party sentiment, yet - as he is aware - it is equally certain that they do not unambiguously do so”.

instituições. Vale ressaltar que assim como os trabalhos anteriores (Poguntke, 1996; Bardi, 1996; Webb, 1996), os autores utilizaram as medidas de forma desagregada.

O trabalho de Cavadonga Yebra (1998), por sua vez, estuda a relação entre partidos políticos e eleitores em três países latino-americanos: Argentina, Chile e Uruguai. Para tanto, utiliza três questões “tanto afetivas como cognitivas” (p. 103): (1) (des)confiança nos partidos políticos; (2) democracia pode funcionar sem partidos; e (3) impedir a presença de partidos extremistas. A medida era uma escala aditiva de três pontos, onde -1 implicava sentimentos negativos aos partidos políticos — em que todas as respostas foram negativas—, 0 era um sentimento de ambivalência — algumas respostas positivas e outras negativas—, e + 1 se refere a sentimentos positivos a essas instituições — todas as respostas foram positivas. É relevante mencionar que a definição conceitual utilizada por Yebra (1998) advém dos trabalhos seminais de Poguntke (1996), mas a construção da variável se deu a partir de Gunther, Montero & Torcal (1994 *apud* Yebra, 1998).

Da “nova leva” de autores gostaríamos de citar três trabalhos: Torcal, Gunther & Montero (2002), Hawkins (2003) e Fuks, Borba & Ribeiro (2018). O primeiro trabalho como já destacado na seção anterior, apresentou um avanço na conceitualização, na definição dos tipos antipartidários, mas também um avanço na construção de um indicador de sentimentos antipartidários. Como para Torcal, Gunther & Montero (2002) a medida de sentimentos antipartidários deve refletir diretamente as atitudes dos indivíduos quanto aos partidos políticos, com isso selecionam seis questões: (1) os partidos políticos se criticam muito entre si, mas na realidade todos são iguais; (2) os partidos só servem para dividir as pessoas; (3) sem partidos não pode haver democracia; (4) os partidos são necessários para defender o interesse de grupos e classes sociais; (5) graças aos partidos políticos, os indivíduos podem participar da vida política; (6) os partidos não servem para nada.

Por meio da análise fatorial, as perguntas se agruparam em duas dimensões, que denominam de rejeição dos partidos políticos em geral (ou antipartidarismo cultural), em que os indivíduos tendem a acreditar que não há uma diferença entre os partidos políticos e que eles servem apenas para dividir as pessoas — combinação da variável 1 e 2; e na crítica ao papel desempenhado pelos partidos políticos (antipartidarismo reativo), em que essas instituições são necessárias para “defender os interesses de vários grupos”, que permitem “a participação na vida política” e, que são “necessários para o funcionamento da democracia” — combinação das variáveis 3,4 e 5. A última variável não se agrupou em nenhum fator.

A medida da dimensão cultural variava de +2, representando uma orientação “pró-partido” (ou seja, o indivíduo respondeu negativamente as afirmações 1 e 2) a -2 que reflete uma orientação negativa aos partidos políticos (respondeu positivamente as afirmações 1 e 2). Já a dimensão reativa variava de +3 (respondeu positivamente as questões 3, 4 e 5), sendo uma orientação “pró-partidos” e -3 que são orientações negativas aos partidos políticos (respondeu negativamente as questões 3, 4 e 5). As posições intermediárias foram consideradas neutras. A partir do desenvolvimento dessas medidas, Torcal, Gunther & Montero (2002) observam a evolução desses indicadores pelo tempo em quatro contextos (Espanha, Portugal, Itália e Grécia) e passam a buscar os condicionantes individuais das atitudes antipartidárias e as possíveis consequências destas para as democracias.

A pesquisa de Kirk Hawkins (2003) queria explicar o surgimento do antipartidarismo, dos movimentos carismáticos e a quebra dos sistemas partidários nas democracias latino-americanas entre os anos oitenta e noventa. O autor observa que no período pós-democratização uma significativa quantidade de cidadãos estava se voltando contra os seus partidos políticos, por meio de das atitudes antipartidárias e ao aderirem movimentos carismáticos, o que poderia influenciar na quebra dos sistemas partidários na região.

O autor segue a mesma linha conceitual anterior, e entende o antipartidarismo como uma “rejeição de partidos institucionalizados como uma forma legítima de mediação da relação entre eleitores e políticos” (p. 03). A operacionalização conceitual de Hawkins (2003) combina através da análise fatorial duas variáveis de níveis diferentes: o comparecimento eleitoral e a confiança nos partidos políticos. Sobre a primeira, o autor entende que esse seria o indicador mais fraco da medida porque depende das regras do país, mas que a queda repentina do comparecimento eleitoral sugere que os eleitores estão desencantados não apenas com o incumbente ou com o partido que administrou o país, mas com toda a gama de partidos e o regime que os apoia. A segunda medida diz respeito a opinião dos eleitores quanto ao grau de confiança nos partidos políticos. Essas variáveis combinadas criam o que autor chama de *Índice de desafeição*. Entretanto, em análises multiníveis sobre os determinantes do antipartidarismo, a medida utilizada foi apenas a de “confiança nos partidos políticos”, o que acaba incorrendo no mesmo erro dos trabalhos seminais.

Por último, há a medida proposta por Fuks, Borba & Ribeiro (2018). Os autores se debruçam sobre a manifestação da intolerância a partidos políticos no Brasil, sendo a intenção contribuir para o entendimento dos tipos de antipartidarismo no Brasil e estabelecer diferença

entre eles no que se refere aos seus desdobramentos atitudinais. A medida dos autores é a seguinte: combinam indicadores de desafeição e intolerância política para construir diferentes perfis de eleitores a partir de suas atitudes em relação aos grupos que se identificam com os partidos políticos. Em outras palavras, é perguntado aos indivíduos o quanto gosta ou desgosta cinco grupos: (1) pessoas que defendem a legalização do aborto; (2) pessoas que defendem o regime militar; (3) comunistas; (4) petistas/simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT); e (5) PSDBistas/simpatizantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Os autores utilizam apenas os dois últimos itens dessa bateria. Em seguida, observam o posicionamento dos eleitores quanto a aprovação do direito dessas pessoas em: (a) votar, (b) de fazer um discurso público, (c) concorrer a um cargo público. As respostas individuais para essas três medidas foram agrupadas em um *Índice de Tolerância Política*.

Abaixo apresentamos uma sistematização das variáveis utilizadas em todos os trabalhos desenvolvidos até o momento que tratam explicitamente do antipartidarismo *per se*:

QUADRO 04. Indicadores utilizados para mensurar sentimentos antipartidários *per se* entre os eleitores

Perguntas utilizadas	Autor(es)
a) Declínio da identificação partidária; b) Aumento do voto indeciso; c) Declínio do comparecimento eleitoral; d) Aumento do voto em partidos antipartidários; e) Declínio do engajamento partidário.	Poguntke (1996)
a) Evidências diretas da desafeição popular ²⁷ b) Declínio da identificação partidária; c) Voto indeciso; d) Declínio do comparecimento eleitoral; e) Voto em partidos antipartidários; f) Declínio do engajamento partidário.	Webb (1996)
a) Declínio do comparecimento eleitoral; b) Voto em partidos antipartidários.	Bardi (1996)
a) Não há diferenças entre os partidos políticos; b) Não importa quem vença; c) Favorável a criação de uma terceira via partidária; d) Não há a necessidade de partidos políticos; e) Não é preciso ter o nome dos partidos na célula de voto.	Owen & Dennis (1996)
a) Desconfiança nos partidos políticos; b) Democracia pode funcionar sem partidos; c) Impedir a presença de partidos extremistas;	Yebra (1998)

²⁷ Medidas utilizadas foram: (1) Partidos são apenas interessados no voto; (2) Não importa que partidos governa; (3) Nenhum partido pode fazer muito sobre o desemprego; (4) Nenhum partido pode fazer muito sobre a inflação; (5) Nenhum partido pode fazer muito sobre o crime; (6) Partidos não são confiáveis para pôr os interesses nacionais acima dos interesses partidários

<p>a) Algumas pessoas dizem que os partidos políticos são necessários para fazer o sistema político do Canadá funcionar. Outros acreditam que os partidos políticos não são necessários;</p> <p>b) Algumas pessoas dizem que os partidos políticos ligam para o que as pessoas pensam. Outros dizem que os partidos no Canadá não ligam para o que as pessoas pensam;</p> <p>c) Todos os partidos federais são basicamente os mesmos, não se tem uma escolha;</p> <p>d) Partidos políticos passam muito tempo de importando com as minorias;</p> <p>e)-Os partidos políticos mantêm as promessas eleitorais na maioria das vezes, algumas vezes, ou quase nunca?</p>	Gidengil <i>et al.</i> (2001)
<p>a) Os partidos políticos se criticam muito entre si, mas na realidade todos são iguais;</p> <p>b) Os partidos só servem para dividir as pessoas;</p> <p>c) Sem partidos não pode haver democracia;</p> <p>d) Os partidos são necessários para defender o interesse de grupos e classes sociais;</p> <p>e) Graças aos partidos políticos, os indivíduos podem participar da vida política;</p> <p>f) Os partidos não servem para nada.</p>	Torcal, Gunther & Montero (2002) ²⁸
<p>a) Declínio da identificação partidária;</p> <p>b) Voto indeciso;</p> <p>c) Declínio do comparecimento eleitoral;</p> <p>d) Voto em partidos antipartidários;</p> <p>e) Declínio do engajamento partidário.</p>	Bale & Roberts (2002)
<p>a) Os partidos não ligam para o que as pessoas pensam;</p> <p>b) Os partidos políticos não são necessários para fazer o sistema político funcionar.</p>	Bélager (2003)
<p>a) Confiança nos partidos políticos.</p>	Hawkins (2003)
<p>a) Partidos não são úteis;</p> <p>b) A democracia pode funcionar sem partidos políticos;</p> <p>c) Os partidos políticos não são necessários porque não defendem os interesses dos grupos ou classes sociais;</p> <p>d) Os partidos não dão as pessoas a possibilidade de elas participarem da atividade política.</p>	Linek (2004)
<p>a) Os partidos não ligam para o que as pessoas pensam;</p> <p>b) Os partidos políticos não são necessários para fazer o sistema político funcionar.</p>	Leppink (2008)
<p>a) Confiança nos partidos políticos.</p>	Kestilä-Kekkonen (2009)

²⁸ Essas medidas se agrupam para formar duas dimensões de antipartidário estudados pelos autores, o antipartidário cultural, composto pelas questões “a” e “b”, e as questões “c”, “d” e “e” se agrupam para formar o antipartidarismo reativo. A última questão (f) não se ajustou a nenhum dos grupos.

<p>a) Falando de alguns grupos de pessoas, poderia informar o quanto gosta ou desgosta dos listados: (1) Pessoas que defendem a legalização do aborto; (2) Pessoas que defendem o regime militar; (3) Comunistas; (4) Petistas/ Simpatizantes do PT; (5) PSDBistas/ Simpatizantes do PSDB.</p> <p>b) Falando do grupo de pessoas que o(a) sr./sra menos gosta... Em uma escala de 1 a 10, na qual 1 significa "desaprova fortemente " e 10 significa "aprova fortemente "... (1) O quanto o sr./sra. aprova o direito dessas pessoas de votar?; (2) O quanto o sr./sra. aprova o direito dessas pessoas de fazer um discurso público? (3) O quanto o sr./sra. aprova o direito dessas pessoas de concorrer a um cargo público?</p>	<p>Fuks, Borba & Ribeiro (2018)</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria, baseado nos trabalhos de Poguntke (1996), Bardi (1996), Webb (1996), Yebra, 1998; Torcal, Monteiro & Gunther, 2002; Bale & Roberts (2002); Gidengil *et al*, 2001; Hawkins (2003); Bélager, 2003; Linek, 2004; Leppink, 2008; Kestilä-Kekkonen, 2009; Fuks, Borba & Ribeiro (2018).

Os trabalhos aqui mencionados trazem significativos avanços na operacionalização dos sentimentos antipartidários, entretanto, por falta de dados, torna-se impossível a replicação direta de algumas destas operacionalizações. Dito isso, segundo a literatura é entendido que a variável ideal para mensurar os sentimentos antipartidários deve ser consistente ao medir a orientação dos indivíduos sobre partidos políticos, estabelecendo um *link* confiável sobre a performance partidária (Poguntke, 1996); em outras palavras, a variável deve medir a desaprovação às instituições partidárias como veículos de representação política e de agregação dos interesses dos indivíduos (Torcal, Monteiro e Gunther, 2002).

Infelizmente, os *surveys* de opinião pública não contam com perguntas específicas sobre a rejeição de fato aos partidos e ao sistema de partidos²⁹, e tendo em vista que esse trabalho se propõe analisar o antipartidarismo na região latino-americana, demos preferência a uma base de dados que permitisse a análise de uma ampla gama de países, e que contasse com variáveis que nos autorizassem a testar as atitudes dos eleitores antipartidários, em vista disso, escolhemos como banco de dados o *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP).

Entendendo que o antipartidarismo em sua forma extrema significa a hostilidade e rejeição *per se* aos partidos políticos, compreendemos que os eleitores não podem manifestar *nenhuma* atitude positiva acerca das instituições partidárias. Visto isso, seguindo as orientações de Poguntke (1996) e Torcal, Gunther & Montero (2002), nos interessa desenvolver um indicador que seja consistente em medir os sentimentos de rejeição dos indivíduos pelos

²⁹ O *Comparative Studies of Electoral Systems* (CSES) conta com duas perguntas que poderiam medir a rejeição, contudo, esse *survey* não apresenta variáveis importantes para o propósito desta análise, e os países latino-americanos cobertos se restringem a quatro.

partidos políticos. Dado o conjunto de variáveis disponíveis sobre a relação entre partidos políticos e eleitores, nessa tese vamos agregar duas variáveis, compondo um *Índice de sentimentos por partidos políticos (ISPP)*, são elas:

VB10. *Atualmente o(a) sr./sra. simpatiza com algum partido político?*

*(1) Sim e (2) Não*³⁰;

E,

Levando em conta a situação atual do país, (...), por favor, me diga até que ponto concorda ou discorda das seguintes afirmações: DEM23. Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

(1) (Discorda Muito), 2, 3, 4, 5, 6, 7 (Concorda Muito)

A medida da identificação partidária se refere a avaliação positiva do eleitorado acerca dos partidos, de modo que contribui para a interpretação da capacidade de enraizamento dos partidos políticos junto ao eleitorado. Utilizaremos a variável “simpatia por partidos políticos” como uma *proxy* de identificação partidária, seguindo alguns trabalhos da área (Braga & Pimentel Jr, 2011; Borba, Gimenes & Ribeiro, 2015; Gimenes *et al*, 2015; Gimenes, 2015). Essa variável nos serviu como um filtro, em que separamos os eleitores partidários (sendo recodificados como 0) daqueles que não têm simpatia (recodificados como 1). Nos interessa, particularmente, os cidadãos que não dispõem de identidades partidárias.

A segunda variável é um indicador de legitimidade partidária (Moisés & Carneiro, 2018), em termos práticos teria a ver com uma percepção difusa do sistema partidário, em que diz respeito a um conjunto de atitudes e valores orientados para o sistema político como um todo, e independe do desempenho de uma administração específica. Assim, se os “partidos são as principais instituições da política democrática” (Lipset, 1996 *apud* Rosemblum, 2010) e a “democracia é impensável, salvo em termos de partidos políticos” (Schattschneider, 1942), e ainda, quando pensamos em um *déficit* democrático, tipicamente se cita a ausência desses (Rosemblum, 2010), tendo em vista a importância e essencialidade destas instituições para a vida democrática, podemos especular que ao dizer que “a democracia pode funcionar sem partidos”, os eleitores estão rejeitando essa essencialidade. A variável “democracia sem

³⁰ A variável foi recodificada para (0) Sim e (1) Não. Informações disponível no apêndice metodológico, p. 154.

partidos políticos”, portanto, funciona como uma escala de intensidade, em que as atitudes vão da mais positiva a essas instituições — ou seja, discordam da afirmação que a democracia não precisa de partidos —, até a mais negativa — na qual se concorda que a democracia poderia funcionar sem essas instituições. A operacionalização da variável pode ser descrita através da seguinte operação:

$$ISPP = (\textit{identificação partidária}) * (\textit{Democracia sem partidos})$$

O resultado desta multiplicação está disposto no quadro 05, abaixo:

QUADRO 05. Perfis dos Sentimentos por partidos políticos:

	Democracia sem partidos	VALOR	Perfil
Tem “simpatia” partidária	-	0	Partidário
Não tem “simpatia” partidária	Discorda muito que Democracia não precisa de partidos	1	Não-partidário
	Discorda que a democracia não precisa de partidos	2	
	Discorda moderadamente que a democracia não precisa de partidos	3	
	Indeciso sobre a democracia precisar ou não de partidos	4	NA
	Concorda moderadamente que a democracia funcione sem partidos	5	Antipartidário
	Concorda que a democracia pode funcionar sem partidos	6	
	Concorda muito que a democracia pode funcionar sem partidos	7	

Fonte: Elaboração própria a partir da variável *vb10* e *dem23* do LAPOP.

Com isso obtemos uma escala que varia do 0 até o 7, onde o “0” representa todos os eleitores que são identificados com os partidos políticos; do 1 até o 3 são os eleitores que não têm simpatia, mas acreditam que a democracia precisa dessas instituições para funcionar, que denominamos de *não-partidários*; o ponto 4 da escala representa os que não possuem uma posição clara, ou seja, não têm simpatia partidária e não têm uma posição definida quanto a

necessidade da democracia precisar ou não de partidos políticos ; e por fim, do 5 até o 7, representa aqueles eleitores que não têm simpatia partidária e acreditam que a democracia pode funcionar sem partidos políticos, que denominamos de *antipartidários per se*.

Assim, em um primeiro momento, a partir desses perfis, nossa intenção é explorar de que forma os eleitores latino-americanos se relacionam com seus partidos políticos (seção 1.4 desta tese). Entretanto, para as análises multiníveis (Capítulo 03), recodificamos esse índice entre aqueles que manifestam (1) sentimentos antipartidários e aqueles que manifestam (0) atitudes partidárias positiva em relação aos partidos políticos³¹.

1.4. Contexto e evolução do antipartidarismo na América Latina (2006-2012)

A região da América Latina é conhecida pelo escasso apego dos cidadãos para com as instituições representativas (Quiroga, 2011). Segundo Cavarozzi & Casullo (2002), os partidos políticos dessa região atravessam uma situação paradoxal, problemática e desconcertante, que tem a ver com a sobreposição de dois processos: “de *consolidação democrática* e outro da *crise das modalidades de articulação e representação de interesses*” (p. 09, grifo dos autores), que se dá tanto em sistemas partidários relativamente institucionalizados, quanto em sistemas que estão passando por uma deterioração. Recorrer a história dessas instituições pode ser interessante para compreendermos o porquê isso ocorre.

Nessa seção procuramos resgatar, ainda que de maneira breve, o debate sobre o papel e desempenho dos partidos políticos na região latino-americana, depois, apresentamos dados mais específicos sobre a relação entre cidadãos e essas instituições, para por fim, passarmos à discussão sobre a evolução dos *sentimentos por partidos políticos* (ISPP). Nossa intenção maior é retomar o debate sobre a crise dos partidos na América Latina e verificar se até 2012, de fato há uma rejeição generalizada aos partidos na região.

Em primeiro lugar, convém mencionar que cada país dessa região possui uma trajetória política e econômica distinta, e uma importante diversidade cultural (Garretón, 1993) que faz com que seja uma região extremamente heterogênea. Entretanto, conforme Albala & Vieira (2014), a construção e organização dos partidos e do sistema de partidos latino-americanos se

³¹ Para a recodificação, consultar Apêndice metodológico, p. 154.

deram de forma relativamente parecida, e foram produtos da competição e tensão entre as oligarquias. Por isso, a relação entre governantes/governados ou representante/representados se funda sobre bases clientelistas e simbólicas, diferente das bases programáticas da Europa e outras democracias consolidadas. Os partidos políticos seriam, desta maneira, em sua maioria máquinas eleitorais, onde os vínculos entre eleitores e essas instituições são utilitaristas e pessoais. A falta de um ordenamento ideológico e programático seria a causa e consequência, segundo Albala & Vieira (2014), da instabilidade política da região³².

A partir de 1940, com o processo de industrialização e o crescimento da emigração, se desenvolvesse um novo tipo de representação política, em que os partidos políticos passaram a organizar-se sob uma nova perspectiva e com forte vínculo social. Isto porque, surgiram numerosos partidos com ideais marxistas na região latino-americana, que conduziu em numerosos países a um reordenamento do sistema de clivagens. Processo esse, interrompido por golpes de Estado (Albala & Vieira, 2014).

Para Garretón (1993) as décadas de 70 e 80 foram marcadas por semelhanças entre boa parte dos países da região, em que se destacam a crise de ordem econômica, social e política que culminou, dentre outros resultados, no colapso do modelo desenvolvimentista por conta de dívidas externas e alta inflação, à precarização das condições de trabalho, ao aumento da pobreza, queda de ditaduras militares e à luta pela reconstrução de marcos institucionais capazes de promover a instauração ou reinserção do jogo político democrático em diversos países latino-americanos (Gimenes, 2014).

O fim dos regimes ditatoriais foi marcado por muitas mudanças, em especial, para os partidos políticos, pela necessidade de readaptação a uma normalidade democrática e a competição política (Albala & Vieira, 2014). As organizações partidárias que se reestruturaram nesse período, enfrentaram uma série de problemas, além da busca pela sua institucionalização, teriam que buscar conquistar as preferências dos indivíduos, que também haviam passado por mudanças nesse período, em especial, a mudança na percepção do próprio eleitorado com expectativas sobre o posicionamento dos partidos frente as demandas dos cidadãos.

Sáez & Freibenberg (2006) partem de uma vertente institucionalista e analisam de forma sistemática as características formais dos sistemas de partidos latino-americanos. Para os

³² Entretanto, Albala & Vieira (2014) chama a atenção para que, mesmo que a forma de ligação não tenha sido baseada na clivagem esquerda/direita, não significa dizer que não existe alguma estruturação ao redor de clivagens, que poderiam ser simbólicas, locais, religiosas, entre governo e oposição.

autores, no início da transição democrática (1978-1980) a América Latina contava com quatro cenários diferentes. O primeiro era composto por países com tradições partidárias sólidas, onde havia “máquinas partidárias” que tinham capacidade de mobilizar importantes setores da população. Para os autores, esse cenário poderia, tomando como pano de fundo as transições para a democracia, ser exemplificado por países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), em que o universo partidário era o mesmo anterior a quebra democrática. Também apontam que em um primeiro momento, esse também seria o caso do Peru, em que dois de seus partidos (Aliança Popular Revolucionária Americana e Ação Popular) se alternavam no poder durante a década de oitenta e eram anteriores ao processo autoritário (p. 140-141). O segundo cenário, era considerado um modelo misto, em que partidos antigos coabitavam com novos partidos surgidos do processo de transição. Aqui os autores enquadram partidos da Bolívia, Brasil, Equador (p. 141). O terceiro contexto, os autores enquadravam casos em que se manteve a existência de organizações, mas que são historicamente vazias do ponto de vista político e social, e o Paraguai, Honduras, e em alguma medida Nicarágua e Panamá, são representantes desse contexto (p. 141). Por fim, o quarto cenário envolve países com uma debilidade histórica de partidos políticos e que após os governos autoritários, mal havia um marco mínimo de partidos políticos. Os sistemas partidários que faziam parte desse grupo eram El Salvador, Guatemala, e parcialmente, a Nicarágua (p. 141).

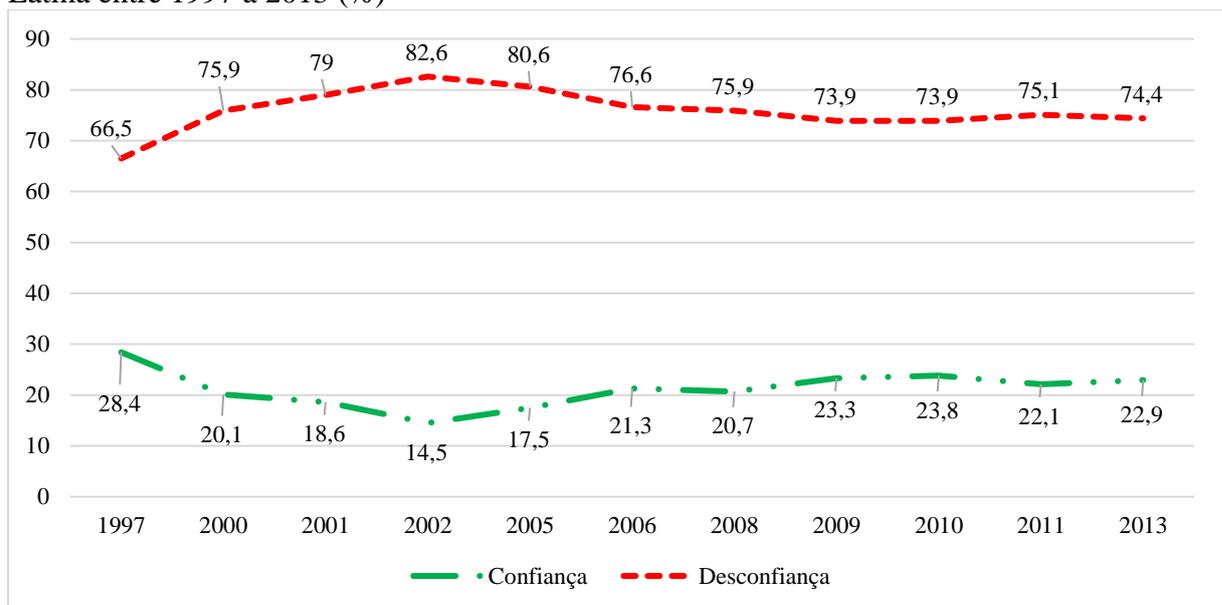
Essa caracterização mostra que a América Latina apresenta uma grande heterogeneidade de sistemas partidários, cada um com especificidades. Ainda de acordo com Sáez & Freibenberg (2006), apenas Brasil, Peru e Venezuela tiveram uma mudança significativa em algumas siglas partidárias, os outros países continuam mostrando uma estrutura partidária muito similar no final do período indicado à que tinham em seu início. Isso mostra, segundo os autores, uma relativa continuidade na composição dos sistemas de partidos entre 1980 e 2000, o que contradiz a visão que habitualmente se oferece da existência de mudanças dramáticas, ou da derrocada da ordem anteriormente existente. Também observam que as profundas mudanças acontecidas no Peru e Venezuela durante 1990 seriam a exceção e não a regra, e “nesses dois países pode se falar, sem nenhuma dúvida, de uma refundação do sistema partidário segundo um esquema funcional para os interesses das lideranças bonapartistas de seus respectivos presidentes” (p. 141).

Apesar disso, os resultados produzidos sobre o grau de institucionalização mostram que até o ano 2000, os partidos da região, com exceção a Argentina, Chile e Uruguai, eram pouco institucionalizados, o que segundo Albala & Vieira (2014), seriam o fator chave para entender

a baixa interação entre partidos políticos e cidadãos, ou melhor, a baixa capacidade dos indivíduos nesta região em adotar essas instituições como seus intermediadores no sistema político. Assim, acredita-se que os partidos que ressurgiram no período pós-ditadura, pularam etapas e passaram diretamente para a etapa de partidos *catch al* e cartel sem experimentar a etapa de partido de massa (Weyland, 2003; 2013).

Ainda sobre o contexto dos partidos nesta região, Carreras (2012a) e Albala & Vieira (2014) sustentam que é um exagero dizer que os partidos latino-americanos estão passando por um desalinhamento. Isto porque algumas pesquisas recorrem apenas aos resultados sobre o grau de confiança que os indivíduos nutrem pelos partidos políticos, para inferir sobre a crise dos partidos políticos, e, portanto, sobre o desalinhamento. A figura 01, abaixo, mostra a evolução da confiança entre os partidos políticos na América Latina entre 1997 e 2013:

FIGURA 01. Média por ano da evolução da confiança nos partidos políticos³³ na América Latina entre 1997 a 2013 (%)



Fonte: Latinobarômetro (1997-2013)

Nota: Recodificação de “Confiança” = Muita + Algo

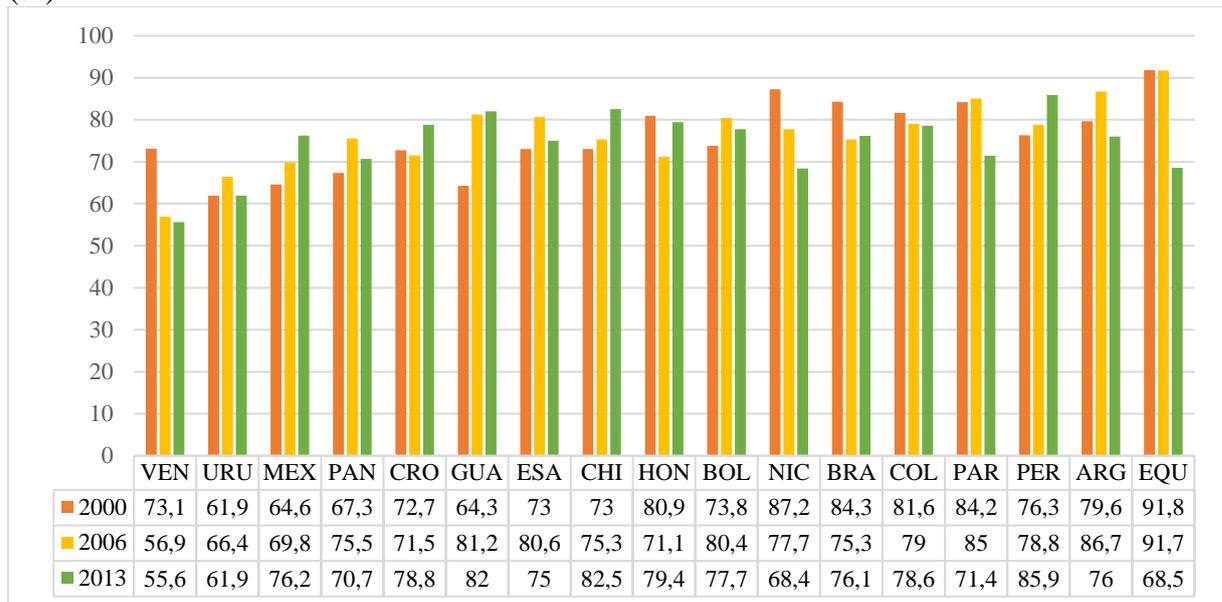
Recodificação de “Desconfiança” = Pouco + Nenhuma

De fato, a conclusão parece ser pessimista. Em média, cerca de 76,2% dos cidadãos latino-americanos dizem confiar pouco ou nada nessas instituições (representada pelo tracejado vermelho). Quando olhamos diretamente para a evolução da desconfiança por país em três pontos no tempo (2000, 2006 e 2013) (FÍGURA 02, a seguir), observamos que esta se mantém relativamente superior a 50%, ou seja, em todos os países encontramos que mais da metade dos

³³ A questão utilizada do Latinobarômetro foi: “para cada una de los grupos, instituciones o personas mencionada en la lista, cuanta confianza tiene usted en ellas: mucha, algo, poca o ninguna confianza en....?”.

indivíduos afirmam desconfiar dos partidos políticos. No Equador encontramos a maior média entre os anos, de forma que entre os anos 2000 e 2013, cerca de 84% dos eleitores disseram não confiam nos partidos políticos. Entretanto, é válido ressaltar que houve um decréscimo significativo de 23,3 pontos percentuais entre esses anos. Venezuela e Uruguai, por sua vez, são as unidades nacionais com os menores índices de desconfiança, suas médias entre os anos são, 61,9% e 63,4%, nessa ordem.

FIGURA 02. Evolução da desconfiança nos partidos políticos, por país, em 2000, 2006 e 2013 (%)³⁴



Fonte: Latinobarômetro (2000, 2006, 2013)

Onde: VEN = Venezuela; URU = Uruguai; MEX = México; PAN = Panamá; CRO = Costa Rica; GUA = Guatemala; ESA = El Salvador; CHI = Chile; HON = Honduras; BOL = Bolívia; NIC = Nicarágua; BRA = Brasil; COL = Colômbia; PAR = Paraguai; PER = Peru; ARG = Argentina; EQU = Equador.

Nota: Recodificação de “desconfia” = Pouco + Nenhuma

Os países foram ordenados pelas médias da desconfiança nesses três pontos no tempo.

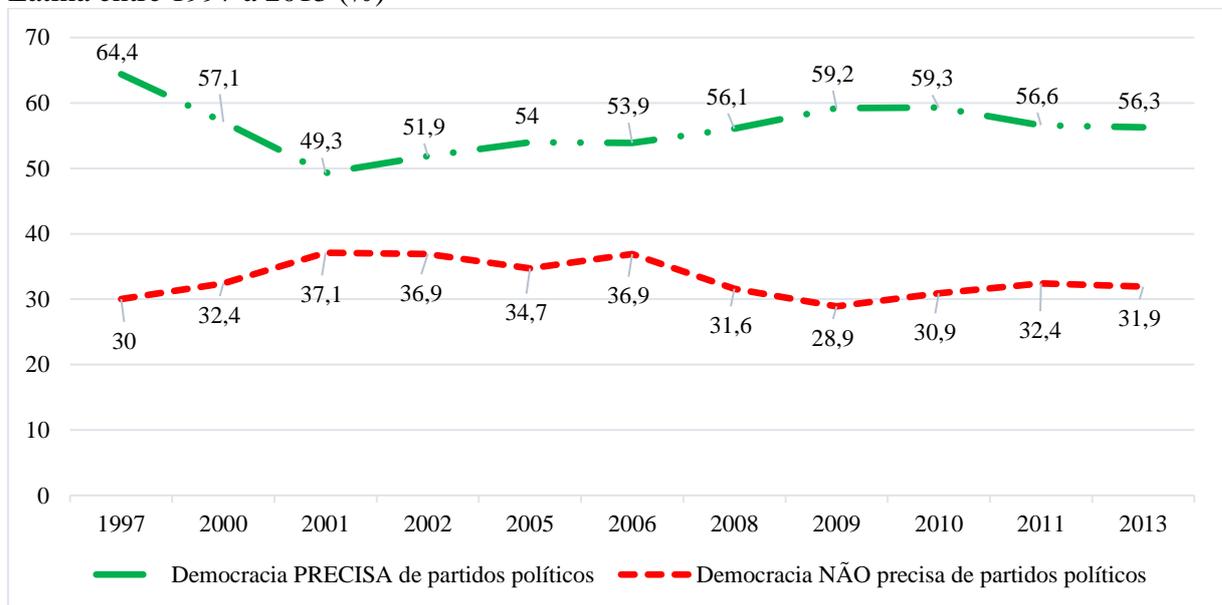
Baseando-se apenas por esses resultados, a situação dos partidos políticos parece ser grave. O que não é novidade, já que os latino-americanos são conhecidos por expressarem pouca confiança nos políticos e nas suas instituições de representação (Power & Jamison, 2005), confirmada por inúmeras pesquisas e analistas para os quais, os partidos políticos possuem “baixíssima valoração” e “são classificados indefectivelmente no último lugar”, (Sáez & Freibenberg, 2002, p. 148).

³⁴ Os dados de toda a série temporal encontram-se no Anexo, página 159. Aproveitamos para fazer um adendo, se considerássemos toda a série disponível de dados, haveria uma alteração na ordem dos países pelo grau de desconfiança, pela média. A nova ordem seria (da menor média para a maior): Uruguai (58,1%), Venezuela (64,1%), El Salvador (71,1%), Panamá (73,1%), Costa Rica (75%), Honduras (76,3%), México (76,4%), Chile (76,9%), Guatemala (77,1%), Nicarágua (77,6%), Colômbia (78,2%), Paraguai (78,8%), Brasil (79,3%), Argentina (81,2%), Bolívia (81,2%), Peru (81,7%), Equador (82,6%).

De acordo com Albala & Vieira (2014) e Carreras (2012a; 2012b) para se estabelecer qualquer conclusão é preciso comparar esses resultados com os de democracias mais consolidadas, e ao fazer isso, os autores encontram que o nível de confiança aos partidos políticos latino-americanos permanece acima dos europeus³⁵. Mais ainda, sendo a variável “confiança nos partidos políticos” relativa a percepção dos cidadãos sobre o bom ou mau desempenho dos partidos políticos (Moisés & Carneiro, 2018), para Sáez & Freibenberg (2002) e Moisés & Carneiro (2018) ainda que é preciso levar em conta outras questões sobre os partidos para se inferir sobre uma crise, uma delas é analisar sobre a legitimidade conferida a essas instituições.

Os autores utilizam a medida “não há democracia sem partidos políticos” como um indicador de legitimidade partidária, que revela, portanto, como os cidadãos são capazes de diferenciar e apoiar os princípios subjacentes às funções de representação das instituições democrática. Os gráficos abaixo (FIGURA 03 e 04) trazem a média por ano da percepção dos eleitores sobre o quanto conferem de legitimidade a estas instituições e também a evolução desse sentimento nas unidades nacionais em três pontos no tempo (2000, 2006 e 2013).

FIGURA 03. Média por ano da evolução da legitimidade dos partidos políticos³⁶ na América Latina entre 1997 a 2013 (%)



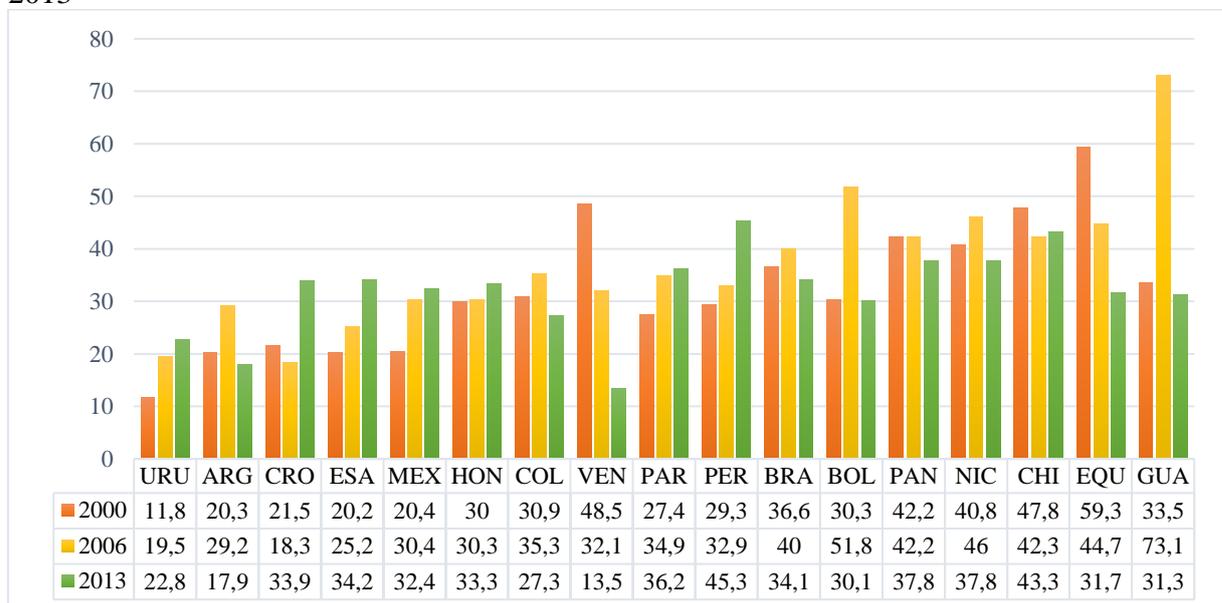
Fonte: Latinobarômetro (1997 – 2013)

³⁵ Resultados sistematizados podem ser encontrados em Albala & Vieira (2014), Tabela 2, página 164.

³⁶ A questão utilizada do Latinobarômetro foi: “Hay gente que dice que sin partidos políticos no puede haber democracia, mientras que hay otra gente que dice que la democracia puede funcionar sin partidos. ¿Cuál frase está más cerca de su manera de pensar?”. As respostas possíveis são: “Sin partidos políticos no puede haber democracia” / “La democracia puede funcionar sin partidos”.

Os resultados mostram que, em sua maioria, os cidadãos latino-americanos expressam que a democracia precisa dessas instituições. No ano de 1997, pelo menos 64,4% dos eleitores acreditavam que a democracia precisa de partidos políticos para funcionar, também é o maior valor encontrado em toda a série histórica. Todavia, entre esse ano e 2001 houve um decréscimo desse valor em pelo menos 15,1%, subindo novamente até 2010, quando voltou a cair pelo menos 3 pontos percentuais. Uma explicação conferida a esse declínio entre 1997 e 2001 pode ser o da crise econômica internacional iniciada em 2001 e que afetou a região (Albala & Vieira, 2014).

FIGURA 04. Evolução da deslegitimidade dos partidos políticos por país em 2000, 2006 e 2013³⁷



Fonte: Latinobarômetro (2000, 2006, 2013)

Onde: URU = Uruguai; ARG = Argentina; CRO = Costa Rica; ESA = El Salvador; MEX = México; HON= Honduras; COL = Colômbia; VEN = Venezuela; PAR = Paraguai; PER = Peru; BRA = Brasil; BOL = Bolívia; PAN = Panamá; NIC = Nicarágua; CHI = Chile; EQU = Equador; GUA = Guatemala.

Nota: Os países foram ordenados pelas médias da legitimidade conferida aos partidos políticos nesses três pontos no tempo.

Mais especificamente, quando olhamos a evolução da deslegitimidade conferida aos partidos políticos entre as unidades nacionais, vemos que a Guatemala é o país em que, em média, mais os cidadãos deslegitimam essas instituições (46%), o que pode ser um indicativo de um país com alto grau de antipartidarismo (que será visto mais adiante). Nos anos 2000,

³⁷ Os dados de todas a serie temporal encontra-se no Anexo, página 160. Aproveitamos para fazer um adendo, se considerássemos toda a série disponível de dados, haveria uma alteração na ordem dos países pelo grau de legitimidade: Uruguai (15,7%); Costa Rica (21,7%); Argentina (25,2%); El Salvador (27,2%); Venezuela (27,3%); Nicarágua (28,5%); Honduras (29,9%); Chile (30,5%); Peru (32%); Guatemala (36,1%); México (36,4%); Brasil (38,4%); Bolívia (39,2%); Paraguai (39,5%); Panamá (42,4%); Colômbia (42,7%); e Equador (49,6%). Um detalhe interessante, é que o Equador é o único país da América Latina em que a média da deslegitimação aos partidos é maior do que a legitimação (38,9%).

cerca de 33,5% da sua população acreditava que a democracia não precisa de partidos para funcionar, em 2006 esse valor passa a atingir 73,1% (que também é o maior valor de toda a série histórica), mas em 2013 se registra valores ainda mais baixos do que de 2000 (31,3%).

Destacamos ainda os resultados do Uruguai, cuja média de deslegitimação é de apenas 18%. Mas os dados indicam um acréscimo de 11 pontos, em outras palavras, entre os anos 2000 e 2013, houve um aumento de 11% dos eleitores que diziam que a democracia poderia funcionar sem partidos políticos. Os achados para a Venezuela também são surpreendentes, em 2000, um pouco menos da metade dos seus cidadãos (48,5%) acreditavam que a democracia poderia funcionar sem as instituições representativas, em 2006 esse valor passou a ser de 32,1%, e em 2013, cerca de 13,5%. Uma redução de 35 pontos percentuais.

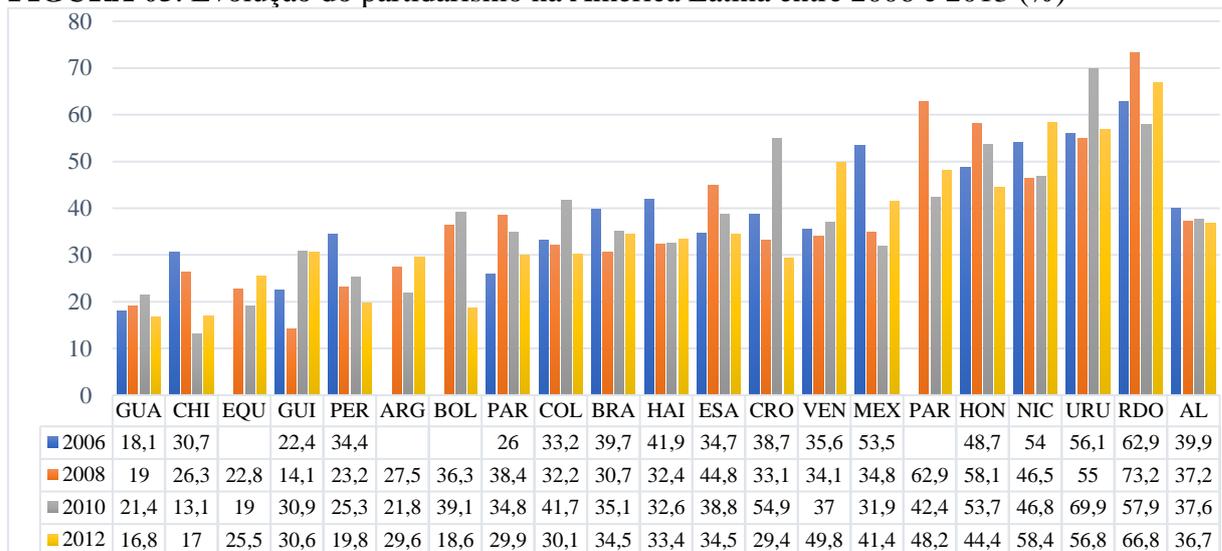
As variáveis sobre confiança e de legitimidade nos ajudam a entender um pouco da situação e trajetória dos partidos políticos nas democracias latino-americanas. Verifica-se que, de fato, a desconfiança nos partidos políticos é extremamente alta, mas isso não influenciou na perda de protagonismo dessas instituições na região e na sua deslegitimação (com exceção do Equador), de forma que em quase todos os países analisados nesse primeiro momento, tendem a acreditar que a democracia precisa de partidos políticos para funcionar.

Outra medida útil para entendermos a situação dos partidos políticos diz respeito ao seu enraizamento na sociedade. Utilizando a variável descrita na seção anterior, em que levamos em consideração a existência ou não de uma identificação partidária e da possibilidade de concordância ou discordância da afirmação de que as democracias precisam de partidos políticos para funcionar, apresentaremos os resultados para o *Índice de sentimentos por partidos políticos* nos gráficos 05, 06 e 07³⁸, organizados de acordo com a média do sentimento nos países³⁹.

O primeiro sentimento analisado é o mais positivo aos partidos políticos, entendido como partidarismo (FIGURA 05). Em geral, a evolução dessa atitude nesta região já foi amplamente discutida e analisada por estudiosos do comportamento político (Lupu, 2015a; Gimenes, 2015; Gimenes *et al.*, 2015; Borba *et al.*, 2018), por isso, vamos tratar brevemente dos resultados mais importantes. Nota-se em primeiro lugar que há uma variabilidade significativa desse indicador, sem apresentar grandes tendências entre os anos.

³⁸ As tabelas com os resultados estão disponíveis no Anexo, na página 162-163 (TABELA 10, 11 e 12).

³⁹ Os dados referentes a essas médias estão dispostos mais abaixo nesta seção.

FIGURA 05. Evolução do partidarismo na América Latina entre 2006 e 2013 (%)

Fonte: LAPOP 2006, 2008, 2010 e 2012

Onde: GUA = Guatemala; CHI = Chile; QUE = Equador; GUI = Guiana; PER = Peru; ARG = Argentina; BOL = Bolívia; PAR = Paraguai; COL = Colômbia; BRA = Brasil; HAI = Haiti; ESA = El Salvador; CRO = Costa Rica; VEN = Venezuela; MEX = México; PAR = Paraguai; HON= Honduras; NIC = Nicarágua; URU = Uruguai; RDO = República Dominicana; AL = América Latina.

Observa-se que os países mais partidários são a República Dominicana (média entre os anos de 65,2%), em seguida aparece o Uruguai (média de 59,5%), Nicarágua fica em terceiro lugar com uma média de 51,4%, Honduras e Paraguai, por sua vez ficam empatados em quarto lugar, com 51,2%. Países como Guatemala, Chile, Equador e Guiana, acabaram se configurando como países menos partidários, já que durante o período de seis anos, menos de ¼ (25%) de seus indivíduos manifestaram a identificação com algum partido.

Quando analisamos ano por ano, encontramos que o partidarismo não foi manifestado de maneira regular por parcelas majoritárias das populações nacionais na região ficando abaixo dos 40%, a exceção a esse fato pode ser ilustrado pela República Dominicana e Uruguai em todos anos da pesquisa, na Nicarágua em 2006 e 2012, Honduras em 2008 e 2010, México em 2006, e Costa Rica em 2010, dito de outra maneira, a medida atingiu nesses países valores superiores a 50%.

Na maioria dos países, o percentual de eleitores partidários de algum partido sofreu queda, especialmente se observarmos os dados de 2012. Em doze das vinte unidades nacionais houve redução da manifestação desse sentimento, são eles: Bolívia (17,7%), Chile (13,7%), Paraguai (14,7%), Peru (14,6%), México (12,1%), Costa Rica (9,3%), Haiti (8,5%), Brasil (5,2%), Honduras (4,3%), Colômbia (3,1%), Guatemala (1,3%) e El Salvador (0,2%). É interessante destacar ainda que quatro desses doze países apresentaram também os mais baixos

percentuais de cidadãos partidários: Guatemala, Chile, Bolívia e Peru com 16,8%, 17%, 18,6% e 19,8%, respectivamente. Por outro lado, entre os países que apresentaram os maiores crescimento percentuais desse sentimento, destacam-se Venezuela (14,2%), Guiana (8,2%), e em menor medida, Nicarágua (4,4%), Panamá e República Dominicana (3,9%), Equador (2,7%), Argentina (2,1%) e Uruguai (0,7%). República Dominicana, Nicarágua, Uruguai e Venezuela são os países em que encontramos as percentagens de partidatismo em 2012: 66,8%, 58,4%, 56,8% e 49,8%, nessa ordem.

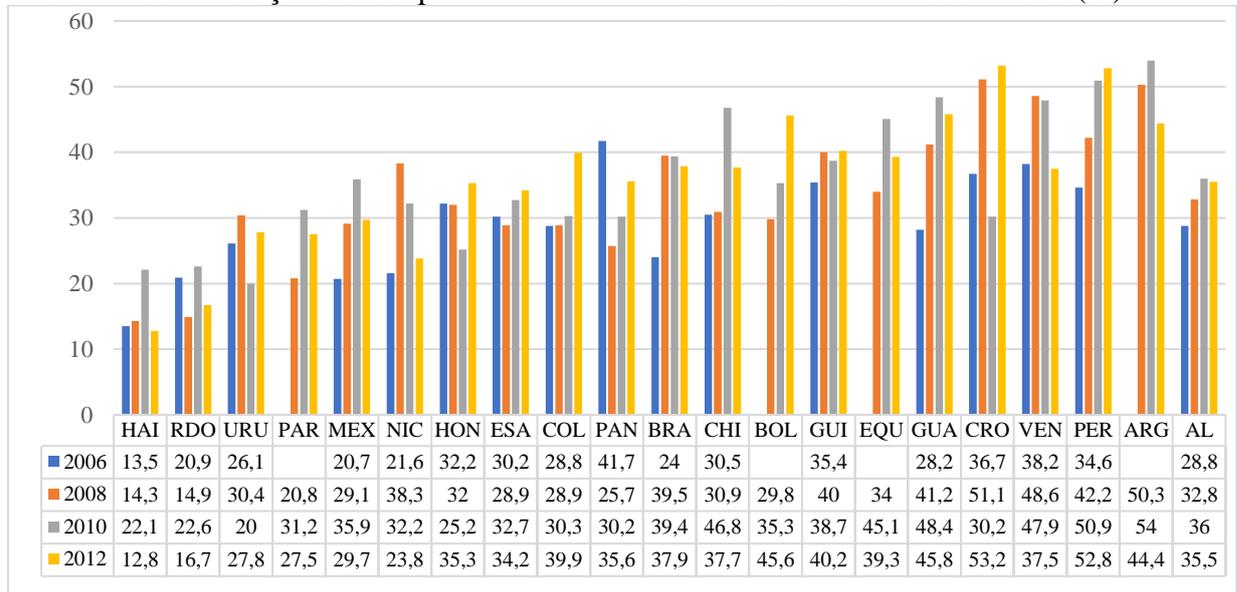
É importante observar ainda que quando consideramos a América Latina como um todo, nota-se que os resultados para o conjunto de eleitores não ultrapassam 40%. Em 2006, 39,9% dos cidadãos latino-americanos expressavam o partidatismo por algum partido político, em 2008 esse número caiu para 37,2% e, em 2010 subiu para 37,6%, e voltou a cair em 2012, para 36,7%. Considerando o período de seis anos houve um decréscimo de 3,2% no número de indivíduos que manifestam esse sentimento.

Tendo esses últimos dados em mente, se em 2006, 39,9% dos indivíduos se identificavam com algum partido, isso indica que mais de 60% dos indivíduos na região não manifestavam sentimentos positivos aos partidos políticos. Nessa mesma lógica, em 2008 esse número passou para 62,8%, em 2010 era 62,4% e, em 2012 o partidatismo não era manifestado por pelo menos 63% dos cidadãos. O *Índice de sentimentos por partidos políticos* nos permitiu avançar nesse ponto em comparação com trabalhos já existente sobre a relação entre partidos e eleitores, ou seja, nos permitiu olhar para aqueles indivíduos ainda pouco explorados dentro do comportamento político, para aqueles eleitores que não possuem um partido preferido. Quando multiplicamos a variável de identificação partidária com o grau de concordância que a democracia poderia funcionar sem os partidos, conseguimos separar dentro da categoria dos não identificados, um sentimento intermediário (não-partidários) até chegar no nosso fenômeno de interesse, os antipartidários.

A seguir (FIGURA 06), mostramos a evolução dos eleitores não-partidários, que são aqueles eleitores que não manifestaram identificação partidária, entretanto, acreditam que a democracia precisa de partidos para funcionar. Em primeiro lugar, os resultados encontrados, não nos indicam uma grande tendência quanto a evolução desse sentimento. Baseando-se nas médias dos anos por país vemos que as unidades nacionais com maior índice de indivíduos que manifestam esse tipo de atitude são: Argentina (49,7%), Peru (45,1%), Venezuela (43,1%), Costa Rica (42,8%) e Guatemala (40,9%). Já na República Dominicana e no Haiti esse

indicador não passou de 20%, ou seja, em média menos de ¼ (25%) de seus eleitores manifestam esse sentimento.

FIGURA 06. Evolução do não-partidarismo na América Latina entre 2006 e 2013 (%)



Fonte: LAPOP 2006, 2008, 2010 e 2012

Onde: GUA = Guatemala; CHI = Chile; QUE = Equador; GUI = Guiana; PER = Peru; ARG = Argentina; BOL = Bolívia; PAR = Paraguai; COL = Colômbia; BRA = Brasil; HAI = Haiti; ESA = El Salvador; CRO = Costa Rica; VEN = Venezuela; MEX = México; PAR = Paraguai; HON= Honduras; NIC = Nicarágua; URU = Uruguai; RDO = República Dominicana; AL = América Latina.

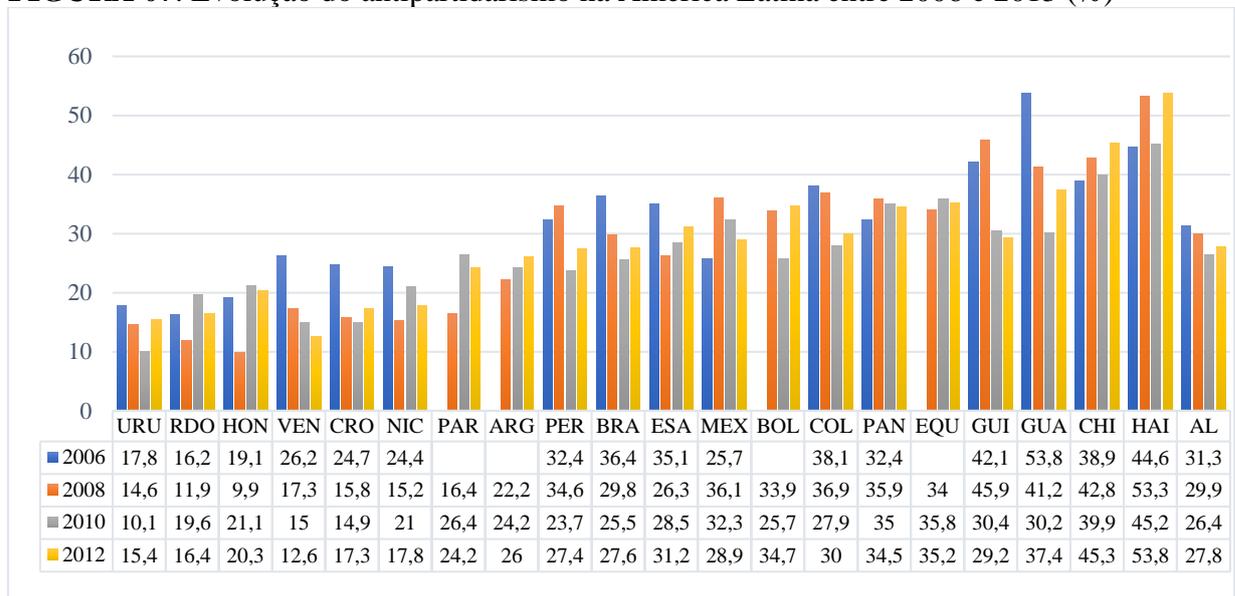
Poucos foram os países e anos em que esse sentimento ultrapassou 50%, sendo percebida apenas na Argentina em 2008 e 2010, Peru em 2010 e 2012 e Costa Rica em 2008 e 2012. Diferente do partidarismo, em pelo menos quinze dos países latino-americanos o percentual desse sentimento aumentou. Figuram entre os países com o maior acréscimo, Peru (18,2%), Guatemala (17,6%), Costa Rica (16,5%), Bolívia (15,9%), Brasil (13,9%) e Colômbia (11,1%). Considerando o ano de 2012, observamos que os países mais “não-partidários” são Costa Rica, em que mais de 53,2% dos eleitores não possuem identificação com nenhum partido e acreditam que a democracia precisa de partidos para funcionar, em segundo aparece Peru com 52,8%, depois Guatemala 45,8%, Bolívia 45,6%, e a Argentina com 44,4%.

A Argentina apesar de figurar entre os países mais não-partidários, considerando a média dos anos e a proporção dos eleitores, apresentou uma queda de 5,9% entre 2006 e 2012. Assim como Panamá (6,1%), República Dominicana e Haiti (0,7). Esses dois últimos, além de serem pela média do país os que apresentam baixos índices desse sentimento, também são os que em 2012 se apresentaram como a menor proporção de eleitores não partidários, 16,7% e 12,8%, respectivamente.

Outro ponto que vale ser mencionado, é que quando consideramos o total para a América Latina, vemos que houve um aumento do não-partidarismo durante o período analisado. Em 2006, temos que 28,8% dos cidadãos latino-americanos não eram identificados com nenhum partido, mas acreditavam que a democracia precisa de partidos para funcionar, e terminou com quase 35,5% dos indivíduos manifestando essa atitude, ou seja, entre 2006 e 2012, houve um aumento de 6,7%.

Por fim, apresentamos agora os resultados para aqueles que não se identificam com nenhum partido e acreditam que a democracia pode funcionar sem partidos políticos, os que denominamos de antipartidários *per se*. A figura 07, nos mostra que os países mais antipartidários seriam Haiti, Chile e Guatemala, cujas médias são superiores a 40% (TABELA 01, a seguir). Costa Rica, Venezuela, Honduras, República Dominicana e Uruguai, por sua vez, seriam os países menos antipartidários. Verificamos ainda que em todos os anos analisados, o antipartidarismo não foi manifestado de maneira regular na região, sendo que em poucos países (Haiti em 2008 e 2012, e Guatemala em 2006) a medida atingiu valores superiores a 50% em alguma onda do LAPOP.

FIGURA 07. Evolução do antipartidarismo na América Latina entre 2006 e 2013 (%)



Fonte: LAPOP 2006, 2008, 2010 e 2012

Onde: URU = Uruguai; RDO = República Dominicana; HON= Honduras; VEN = Venezuela; CRO = Costa Rica; NIC = Nicarágua; PAR = Paraguai; ARG = Argentina; PER = Peru; BRA = Brasil; ESA = El Salvador; MEX = México; BOL = Bolívia; COL = Colômbia; BRA = Brasil; PAN = Panamá; EQU = Equador; GUI = Guiana; GUA = Guatemala; CHI = Chile; HAI = Haiti; AL = América Latina.

Essa atitude apresenta quedas significativas na maioria dos países latino-americanos, são eles: Guatemala (16,4%), Venezuela (13,6%), Guiana (13,4%), Brasil (8,8%), Colômbia

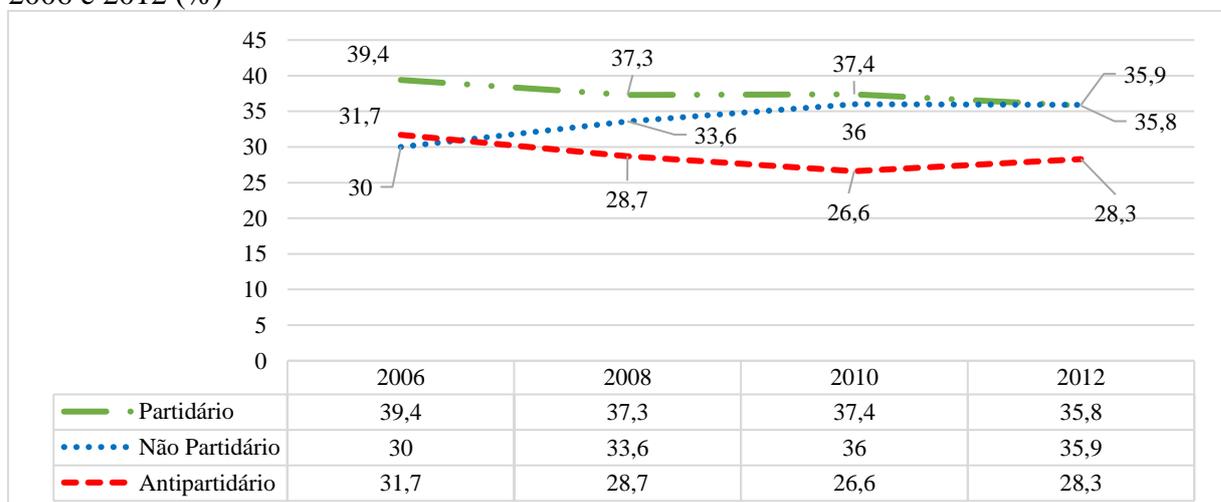
(8,1%), Costa Rica (7,4%), Nicarágua (6,6%), Peru (5%), El Salvador (3,9%), Uruguai (2,4%). É interessante destacar ainda que os países que apresentam os menores índices de antipartidarismo em 2012 são: Venezuela (12,6%), Uruguai (15,4%), Republica Dominicana (16,45), Costa Rica (17,3%) e Nicarágua (17,8%).

Entre os países que apresentaram os maiores crescimentos percentuais de antipartidarismo no período são: Haiti (9,2%), Paraguai (7,8%), Chile (6,4%), Argentina (3,8%), México (3,2%), Panamá (2,1%), Equador e Honduras (1,2%), Bolívia e República Dominicana tiveram um crescimento irrisório de 0,8 e 0,2%. Entre esses países, estão as unidades nacionais em que se encontram as maiores percentagens de antipartidarismo em 2012: Haiti (53,8%), Chile (45,3%), Guatemala (37,4%), Equador (35,2%), Bolívia (34,7%) e El Salvador (31,2%).

É importante observar ainda que quando consideramos a América Latina como um todo, nota-se que os resultados para o conjunto de eleitores não ultrapassam 40%. Em 2006, 31,3% dos cidadãos latino-americanos expressavam o antipartidarismo, em 2008 esse número caiu para 29,9% e, em 2010 continuou caindo para 26,4%, e voltou subir em 2012, para 27,8%. Assim, considerando um período de seis anos, houve um decréscimo de 3,5% no número de indivíduos que manifestam esse sentimento.

A título de informação, o gráfico 08 mostra os dados agregados para a América Latina entre os anos de 2006, 2008, 2010 e 2012. A análise descritiva deste dado já foi realizada nas páginas anteriores.

FIGURA 08. Evolução dos Sentimentos por partidos políticos (ISPP) na América Latina entre 2006 e 2012 (%)



Fonte: LAPOP 2006, 2008, 2010 e 2012

Passamos agora para a análise das médias desses sentimentos na América Latina no período de 2006 a 2012, dispostas na tabela 01. Temos como intenção analisar qual é a manifestação de sentimento mais preponderante tanto na América Latina como unidade analítica, quanto por país. Percebe-se de início que o partidarismo (a identificação com os partidos políticos) é o sentimento mais preponderante na América Latina de forma agregada. Do grupo dos países mais “identificados” aos partidos podemos citar, El Salvador (38,2%), México (40,2%); as médias de Honduras, Paraguai, Nicarágua, República Dominicana e Uruguai, por sua vez, ultrapassam os 50%, com o penúltimo país atingindo uma média de 64,8%. Para outras seis unidades nacionais (Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Haiti e Venezuela) esse sentimento aparece como o segundo mais importante nas formas de relacionamento entre eleitores e partidos políticos.

TABELA 01. Média das proporções dos sentimentos por partidos políticos (%)

País	Partidários	Não-Partidários	Antipartidários
Argentina	26,3	49,6	24,1
Bolívia	31,3	36,9	31,4
Brasil	35	35,2	29,8
Chile	21,8	36,5	41,7
Colômbia	34,3	35,3	33,7
Costa Rica	39	42,8	18,1
El Salvador	38,2	31,5	30,3
Equador	22,4	39,5	35
Guatemala	18,8	40,9	40,7
Guiana	24,5	38,6	36,9
Haiti	35,1	15,7	49,1
Honduras	51,2	31,2	17,6
México	40,2	28,9	30,8
Nicarágua	51,4	29	19,6
Panamá	32,3	33,3	34,5
Paraguai	51,2	26,5	22,3
Peru	25,7	45,1	29,5
Republica Dominicana	65,2	18,8	16
Uruguai	59,5	26,1	14,5
Venezuela	39,1	43,1	17,8
América Latina	37,9	33,3	28,9

Fonte: LAPOP 2006, 2008, 2010, 2012

Apesar do partidarismo apresentar maior média agregada entre os cidadãos latino-americanos, entre as unidades nacionais esse sentimento é o do não-partidarismo. Para dez países da região, atitudes não-partidárias (acreditam que a democracia precisa de partidos políticos para funcionar, sem, contudo, possuir identificação por algum partido) é o mais

hegemônico. Os casos podem ser ilustrados pela Argentina (49,6%), Bolívia (36,9%), Brasil (35,2%), Colômbia (35,3%), Costa Rica (42,8%), Equador (39,5%), Guatemala (40,9%), Guiana (38,6%), Peru (45,1%) e Venezuela (43,1%). Também se manifestou como o segundo sentimento mais importante em outros oito outros países (Chile, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai).

O antipartidarismo *per se*, que é o foco desse trabalho, aparece em apenas três países da América Latina como atitude mais considerável: Panamá (34,5%), Chile (35,82%) e Haiti (43,45%); e como o segundo sentimento mais proeminente, em outros seis: Bolívia, Equador, Guatemala, Guiana, México e Peru. Observamos também que o Uruguai, Honduras, República Dominicana, Costa Rica, Venezuela e Nicarágua são os países com os menores índices desse sentimento mais negativo.

De modo geral, podemos observar que entre as vinte unidades nacionais, os partidos políticos continuam se apresentando como relevantes, já que prevalecem como sentimentos mais importantes aqueles em que a essencialidade dos partidos políticos para o funcionamento da democracia não é questionada: o partidarismo (37,9%) e o não-partidarismo (33,3%). O antipartidarismo fica em terceiro lugar, atingindo apenas 28,9% na média, entre os anos de 2006 e 2012.

Nessa seção tínhamos como objetivo responder a seguinte questão: qual o tipo de relação existente entre eleitores e partidos políticos na região latino-americana? Será que a desconfiança apontada pela literatura se traduz na deslegitimação dos partidos políticos e, no desenvolvimento do antipartidarismo? Nossos dados indicam que apesar de um elevado grau de desconfiança, em sua maioria, os cidadãos latino-americanos conferem legitimidade a essas instituições. Mais ainda, quando olhamos o enraizamento dos partidos políticos — medido através da identidade partidária —, apesar de ter decrescido no período de seis anos (FIGURA 08), em termos médios, continua sendo o sentimento mais preponderante na América Latina (TABELA 01). Em 2012, atitudes partidárias positivas perdia do não-partidarismo por apenas 0,1% de diferença. Mas se considerarmos que os não-partidários manifestam uma insatisfação com os partidos políticos existentes (e, portanto, a ausência de uma identidade partidária), eles ainda sim, acreditam que a democracia precisa de partidos para funcionar (35,9%). Os que de fato rejeitam o princípio representativo em 2012, representam menos de 28,3%. Isso nos indica que apesar de uma insatisfação com os partidos políticos existentes, em sua maioria, os cidadãos latino-americanos aderem o princípio de uma democracia partidária.

Ainda que representem menos de 30% do eleitorado em 2012, o que sabemos dos antipartidários não minimiza esse resultado. Em seu nível mais extremo, esse fenômeno é uma atitude crítica aos partidos políticos, em que se rejeita o papel dessas instituições enquanto intermediários políticos. Estudos como o de Torcal, Gunther & Montero (2002) para quatro democracias de terceira onda na Europa, apontam que essa atitude estaria relacionada a síndrome da desafeição política. Yebra (1998) para o cone sul, encontra que o antipartidarismo seria manifestado pelos menos escolarizados, possuem baixo interesse por política, são menos participativos, e ainda são poucos ou nada satisfeitos com o funcionamento da democracia e da eficácia do sistema.

A preocupação dos teóricos das atitudes antipartidárias reside, em especial, nos possíveis danos que essa atitude poderia implicar para o sistema de partidos e a democracia (Poguntke, 1996; Hawkins, 2003):

The superiority of democracy has been proven by history. But history has not proven the superiority of democratic party government based on representative institutions. [...] antiparty sentiment may turn out to be a powerful fuel in an age of growing difficulties for political parties (Poguntke, 1996, p. 340)⁴⁰.

Justamente por serem desafeiçoados, seriam mais passivos a retóricas fundamentalistas e a ideologias antidemocrática e populista, e isto poderia abrir espaço para um debate sobre arranjos alternativos de governança democrática, principalmente se essa hostilidade for mobilizada por elites políticas que genuinamente e fundamentalmente desafiam o governo partidário ou mesmo a democracia (Poguntke, 1996).

Com isso em mente, nossa atenção se volta a buscar os determinantes contextuais e individuais do antipartidarismo na América Latina. Queremos entender, em especial, que condições dentro dos países e individualmente estariam relacionados a probabilidade do desenvolvimento do antipartidarismo na América Latina? O próximo capítulo é sobre isto. Nos dedicaremos a retomar na literatura os principais determinantes desse fenômeno e através disto, estabelecemos nossas hipóteses.

⁴⁰ Tradução: “A superioridade da democracia foi comprovada pela história. Mas a história não provou a superioridade do governo do partido democrático com base em instituições representativas. [...] O sentimento antipartidário pode se tornar um combustível poderoso em uma era de crescentes dificuldades para os partidos políticos”.

2.

CONDICIONANTES DO ANTIPARTIDARISMO

Sendo o antipartidarismo *per se* uma atitude que poderia implicar em uma instabilidade para os sistemas partidários e a democracia (Poguntke, 1996; Torcal, Gunther e Montero, 2002; Hawkins, 2003), desvelar suas origens se torna essencial. Como demonstrado no capítulo anterior, há uma variação no grau de antipartidarismo entre as nações latino-americanas. Porque há essas diferenças entre os países? Em outras palavras, o que aumentaria as chances do desenvolvimento de atitudes antipartidárias na América Latina? Ainda, quais características individuais e atitudinais estariam relacionadas ao perfil antipartidário? Esse capítulo tem por objetivo elencar as hipóteses que respondem essas questões. Para tanto, na seção intitulada *Teorias explicativas das atitudes antipartidárias*, retomamos as pesquisas que trataram dos possíveis determinantes do antipartidarismo, são eles: o ensaio teórico de Thomas Poguntke e Susan Scarrow (1996), e o desenvolvimento empírico de Kirk Hawkins (2003) que analisam as diferenças nos níveis de antipartidarismo entre as nações; e os trabalhos de Webb (1996), Gidengil *et al.* (2001), Torcal, Gunther e Montero (2002), Leppink (2008), Kestilä-Kekkonen (2009), Yebra (1998) e Hawkins (2003) sobre os preditores individuais desse fenômeno. As seções seguintes a essa (2.2 – *Especificando os efeitos contextuais sobre as atitudes antipartidárias* e 2.3 – *Especificando os efeitos individuais sobre as atitudes antipartidárias*), contextualizam e elencam as principais variáveis e hipóteses deste trabalho.

2.1. Teorias explicativas das atitudes antipartidárias

Há uma variação no grau de antipartidarismo entre as democracias latino-americanas. Por exemplo, mais de 40% do eleitorado do Haiti, Chile e Guatemala entre 2006 e 2012 manifestaram atitudes antipartidárias; nos dois últimos, seus indivíduos também acabaram não apoiando nenhum partido político existente (não-partidarismo), e dispõem da menor proporção média dos que apoiam algum partido (TABELA 01). Por outro lado, Nicarágua, Costa Rica, Venezuela, República Dominicana e Uruguai dispõem das menores médias de eleitores antipartidários, ou seja, menos de 20% de seus cidadãos entre 2006 e 2012, manifestaram essa atitude. O porque há essas diferenças entre os países? Que tipo de contexto favorece o desenvolvimento do antipartidarismo? Além disso, estaria o antipartidarismo relacionado a síndrome de desafeição política? Nessa seção, elencamos os trabalhos que poderiam nos ajudar a responder essas questões.

Entretanto, nos deparamos com um problema para responder a primeira pergunta: a quase ausência de trabalhos comparativos sobre os condicionantes do antipartidarismo. Nessa ótica, apenas dois trabalhos podem ser citados: o ensaio teórico de Thomas Poguntke e Susan Scarrow (1996) sobre democracias consolidadas; e o desenvolvimento empírico de Kirk Hawkins (2003) sobre a América Latina. Iniciamos com a revisão teórica destes trabalhos sobre os fatores contextuais.

O trabalho de Poguntke & Scarrow (1996) é uma introdução ao estudo do que chamam de “política dos sentimentos antipartidários”, no qual observam uma variação “entre as nações no tempo e na extensão do desencantamento popular com seus partidos” (p.259). Tal variação sugere, segundo os teóricos, que os níveis de antipartidarismo entre as democracias ocidentais devem ser explicados com uma combinação de tendências gerais na sociedade e fatores específicos do país, ou nas palavras dos autores, deve-se “[...] invocar os efeitos das mudanças sociais associadas à modernização e as mudanças nas relações entre os partidos e a sociedade”⁴¹ (p. 259). O pano de fundo desses autores para explicar o desenvolvimento e a variação nos níveis de antipartidarismo entre os países é o enfraquecimento das identidades partidárias.

⁴¹ Tradução livre de: “[One way to explain general increases in anti-party sentiment is to] invoke both the effects of social changes associated with modernization, and the changing relations between parties and society”.

Essa teoria mais ampla — enfraquecimento das identidades partidárias — analisa que por muito tempo foi aceito que havia um padrão de estabilidade e consolidação nos alinhamentos eleitorais das sociedades industriais avançadas. Marcado por um período eleitoral de equilíbrio partidário, em que o suporte/apoio de longo prazo para os diferentes partidos políticos no sistema não se alterou (Carreras, Morgenstern & Su, 2013). Ou seja, reflete um estado com alternativas claras em termos de grupos de questões e correspondência entre a posição que os partidos políticos assumem. Segundo Carreras, Morgenstern & Su (2013), cinco são as características ideais encontradas em sistemas alinhados: (1) volatilidade eleitoral baixa e estável; (2) nível de apoio para partidos estabelecidos alto e estável; (3) novos partidos políticos não emergem; (4) comparecimento eleitoral estável; (5) votos inválidos ou nulos permanecem baixos e estáveis.

Todavia, a partir de 1960 essa estabilidade e os apegos partidários deram lugar a uma decomposição e declínio partidário à medida que a antiga ordem partidária (alinhamento) terminou (Flanagan & Dalton, 1984; Dalton & Wattenberg, 2002a; Dalton, 2002; Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003; Dalton & Weldon, 2007; Dalton, 2013). Analisado sobre a ótica de um país (ou alguns poucos países) a interpretação estava associada a crises políticas excepcionais, ou seja, as circunstâncias políticas particulares da nação, como por exemplo, nos Estados Unidos o enfraquecimento estava ligado ao conflito dos direitos civis, Guerra do Vietnã e a agitação urbana; na Grã-Bretanha o declínio do partidarismo foi atribuído às lutas econômicas da década de 1970 e à resposta ineficaz dos partidos a esses desafios (Dalton, 2002; Dalton & Weldon, 2007).

No entanto, padrões de desalinhamento foram encontrados em mais democracias consolidadas, o que obrigou aos pesquisadores a examinarem mudanças sociais mais amplas (Dalton, 2002). Essas mudanças se dariam devido a uma combinação de fatores individuais e sistêmicos. No nível individual, se observou que níveis educacionais crescentes melhoraram os recursos políticos e cognitivos do cidadão médio, e com mais informação política disponível para um eleitorado mais instruído, mais pessoas possuiriam habilidades e recursos políticos necessários para se tornarem autossuficientes na política. As mudanças sistêmicas, por outro lado, dizem respeito a diminuição do papel político dos partidos dentro do processo democrático, como exemplo, o crescimento dos meios de comunicação de massa e a proliferação de grupos de interesses públicos que afetaram as funções de articulação e informação dos interesses dos partidos políticos (Dalton, 2002). A hipótese da modernização tem, portanto, com suposição a mudança de papel da cidadania nas sociedades industriais

avançadas (Dalton 1984; Dalton & Wattenberg, 2002a; Dalton, McAllister & Wattenberg, 2003), ou de forma simplista, é um “processo que transforma ‘paroquiais’ em ‘cosmopolitas’” (Inglehart, 1970, p. 45⁴²).

Com isso em mente, Poguntke & Scarrow (1996) retomam pelo menos quatro fatores associados às mudanças sociais que implicariam no desenvolvimento do antipartidarismo: o desenvolvimento de um cidadão mais bem informado, declínio na capacidade representativa, o declínio das clivagens sociais e a profissionalização dos partidos políticos. Assim, para os autores, sistemas que viram a crescente saliência das orientações de valores pós-materialistas, da mobilização cognitiva e da extensão do repertório participativo, “tiveram seus partidos políticos e elites partidárias desmistificados” (p. 259), mais ainda, muitos cidadãos passam a acreditar que há muito pouco que os partidos ou as elites partidárias pudessem fazer melhor que os “cidadãos comuns” (p. 259). Esse ponto teria a ver com a ideia de que as funções tradicionais dos partidos políticos se tornaram obsoletas ou foram suplantadas por outras instituições ou grupos que se organizaram para promover seus próprios interesses.

Os autores entendem que os níveis crescentes de educação, disponibilidade de informações políticas através da mídia aumentaram a sofisticação dos eleitores e a capacidade de lidar com as complexidades da política, mais ainda, que esse grupo de eleitores seriam mais participativos, com o comportamento político autogerido e, por isso, seriam independentes das organizações hierárquicas controladas pela elite, como os partidos políticos. O que é justamente elencado pela teoria mais ampla sobre o afastamento dos eleitores e partidos políticos, que explicitam que as tendências sociais associadas a modernização tornaram a identificação partidária menos necessária e menos relevante para o eleitor (Flanagan & Dalton, 1984; Dalton, 1984; Dalton, 2002a; Dalton, 2013).

O segundo ponto apresentado por Poguntke & Scarrow (1996) e que também foi desenvolvido por Paul Webb (1996) — que trata dos condicionantes individuais do antipartidarismo no Reino Unido — tem a ver com diminuição do peso das clivagens, do voto de classe e da convergência partidária. Isso teria a ver com o pressuposto mais geral de que os sistemas partidários são um reflexo do padrão de estratificação e clivagem social de uma nação (Flanagan & Dalton, 1984), e as transformações sociais causam um deslocamento ao produzir novas clivagens que, por sua vez, alteram os alinhamentos partidários. Diante disso, a crescente

⁴² Os termos utilizados por Inglehart (1970) nessa citação foram emprestados do trabalho de Lerner (1958), *The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*.

particularização e individualização das sociedades modernas fragmentou, segundo Poguntke & Scarrow (1996), o que costumava ser grupos homogêneos de interesses, identidades e lealdades, e como as classes fornecem a mais fundamental âncora social de afinidade partidária, o desalinhamento de classes teria impactos significativos para o desapego partidário (Webb, 1996). Assim, podemos dizer que esse ponto trata da erosão geral da política baseada em grupos nas democracias industriais mais avançadas, na medida em que os apegos atitudinais aos partidos políticos são formados em critérios baseados em grupos (*group-based*) (Dalton & Wattenberg, 2002a).

A teoria sobre o alinhamento partidário vê que a institucionalização de um padrão por meio de vínculos organizacionais e lealdades partidárias internalizadas prolonga a representação de uma clivagem no sistema partidária. Contudo, qualquer conjunto de questões que provoquem um padrão particular de clivagem social, inevitavelmente diminui o alinhamento partidário ao longo do tempo, ou seja, o declínio das clivagens partidárias é geralmente acompanhado por mudanças paralelas nos valores públicos, em especial, pelo desenvolvimento de valores pós-materialistas.

Sobre isso, Flanagan & Dalton (1984) nos oferece uma explicação mais detalhada: a acentuada diferenciação e polarização de um sistema partidário ao longo de uma crescente clivagem social será mais intensa quando novos partidos que representam grupos anteriormente excluídos entram no parlamento e no sistema político, e diante da necessidade de estabelecer uma identidade separada dos partidos já estabelecidos e mobilizar um eleitorado previamente não politizado, esses novos partidos são induzidos a adotarem uma postura de oposição baseada em princípios, e exigências políticas não negociáveis. Todavia, uma vez dentro do sistema, começam a moderar sua plataforma, de forma que quanto mais tempo um sistema partidário permanecer “congelado” em torno de um conjunto fixo de clivagens institucionalizadas, maior será a tendência de convergência das plataformas partidárias. O que faz com que as questões que dividiam e diferenciavam os partidos políticos se tornam menos relevantes para o eleitorado, o que torna mais difícil para o eleitor distinguir entre os partidos, sendo esses fatores, que levam a um envelhecimento dos padrões de alinhamento partidário.

Outro ponto trabalhado por Poguntke & Scarrow (1996) é a hipótese da profissionalização dos partidos políticos, que é relativo a mudanças dentro dos próprios partidos. Isso teria a ver com a adoção de novos métodos e novas formas institucionais, em que se concede maior ênfase nos líderes, e na crescente dependência da mídia de massa durante as

campanhas eleitorais. De modo que as campanhas se tornam menos dependentes dos membros partidários e prezam menos pelo contato direto com os cidadãos (Flanagan & Dalton, 1984; Dalton, 2002a). Assim, bebendo nessa fonte, para Poguntke & Scarrow (1996) há um declínio na capacidade dos partidos políticos de integrar partes significativas da sociedade, e que poderia refletir-se nas percepções dos eleitores.

Por fim, também aparece como indispensável para a explicação do antipartidarismo, segundo Poguntke & Scarrow (1996), fatores específicos do país. Os autores destacam as habilidades do governo (ou do partido governista) na resolução de problemas e na administração de crises políticas e econômicas. Assim a avaliação do governo, ou melhor, o desempenho (negativo) percebido seriam essenciais para a explicação da insatisfação dos eleitores para com as instituições partidárias. Os autores resumem essas ideias em um quadro teórico intitulado, “[a] dinâmica da política antipartidária”, que apresentamos abaixo:

QUADRO 06. Dinâmicas da política antipartidária



Fonte: Adaptado de Poguntke & Scarrow (1996, p. 260)

Esse quadro apresenta as dinâmicas do desenvolvimento do antipartidarismo e suas consequências. Em suma, nessa teoria de Poguntke & Scarrow (1996), as elites políticas desempenham um papel fundamental⁴³, na teorização e no questionamento do papel e função dos partidos políticos, que acaba por causar mudanças nas regras institucionais, como também defendido por Scarrow (1995; 1996). Ao se utilizar de argumentos antipartidários, esse grupamento busca canalizar o apoio dos indivíduos e afetam a opinião pública, causando nos eleitores sentimentos antipartidários; que por sua vez, afetam o comportamento eleitoral, como por exemplo, na escolha de candidatos *outsiders* ou populistas. O sucesso dos partidos anti-partidos pode forçar partidos moderados a formar grandes coalizões impopulares; tal

⁴³ Uma descrição ampla da interrelação entre o debate das elites e o antipartidarismo das massas foi descrito na seção 1.2 – *O antipartidarismo enquanto unidade analítica: revisões e definições* (pp. 24-26).

cooperação inevitavelmente fornece mais combustível para alegações de que todos os partidos estabelecidos são semelhantes (Poguntke & Scarrow, 1996). O diagrama apresenta os efeitos específicos do país e das mudanças sociais sobre o antipartidarismo, discutidas anteriormente.

A introdução de Thomas Poguntke e Susan Scarrow e o trabalho de Paul Webb — que será discutido mais a frente — são as únicas pesquisas encontradas na edição 29 da *European Journal of Political Research* de 1996 que tratam de um modelo teórico e empírico dos condicionantes do antipartidarismo. Entretanto, o primeiro trabalho apresenta grandes limitações. Em primeiro lugar, como já discutido anteriormente nessa tese, há um problema de mensuração do antipartidarismo, que tanto Poguntke & Scarrow (1996), Poguntke (1996), Webb (1996) e outros colaboradores, tinham ciência: as variáveis adotadas estariam mais associadas a indiferença/afastamento dos eleitores aos partidos políticos do que o desenvolvimento de uma hostilidade, que é implícita ao conceito. Em segundo, o modelo desenvolvido não foi testado, ou seja, os autores apenas teorizam os possíveis efeitos da mudança social e dos fatores específicos do país no desenvolvimento do antipartidarismo nas democracias consolidadas.

Sobre isso, três coisas precisam ser destacadas. Quando tratamos do antipartidarismo, estamos qualificando o afastamento dos eleitores e partidos políticos, ou seja, não estamos lidando apenas com os não-identificados ou afastados dos partidos políticos, estamos falando de um grupo de eleitores que acreditam que a democracia pode funcionar sem as instituições partidárias, de forma que a tese mobilizada por Poguntke & Scarrow (1996) explicaria o afastamento dos eleitores dos partidos políticos, e não o antipartidarismo.

Em segundo lugar, os efeitos individuais associados as mudanças sociais são semelhantes ao perfil que Dalton analisou em 1984 e 2013: o apartidário (explicitado no capítulo 01, dessa tese). Porém, é bom lembrar que Torcal, Gunther e Montero (2002) tinham como hipótese inicial que esse perfil se assemelhava com o tipo reativo de antipartidarismo, que seria adotado por indivíduos em resposta a uma desafeição a performance das elites partidárias e instituições, e seria encontrado entre os mais bem-educados e politicamente informado. O resultado dos autores nos indica que o antipartidarismo não estaria relacionado ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, ou seja, pelo menos em democracia de terceira onda, o antipartidarismo não seria o mesmo que apartidarismo.

O terceiro ponto diz respeito a aplicabilidade da teoria da modernização ao contexto latino-americano. Sobre isso, Gimenes (2015), Borba, Gimenes & Ribeiro (2015), Gimenes & Borba (2016) analisam que a interpretação do afastamento dos eleitores e partidos políticos é plausível nos contextos das democracias consolidadas com longo histórico de estabilidade política, sobretudo em razão dos consideráveis estoques de legitimidade construídos ao longo de gerações socializadas sob a vigência de instituições democráticas. Em cenários distintos, como os das chamadas jovens democracias, todavia, a sua aplicabilidade parece ser menor.

Nesse sentido o trabalho de Kirk Hawkins (2003) merece destaque. O autor tinha como intenção explicar o surgimento do antipartidarismo, movimentos carismáticos e a quebra dos sistemas partidários de vários países latino-americanos⁴⁴ durante os anos 80 e 90. Em outras palavras, queria entender o porquê no período pós-democratização uma significativa quantidade de cidadãos latino-americanos estaria indo contra os seus partidos políticos, ao manifestar um antipartidarismo e ao aderir a movimentos carismáticos, e como que esses fenômenos impactariam na quebra de sistemas partidários.

Hawkins (2003) indiretamente testa, em grande medida, para o contexto latino-americano a teoria desenvolvida por Poguntke e seus colaboradores (1996), e observa que “se tratarmos o declínio dos partidos latino-americanos como semelhante ao das democracias industriais avançadas, nenhuma dessas duas teses é inteiramente adequada, mas ambas trazem pontos importantes” (p.60). Sendo assim, para o autor, o antipartidarismo, as lideranças carismáticas e colapso do sistema partidário são em grande parte o produto do fraco desempenho econômico das duas últimas décadas, e não o produto de mudanças sociais como a modernização.

Diferente da hipótese de Poguntke & Scarrow (1996), de que a melhoria nas condições de vida (desenvolvimento de valores pós-materialistas, desenvolvimento de habilidades cognitivas, entre outras) aumentaria as chances do antipartidarismo, para Hawkins (2003) o antipartidarismo — bem como o surgimento de movimentos partidários carismáticos — estaria inversamente relacionados à modernização, onde níveis mais altos produzirão níveis mais baixos de desafetos e movimentos carismáticos. O autor, entretanto, aposta no poder explicativo de crises econômicas no desenvolvimento desse fenômeno, assim, sua hipótese é de que “o

⁴⁴Os países latino-americanos analisados pelo autor são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Hawkins (2003) também inclui Austrália, Finlândia, Alemanha, Japão, Noruega, Espanha, Suécia, Suíça, Estados Unidos e Taiwan.

antipartidarismo [...] na América Latina [estará] fortemente [associado] ao prolongado desempenho negativo da política econômica”⁴⁵ (p. 188, alteração nossa). Em terceiro lugar, que esse fenômeno está fracamente associado a mudanças setoriais resultantes de reformas econômicas pró-mercado no nível nacional.

O modelo proposto por Hawkins (2003) para explicar o desenvolvimento do antipartidarismo na América Latina advém do que chama de lógica das ligações (*logic of linkages*) e é tangenciado pela teoria do voto econômico e a confiança no governo (*trust-in-government*). A busca pelos condicionantes do que chama de antipartidarismo se dá em três momentos: (1) análise macro no qual se inclui variáveis relativas ao desempenho econômico, performance do governo, os efeitos da modernização e valores pós-materialistas⁴⁶; (2) análise micro, na qual replica as variáveis contextuais para o nível dos indivíduos; e (3) elenca e testa quatro variáveis relativas as regras formais no nível macro.

Hawkins (2003) é claro sobre os efeitos que espera. Em primeiro lugar, concede maior importância ao efeito das crises econômicas, que segundo o teórico, não apenas moldam as atitudes dos eleitores em relação aos incumbentes, mas fazem com que se questione a capacidade de quaisquer instituições existentes para superar os fracassos do mercado eleitoral. Em suas palavras: “sem reconhecer a crise econômica, não podemos explicar os níveis extraordinariamente altos de antipartidarismo encontrados em certos países latino-americanos” (p.223).

Por outro lado, atribui menos importância a cultura política e as regras formais do país. Como dito anteriormente, Hawkins (2003) aborda a modernização de forma diferente da teoria anterior (Poguntke & Scarrow, 1996), ao argumentar que essa teoria indica um aumento na

⁴⁵ Hipótese original: “Antipartyism and charismatic party-movements in Latin America will be strongly associated with prolonged negative economic policy performance”.

⁴⁶ O primeiro modelo é composto pelas seguintes variáveis: 1) sindicato (*unionchg/union95*), que mede a mudança na porcentagem de densidade sindical entre 1982 e 1997. Essa densidade é calculada como o percentual de trabalhadores empregados não dependentes que pertencem a um sindicato; (2) telefone (*telephon*) que é o número de linhas telefônicas principais por mil habitantes, essa medida é a *proxy* adotada pelo autor para medir a modernização; (3) pobreza (*poverty*) é uma medida subjetiva do desempenho da política econômica (média ponderada); (4) Produto Interno Bruto (*GPD_10*) é a medida objetiva do desempenho da política econômica, e tem por objetivo, segundo o autor, aumentar a validade dos resultados que vinculam o desempenho da política à insatisfação. O indicador é calculado tomando uma média da variação percentual anual do PIB *per capita* nos 10 anos, de forma a verificar o efeito do desempenho a longo prazo; (5) pós-materialismo (*postmat*), diz respeito ao grau médio de valores pós-materialistas em cada país, sendo baseado em uma pequena série de perguntas que pedem ao entrevistado que escolha entre várias metas nacionais ou objetivos que são projetados para refletir valores materialistas e pós-materialistas; e (6) confiança (*trust*), mede o nível médio de confiança interpessoal em cada país. Essa medida reflete um complexo de atributos estruturais sociais associados ao alto desenvolvimento socioeconômico.

capacidade dos eleitores de monitorar seus políticos e mobilizar-se em defesa de interesses comuns, e que, portanto, a modernização deve fomentar um maior apoio aos partidos políticos. O que o leva a esperar pouca relação entre os valores pós-materialistas e a ascensão do antipartidarismo, e ainda que “eleitores pós-materialistas podem não precisar de partidos institucionalizados tanto quanto os eleitores materialistas, mas também não devem rejeitá-los inteiramente” (p. 224).

Sobre as regras formais, o teórico acredita que elas possuem um valor instrumental para os eleitores e políticos, onde “elas não são valorizadas por si mesmas (por exemplo, devido à maneira como aumentam a participação), mas como meio de superar problemas associados ao mercado eleitoral” (p. 225). Nessa perspectiva, os eleitores e políticos tornam-se insatisfeitos com as instituições políticas sem fazer distinções muito sutis entre as regras específicas que governam o sistema partidário ou a organização interna dos partidos políticos. O ponto é que as regras formais podem impedir ou permitir o aparecimento e sucesso de um líder carismático, mas elas teriam pouco poder em si mesmas para diminuir o descontentamento, o que faz com que Hawkins (2003) acredite que enquanto as regras formais afetam o surgimento real de novas lideranças e o colapso do sistema partidário, “não se presume que tenham uma forte influência direta no antipartidarismo” (p. 226).

Os resultados encontrados por Hawkins (2003) confirmam a importância do desempenho econômico para a explicação do que entende por antipartidarismo⁴⁷ na América Latina. As variáveis de desempenho econômico explicam boa parte da variação da “falta de confiança” nos partidos entre os países. A modernização, por outro lado, se mostrou mais importante do que o autor julgou, e segundo o Hawkins (2003), valores pós-materialistas tem uma relação estatisticamente forte com a variável dependente, mas a relação está em uma direção negativa, sugerindo que o pós-materialismo e a modernização, tendem a reduzir o antipartidarismo em vez de aumentá-lo. Por fim, as consequências negativas da reforma econômica pró-mercado apresentam uma associação pequena e positiva.

O autor, por último, retoma quatro variáveis estruturais, sendo elas: o número efetivo de partidos políticos no parlamento (*enpp*); o tipo de regra eleitoral (*electoral*) — se o sistema era de representação proporcional ou pluralista —; se o país era um sistema unitário ou federalista (*unitary*); e se o sistema é parlamentarista ou presidencial (*executive*). Entretanto,

⁴⁷ A dependente do autor é a medida de confiança nos partidos políticos, mensurada através do World Values Survey (1995-97). A questão utilizada é a v143 – “Você pode me dizer quanta confiança tem em [partidos políticos]?”. A resposta utilizada para medir o antipartidarismo foi “nenhuma confiança” (p. 230).

Hawkins (2003) tinha pouca expectativa sobre a relação entre regras formais, em especial quando controlada pela performance econômica e modernização, na explicação do antipartidarismo. Os resultados acabam corroborando com a hipótese do autor, ou seja, nenhuma das três últimas medidas citadas se apresentam como significativas, apenas o número efetivo de partidos, mas na direção contrária ao que o autor esperara, ou seja, o achado indica que sistemas menos fragmentados (bipartidários ou com fragmentação moderada) tem níveis mais altos de confiança nos partidos políticos⁴⁸.

O trabalho de Hawkins (2003) apresenta um avanço significativo na literatura sobre os determinantes contextuais/estruturais e individuais na América Latina, mas recai no mesmo problema de Poguntke & Scarrow (1996) e Webb (1996), o de mensuração. O autor chega a criar um *índice de desafeição*, que combina o comparecimento eleitoral e a confiança nos partidos políticos para medir o antipartidarismo, entretanto, não o usa; sua medida diz respeito apenas última variável, ou seja, o autor está medindo os condicionantes da (des)confiança nos partidos políticos na América Latina, e não o antipartidarismo.

Visto isto, o quadro 07 (abaixo) resume os modelos dos condicionantes do antipartidarismo, segundo os trabalhos mencionados acima. Apesar dessas pesquisas não trabalharem diretamente com a rejeição dos partidos políticos enquanto organizações da democracia, nos indicam uma série de importantes variáveis a serem consideradas para a explicação da variação do antipartidarismo nos países. Podemos supor que fatores específicos das nações (desempenho econômico), mudanças sociais (modernização), e estruturais (relativo as regras institucionais) seriam importantes na explicação desse fenômeno.

⁴⁸ O autor se baseia diretamente no capítulo *Institutional Explanations for Political Support* de Norris (1999). Uma das discordâncias de Hawkins (2003) com a autora reside na hipótese quatro: “Com base nisso, supomos que os países (H4) com sistemas bipartidários e multipartidários moderados devem ter os mais altos níveis de apoio institucional” (Norris, 1999, p. 225). Para o autor, o que se espera é que números maiores de partidos aumentem o grau de representatividade e com isso, diminua o antipartidarismo. No entanto, o resultado encontrado pela autora e pelo próprio Hawkins (2003) confirma que sistemas com menos partidos teriam efeitos positivos na confiança nos partidos políticos.

QUADRO 07. Resumo dos modelos teóricos explicativo do antipartidarismo nas democracias consolidadas e em desenvolvimento (macro)

Autor	Dimensão	Indicadores
Poguntke & Scarrow (1996)	Mudanças sociais (modernização)	Diminuição das clivagens
		Convergência partidária
	Específico do país	Desenvolvimento de valores pós-materialistas
		Profissionalização dos partidos políticos
Hawkins (2003)	Econômicas	Desempenho do governo
	Culturais	Desempenho econômico – crises políticas
		Peso das clivagens
		Desenvolvimento de valores pós-materialistas/confiança interpessoal
	Regras formais	Modernização
		Número efetivo de partidos
		Tipo de regra eleitoral
Sistema unitário ou federalista		
	Parlamentarista ou presidencial	

Fonte: Elaboração própria, a partir dos trabalhos de Poguntke & Scarrow (1996) e Hawkins (2003)

Entretanto, para além das teorias dos condicionantes do antipartidarismo, uma outra possibilidade analítica seria verificar se a rejeição aos partidos políticos *per se* seria o avesso do partidarismo, de modo que verificaríamos se ambas as atitudes fazem parte do mesmo *continuum*, como o descrito por Webb (1996) sistematizado na figura 01 (p. 19), nesta tese. Explicando de outra maneira, a ideia verificar se o que motiva aos eleitores a aderirem os partidos políticos poderia, por outro lado, impedir o desenvolvimento do antipartidarismo. A parte interessante de testar essa possibilidade é que existem evidências empíricas robustas sobre os determinantes do partidarismo positivo na América Latina, desenvolvida por Lupu (2012; 2015a), Quiroga (2014), Gimenes (2015), *Borba et al.* (2018) e Rocha (2018), o que nos permitiria tampar alguns buracos teóricos e analíticos que ficaram das teorias dos condicionantes do antipartidarismo.

Assim, nosso modelo contextual explora a partir da literatura três caminhos explicativos para analisar o porquê de existirem diferenças entre as nações latino-americanas quanto o grau de antipartidarismo manifestado por seus eleitores: (1) modernização; (2) desenvolvimento econômico; e (3) regras institucionais. Para além disso, adicionamos uma hipótese extra, que investiga impacto do tempo e da qualidade das democracias sobre o antipartidarismo. Na próxima seção (2.2 – *Especificando os efeitos contextuais sobre as atitudes antipartidárias*),

retomaremos as análises acima para especificar as variáveis a serem utilizadas e nossas hipóteses.

Antes de passarmos para a próxima seção, temos outra pergunta a ser respondida: que tipo de eleitor tem maior probabilidade de rejeitar o princípio partidário da democracia? Essa questão diz respeito às características, valores e atitudes dos indivíduos latino-americanos. Se por um lado, a explicação dos condicionantes contextuais e estruturais é restrito a dois trabalhos, os preditores individuais, por outro, encontram-se em estágios analíticos mais avançados. Nessa ótica podemos citar, Webb (1996), Gidengil *et al.* (2001), Torcal, Gunther e Montero (2002), Leppink (2008), Kestilä-Kekkonen (2009) sobre democracias consolidadas; Yebra (1998) e Hawkins (2003) sobre o cone sul e América Latina, respectivamente.

O trabalho de Webb (1996), é interessante porque traduz a teoria mobilizada por Poguntke & Scarrow (1996) para o nível do indivíduo, e busca quais fatores interagiram com as medidas de partidarismo, indiferença, o que o autor chama de hesitação eleitoral “A” e “B” e antipartidarismo⁴⁹ nas eleições gerais de 1992 do Reino Unido. Webb (1996) trabalha com quatro possíveis explicações: o desempenho econômico nacional; a erosão da clivagem de classe; a convergência política entre os principais partidos; e, por fim, algumas variáveis de *background social*, como estar desempregado ou não, se é empregado do setor público ou não, se a casa é própria, educação e idade.

Utilizando os dados produzidos pelo *British Election Survey* de 1992, Webb (1996) mede o desempenho econômico através de uma série de variáveis relacionadas aos padrões de vida pessoais e do desemprego, em especial, de percepções de mudanças nesses padrões. O alinhamento — ou a erosão — de classes, por outro lado, foi explorado pela distinção entre os respondentes que votam de acordo com a classe. A convergência partidária é mensurada perguntando aos entrevistados quanta diferença eles perceberam entre os partidos trabalhistas e os conservadores. Por último, o autor controla esses efeitos por algumas variáveis de *background social*⁵⁰.

⁴⁹ O autor utilizou as seguintes medidas: Partidarismo - 0 = não-partidário; 1 = não muito fortemente partidário; 2 = razoavelmente fortemente partidário; 3 = muito fortemente partidário; Indiferença - 0 = importa sobre o resultado da eleição; 1 = não se importou muito; Hesitação eleitoral “A” - 1 = decidiu votar há muito tempo; 2 = decidiu no ano passado; 3 = decidido este ano; 4 = decidiu durante a campanha; 5 = não votou; Hesitação eleitoral “B” - 1 = não pensou em votar em outro partido; 2 = pensou em outro partido; Antipartidarismo - 1 = contra/fortemente contra ambos os partidos trabalhistas e conservadores; 0 = outro (p.375).

⁵⁰ As codificações foram: Voto de classe- 0 = não votou de acordo com a classe; 1 = votou de acordo com a classe; Convergência partidária- 1 = Conservadores/Trabalhistas são muito diferentes; 2 = algumas diferenças existem; 3 = não há muita diferença; Economia - 1 = fortaleceu-se na última década; 2 = permaneceu o mesmo; 3 =

Os resultados encontrados apontam para a importância de duas variáveis para as cinco atitudes: votar de acordo com a classe e percepção de convergência partidária. O *voto de classe* é a única variável independente que se mostrou significativamente associada a todas as cinco variáveis dependentes, enquanto a *convergência partidária* deixou de ser significativa apenas para a explicação do que Webb (1996) chama de hesitação eleitoral “B”. Mais especificamente sobre as possíveis explicações para o desenvolvimento do que chama de antipartidarismo no Reino Unido, o autor encontra que voto de classe, convergência partidária e avaliação da economia são significativos estatisticamente para essa atitude. De maneira geral, o autor conclui que o enfraquecimento do voto de classe diminuiu a importância dos apegos partidários, mas que é necessário algo a mais para que os eleitores se tornem ativamente insatisfeitos em relação aos dois principais partidos, esse algo é relacionado ao estar desempregado e/ou acreditando que a economia nacional está em declínio, mas também, a falta de diferenças percebidas entre os dois principais partidos.

O trabalho de Elisabeth Gidengil, André Blais, Neil Nevitte e Richard Nadeau (2001), por outro lado, apresentou avanços significativos tanto para a mensuração quanto para a teorização dos condicionantes individuais do antipartidarismo. Utilizando uma escala aditiva com cinco perguntas sobre a opinião dos indivíduos quanto o papel e função dos partidos políticos nas democracias⁵¹, os autores analisam cerca de dezoito preditores para as atitudes antipartidárias dos eleitores canadenses em 1997. Gidengil *et al.* (2001) buscam entender o motivo da retórica antipartidária ser manifestada por alguns indivíduos e outros não, para isso, testam para além das variáveis de *background* social (idade, escolaridade, gênero, região, situação empregatícia e o tipo de emprego), como as falhas representativas ou a falta de capacidade de resposta percebida dos partidos políticos, a avaliação negativa da economia e outras deficiências percebidas do sistema influem sobre o antipartidarismo.

As hipóteses de Gidengil *et al.* (2001) são de que os menos favorecidos — os menos instruídos, os menos afluentes, os desempregados — sejam os mais críticos dos partidos políticos, porque seriam menos propensos a sentir que o sistema partidário responde às suas

enfraqueceu na última década; Empregado: 0 = empregado/estudante de tempo integral; 1 = desempregado; Classe - 1 = salarial; 2 = rotina não manual; 3 = pequeno burguês; 4 = capatazes; 5 = classe trabalhadora; Setor - 1 = funcionário do setor privado; 2 = setor público; Habitação - 1 = ocupante do proprietário; 2 = inquilino do setor privado; 3 = inquilino da associação de habitação; 4 = inquilino da autoridade local; 5 = inquilino não paga aluguel; Educação - 1 = graduação; 2 = ensino superior abaixo do nível de graduação; 3 = níveis; 4 = 0 níveis; 5 = CSE; 6 = nenhum; Idade: 1 = 18-24 anos; 2 = 25-34; 3 = 35-44; 4 = 45-54; 5 = 55-59; 6 = 60-64; 7 = 65+.

⁵¹ As questões utilizadas pelos autores podem ser encontradas na seção 1.3- *Do conceito a medida: medindo os sentimentos por partidos políticos e o antipartidarismo*, no quadro 04, página 33.

necessidades; o mesmo se daria com aqueles que moram fora de áreas urbanas — “que não estão recebendo sua parcela justa de riqueza ou poder” (p. 492) —, e mulheres — por conta da falta de mulheres nos cargos eleitos. Já idosos, pessoas casadas e os que trabalham no setor público, tenderiam a ser mais favorável às instituições estabelecidas em geral.

Com relação as variáveis atitudinais, os autores apostam que a “frustração com o desempenho dos partidos políticos pode ter suas raízes em uma falha de representação” (p. 493), portanto, apostam em três hipóteses: (1) que o eleitor pode ver os partidos políticos como basicamente indistinguíveis, assumindo a ideia de uma convergência partidária de Webb (1996); (2) de que os partidos políticos estão ocupando posições distintas, mas que ainda são posições distantes das deles; por fim, (3) que o que realmente importa é a distância percebida do partido em exercício, de forma que a infelicidade com o desempenho do partido no poder afeta uma visão mais crítica dos partidos políticos em geral, ideia desenvolvida por Miller & Listhaug (1990).

Para os teóricos, a insatisfação com os partidos políticos também pode ter raízes econômicas. Partindo de Poguntke & Scarrow (1996) e Webb (1996) de que uma fonte particularmente provável da frustração é o desapontamento com o desempenho econômico do partido do governo. O que aconteceria, segundo Gidengil *et al.* (2001) é que se os eleitores percebem como negativo a performance do governo na resolução de problemas econômicos, é provável que os cidadãos punam o partido, votando contra ele na próxima eleição. Mas se o desempenho econômico percebido não melhorar com um partido diferente no poder, uma insatisfação mais ampla com os partidos políticos como instituições aconteceria.

Outra questão que aparece como significativa nessa abordagem, é a sofisticação política do eleitor. Diferente do que proposto por Poguntke & Scarrow (1996), a hipótese dos autores é que o desenvolvimento de uma sofisticação contribuiria para uma visão menos crítica dos partidos políticos. Uma vez que a democracia é extremamente complexa, os politicamente sofisticados são mais capazes de entender o que a democracia implica e navegar através da complexidade, assim, esses atores deveriam ser menos antipartidários.

Com relação as variáveis acerca das características individuais, os resultados encontrados por Gidengil *et al.* (2001) mostram que elas explicam pouco da variação dos sentimentos antipartidários. Em resumo, os residentes de regiões não centrais, as mulheres, e pessoas com até o ensino médio são mais críticas aos partidos políticos; por outro lado, a idade

e o emprego no setor público funcionam como previsto para reduzir os sentimentos negativos sobre os partidos políticos; o estado civil se mostrou oposto do que foi previsto, ou seja, pessoas em casamentos tradicionais eram na verdade mais críticas de partidos políticos. Por fim, nem a renda familiar, nem o trabalho estão significativamente relacionados ao sentimento antipartidário no Canadá em 1997.

Mas o antipartidarismo, segundo os autores não é predito apenas por uma frustração regional e nem é uma simples questão de desvantagem material. Os achados de Gidengil *et al.* (2001) mostram que o antipartidarismo tem fontes específicas nas deficiências percebidas do sistema federal e nas avaliações negativas das condições econômicas. Contudo, o mais importante para explicar o desenvolvimento desse sentimento, para os autores, é a distância percebida do partido no governo, que denominam de *issue alienation*. Quanto mais longe os cidadãos se percebem do partido do governo sobre as questões do dia (ou em termos ideológicos mais gerais), maior foi a insatisfação com os partidos políticos em geral. Esta constatação sugere fortemente que os partidos políticos como um todo tem mais chances de serem rejeitados quando os cidadãos sentem que suas preferências políticas não estão sendo representadas pelo partido do governo. A frustração resultante, segundo Gidengil e colaboradores (2001), gera uma insatisfação mais profunda com as instituições que estão no centro da democracia eleitoral.

O trabalho de Torcal, Gunther & Montero (2002) merece destaque pelo avanço no desenvolvimento conceitual de antipartidarismo e no entendimento das origens e consequências dessa atitude. Como já dito anteriormente, os autores analisam dois tipos de atitudes antipartidárias: a reativa e a cultural. O tipo reativo, na concepção inicial dos autores, se assemelharia aos apartidários, ou seja, as atitudes de falta de confiança nas instituições representativas seriam encontradas entre aqueles que são mais bem-educados, politicamente informados, mais interessados e envolvidos na política, sendo aqueles que teriam mais expectativas sobre a política democrática. Este tipo de sentimento seria adotado por cidadãos em resposta a uma desafeição com a performance das elites políticas e instituições, e, portanto, seria algo como o antipartidarismo específico desenvolvido por Poguntke & Scarrow (1996) e Poguntke (1996).

A segunda atitude, o cultural, não depende de mudanças a curto-prazo das condições políticas do país, e estaria relacionada a tradições históricas — longos períodos marcados por ditaduras e pseudodemocracias, por turbulências políticas —, e uma socialização que encoraja o desenvolvimento desse sentimento. O antipartidarismo cultural, segundo Torcal, Gunther &

Montero (2002), é associado a uma síndrome mais ampla, a da desafeição política, que reforça a marginalização de indivíduos que não possuem habilidades políticas para defender seus interesses. Esse tipo de antipartidário se assemelha ao tipo extremo de Poguntke & Scarrow (1996) e Poguntke (1996), o antipartidário *per se*.

Para entender as origens dessas duas atitudes, os autores testam a hipótese da socialização política, ou seja, buscam identificar de que maneira diferentes condições políticas e sociais afetam o desenvolvimento dos dois tipos de sentimento. Para tanto, separam diferentes experiências de socialização na Espanha em seis coortes⁵², e encontram que aqueles indivíduos socializados na coorte mais velha (coorte seis) expressariam sentimentos antipartidários do tipo cultural. A justificativa para esse achado advém do período de socialização vivenciado — de manipulação eleitoral, de disputa conflituosa entre os partidos políticos na Segunda República que culminou na guerra civil, seguido por décadas de propaganda antipartidária sob o regime autoritário—, que deixou marcas nas orientações políticas dos espanhóis.

Mais ainda, Torcal, Gunther & Montero (2002) concluem que as atitudes antipartidárias culturais não são afetadas pelo comportamento a curto prazo das elites ou pela performance dos partidos políticos, mas são produtos de experiências de socialização política, ou nas palavras dos autores, “uma vez que os indivíduos adquiriram essas atitudes, [...] elas são notavelmente duráveis, e o nível agregado de apoio a esse sentimento se mantém durável durante o tempo” (p. 271, alteração nossa). Por outro lado, para aqueles que apresentam atitudes antipartidárias reativas, não há uma grande tendência das coortes, o que leva os autores a interpretar que esse tipo de sentimento está ligado a um descontentamento político, onde as atitudes são instáveis no tempo. Confirma-se, portanto, que o antipartidarismo reativo depende da avaliação dos partidos políticos e da satisfação com o desempenho do governo.

Outro fator também importante é a educação. Tomando como norte as atitudes reativas e culturais, Torcal, Gunther & Montero (2002), confirmam que a educação está associada negativamente com a manifestação do tipo cultural, ou seja, aqueles indivíduos com níveis mais baixos de escolaridade teriam mais chances de adotar atitudes desse tipo. Os autores não

⁵² Coorte 1 (nascimento depois de 1966) = socializados na apenas na democracia; Coorte 2 (nascimento entre 1958 e 1965) = período de transição e consolidação da democracia pós-Franco; Coorte 3 (nascimento entre 1944 e 1957) = indivíduos socializados durante o rápido crescimento econômico e abertura (liberalização parcial) característico dos últimos anos do franquismo; Coorte 4 (nascidos 1924 e 1943) = geração pós-guerra, que passou por momentos de recessão econômica e repressão política; Coorte 5 (nascimento 1915 e 1923) = aqueles que foram socializados no período de guerra civil; e Coorte 6 (nascidos antes de 1914) = geração dos que foram socializados na ditadura de Primo Rivera, e segunda república (1931-1936) (Torcal, Gunther & Montero, 2002, p. 269)

encontraram significância estatística entre educação e atitudes do tipo reativa. Um fato interessante achado pelos autores foi que independente da época em que o indivíduo foi socializado (efeito de coorte), quanto mais bem-educado ele for, menor seria as chances do desenvolvimento de sentimentos antipartidários culturais.

Com relação aos correlatos atitudinais dos sentimentos antipartidários, os autores testam a teoria da síndrome da desafeição política. As medidas analisadas compreende perguntas do *Centro de Investigaciones Sociológicas* (CIS) em 1995, e foram: a eficácia política subjetiva (o quanto que o eleitor acha a política complicada), eficácia política externa (os que estão no poder buscam seus próprios interesses pessoais e políticos não são preocupados), grau interesse por política, grau de conhecimento político, voto, satisfação com a performance do governo (Partido Socialista Operário Espanhol - PSOE, em 1995), avaliação da economia, desejo por mudanças (reformas políticas), importância do voto como forma de influência, exposição a informações políticas (ver notícias através da leitura de jornais, da televisão, de programas de rádio, e discutir sobre política), e apoio a democracia.

O resultado encontrado reforça a ideia de que o antipartidarismo cultural estaria relacionado a síndrome da desafeição política, nesse caso, aqueles que manifestam esse tipo de sentimento tendem a achar que a política é complicada de se entender (baixa eficácia subjetiva), que os que estão no poder defendem seu próprio interesse e não ligam para o que os indivíduos querem (baixa eficácia externa), não são interessados por política, conhecem pouco da política; possuem pouco relação com o voto, avaliam negativamente o governo e a situação da economia (relação encontrada é mais fraca), raramente é exposto a informações políticas, mas tendem a apoiar a democracia.

O antipartidarismo reativo, por outro lado, não está associado estatisticamente as medidas de eficácia subjetiva e externa, nem ao interesse político ou conhecimento político. Entretanto, está associado moderadamente ao voto no partido de oposição (Partido Popular — PP, partido conservador espanhol), a insatisfação com o governo incumbente e com a sua situação econômica. Possuem um desejo de mudança radical da política e poucos acham que o voto influenciaria o governo. Semelhante ao cultural, há uma associação negativa entre manifestar o antipartidarismo reativo e a exposição de notícias através da televisão, e também tendem apresentarem apoio a democracia. A conclusão de Torcal, Gunther & Montero (2002) para esse sentimento é este tem a ver com avaliação de desempenho momentâneo das elites políticas e dos partidos, e menos com a existência de habilidades cognitivas.

O modelo de Leppink (2008) confirma para a Dinamarca, Nova Zelândia e Noruega que mulheres e indivíduos mais novos teriam mais chances de desenvolver esse sentimento (apenas na Nova Zelândia). O autor reforça o efeito atenuante da escolaridade sobre os sentimentos antipartidários: cidadãos com níveis mais altos de educação teriam uma visão menos crítica em relação aos partidos políticos do que aqueles com níveis educacionais mais baixos. Isso apoiaria a interpretação de que o antipartidarismo estaria inversamente relacionado às capacidades cognitivas dos cidadãos para entender as complexidades da política representativa.

Com relação a variáveis atitudinais, o autor destaca que: “os fatores mais importantes para explicar os sentimentos antipartidário são as experiências diretas dos cidadãos com os partidos políticos e suas crenças sobre se os políticos e os partidos políticos são responsivos as suas necessidades” (p. 30), de forma que, para Leppink (2008) a eficácia externa destaca-se como o mais importante preditor desse sentimento nos três países, sugerindo que aqueles que acreditam que o sistema político não está sintonizado com o direitos de influenciar a formulação de políticas públicas são aqueles que desenvolvem os mais fortes sentimentos negativos em relação aos partidos políticos. O autor encontra também que o antipartidarismo ressoa significativamente entre aqueles que são afastados do partido em exercício, enquanto uma percepção de falta de diferenciação de *issues*, e da rejeição das alternativas (partidos políticos) estabelecidas são um preditor significativo de antipartidarismo.

Kestilä-Kekkonen (2009) reforça os achados de Torcal, Gunther & Montero (2002) sobre a idade, de modo que a confiança nos partidos de 18-30 anos é, em média, significativamente maior do que no resto da população, o que contradiz a teoria de que esse grupo tende a ser o mais apático politicamente (Wattenberg, 2003), além de que as mulheres passam a confiar mais nos partidos políticos. A confiança interpessoal também se destaca como o preditor mais importante ao aumentar a pontuação de confiança de um indivíduo nos partidos políticos.

Sobre a América Latina especificamente, podemos citar o trabalho de Covadonga Yebra de 1998 sobre o Cone Sul (Chile, Argentina e Uruguai). O trabalho parte da ideia apresentada por Torcal, Gunther & Montero (2002) de que os sentimentos antipartidários são orientados por uma síndrome da desafeição política, em razão disso, o autor analisa cerca de dez variáveis e sua possível relação com os sentimentos antipartidários.

Os resultados apontam, em primeiro lugar, é que Uruguai tende a apresentar eleitores mais partidários, a Argentina apresenta atitudes ambivalentes e o Chile, em sua maioria é antipartidário, fato esse corroborado no capítulo 01 desta tese. Yebra (1998) encontra que aqueles que manifestam sentimentos negativos tem menor proximidade com os partidos políticos, que tendem a não buscarem outras formas de expressar seu descontentamento, como formas não-convencionais de participação (protesto), são poucos ou nada satisfeitos com o funcionamento da democracia, da eficácia do sistema, entretanto, demonstram apoio incondicional a democracia. Os sentimentos antipartidários no Cone Sul também estaria ligado, segundo os autores, a uma menor escolarização, baixo interesse por política, e baixa exposição a notícias e discussões sobre política.

Por fim, há o desenvolvimento empírico de Hawkins (2003) sobre um conjunto de países latino-americanos. O autor tenta replicar, na medida do possível, as variáveis utilizadas no modelo de variáveis contextuais: explica-se a dependente — confiança nos partidos (*confpart*), via adesão aos sindicatos (*union*) — que forneceria, de acordo com o autor, uma medida do envolvimento real em uma associação secundária crucial que geralmente está associada ao setor econômico do respondente; a segunda variável mede o *status* social do indivíduo (*class*), com isso Hawkins (2003) espera encontrar que classes sociais mais altas estejam associada a um menor descontentamento; a terceira variável do modelo pede a opinião dos respondentes sobre quantos indivíduos do país estariam vivendo na pobreza a 10 anos atrás (*poverty*), para o autor seria uma medida subjetiva de performance econômica; outra medida utilizada nesse sentido, inquirir o quanto os eleitores estão satisfeitos com a sua situação financeira (*finsit*); a quinta e a sexta variável dizem respeito aos valores pós-materialistas (*postmat*) e a confiança interpessoal (*trust*); por fim, o autor insere a medida de voto no incumbente (*votencmb*).

O nível individual confirma os da análise em nível de país. Encontra-se, por exemplo, que a confiança interpessoal é o melhor preditor de confiança nos partidos políticos: altos níveis dessa variável estão associados a melhor melhoria nas atitudes em relação as instituições partidárias. Os efeitos de modernização dos recursos pessoais, medidos pela classe social percebida, também estão, de certa forma, relacionados à confiança nos partidos; no entanto, o efeito é menor e menos significativo estatisticamente no nível individual. A filiação ao sindicato também se mostrou um indicador importante, para o autor, se a filiação a sindicatos continua a prever atitudes em relação a partidos, então as reformas econômicas que minam essas organizações também individuais em relação às podem ser associados à diminuição das atitudes aos partidos políticos. O desempenho econômico percebido continua sendo um bom indicador

do antipartidarismo, com um efeito bastante alto; aqueles que percebem uma melhoria a longo prazo no bem-estar dos seus concidadãos ou uma situação financeira melhor são mais propensos a ter confiança nos partidos. Finalmente, Hawkins (2003) encontra que um nível mais elevado de pós-materialismo não parece ajudar ou prejudicar a atitude dos indivíduos com relação aos partidos políticos.

As informações sobre as variáveis utilizadas pelos trabalhos citados acima são descritas no quadro abaixo:

QUADRO 08. Resumo dos modelos teóricos explicativo do antipartidarismo nas democracias consolidadas e em desenvolvimento (micro)

Autor	Dimensão	Indicador
Webb (1996)	<i>Background</i>	Idade
		Escolaridade
		Casa própria
		Emprego no setor
	Atitudinais e avaliativas	Desempregado
		Voto de classe
		Convergência partidária
		Avaliação do desempenho econômico (país)
Gidengil et al. (2001)	<i>Background</i>	Região
		Gênero
		Escolaridade
		Desemprego
		Pré e Pós-babyboom (idade)
		Casamento tradicional
		Trabalha no setor público
		Atitudinais e avaliativas
	Convergência partidária	
	Avaliação da economia	
	Tratamento provincial	
	Conhecimento político objetivo	
	Eficácia subjetiva	
	Desconfiança política	
	Eficácia política externa	
	Torcal, Gunther & Montero (2002)	<i>Background</i>
Antipartidarismo específico		
Atitudinais e avaliativas		Força do partidarismo
		Socialização política (idade)
		Educação
		Eficácia subjetiva
		Eficácia externa

		Interesse por política
		Conhecimento político
		Voto
		Satisfação com a performance do incumbente
		Percepção sobre a sua situação econômica
		Desejo por mudanças políticas
		Importância do voto como meio de influência
		Exposição a informações políticas
		Apoio a democracia
Leppink (2008)	<i>Background</i>	Idade
		Gênero
		Educação
		Renda
	Atitudinais e avaliativas	Desempenho econômico
		Percepção de distância do partido incumbente = “ <i>issue alienation</i> ”
		Convergência partidária = “ <i>issue representation</i> ”
		Identificação partidária com partidos estabelecidos
		Antipartidarismo específico
		Eficácia política externa
Kestilä-Kekkonen (2009)	<i>Background</i>	Idade
		Gênero
		Educação
	Atitudinais e avaliativas	Interesse político
		Identificação partidária
		Eficácia externa
		Confiança interpessoal
Yebra (1998)	<i>Background</i>	Educação
		Proximidade aos partidos políticos
	Atitudinais e avaliativas	Participação não-convencional (manifestações)
		Eficácia atribuída ao regime democrático
		Satisfação com a democracia
		Legitimidade a democracia
		Eficácia do voto
		Interesse por política
		Exposição a notícias
		Discussão sobre política
Hawkins (2003)	<i>Background</i>	Status social
		Adesão aos sindicatos
	Atitudinais e avaliativas	Pobreza (últimos 10 anos)
		Percepção sobre a sua situação econômica

Valores pós-materialistas
Confiança interpessoal
Voto no partido incumbente

Fonte: Elaboração própria, a partir dos trabalhos de Webb (1996), Gidengil *et al.* (2001), Torcal, Gunther & Montero (2002), Leppink (2008), Kestilä-Kekkonen (2009), Yebra (1998) e Hawkins (2003).

Tendo em vista esses trabalhos, por entendemos que o antipartidarismo tem a ver diretamente com a síndrome da desafeição política, quatro variáveis poderiam ser essenciais para compor o perfil de antipartidário: (1) a idade; (2) compromisso política; (3) a avaliação do desempenho econômico e político do país; e (4) representação política. Além disso, assim como no modelo contextual, esperamos que o antipartidarismo e partidarismo continuem se apresentado um efeito inverso um do outro. Na seção 2.3 – *Especificando os efeitos individuais sobre as atitudes antipartidárias* retomaremos esses trabalhos para definição e construção das hipóteses associadas.

Nesta seção mobilizamos a literatura de antipartidarismo sobre os condicionantes do antipartidarismo. Em resumo, segundo a literatura esse fenômeno deve ser explicado em maior instância através das mudanças sociais e do desempenho econômico, em menor, através das regras formais. No nível individual, o antipartidarismo teria sua origem na desafeição política. Nas próximas seções trataremos da operacionalização, e contextualização e dessas variáveis na América Latina em 2012.

2.2. Os efeitos contextuais sobre as atitudes antipartidárias

Considerar fatores específicos de cada país para explicar certas características atitudinais não é novo (Torcal, 2001). Pesquisas que se utilizam dessa abordagem apresentam achados significativos e confirmam a necessidade de considerar aspectos do contexto para explicar as atitudes dos indivíduos. Nosso trabalho, portanto, se filia a essa ideia ao partir do pressuposto de que as atitudes ou comportamentos dos indivíduos são afetadas por características do contexto onde os indivíduos vivem (Prysbly & Book, 1987; Conway, 1989). Logo, elementos relativos à construção democrática, tipo de sistema partidário e eleitoral, fatores econômicos, e mudanças sociais, têm influências na estruturação de atitudes antipartidárias.

Diferentes hipóteses foram utilizadas pela literatura para explicar as variações do antipartidarismo nos países, que podem ser resumidas em três grupos: mudanças sociais, econômicas, e explicações institucionais (Poguntke & Scarrow, 1996; Hawkins, 2003). O primeiro grupo tem como intenção entender os possíveis efeitos da modernização — cujo indicador nesta tese é o *Produto Interno Bruto per capita em 2011* — teria sobre a atitude antipartidária. A explicação econômica — representada pela *taxa média de desemprego* nos últimos dez anos (2002-2012) — analisa se as variações nos níveis de antipartidarismo dependem do desempenho econômico da nação. A terceira explicação verifica se o desenvolvimento do fenômeno pode ser atribuído a como o sistema partidário — mensurado através do *número efetivo de partidos políticos*, da *polarização ideológica* e da *média da idade dos principais partidos políticos*— e o sistema eleitoral — medido através do *tipo de sistema eleitoral vigente* no país e *permissão ou não de candidaturas avulsas dos partidos políticos* — são estruturados. Todavia, acreditamos que uma quarta explicação pode ser adicionada: o tempo e qualidade da democracia em que o indivíduo vive, para tanto, destacamos a medida de *legado democrático*, que considera de maneira combinada esses dois eixos do regime. Iniciamos com a discussão do primeiro grupo de explicação.

No desenvolvimento teórico de Poguntke & Scarrow (1996) as explicações de *mudanças sociais* são o grupo de hipótese com mais ênfase. A literatura se divide em dois planos argumentativos, resumidos por Torcal (2006) da seguinte forma: o primeiro acontece no nível individual, e tem a ver com o aumento dos níveis educacionais, mudanças culturais e da mobilização cognitiva que conduzem os cidadãos a desenvolverem demandas por mudanças no formato e no funcionamento das instituições tradicionais de representação política ao mesmo tempo, em que se busca novos mecanismos de participação direta.

O segundo grupo é relativa à teoria da modernização, que pode ser resumida no seguinte argumento: conforme a modernização avança e a escassez diminui, os cidadãos deixariam de enfatizar a sua própria sobrevivência e as necessidades de segurança em lugar de novos valores, voltados a sociabilidade, auto-expressão, a liberdade e a qualidade de vida. Essas mudanças dependem de um processo de socialização, por meio da qual as novas gerações, socializadas em períodos de maior desenvolvimento econômico e segurança material proporcionados pela modernização, substituem as antigas gerações (Inglehart & Welzel, 2005).

Mais ainda, Salinas & Booth (2011) por meio de modelos multiníveis encontram para a América Latina que o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* tem um efeito positivo e

significativo na preferência pela democracia, no apoio à participação política, bem como na tolerância com os críticos do regime. Sobre o partidarismo positivo, os trabalhos de Casalecchi & Gimenes (2017) e Borba *et al.* (2018) encontram um efeito positivo e significativo do crescimento do PIB *per capita* sobre a probabilidade de manifestar identificação partidária, ou seja, cidadãos de países com maior crescimento da renda *per capita* tendem a apresentar probabilidade maior de identificação com alguma legenda partidária.

Especificamente sobre o antipartidarismo, para Poguntke & Scarrow (1996), a melhoria dos recursos materiais (maior renda, por exemplo) e cognitivos (escolaridade e interesse por política) no nível individual estariam relacionados ao desenvolvimento do antipartidarismo. No entanto, para Hawkins (2003) esse tipo de variável teria uma relação inversa na América Latina, ou seja, níveis mais baixos produzirão cidadãos com maiores chances de desenvolver o antipartidarismo. Com isso em mente, já que eleitores em países que apresentam maior renda tem maiores predisposições de manifestarem sentimentos positivos a democracia e também as suas instituições partidárias, acreditamos que cidadãos que vivem em países com menor PIB *per capita* (em dólar corrente), teriam maiores chances de manifestarem o antipartidarismo.

Para Kirk Hawkins (2003), por outro lado, a principal variável explicativa do antipartidarismo, pelo menos na América Latina, são as *crises econômicas*. Nas palavras do autor,

Severe crises not only shape voters' attitudes towards incumbents, but cause them to question the capacity of any existing institutions to overcome the failures of the electoral market. Without acknowledging economic crisis, we cannot explain the extraordinarily high levels of antipartyism found in certain Latin American countries (p. 223)⁵³.

Isso teria a ver com a ideia de que quando uma crise econômica se torna saliente os que são mais afetados por uma situação econômica adversa tem maiores chances de fazerem avaliações negativas sobre as instituições e governos envolvidos (Wroe, 2015). A literatura vem mostrando que a insegurança econômica tem um impacto importante na vida do indivíduo (Mughan & Lacy, 2002; Mughan, Bean, & McAllister, 2004; Singer, 2011; Fossati, 2014; Wroe, 2015; Traber, Giger & Häusermann, 2017, entre outros), e afeta, por exemplo, como o eleitor faz sua escolha (Mughan & Lacy, 2002; Singer, 2011; Fossati, 2014), no grau de

⁵³ Tradução: “Crises severas não apenas moldam as atitudes dos eleitores em relação aos titulares, mas fazem com que eles questionem a capacidade de quaisquer instituições existentes para superar os fracassos do mercado eleitoral. Sem reconhecer a crise econômica, não podemos explicar os níveis extraordinariamente altos de antipartidarismo encontrados em certos países latino-americanos”.

confiança política (Wroe, 2015), mas também no desempenho representacional dos partidos políticos (Traber, Giger & Häusermann, 2017).

Para Hawkins (2003) a lógica é simples: os eleitores se preocupam muito com seu bem-estar econômico e culpam os partidos no poder pela saúde da economia. Mais ainda, o autor acredita em um desempenho acumulativo pode minar a confiança dos eleitores nos partidos como instituições. Nesta perspectiva os indivíduos percebem que toda a lista de partidos tradicionais e institucionalizados — o sistema partidário — é incapaz de resolver seus problemas econômicos. Isso acontece não apenas quando o desempenho econômico é especialmente ruim, mas quando é prolongado, cobrindo vários mandatos. Em suma, para o autor, o antipartidarismo e a adesão a liderança carismática são mais prováveis após crises econômicas que cobrem períodos sucessivos no cargo.

Tendo isso em mente, se no nível macro, o bom desempenho econômico traria consequência “palpáveis” para a população, como o pleno emprego ou o aumento do poder de compra; e no nível micro, esse resultado seria convertido na percepção de melhorias nas condições econômicas pessoais (avaliação egotrópica) e, principalmente, na percepção positiva das condições econômicas do país (avaliação sociotrópica) (Casalecchi, 2016), nossa hipótese é que em países que a taxa média de desemprego seja alta nos últimos dez anos, maior seria as chances de os eleitores desses países desenvolverem atitudes antipartidárias.

À vista disso, a medida “o PIB *per capita* (em dólar corrente) em 2011” é incluída no nosso modelo para testar a teoria da modernização; a variável “taxa média de desemprego nos últimos dez anos (2002-2012)” testa o possível efeito do desempenho econômico sobre o desenvolvimento do antipartidarismo. A tabela 02, abaixo, resume as informações descritivas dessas variáveis para a América Latina⁵⁴.

Os países foram ordenados baseados na proporção de eleitores antipartidários no país em 2012. Em termos gerais, observamos uma variação significativa no grau de desenvolvimento econômico na América Latina. Chile é o país com maior renda *per capita* na América Latina (14.637,2 dólares estadunidense), em contraposição, o Haiti apresenta o menor (744,2 dólares estadunidense). O mais interessante, é que ambos são os países com maior percentagem de eleitores antipartidários. Com relação à “taxa média de desemprego”, seguimos a recomendação de Hawkins (2003), já que assim como o autor, nosso interesse é buscar um

⁵⁴ No anexo (p. 164) apresentamos o diagrama de dispersão para o grau de antipartidarismo no país e as variáveis conjunturais com a reta ajustada (FUGURA 18 e 19).

efeito de longo prazo das crises econômicas sobre o antipartidarismo. Em geral, Haiti, Colômbia e Guiana são os países com a maior média percentual de desemprego nos últimos dez anos, com 14,99, 11,67 e 11,29%, respectivamente. Bolívia foi o único país em que a média ficou abaixo dos 2,8%.

TABELA 02. Informações descritivas sobre crescimento do PIB *per capita*, taxa média de desemprego nos últimos 10 anos, na América Latina em 2012

País	Antipartidarismo em 2012 (%)	PIB <i>per capita</i> em 2011 (US\$)	Desemprego
Haiti	53,8	744,2	14,6
Chile	45,3	14.637,2	9,1
Guatemala	37,4	3.187,9	3,1
El Salvador	35,2	3.266,0	5,9
Bolívia	34,7	2.346,3	2,9
Panamá	34,5	9.358,3	3,7
Equador	31,2	5.200,6	4,1
Colômbia	30	7.324,4	12,0
Guiana	29,2	3.425,4	11,3
México	28,9	10.203,4	4,2
Brasil	27,6	13.245,6	8,4
Peru	27,4	5.869,3	4,3
Argentina	26	12.848,9	10,6
Paraguai	24,2	5.323,0	5,5
Honduras	20,3	2.073,9	4,2
Nicarágua	17,8	1.655,8	6,5
Costa Rica	17,3	9.121,9	6,9
Rep. Dominicana	16,4	5.891,2	6,0
Uruguai	15,4	14.236,7	9,7
Venezuela	12,6	10.955,3	10,1

Fonte: PIB *per capita* (US\$ corrente) em 2011 = *World Bank*; Taxa média de desemprego nos últimos 10 anos (%) = *World Bank*.

O terceiro grupo de hipóteses dizem respeito aos fatores estruturais que moldam as democracias: os sistemas partidários e eleitorais. É entendido que cada democracia tem um conjunto de regras que margeiam suas instituições, e que são fatores importantes para explicar como a democracia funciona (Mainwaring & Scully, 1995; Wang, 2014), e o comportamento e as atitudes dos indivíduos (Sisk, 2017; Lupu, 2012; 2015a; Gimenes, 2015; Rocha, 2018). Por isso, consideramos de extrema importância considerar o impacto dessas variáveis na probabilidade do desenvolvimento de antipartidarismo.

Antes é válido retomar que o sistema partidário não deve ser entendido como o somatório de todos os partidos existentes, mas um conjunto de partidos que interagem de maneiras padronizadas (Mainwaring, 1998; Mainwaring & Scully, 1995; Mainwaring & Torcal, 2005). Sartori (1976) estabeleceu que um sistema deve ter pelo menos dois partidos políticos, com uma interação resultante da competição entre seus componentes, com uma distribuição do apoio eleitoral, e, que tenha alguma continuidade dos componentes por um período de tempo (Mainwaring & Torcal, 2005)⁵⁵. Ou seja, um sistema surge da relação padronizada entre os partidos políticos na medida em que essa relação adquire um padrão e certa previsibilidade (Melo, 2015).

É importante destacar que o processo de independência de cada país latino-americano inaugurou distintos sistemas partidários (Rocha, 2018), que apresentam diferentes graus em sua institucionalização⁵⁶ (Mainwaring & Scully, 1995). Assim, nos basearemos em três medidas usualmente utilizadas para a comparação de sistemas: (1) número efetivo de partidos políticos; (2) grau de polarização partidária; e o (3) o grau de institucionalização dos sistemas partidários (Mainwaring & Scully, 1995).

A *fragmentação dos sistemas partidários* é definida como o grau em que o apoio eleitoral ou a representação legislativa (cadeiras parlamentares) é dividida entre vários partidos políticos, sendo a variável “número efetivo de partidos políticos” seu indicador (Mainwaring & Torcal, 2005; Wang, 2012). Em geral, essa é uma das mais examinadas propriedades dos sistemas partidários, e estudos que adotam essa variável examinam como o número de partidos influencia a natureza da escolha eleitoral, as coalizões partidárias, a representação democrática, a estabilidade política, e a consolidação democrática (Kuenzi & Lambright, 2005; Dalton, 2008b; Wang, 2012).

Duas ideias opostas são apresentadas em termos de resultados: alguns estudiosos argumentam que contextos multipartidários aumentam a qualidade da democracia, justamente

⁵⁵ É importante notar que há três conjuntos de fatores que fariam essa noção de sistema ser questionada, segundo Mainwaring (1998) as condições seriam: lugares em que a volatilidade eleitoral seja extrema e, que portanto, grandes partidos deixem de ser significativos de uma eleição para a outra; em que há casos extremos de personalismos, onde os partidos possuam pouco ou nenhum controle do governo, e políticos proeminentes não sejam filiados a partidos políticos, nesse caso a competição política gira ao redor dos candidatos e não dos partidos; e por fim, lugares em que haja apenas um partido político.

⁵⁶ A institucionalização ocorre quando “uma prática ou organização se torna bem estabelecida e amplamente conhecida, se não aceita universalmente” (Mainwaring, 1998, p.10), ou seja, é quando os atores desenvolvem expectativas, orientações e se baseiam nessas noções previamente estabelecidas para desenvolver comportamento com base na premissa de que esta prática ou organização prevalecerá no futuro previsível, de forma a haver uma estabilidade na identidade dos principais partidos e nas formas como eles se comportam.

por aumentar as opções dos eleitores, ampliando a representação de diferentes grupos e mitigando a probabilidade de conflitos civis (Kuenzi & Lambright, 2005; Wang, 2012). Essa concepção parte da ideia de democracia de consenso (Lijphart, 1999) em que a existência de múltiplos partidos políticos provém aos cidadãos múltiplas opções, e acaba impedindo que as minorias fiquem sub-representadas, ao participar de um governo de coalizão. Em outras palavras, o multipartidarismo melhoraria a qualidade da democracia e da representação à medida que aumentam as opções de partidos e candidatos. Com relação aos resultados, Kuenzi & Lambright (2005) encontram um efeito positivo entre a fragmentação do sistema partidário e o desenvolvimento da democracia em trinta e três países africanos, de forma que a qualidade da representação melhorou porque mais opiniões e interesses estão sendo representados no governo; Wang (2014), por outro lado, não encontrou associação significativa entre fragmentação partidária e o nível de democracia nos sessenta e cinco países analisados.

A segunda linha argumentativa, em contrapartida, acredita que sistemas multipartidários diminuem a clareza das escolhas ante aos eleitores, diminuindo a *accountability* e a responsividade do governo (Manin, Przeworski & Stokes, 2006; Lupu 2012; 2015a; Rabello, 2015). A ideia chave é que um sistema partidário com muitos partidos tornaria mais difícil para os eleitores acompanharem a trajetória e o desempenho dos distintos partidos, e eventualmente mitiga a chance de que os cidadãos estabeleçam algum tipo de identificação partidária. Logo, entende-se que uma maior fragmentação partidária elevaria o grau de complexidade do sistema e exigirá dos eleitores uma gama maior de habilidades políticas e cognitivas (Rabello, 2015). Ademais, Lupu (2015a) destaca que sistemas muito fragmentados tendem a formar coalizões governamentais maiores, dificultando ainda mais a tarefa dos eleitores de associar o desempenho de governos a determinados partidos. Sobre os determinantes contextuais do partidarismo positivo na América Latina, Lupu (2015a) e Gimenes (2015), observam que há relação negativa entre a fragmentação e o partidarismo positivo, ou seja, em lugares onde o sistema de partidos é fragmentado, os eleitores teriam menos probabilidade de formarem laços.

A *polarização partidária* presente no país reflete o grau de diferenciação ideológica entre os principais partidos políticos em um sistema. Para Dalton (2008b) essa é uma das mais importantes variáveis do sistema partidário porque mediria a qualidade da competição partidária. Assim como a variável anterior, duas hipóteses são pensadas quanto ao impacto dessa variável para as democracias e seus eleitores. O grupo que estuda os efeitos dessa medida para a consolidação democrática argumenta que a polarização partidária é um risco para a democratização (Huntington, 1991), que sistemas partidários extremamente polarizados

experimentam níveis mais altos de conflito político e protesto popular, além de criar problemas na governabilidade e na estabilidade democrática (Wang, 2014). Também encontram que a polarização poderia ser relacionada a corrupção e performance econômica ruim (Brown *et al.* 2011 *apud* Lupu, 2015b).

O segundo grupo, por outro lado, investiga os efeitos dessa variável no comportamento individual. Para essas análises, a medida melhoraria o grau de representação política no processo político por fornecer clareza entre as opções políticas, ou seja, a polarização ideológica deixaria mais clara as diferenças entre os partidos políticos e seus candidatos, ajudando aos eleitores a distinguir as posições partidárias e assim, fazer um voto orientado (Levendusky, 2010). Isto é, uma maior polarização partidária poderia ajudar a aumentar e facilitar o engajamento eleitoral, o comparecimento eleitoral, o voto ideológico, a escolha eleitoral, a aplicação de avaliações de desempenho do governo, e o desenvolvimento do partidarismo positivo (Dalton, 2008b; Lupu, 2015a; 2015b). Nas palavras de Lupu (2015a), a polarização partidária auxilia no esclarecimento das diferenças entre os partidos, de forma que “quanto mais distantes os partidos políticos, mais fácil é para os cidadãos distinguirem entre as opções. E se os cidadãos puderem distinguir mais claramente os partidos políticos, eles podem achar mais fácil formar laços partidários” (p. 231).

A terceira variável está relacionada a ideia de institucionalização dos sistemas partidários desenvolvida por Mainwaring & Scully (1995). A lógica é que quanto maior o grau de institucionalização de um sistema partidário, maior é a estabilidade do sistema político (Melo, 2015). Em geral, dois indicadores são utilizados: a estabilidade eleitoral e o enraizamento dos partidos políticos; podendo ser analisado de maneira unidimensional (Mainwaring & Scully, 1995) ou bidimensional (Luna & Altman, 2011) (Melo, 2015). Entretanto, seguindo trabalhos recentes (Kuenzi & Lambright, 2005; Lupu, 2015a; Ribeiro & Locatelli, 2019), vamos utilizar a medida “*idade dos partidos políticos*”.

Em geral, apesar do “tempo” ser considerado um fator em diversas explicações dentro da ciência política, medidas como a idade dos partidos políticos ainda foi pouco utilizado em estudos comparativos, sendo que o tempo e a força dos partidos políticos desempenham um papel fundamental para as democracias, em especial, as latino-americanas. Nas palavras de Ribeiro & Locatelli (2019):

Strong parties are more resilient and adaptable to environmental challenges than weak parties, and they are better able to generate stability in the structure

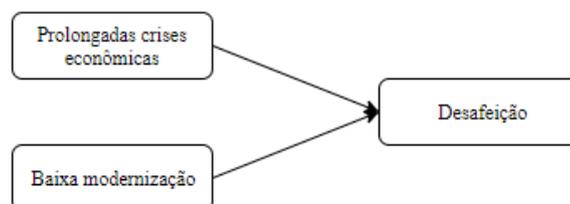
of competition: they offer information shortcuts to voters and are more efficient at attracting and sustaining their support over time. Stronger parties are also more effective in formulating policy and are more accountable, since they facilitate the clarity of responsibility⁵⁷ (p. 202).

A medida de idade dos partidos teria a ver, segundo Kuenzi & Lambright (2005) com a capacidade de um partido político em sobreviver ao longo do tempo, o que indica que o partido conquistou o apoio de certos setores da população, principalmente porque representa efetivamente os interesses desses setores, ou seja, o sucesso dos partidos políticos mais antigos e fortes sugere que houve uma estabilização e previsibilidade nos padrões de competição.

Lupu (2015a) foi um dos poucos autores a considerar a medida de idade dos partidos para a explicação do partidarismo positivo. Sua hipótese é de que essa atitude seria mais difundida quando um sistema partidário é institucionalizado e a reputação dos partidos políticos é amplamente conhecida. Para o autor os cidadãos precisam observar e experienciar o comportamento partidário para desenvolver apegos partidários, o que pode explicar o motivo pelo qual as democracias mais antigas tendem a ter mais partidários (Dalton & Weldon, 2007).

Visto isso, a teoria base (*logic of linkages*) utilizada por Hawkins (2003) espera pouco da relação entre as regras formais e a confiança nos partidos políticos (antipartidarismo). Para o autor, os eleitores e políticos tornam-se insatisfeitos com as instituições políticas sem fazer distinções entre as regras específicas que governam o sistema partidário ou a organização interna dos partidos políticos. O autor atribui tão pouca importância a esses fatores, que ao detalhar o modelo causal da desafeição, o autor destaca apenas a “baixa modernização” e “crises prolongadas” (QUADRO 09, abaixo).

QUADRO 09. Modelo causal da desafeição (antipartidarismo)



Fonte: Adaptado de Hawkins (2003, p. 186).

⁵⁷ Tradução: “Partidos fortes são mais resilientes e adaptáveis aos desafios ambientais do que os partidos fracos, e são mais capazes de gerar estabilidade na estrutura da competição: eles oferecem atalhos de informação aos eleitores e são mais eficientes em atrair e sustentar seu apoio ao longo do tempo. Partidos mais fortes são também mais eficazes na formulação de políticas e são mais responsivos, uma vez que facilitam a clareza da responsabilidade”.

Entretanto, por conta dos achados de Norris (1999), o autor incluiu quatro variáveis sobre as regras formais, sendo uma delas relacionadas ao sistema partidário, mais especificamente, o número efetivo de partidos políticos. Diferente da autora, Hawkins (2003) tinha como expectativa que em países com sistemas bipartidários e multipartidários moderados haveriam níveis menores de confiança nos partidos políticos.

Em primeiro lugar, neste trabalho acreditamos que as regras formais serão essenciais para o desenvolvimento do antipartidarismo porque é o conjunto de regras que mais afeta os partidos políticos. Dessa forma, nossa expectativa sobre essa variável é a de que a existência de um número elevado de partidos políticos (maior fragmentação) aumentaria a complexidade do sistema, e, portanto, os eleitores latino-americanos encontrariam dificuldades para diferir as opções disponíveis e acompanhar os partidos políticos e suas coalizões, o que aumentaria as chances do desenvolvimento do antipartidarismo.

A polarização partidária e o grau de institucionalização dos partidos políticos não foram trabalhados pela teoria sobre o antipartidarismo, todavia, como essas variáveis afetam diretamente a representação política, consideraremos o impacto de ambas como determinantes dessas atitudes. Para a primeira variável, partiremos do pressuposto de que certos níveis de polarização podem ser positivos para o sistema partidário, aumentando a clareza de opções, na qualidade da representação e no desenvolvimento de identidades partidárias, mas a indiferenciação dos partidos políticos, bem como uma polarização extrema teriam efeitos positivos no desenvolvimento do antipartidarismo. Para a última variável nossa hipótese é de que quanto menos consolidado (mais novo) for o sistema e, portanto, mais fracos forem os partidos políticos, maior seriam as chances do desenvolvimento do antipartidarismo.

A tabela 03, abaixo, resume as informações descritivas para cada variável mencionada para dezenove democracias⁵⁸. O indicador do número efetivo de partidos políticos (NEP) é baseado na medida de Laakso-Taagepera (1979). Para a América Latina observamos casos em que há uma baixa fragmentação do sistema partidário, como Bolívia, Nicarágua e Venezuela. Verificamos que a maioria dos sistemas são multipartidários (>3), sendo representados por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Peru. É válido destacar que destes sistemas, Chile, Colômbia e

⁵⁸ No anexo (p. 165) apresentamos o diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários e as variáveis relativas ao sistema partidário com a reta ajustada (FIGURAS 20, 21 e 22).

Brasil, apresentam sistemas com alta fragmentação, com este último registrando 10,36 partidos efetivos.

TABELA 03. Informações descritivas sobre número efetivo de partidos políticos, polarização ideológica, *log* da média de idade dos partidos políticos na América Latina em 2012

País	Antipartidarismo em 2012 (%)	NEP	Polarização ponderada	Idade dos partidos políticos
Haiti	53,8	-	-	-
Chile	45,3	5,64	2,44	2,772589
Guatemala	37,4	4,14	1,15	2,233592
El Salvador	35,2	3,75	1,97	3,540959
Bolívia	34,7	1,85	2,76	3,218876
Panamá	34,5	3,69	1,79	2,772589
Equador	31,2	3,19	7,4	2,079442
Colômbia	30	5,07	2,79	4,553877
Guiana	29,2	2,42	-	-
México	28,9	3,56	1,46	4,356709
Brasil	27,6	10,36	1,5	3,277145
Peru	27,4	3,97	1,08	3,871201*
Argentina	26	4,26	0,71	3,178054
Paraguai	24,2	3,43	0,23	3,511545
Honduras	20,3	2,30	1,04	4,639572*
Nicarágua	17,8	1,80	5,0	3,817712*
Costa Rica	17,3	3,90	0,56	3,423176
Rep. Dominicana	16,4	2,01	0,03	4,016383
Uruguai	15,4	2,65	1,46	4,574711
Venezuela	12,6	1,97	0,86	2,120264*

Nota: * Dados referentes ao ano de 2010

Fontes: NEP em 2012 = Gimenes (2015); Polarização ponderada= Ruiz (2013)⁵⁹; *log* da média de idade dos principais partidos políticos em 2012= Lupu (2015a)

A medida de grau de polarização foi construída a partir da posição média ocupada por cada partido no espectro ideológico, definida conforme o posicionamento dos eleitores (Dalton, 2008b; Lupu, 2015b). Sendo assim, quanto mais próximo “0”, menor será a diferença entre os partidos políticos, ou seja, os partidos políticos ocupam a mesma posição na escala ideológica,

⁵⁹ Os dados utilizados são valores previamente calculados e apresentados em Ruiz (2013, p. 31) tomando como referência os seguintes períodos: Argentina (1995-2009), Bolívia (1993-2010), Brasil (2002-2006), Chile (1993-2010), Colômbia (1994-2010), Costa Rica (1994-2010), Equador (1996-2006), El Salvador (1997-2009), Guatemala (1995-2011), Honduras (1993-2010), México (1994-2009), Nicarágua (1996-2011), Panamá (1999-2009), Paraguai (1993-2008), Peru (1995-2011), República Dominicana (1994-2010), Uruguai (1994-2010), Venezuela (1993-2005).

por outro lado, quanto mais próximo de dez, mais os partidos políticos se separam entre os extremos na escala ideológica. Para a América Latina, notamos que há uma variação no grau de polarização, países como República Dominicana (0,03), Paraguai (0,23), Costa Rica (0,53), Argentina (0,71) e Venezuela (0,86) representam o grupo de países com a menor polarização ideológica, de forma que quanto menor for o índice dessa variável, menor será a probabilidade de os eleitores enxergarem diferenças entre os partidos — no entanto, é válido ressaltar, que nenhum desses países se apresentam como os mais antipartidários. Nicarágua e Equador seriam os países com a maior polarização, chegando a 7,4 neste último.

Por fim, utilizaremos como medida de institucionalização o logaritmo da média da idade dos partidos políticos, utilizada por Lupu (2015a) na identificação dos determinantes do partidarismo positivo na região. Esse indicador nos mostra o tempo de existência dos principais partidos políticos na América Latina, entretanto, de maneira que como sistematizado parece haver pouca variabilidade de tempos. Ao retirarmos o exponencial dos resultados, vemos uma variabilidade grande entre as idades médias, por exemplo, Colômbia e Uruguai possuem médias de aproximadamente 95 e 97 anos, respectivamente. Por outro lado, Equador possui uma média de sobrevivência de seus partidos de 8 anos.

Ainda dentro das “regras formais” podemos incluir os possíveis efeitos de determinadas características do sistema eleitoral no desenvolvimento do antipartidarismo. Sistemas eleitorais são as regras previstas em constituições ou leis que descrevem como os votos são traduzidos em acentos, em outras palavras, são regras que afetam fortemente quem ganha e quem perde em termos do número de “lugares conquistados”, e quem, em última instância, forma um governo (Sisk, 2017). São, portanto, “construções institucionais política e estrategicamente concebidas e tecnicamente realizadas, para viabilizar e sancionar a representação política” (Tavares, 1994 *apud* Rocha, 2018, p. 65), sendo o elemento institucional chave da estrutura básica em que opera a vida política de qualquer sistema (Díez, 1999).

Segundo Sisk (2017) e Rocha (2018) é importante destacar que a escolha e o desenho do sistema eleitoral afetam o funcionamento da democracia, os sistemas partidários, os partidos políticos, os políticos e partidos com sua base, e os eleitores. Quiroga (2014), por exemplo, analisa que sistemas eleitorais restritivos e de preferência com listas fechadas fortalecem os partidos políticos e auxiliam na manutenção do partidarismo.

Assim como Norris (1999), Hawkins (2003) utilizou o tipo de sistema eleitoral, com a hipótese de que “sistemas baseados na pluralidade terão uma forte associação positiva com a

confiança nos partidos políticos” (p.256); se o país tinha um governo unitário ou federalista, onde “governo unitário será associado positivamente com maior confiança nos partidos políticos” (p.256); e se o sistema é executivo ou parlamentar, de modo que esse último “seria associado com uma alta confiança nos partidos políticos” (p.257).

Entretanto, como nosso interesse tem a ver, sobretudo, com o efeito desse conjunto de regras sobre os partidos e sistemas partidários, escolhemos variáveis que moldariam mais diretamente o funcionamento do sistema partidário, a ideia advém de Queiroga (2014) para quem, quanto mais as regras eleitorais impedirem o personalismo e o surgimento de *outsiders*, mais chances de que no país se desenvolva a adesão aos partidos políticos.

Duas variáveis podem ser relacionadas a isso: *tipo de sistema eleitoral vigente no país* e a *permissão ou não de candidaturas avulsas*. A primeira variável teria a ver com o trabalho desenvolvido por Carey & Sugar (1995), de que quando os líderes exercem grande controle sobre a ordem em que os candidatos de seu partido serão beneficiados pelo voto dos eleitores, o incentivo para um político cultivar uma reputação individual é minimizado, prevalecendo o interesse dos membros do partido em formar uma reputação partidária; inversamente, quando aquele controle é fraco, as reputações pessoais passam a ter mais valor.

Com isso em vista, trabalhos sobre os determinantes do partidarismo positivo entendem que em sistemas proporcionais de lista fechada, os políticos têm interesse em cultivar uma reputação partidária, fazendo com que os eleitores tenham mais incentivos para desenvolver identidades partidárias (Gimenes *et al.*, 2015; Borba *et al.*, 2018), apesar dos autores não encontrarem significância estatística, seguiremos a direção apontada por Carey & Sugar (1995), ou seja, entendemos que sistemas de lista aberta haveria a maior probabilidade do desenvolvimento do antipartidarismo.

A segunda variável, emprestamos do trabalho de Rocha (2018), e de acordo com a autora, a regra que determina se no país há ou não permissão para candidaturas avulsas, independentes de partidos políticos, é uma regra pouco debatida na literatura sobre sistemas eleitorais, mas também muito relevante, já que capta uma dimensão que diz muito sobre se o sistema é centrado nos partidos ou nos candidatos. Retomando Quiroga (2014) a identificação partidária se sustenta onde o sistema apresenta baixos níveis de personalização, ou seja, onde a disputa se concentra no partido político e não no candidato. Bloquear a entrada desse tipo de político tem efeitos positivos sobre o sistema já que fortalecem aos próprios partidos políticos e a competição. Por isso, nossa hipótese sobre essa variável é que em países centrados no

candidato diminuiria as chances do desenvolvimento do antipartidarismo. As informações descritivas quanto ao tipo de sistema eleitoral e se há permissão para candidaturas avulsas, pode ser encontrado na tabela 04, abaixo⁶⁰.

TABELA 04. Informações descritivas sobre tipo de sistema eleitoral no país e se há ou não permissão para candidaturas avulsas para América Latina

País	Antipartidarismo em 2012 (%)	Tipo de lista	Candidatura avulsa
Haiti	53,8	0	0
Chile	45,3	1	1
Guatemala	37,4	0	0
El Salvador	35,2	1	1
Bolívia	34,7	0	1
Panamá	34,5	1	1
Equador	31,2	0	1
Colômbia	30	0	1
Guiana	29,2	1	0
México	28,9	0	1
Brasil	27,6	1	0
Peru	27,4	1	1
Argentina	26	1	0
Paraguai	24,2	0	1
Honduras	20,3	1	1
Nicarágua	17,8	0	0
Costa Rica	17,3	0	0
Rep. Dominicana	16,4	1	1
Uruguai	15,4	0	0
Venezuela	12,6	0	1

Onde: Sistemas de lista fechada = 0 e Sistemas de lista aberta = 1, em 2012; Países que não permitem candidatura avulsa = 0 e Países que permitem candidatura avulsa = 1

Fontes: Sistemas eleitorais = atualizado de Gimenes (2015); Candidatura avulsa = Rocha (2018)

Codificamos os sistemas eleitorais da seguinte forma, sistemas proporcionais de lista fechada, que estaria relacionado ao desenvolvimento do partidarismo, foi codificada como 0; e sistemas de lista aberta, que imaginamos estar associado ao progresso do antipartidarismo, foi codificada como 1. Em 2012, encontrávamos na América Latina oito países com sistemas

⁶⁰ No anexo (p. 166) apresentamos o diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários e as variáveis relativas ao sistema eleitoral com a reta ajustada (FIGURAS 23 e 24).

eleitorais proporcionais de lista aberta, Argentina, Brasil, Chile, El Salvador, Guiana, Honduras, Panamá, Peru e República Dominicana. Por outro lado, doze democracias proporcionavam em sua regra a possibilidade de candidaturas avulsas de partidos políticos, são eles: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela.

Para terminar, gostaríamos pensar na contribuição do tempo e qualidade dos regimes democráticos sobre as atitudes antipartidárias. Ao analisar os níveis de desafeição política nas democracias de terceira onda, Torcal (2001) assinala a importância do passado democrático para a variação dessas atitudes. Para o autor, a desafeição política estaria relacionada a experiências democráticas que estejam marcadas pela manipulação e alteração do jogo democrático, e em discursos em que se questionem os fundamentos básicos da democracia representativa.

Com isso em mente, incluímos a medida de *legado democrático* (Mainwaring & Pérez-Láñan, 2014) e desenvolvida por Casalecchi (2016). Essa medida leva em conta o acúmulo da experiência democrática de um país ao longo dos anos, em outras palavras, considera a experiência acumulada com relação ao regime não apenas sob a perspectiva quantitativa, mas também quanto à qualidade de seu funcionamento (Casalecchi & Gimenes, 2017).

Ao estudar os efeitos do legado democrático sobre as atitudes políticas dos latino-americanos, Casalecchi (2016) analisou se a qualidade e o tempo de funcionamento das instituições democráticas, de maneira combinada, constituiriam elemento importante na socialização de atitudes mais favoráveis ao regime. Os resultados demonstram que indivíduos que vivem em países com maior legado democrático têm mais chances de aderir ao regime, bem como apoiar alguns dos seus princípios centrais, como a participação política e a tolerância política.

Casalecchi & Gimenes (2017), nesse sentido, também acreditam que o legado democrático dos países latino-americanos seria um fator importante para explicar a identificação com os partidos políticos. A hipótese testada foi que quanto maior o legado democrático de um país, maiores as chances de que os seus cidadãos desenvolvam atitudes de identificação partidária. O resultado encontrado foi que o aumento de uma unidade do indicador de legado democrático aumenta em 4% as chances de partidarismo na América Latina, mais

ainda, em países com a pontuação máxima do legado democrático essa chance aumentaria em mais de 156%.

Em vista disso, nos baseando na hipótese mencionada acima, acreditamos que essa variável também será relevante para a explicação dos determinantes dos sentimentos antipartidários, portanto, quanto menor for o legado democrático dos países, maior será a chance de os eleitores manifestarem o antipartidarismo. Seguindo a sugestão de Casalecchi (2016) e Casalecchi & Gimenes (2017) de que nem todos os anos têm o mesmo peso sobre os acontecimentos do presente, vamos utilizar a medida de legado democrático ponderada. A tabela 05, apresenta as informações descritivas para a variável legado democrático⁶¹.

TABELA 05. Informações descritivas sobre legado democrático na América Latina em 2012

País	Antipartidarismo em 2012 (%)	Legado democrático
Haiti	53,8	25,6
Chile	45,3	48,1
Guatemala	37,4	30,2
El Salvador	35,2	30,8
Bolívia	34,7	30,7
Panamá	34,5	41,2
Equador	31,2	42,4
Colômbia	30	40,3
Guiana	29,2	-
México	28,9	36,7
Brasil	27,6	45,5
Peru	27,4	34
Argentina	26	50,2
Paraguai	24,2	27,3
Honduras	20,3	36,7
Nicarágua	17,8	25,3
Costa Rica	17,3	62,1
Rep. Dominicana	16,4	30,2
Uruguai	15,4	63,2
Venezuela	12,6	40,4

Fontes: Legado democrático ponderado em 2012 = Casalecchi (2016)

⁶¹ No anexo (p. 166) apresentamos o diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários e o legado democrático com a reta ajustada (FIGURA 25).

O que notamos é que existem diferenças significativas entre os países. Apenas três países apresentam pontuação superior a 50 pontos: Argentina, Costa Rica e Uruguai, sendo que esse último apresenta 63,2 pontos. Os países que apresentam os menores legados são Haiti (25,6 pontos) e Nicarágua (25,3 pontos).

Uma das perguntas de pesquisa que queremos responder é o que aumentaria as chances do desenvolvimento do antipartidarismo na América Latina? Nessa seção elencamos três possíveis explicações oferecidas pela literatura, são elas: nível do desenvolvimento econômico; desempenho econômico; e a estrutura do sistema partidário e eleitoral (Poguntke & Scarrow, 1996; Hawkins, 2003). A essas hipóteses, adicionamos mais uma, de que o tempo e qualidade da democracia de forma combinada, também poderia afetar o desenvolvimento do antipartidarismo. Especificamente, elencamos as variáveis e os dados que serão utilizados como possíveis preditores do antipartidarismo na América Latina em 2012.

Entretanto, é válido destacar que temos também como pano de fundo verificar se o antipartidarismo é uma atitude contrária ao partidarismo positivo, de modo que se a explicação dessa atitude na América Latina está associado a melhorias no desenvolvimento econômico; baixa fragmentação, alta polarização, partidos fortes e enraizados (alta institucionalização); sistemas com lista fechada e com barreira para o surgimento de personalismo; e com legado democrático alto (Lupu 2012; 2015a; Quiroga, 2014; Gimenes *et al.*, 2015; Gimenes, 2015; 2017; Borba *et al.*, 2018; Rocha, 2018), então, o antipartidarismo se desenvolveria em condições inversas a essa. A seguir, destacamos os determinantes individuais da rejeição aos partidos políticos.

2.3. Os efeitos individuais sobre as atitudes antipartidárias

Na primeira seção deste capítulo – 2.1. *Teorias explicativas das atitudes antipartidárias*, destacamos sete trabalhos que buscaram definir um perfil sociodemográfico e possíveis atitudes correlatas ao sentimento antipartidário. Feito isso, identificamos quatro possíveis eixos que poderiam implicar no desenvolvimento individual do antipartidarismo na América Latina em 2012: (1) idade; (2) compromisso político; (3) avaliação do desempenho econômico e político do país, e (4) representação política (Webb, 1996; Yebra, 1998; Torcal, Gunther & Montero, 2002; Hawkins, 2003; Leppink, 2008; Kestilä-Kekkonen, 2009). Sobretudo, testamos se o

antipartidarismo estaria associado a síndrome da desafeição política (Torcal, 2001; 2003; 2006; Torcal & Montero, 2006). Além disso, procuramos verificar como o antipartidarismo se relaciona com a auto-localização ideológica do eleitor. Nosso objetivo agora é retomar três conjuntos de literatura, a internacional e regional sobre o antipartidarismo e partidarismo — já que também buscamos se há um efeito inverso entre essas atitudes.

Em geral, variáveis de *background* social possuem uma relação modesta com a formação de sentimentos antipartidários (Gidengil *et al.*, 2001; Leppink, 2008), entretanto duas variáveis se destacam na maioria dos trabalhos: a *idade* e o grau de *escolaridade* dos eleitores. A primeira dialoga com uma ampla literatura relacionada à influência dos períodos, ciclos de vida e as coortes etárias na formação de atitudes políticas (Paulino, 2016), dado que seria pela socialização política que se formam valores, predisposições, concepções e atitudes que dão a origem para o comportamento político.

Sobre isso, os trabalhos de Paulino (2016) e Fuks, Paulino & Casalecchi (2018) resumem duas tradições na literatura: A primeira enfatiza a importância da aprendizagem política na infância, sendo a família o principal agente de socialização. Por outro lado, há aqueles que consideram a socialização política como um processo contínuo, enfatizando a importância das experiências adquiridas em outras etapas da vida, especialmente na juventude, bem como a importância de outros agentes socializadores.

Dentro desse campo teórico, vem chamando a atenção dos especialistas de que há uma redefinição no sentido e no padrão de engajamento das gerações mais novas. Putnam (2000) identifica nos Estados Unidos que a geração de pessoas nascidas entre 1920 e 1940, denominados de “*long civic generation*” são mais confiantes e participativos, do que seus filhos e netos (“*baby boomers*” e “*geração X*”). O mesmo é encontrado por Wattenberg (2003) quando analisa as taxas de comparecimento eleitoral, e verifica que há um *gap* entre os mais jovens e mais velhos quanto ao interesse por política, consumo de informações políticas, conhecimento político e comparecimento eleitoral. Tal fato se apresenta como paradoxal já que os mais novos, atualmente possuem níveis de escolaridade mais altos. Uma possível explicação para esse fato, poderia ser achado em Dalton (2009), que constatou, para os Estados Unidos, um maior comparecimento eleitoral e a filiação partidária estaria relacionado aos mais velhos, enquanto são os jovens que participam de outras formas menos hierarquizadas de participação, como boicotes e manifestações.

A socialização política ou experiência eleitoral também aparecem como uma importante variável para o desenvolvimento de atitudes partidárias positivas. Sobre isso, é entendido que jovens “em idade pré-voto herdaria características vinculadas a lealdade partidária dos pais e que com a idade e a participação repetitiva dos processos eleitorais a proximidade com um partido se estabeleceria e se fortaleceria” (Gimenes, 2015, p. 50). Dito de outra maneira, como o partidarismo tende a se enraizar ao longo da vida, a expectativa é de que eleitores com mais idade estejam mais próximos dos partidos do que aqueles mais jovens, entre os quais o sentimento por alguma legenda ainda não se encontra plenamente enraizado, ao passo que ao longo da vida adulta tal possibilidade de mudança é menor e, quando ocorre, se dá em virtude de novas socializações, como relações de trabalho, por exemplo (Green, Palmquist & Schickler, 2002). Para a América Latina, essa relação foi analisada no trabalho de Lupu (2015) e Gimenes *et al.* (2015), que encontram que os vínculos partidários de fato se fortalecem à medida que os eleitores ganham experiência, ou seja, indivíduos mais velhos têm mais chances de serem partidários.

Especificamente sobre o antipartidarismo, para Torcal, Gunther & Montero (2002) “um jeito de explorar as origens e natureza [...] do antipartidarismo é comparar a evolução dessas atitudes no tempo e entre as diferentes gerações políticas” (p.268-269), o que permitiria entender de que maneira diferentes condições políticas e sociais afetam o desenvolvimento dessas atitudes, mais ainda, ver até que ponto o antipartidarismo teria a ver com a socialização ou reações a curto prazo relacionadas ao ambiente político.

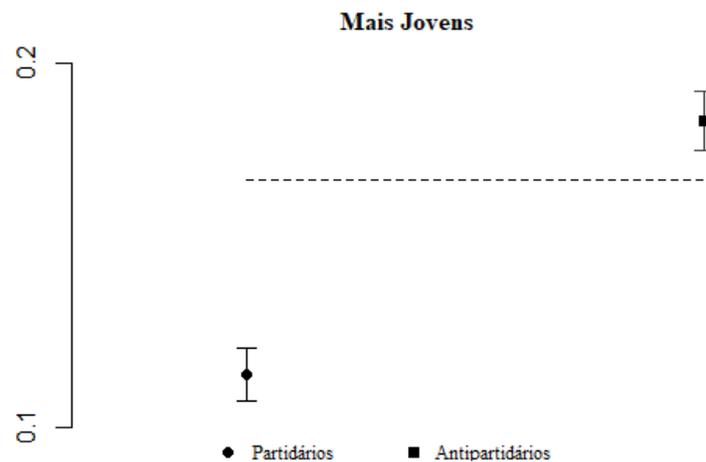
O resultado encontrado pelos autores é interessante porque subverte as expectativas da literatura. Ao buscar os efeitos de coorte sobre o antipartidarismo, Torcal, Gunther & Montero (2002) observam que os entrevistados mais velhos, na Espanha, expressam os maiores níveis de atitudes antipartidárias do tipo cultural, ou seja, aqueles que foram socializados na ditadura de Primo Rivera e na segunda república (1931-1936) teriam mais chances de desenvolver o antipartidarismo. O mesmo foi achado por Kestilä-Kekkonen (2009), cujo resultado mostra que a confiança nos partidos entre 18-30 anos é, em média, significativamente maior do que no resto da população, o que contradiz a teoria de que esse grupo tende a ser o mais apático politicamente.

Apesar desses resultados, seguiremos a hipótese da literatura internacional e regional que apontam que os mais jovens⁶² — e, portanto, socializados apenas na democracia—

⁶² Para as recodificações, ver Apêndice metodológico (p. 154).

tenderiam a possuir uma baixa adesão a instituições hierarquizadas, e mais chances de desenvolver o antipartidarismo. O gráfico abaixo (FIGURA 09) apresenta os resultados de um modelo linear onde a variável dependente é uma variável binária que mensura se o respondente pertence ou não ao grupo mais jovem (ter entre 16 e 24 anos), a independente é se o indivíduo é partidário, não partidário e antipartidário. Essa abordagem, segundo Samuels & Zucco (2018) nos permitiria interpretar as estimativas como simples diferenças nas proporções entre as diferentes categorias - ou seja, os resultados estimam a probabilidade de que os membros dos grupos de atitudes (partidários, não-partidários e antipartidários) também sejam membros do grupo mais jovem.

FIGURA 09. Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos “mais jovens” na América Latina (2012)



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do LAPOP 2012

A linha pontilhada horizontal fornece a probabilidade de que os não-partidários sejam membros desse grupo etário. Observa-se que em 2012 há uma diferença estatisticamente significativa entre todos os grupos atitudinais quanto a pertencimento a esse grupo de idade. Os antipartidários (representado pelo quadrado) tendem a ser mais jovens do que os partidários (representado pelo círculo). O resultado geral apoia a conclusão de que a idade dos indivíduos divide claramente os partidários dos antipartidários quanto a idade⁶³.

A escolaridade, por sua vez, aparece como uma das variáveis mais importantes nas pesquisas de comportamento político, sobretudo na explicação do porquê as pessoas participam da política (Verba, Schlozman & Brady, 1995; Schlozman, Brady & Verba, 2018), sendo

⁶³ O resultado no modelo, e as informações descritivas para essa variável podem ser encontrados no anexo do capítulo 02, p. 167 (TABELA 13 e 14).

considerada o solvente universal, e o relacionamento está sempre na mesma direção. Quanto maior a educação, maiores os valores ‘bons’ da variável. O cidadão educado é atento, conhecedor e participativo, e o cidadão não educado não é (Schlozman, Brady & Verba, 2018).

No modelo do voluntarismo cívico desenvolvido por Verba, Schlozman & Brady (1995) essa medida é fortemente associada ao desenvolvimento de habilidades cívicas. A educação aumenta a participação de forma mais ou menos direta, desenvolvendo habilidades que são relevantes para a política, dá “informações sobre governo e política e encoraja atitudes, como um senso de responsabilidade cívica ou eficácia política, que predis põem um indivíduo ao envolvimento político” (Schlozman, Brady & Verba, 2018, p. 54). Assim, é compreendida como mais um recurso que poderia favorecer ou dificultar o desenvolvimento de determinadas habilidades.

Especificamente sobre seu possível impacto no desenvolvimento do antipartidarismo, Gidengil *et al.* (2001) encontrou para o Canadá que os sentimentos antipartidários são menos prevalentes entre os mais bem-educados; achado também compartilhado por Leppink (2008) para a Noruega e Nova Zelândia. O trabalho de Torcal, Gunther & Montero (2002) identificou uma intensa relação entre níveis baixos de escolaridade e atitudes antipartidárias do tipo cultural, mais ainda, que essa variável seria capaz de mitigar o efeito da socialização política na Espanha.

Para o Cone Sul, Yebra (1998) partiu da hipótese de que os mais educados e mais expostos a informações devem ser os que manifestam as atitudes mais hostis aos partidos políticos, entretanto, seu achado é justamente o oposto: uma educação maior estaria ligada a uma maior probabilidade de ter sentimentos favoráveis aos partidos políticos. Fato esse, comprovado por pesquisas sobre os determinantes do partidarismo positivo, como o trabalho de Lupu (2015a), que mostra que eleitores com maiores níveis de escolaridade teriam mais chance de formarem laços partidários. Mas, é pertinente ressaltar que Gimenes (2015) encontrou uma mudança nesse padrão, de maneira que atualmente (2014), os cidadãos latino-americanos que possuem alta escolaridade têm menos chance de simpatizarem com partidos políticos.

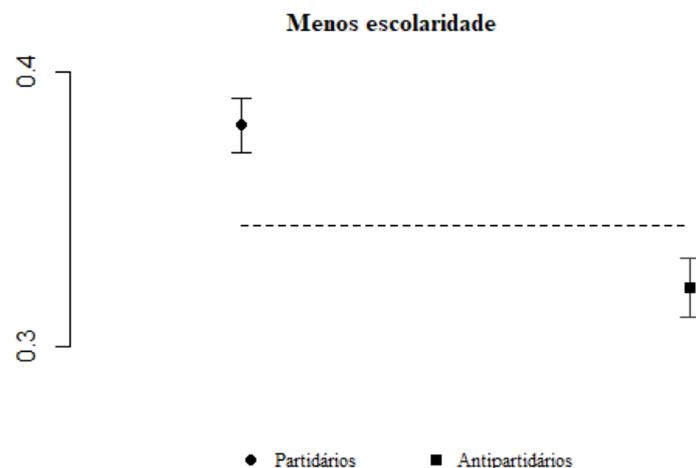
Mantendo a expectativa inicial dessas pesquisas, de que atitudes mais participativas e partidárias envolvem o desenvolvimento de habilidades cívicas relacionadas a educação, temos como hipótese para o conjunto de países latino-americanos que a manifestação de atitudes antipartidárias estaria associada a níveis educacionais mais baixos, ou seja, quanto mais baixa

for o grau de escolaridade dos indivíduos⁶⁴, maiores seriam as chances desses eleitores apresentarem sentimentos hostis aos partidos políticos.

Considerando este fato, abaixo apresentamos os resultados de um modelo linear onde a variável dependente é uma variável binária que mensura se o respondente pertence ou não ao grupo menos escolarizado (analfabetos) (FIGURA 10). Assim como no gráfico anterior, a linha pontilhada horizontal fornece a probabilidade de que os não-partidários sejam membros estejam no grupo dos analfabetos.

O resultado encontrado por Gimenes (2015) sobre o partidarismo e a escolaridade parecem se confirmar. O grupo dos partidários (representado pelo círculo) são os que mais pertencem ao grupo dos que são analfabetos. Por outro lado, os não-partidários (grupo de referência) e os antipartidários (representado pelo quadrado) são o grupo atitudinal que menos pertencem a esse grupo de escolaridade, entretanto, não há diferença estatisticamente significativa entre os antipartidários e não-partidários. Portanto, a escolaridade parece dividir os partidários dos antipartidários em 2012 na América Latina⁶⁵.

FIGURA 10. Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos analfabetos (2012)



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do LAPOP 2012.

As próximas variáveis analisadas são uma das dimensões da desafeição política, a que mede o compromisso político, ou melhor, dizem respeito à competência política dos eleitores (Listhaug & Wiberg, 1995 *apud* Kestilä-Kekkonen, 2009; Torcal, Monteiro & Gunther, 2002;

⁶⁴ Para as recodificações, ver Apêndice metodológico (p. 154).

⁶⁵ O resultado do modelo, e as informações descritivas para essa variável podem ser encontrados no anexo do capítulo 02, p. 168 (TABELAS 15 e 16).

Torcal & Montero, 2006; Torcal, 2006), são elas: o grau de interesse por política e a eficácia política subjetiva do indivíduo.

Antes disso, é importante ressaltar que a desafeição política é entendida como um “sentimento subjetivo de impotência, cinismo e falta de confiança no processo político, políticos e instituições democráticas que gera um distanciamento e alienação deles, e uma falta de interesse na política e assuntos públicos, mas sem questionar o regime democrático” (Di Palma, 1970 *apud* Torcal, 2003, p. 03). Sendo composta por duas dimensões parcialmente independentes: a desafeição institucional (medidas de confiança nas instituições representativas e a eficácia política externa) e a falta de um compromisso político (medidas de eficácia política subjetiva, interesse por política e a importância da política na vida) (Torcal, 2003; Torcal, 2006).

A segunda dimensão é nosso foco neste momento, mais especificamente, a declaração do eleitor sobre seu grau de *interesse por política*. Os trabalhos que incluem essa variável em seus modelos justificam sua utilização a partir do pressuposto apresentado por Dahl (1997) sobre sua relação com a sofisticação política, e também por ser um dos indicadores essenciais da mobilização cognitiva apresentados por Dalton (1984; 2013). Assim como a variável escolaridade, o interesse por política é um forte preditor de todos os tipos de engajamento político, e fornece às democracias uma base cívica (Klingemann, 1979 *apud* Rebenstorf, 2004), ou seja, o interesse político é uma pré-condição necessária para as características desejadas de um cidadão responsável e democrático.

Pesquisas sobre os condicionantes da identidade partidária positiva entendem que essa variável apresenta efeitos positivos também sobre a formação dessa atitude. Pesquisas como a de Lupu (2015a), Gimenes (2015), Gimenes *et al.* (2015) e Borba *et al.* (2015), mostram que eleitores mais interessados por política teriam mais chances de serem partidários, sendo encontrado uma relação forte entre ambas as variáveis.

Diferente da concepção inicial de Poguntke & Scarrow (1996) de que o antipartidarismo poderia estar relacionado a atitudes críticas e ao desenvolvimento da mobilização cognitiva, trabalhos mais recentes tem como entendimento que os eleitores pouco ou nada interessados em política têm maior probabilidade de serem antipartidários. Torcal, Gunther & Montero (2002), ao verificarem os correlatos atitudinais dos sentimentos antipartidários no sul da Europa para seus dois tipos de antipartidários (cultural e reativo), encontraram que quanto mais

interessados por política for o eleitor, menos provável será de que ele mantenha atitudes do tipo cultural. Yebra (1998), por sua vez, ao estudar os países do Cone Sul, encontrou que a síndrome antipartidária também estaria associada a países com menor interesse por política.

A variável *eficácia política subjetiva*, por sua vez, é entendida como uma medida mais direta da competência política (Listhaug & Wiberg, 1995 *apud* Kestilä-Kekkonen, 2009), e diz respeito à autopercepção do cidadão sobre ser capaz e competente para participar e influenciar decisões de natureza política (Miller & Listhaug, 1990). Em termos políticos, essa medida é determinada pela crença do indivíduo de que participar da política — por exemplo, votando, apoiando financeiramente um candidato ou conversando com amigos sobre política — poderia ter algum resultado desejável como a eleição bem-sucedida de um candidato preferido.

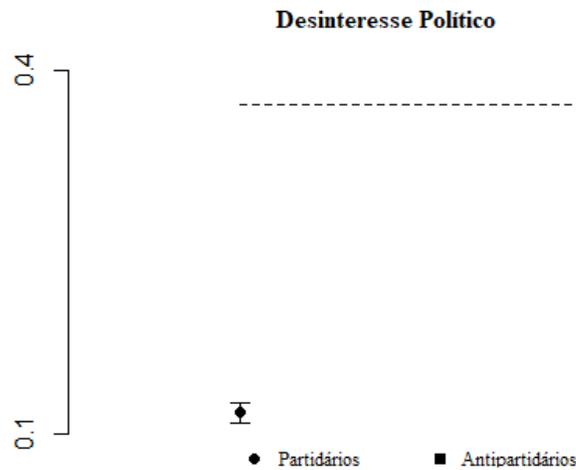
Os modelos consideram que a autoavaliação positiva sobre ser eficaz politicamente favorece o cálculo sobre os custos e benefícios relacionados à identificação partidária (Gimenes, 2015); ou seja, eleitores com uma alta eficácia política subjetiva teriam mais chances de serem simpáticos aos partidos políticos. Resultado confirmado nos trabalhos de Gimenes *et al.* (2015) e Gimenes (2015), sendo essa variável um importante preditor da simpatia partidária em 2008 e 2014 para um conjunto de países da América Latina. Os trabalhos de Gidengil *et al.* (2001), Torcal, Montero e Gunther (2002) e Kestilä-Kekkonen (2009) seguem, portanto, a lógica de que o antipartidarismo estaria associado a níveis mais baixos de eficácia política subjetiva, sendo confirmado.

Tendo isso em mente, entendendo que possuir um baixo compromisso político deveria aumentar atitudes de ceticismo às instituições políticas, em especial, os partidos políticos, acreditamos que os eleitores com baixo interesse por política⁶⁶ e baixa eficácia política subjetiva⁶⁷, teriam mais disposição de manifestar sentimentos antipartidários. Os gráficos a seguir (FIGURA 11 e 12), apresentam os resultados dos modelos lineares onde as variáveis dependentes mensuram se o respondente pertence ou não ao grupo dos desinteressados políticos (nenhum interesse político) e dos que possuem baixa eficácia política subjetiva. Em ambos os gráficos, a linha pontilhada horizontal fornece a probabilidade de que os não-partidários sejam membros do grupo dos menos interessados por política e dos que dispõem de baixa eficácia política.

⁶⁶ Para as recodificações, ver Apêndice metodológico (p. 154).

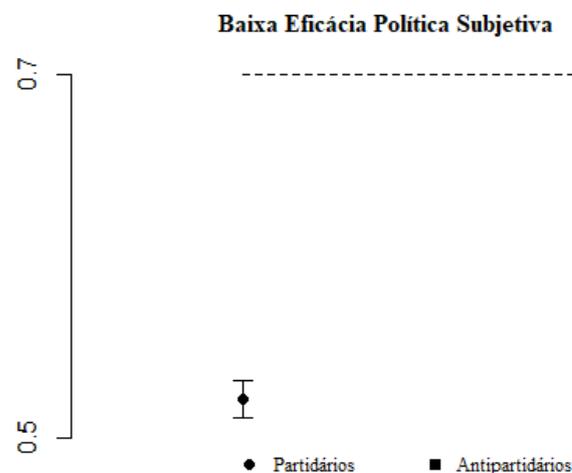
⁶⁷ Para as recodificações, ver Apêndice metodológico (p. 154).

FIGURA 11. Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos nada interessado por política (2012)



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do LAPOP 2012.

FIGURA 12. Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que manifestam baixa eficácia política subjetiva (2012)



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do LAPOP 2012.

Observa-se que em 2012 há uma diferença bem clara entre os partidários (representado pelo círculo) e os antipartidários (representado pelo quadrado) quanto ao pertencimento no grupo dos desinteressados políticos. Os não-partidários e os antipartidários são os que mais fazem parte dos que não manifestam interesse político, todavia, essa não é uma questão os diferencia, já que não há significância estatística entre ambas as atitudes⁶⁸. No entanto, para a nossa surpresa, os antipartidários (representado pelo quadrado) estariam mais próximos dos

⁶⁸ O resultado do modelo e as informações descritivas para essa variável podem ser encontrados no anexo do capítulo 02, p. 169 (TABELA 17 e 18).

partidários (representado pelo círculo) quanto estar no grupo dos que manifesta uma baixa eficácia política, já os não-partidários (linha pontilhada) tem mais probabilidade de estarem no grupo dos que manifestam que não entendem dos assuntos políticos⁶⁹. O resultado geral apoia a conclusão de que a capacidade cognitiva, pelo menos quanto ao interesse, divide claramente os partidários dos antipartidários, mas não em termos de eficácia política.

O próximo conjunto de hipóteses examinam o papel que percepções negativas sobre a economia e da integridade do funcionalismo público desempenham no desenvolvimento do antipartidarismo na América Latina. Seguimos as hipóteses dos estudos sobre o declínio da confiança no governo e aumento da desafeição política que atribuem a essas atitudes, dentre outras coisas, aos fracassos econômicos e a reiteração e publicitação de escândalos políticos (Torcal, 2003; Torcal, 2006).

A economia geralmente é entendida como um fator explicativo para as percepções dos eleitores e do comportamento eleitoral em períodos de eleições (Mughan & Lacy, 2002). Argumenta-se que os indivíduos votariam no candidato com maior probabilidade de apresentar o melhor desempenho econômico, e que as eleições seriam como referendos, punindo os governantes se eles presidirem os tempos econômicos ruins; sendo comum entender que “em tempos de uma economia boa, eleitores premiam seus incumbentes, em tempos de uma má economia” eles os punem (Lewis-Beck & Nadeau, 2011, p. 288).

Ainda sobre isso, para Mughan & Lacy (2002) a parte mais importante da competição entre candidatos em eleições presidenciais é o desempenho da economia: os governantes tentam persuadir os eleitores de que eles administraram bem a economia durante seu mandato, enquanto os concorrentes se esforçam para convencer os eleitores de que o oposto é o caso. O voto econômico resultaria da percepção dos eleitores de mudanças de curto prazo no desempenho econômico pessoal e nacional, mais ainda, é mais provável que os cidadãos recompensem um candidato se perceberem ou esperarem uma mudança favorável nas condições econômicas nacionais (sociotrópicas) do que pessoais (egotrópica) (Mishler & Rose, 2001). Em linhas gerais essa literatura entende que os eleitores supostamente devem recompensar os bons e punir o mau desempenho das autoridades, ou seja, devem selecionar

⁶⁹ O resultado do modelo, e as informações descritivas para essa variável podem ser encontrados no anexo do capítulo 02, p. 170 (TABELAS 19 e 20).

especificamente candidatos ou partidos em quem eles confiam serem gerentes competentes da economia.

Especificamente sobre o antipartidarismo, conforme Hawkins (2003) nos destaca, a literatura sobre voto econômico é limitada com relação à questão do antipartidarismo, na medida em que trata dos ganhos e perdas dos incumbentes e desafiadores em eleições específicas, e acaba dizendo pouco sobre como afeta as atitudes dos eleitores para o sistema como um todo. Apesar disto, para a teoria dos vínculos (*logic of linkages*) a economia é um fator importante, em especial a percepção de prolongadas crises políticas.

Nesse sentido, alguns trabalhos mais recentes vêm destacando, por exemplo, que a insegurança econômica tem um impacto importante na vida do indivíduo (Mughan & Lacy, 2002; Mughan, Bean, & McAllister, 2004; Wroe, 2015). A ideia chave é que as avaliações negativas do desempenho econômico individual e coletivo (país) de curto prazo, especialmente se combinadas ao longo do tempo, podem encorajar alguma insegurança em relação ao futuro e que isso afetaria, por exemplo, como o eleitor faz sua escolha (voto em terceiras vias) (Mughan & Lacy, 2002), ou ainda, no grau de confiança política (Wroe, 2015).

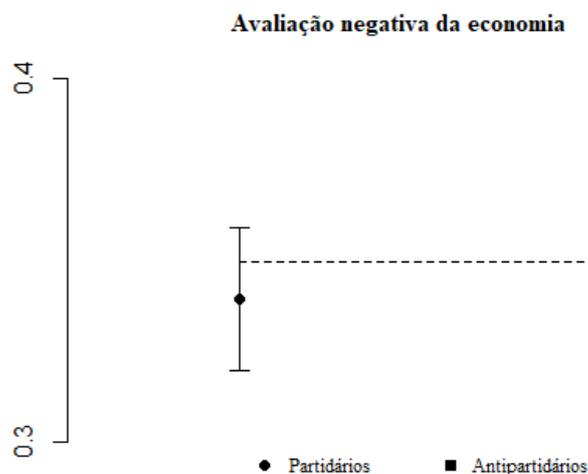
Visto isso, trabalhos seminais do antipartidarismo (Poguntke & Scarrow, 1996; Webb, 1996) apontavam que as habilidades do governo na resolução de problemas e na administração de crises políticas e econômicas tinham grandes impactos no comportamento dos indivíduos, de maneira que desempenhos negativos seriam essenciais para a explicação da insatisfação dos eleitores para com as instituições partidárias. Gidengil *et al.* (2001), teoriza nesse sentido que uma fonte particularmente provável de frustração como os partidos políticos é o desapontamento com o desempenho econômico, onde o “remédio padrão nas democracias eleitorais é punir o partido no poder, votando contra ele na próxima eleição” (p.493), mas se o desempenho econômico percebido não melhorar com um partido diferente no poder, a rejeição mais ampla com as instituições representativas aconteceria.

Entretanto, é válido ressaltar que o achado de Torcal, Gunther & Montero (2002), que tinham como hipótese que a diferença entre os tipos culturais e reativos de antipartidarismo, poderia ser encontrada em perguntas avaliativas de curto-prazo. Identificam que o primeiro tipo de atitude estaria associado a uma percepção negativa da economia, do governo e no voto na oposição. Com exceção no voto para a oposição, o antipartidarismo cultural estaria relacionado

fracamente a avaliações mais negativas, de modo que a diferença entre os antipartidários culturais e pró-partido apresentavam uma margem pequena de diferença.

Hawkins (2003), por outro lado, encontra que o desempenho econômico percebido continua sendo um bom indicador para o desenvolvimento do antipartidarismo na América Latina. Com um efeito bastante alto, aqueles que percebem uma melhoria a longo prazo no bem-estar dos seus concidadãos ou uma situação financeira melhor são mais propensos a ter confiança nos partidos, e, portanto, são menos antipartidários. Nos baseando nesses trabalhos, e tomando como medida avaliativa a economia do país⁷⁰, entendemos que aqueles que avaliam negativamente o estado da economia teriam mais probabilidade de serem antipartidários. O gráfico abaixo (FIGURA 13), demonstra que há poucas diferenças entre os grupos quanto a avaliação negativa da economia, ou seja, de maneira geral, partidários, não-partidários e antipartidários pertencem ao grupo dos que acham que a economia do país está péssima⁷¹.

FIGURA 13. Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que avaliam a economia do país como péssima (2012)



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do LAPOP 2012.

A segunda variável analisada dentro dessa questão mais ampla, é a percepção dos eleitores em relação à integridade do funcionalismo público quanto ao grau de corrupção. Em geral, subentende-se que escândalos políticos diminuem a confiança dos indivíduos na política, nas elites e nas instituições partidárias (Bowler & Karp, 2004), e que “se os partidos são vistos

⁷⁰ Para as recodificações, ver Apêndice metodológico (p. 154).

⁷¹ O resultado do modelo, e as informações descritivas para essa variável podem ser encontrados no anexo do capítulo 02, p. 171 (TABELAS 20 e 21).

como corruptos, é menos provável que os eleitores manifestem simpatia por algum deles” (Gimenes *et al.*, 2015, p.12).

Bonifácio & Paulino (2015) mostram que a corrupção é um fenômeno que traz consequências negativas para a estabilidade e qualidade do sistema político; fato confirmado por Doig & McIvor (1999) de que altas taxas na percepção da corrupção estejam relacionadas a níveis mais baixos de confiança institucional. Mais ainda, o trabalho de Warren (2012) mostra que a corrupção mina a natureza inclusiva dos processos políticos, em especial, a relação entre representantes e representados, porque compromete o poder de voto e a voz dos cidadãos que visam influenciar decisões coletivas.

De maneira geral, espera-se que experiências dessa natureza contribuam para o afastamento dos eleitores das instituições públicas, em especial, no desenvolvimento de identidades partidárias positivas. Todavia, os achados de Gimenes *et al.* (2015), apontam que o partidarismo positivo na verdade estaria relacionado a crença de que a corrupção é generalizada, a explicação dos autores para isso é que:

[...] experiência com atos corruptos tem um efeito positivo sobre diferentes variáveis de ativismo político. Apesar de esses autores⁷² reconhecerem que as explicações para essa relação ainda permanecem desconhecidas, identificam que a combinação do ativismo político com a experiência com atos corruptos está ligada a um perfil de maior permissividade com tais atos, ou ao menos resignação (p. 20).

Apesar desses resultados, e considerando o impacto negativo que escândalos políticos teriam sob o desenvolvimento do antipartidarismo (Poguntke & Scarrow, 1996), temos como hipótese que acreditar que práticas corruptas são comuns entre os funcionários públicos, estaria relacionado positivamente com a probabilidade de o eleitor ser antipartidário *per se*. Infelizmente, a questão utilizada pela literatura para medir a percepção da corrupção não estava disponível nesta onda do LAPOP, por isso, vamos usar a seguinte questão: “Considerando sua experiência ou o que ouviu falar dos funcionários públicos, a corrupção dos funcionários públicos é... ?”⁷³ como *proxy*.

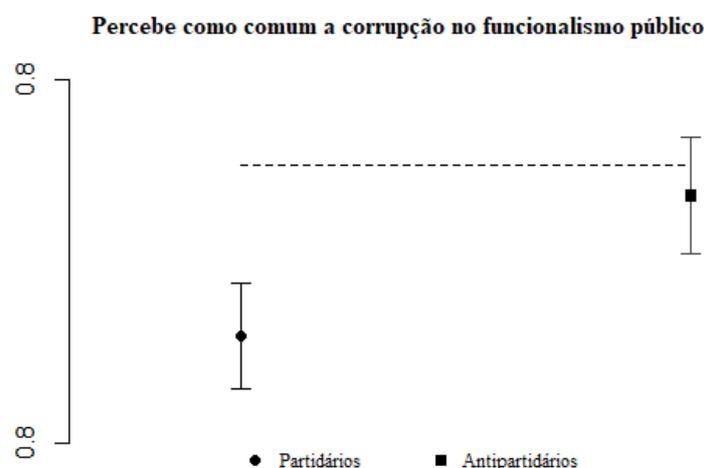
O gráfico abaixo explora as diferenças atitudinais sobre a percepção de que a corrupção é comum (FIGURA 14). A linha pontilhada representa a probabilidade que os não-partidários (linha pontilhada) sejam membros dos que avaliam como comum a corrupção entre os

⁷² “Esses autores” refere-se aos seguintes trabalhos: Bonifácio Silva (2014) e Bonifácio Silva e Ribeiro (2014).

⁷³ Para as recodificações, ver Apêndice metodológico, p, 154.

funcionários públicos. Os não-partidários e antipartidários (representado pelo quadrado) se apresentam como mais céticos em relação a integridade do funcionalismo, no entanto, não há uma diferença estatisticamente significativa entre esses grupos. Os partidários (representado pelo círculo), por sua vez, são os que menos pertencem a esse grupo de opinião⁷⁴.

FIGURA 14. Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que percebem como comum a corrupção entre os funcionários públicos (2012)



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do LAPOP 2012.

Em seu bojo, o antipartidarismo está associado a discussão sobre a responsividade partidária. Para Leppink (2008) um dos fatores mais importantes para explicar os sentimentos antipartidário “são as experiências diretas dos cidadãos com os partidos políticos e suas crenças sobre se os políticos e os partidos políticos são responsivos as suas necessidades” (p. 30). Sendo a variável *eficácia política externa* sua *proxy*. Essa variável também aparece como uma das medidas para verificar a desafeição política, ou seja, é uma das medidas da desafeição institucional (Torcal, 2001; 2003; 2006).

A responsividade é um componente central da democracia representativa, sendo o principal mecanismo através do qual os cidadãos exercem controle sobre o governo entre as eleições (Dahl 1997; Powell 2004). A variável *eficácia política externa*, nesse sentido, tem a ver com a percepção da vontade dos que estão no poder de aderir à opinião do cidadão, ou seja, o quanto as elites políticas ou partidos políticos representam suas demandas e interesses. Por isso, entendemos que o antipartidarismo estaria associado a uma baixa *eficácia política*

⁷⁴ O resultado do modelo, e as informações descritivas para essa variável podem ser encontrados no anexo do capítulo 02, p. 172 (TABELAS 23 e 24).

externa⁷⁵, ou seja, essa atitude estaria relacionada com a crença de que os partidos não estão representando seus interesses.

O gráfico a seguir (FIGURA 15), mostra a comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que possuem baixa eficácia externa. Os não-partidários (representados pela linha pontilhada) é o grupo de atitudes que mais manifesta o sentimento de que não são representados ou ouvidos pelos que estão no poder. Entretanto, nota-se uma diferença clara entre os partidários (representado pelo círculo) e os antipartidários (representado pelo quadrado), com os últimos se mostrando mais pertencentes a esse grupo⁷⁶.

FIGURA 15. Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que possuem baixa eficácia externa (2012)



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do LAPOP 2012.

O modelo proposto para a explicação dos determinantes individuais ainda é composto por duas variáveis: o *extremismo ideológico* e *preferência pela democracia*. Essa primeira variável não foi utilizada em nenhum modelo explicativo dos determinantes individuais do antipartidarismo, no entanto, por entendermos que o antipartidarismo estaria relacionado sobretudo a uma polarização extrema de ideias, e que isso faz com que os eleitores não se sintam representados pelos partidos políticos existentes. É válido ressaltar, que a literatura sobre o partidarismo positivo vê que aqueles que estão nos extremos do espectro ideológico⁷⁷ tendem

⁷⁵ Para as recodificações, ver Apêndice metodológico (p. 154).

⁷⁶ O resultado do modelo, e as informações descritivas para essa variável podem ser encontrados no anexo do capítulo 02, p. 173 (TABELAS 25 e 26).

⁷⁷ Para as recodificações, ver Apêndice metodológico (p. 154).

a possuir afinidades mais fortes aos seus partidos políticos, em comparação com os eleitores que se encontram no centro dessa escala (Lupu, 2015a; Gimenes, 2015; Borba *et al.* 2018).

Por fim, uma preocupação da teoria do antipartidarismo é que essa atitude representaria um certo perigo para a estabilidade da democracia e dos sistemas partidários, em especial, as atitudes antipartidárias *per se*. Em geral, a literatura da desafeição política aponta que esses eleitores tendem a não questionar a existência do regime democrático (Torcal, 2001; 2003; 2006), sendo assim, Torcal, Gunther & Montero (2002) e Yebra (1998) se questionam até que ponto o antipartidarismo estaria relacionado ao apoio a democracia. Os autores encontram que a maioria dos cidadãos espanhóis – no caso de Torcal e colaboradores – apoiam a democracia, independente da atitude partidária. Yebra (1996) encontra para o Cone Sul que esta atitude estaria relacionada, principalmente ao questionamento da eficiência do regime. Entretanto, vamos entender nesta tese que o antipartidário *per se*, sobretudo, é antidemocrático. De forma que esperamos que indivíduos que tenham preferência pela democracia⁷⁸ tenham menos chances de serem antipartidários.

Os gráficos abaixo mostram as comparações entre as atitudes partidárias quanto ao pertencimento ao grupo dos que possuem extremismo ideológico (FIGURA 16) e os que acreditam que um regime autoritário é preferível (FIGURA 17). Em ambos os gráficos a linha pontilhada representa o grupo dos não-partidários (que é a categoria de referência). Para a nossa surpresa, os resultados encontrados por Lupu (2015a) e Gimenes (2015) se mantem, ou seja, os partidários são os que mais pertencem ao grupo dos que se auto-localizam nos extremos ideológicos. Os não-partidários e antipartidários (representado pelo quadrado) não se diferenciam estatisticamente quanto ao posicionamento, entretanto, parecem pertencer mais ao grupo dos que se posicionam no centro da escala ideológica⁷⁹.

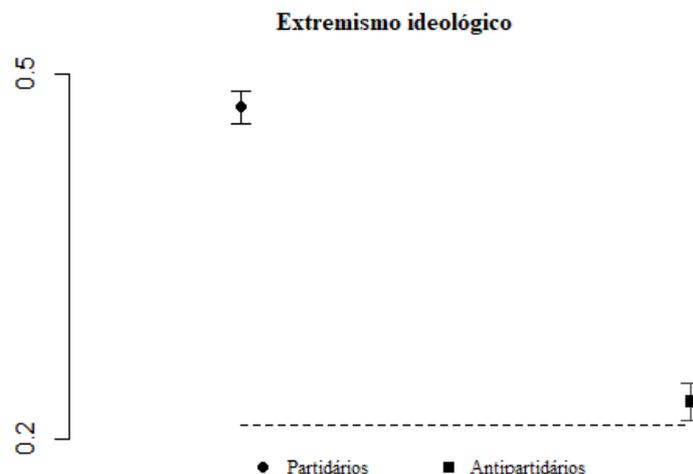
A adesão a regimes autoritários é uma variável que diferencia claramente os antipartidários (representados pelo quadrado). Ou seja, os antipartidários são os que mais aderem regimes autoritários, em vez dos democráticos. Parece que não há diferenças estatisticamente significativas entre os partidários (representado pelo círculo) e não-partidários quanto a essa questão, no entanto, esses grupos são os que menos fazem parte dos que

⁷⁸ Para as recodificações, ver Apêndice metodológico.

⁷⁹ O resultado do modelo, e as informações descritivas para essa variável podem ser encontrados no anexo do capítulo 02, p. 174 (TABELAS 27 e 28).

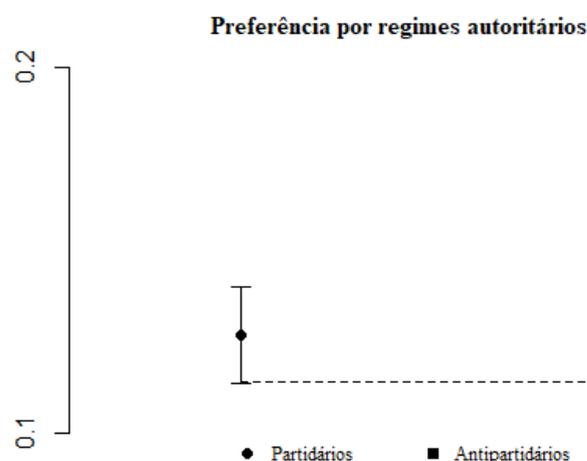
manifestam que em certas ocasiões o regime autoritário é preferível a um sistema democrático⁸⁰.

FIGURA 16. Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que possuem extremismo ideológico (2012)



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do LAPOP 2012.

FIGURA 17. Comparação entre as atitudes dos partidários, não partidários e antipartidários quanto ao pertencimento ao grupo dos que preferem regimes autoritários (2012)



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do LAPOP 2012.

O partidarismo positivo na região é correlacionado a indivíduos mais velhos, engajamento cívico, crença na eficácia política, extremismo ideológico e preferência pela democracia (Lupu, 2012; 2015; Gimenes, 2015; Borba *et al.* 2018). Assim, o antipartidarismo seria seu inverso. Nessa seção elencamos as principais variáveis que estariam relacionadas ao

⁸⁰ O resultado do modelo, e as informações descritivas para essa variável podem ser encontrados no anexo do capítulo 02, p. 175 (TABELAS 29 e 30).

perfil dos antipartidários na América Latina em 2012. Demostramos visualmente as principais diferenças entre os grupos partidários e antipartidários quanto a idade, escolaridade, interesse político, eficácia política subjetiva, avaliação da economia, percepção da corrupção, extremismo ideológico, preferência pela democracia e eficácia política externa. Os resultados sobre as diferenças nos mostram que há diferenças estatisticamente significativas entre as atitudes partidárias e antipartidárias. O antipartidarismo *per se* se diferencia dos outros grupos pela idade, educação, interesse por política (pelo menos dos partidários), percepção de que há muita corrupção no funcionalismo público, grau de extremismo ideológico e pela adesão a regimes autoritários.

No capítulo seguinte, além de retomamos o desenho de pesquisa desta tese, apresentação dos resultados multiníveis em que testamos a probabilidade do antipartidarismo acontecer quando há um baixo desenvolvimento econômico, crises econômicas, alto número efetivo de partidos políticos, polarizações ideológicas extremas, fraca institucionalização dos partidos políticos, lista aberta e permissividade com candidatos *outsiders*, e com baixo legado democrático. Além disso, se o antipartidarismo estaria relacionado a síndrome da desafeição política.

3.

ANTIPARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA EM 2012: RENDIMENTOS EMPIRICOS

Tendo em vista que a questão central desta tese é o por que há uma variabilidade no número de eleitores antipartidários na América Latina, mais especificamente, quais fatores contextuais aumentariam a probabilidade do desenvolvimento antipartidarismo *per se* nesta região, e quais são as características individuais, atitudinais e valorativa relacionado a esse fenômeno? Investigamos neste capítulo se as hipóteses da literatura se mantêm, ou seja, se democracias recentes, com baixo desenvolvimento econômico, baixo desempenho econômico, com um sistema de partidos fraco e complexo, com alta polarização partidária entre os partidos políticos, com um sistema que privilegia o personalismo, bem como eleitores desafeiçoados politicamente, aumentam as chances do desenvolvimento do antipartidarismo *per se*. Para tanto, o capítulo é dividido em três partes: na primeira retomamos o desenho de pesquisa, o método analítico e o modelo estatístico a ser testado; na segunda apresentamos os resultados descritivos dos nossos modelos de regressão hierárquica logística. Testamos por meio de modelos nulos o quanto da nossa dependente é realmente explicada pelo efeito país; em seguida, apresentamos os resultados estatísticos dos melhores modelos estatísticos dos determinantes contextuais e individuais. A terceira parte dessa tese, é onde resgatamos os principais achados à luz da teoria.

3.1. Desenho de pesquisa, hipóteses e modelo estatístico

Um dos principais desafios do comportamento político de natureza empírica tem sido em explicar as escolhas do eleitorado, suas atitudes e comportamentos com relação aos objetos políticos. Nessa pesquisa, os “objetos” estudados são os partidos políticos, e as “atitudes” são os sentimentos de rejeição a essas organizações enquanto instituições representativas, ou seja, buscamos compreender quais seriam as principais variáveis que estariam relacionadas com a probabilidade de o eleitor desenvolver o antipartidarismo na América Latina em 2012. Por isso, nessa seção retomamos os objetivos dessa tese, especificaremos o desenho de pesquisa, as hipóteses a serem testadas, os dados utilizados, e o método de análise.

Como dito anteriormente, nosso maior interesse é desvelar os determinantes contextuais e individuais de um fenômeno pouco estudado, em especial, na América Latina. À vista disso, o trabalho se iniciou com um debate conceitual do que é antipartidarismo, a saber, são “orientações desfavoráveis aos partidos políticos entre as elites intelectuais ou políticas e o público em geral” (Poguntke, 1996, p. 319), posto de outra forma, o antipartidarismo é relativo à ideia de rejeição ou hostilidade aos partidos políticos (Webb, 1996). Essa atitude se apresenta de duas maneiras entre os indivíduos: (1) “*against existing parties*” (contra os partidos existentes), em que se aceita que os partidos devem desempenhar um papel no desempenho da democracia, mas se critica a performance dos partidos políticos existentes ou sistemas partidários; e (2) “*against parties per se*” (contra os partidos *per se*), onde os cidadãos apresentam uma visão mais radical (ou generalizada), em que se ataca o princípio que a boa política requer a partidos políticos competitivos como intermediários.

Estabelecemos que o nosso eixo investigativo são aqueles eleitores para quem os partidos políticos não são mais necessários em suas funções representativas. Assim, o segundo momento desta tese diz respeito a mensuração do antipartidarismo *per se* (*against parties per se*). Entendendo que os antipartidários não possuem nenhuma identidade partidária positiva, utilizamos a questão do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) sobre o eleitor ter ou não simpatia por algum partido, o nosso foco é justamente naquele eleitor que não possui identidade partidária, mais especificamente, nosso grupo de interesse está entre aqueles que se encontram afastados dos partidos políticos; em seguida, mensuramos o grau de afastamento através da pergunta sobre se concorda ou não com a possibilidade de a democracia poder funcionar sem os partidos políticos. O eleitor antipartidário *per se* é aquele que não manifesta

nenhuma “simpatia” pelos partidos políticos e acredita que a democracia pode funcionar sem essas instituições partidárias⁸¹, negando com isso, a legitimidade dos partidos políticos enquanto instituições representativas (Moisés & Carneiro, 2018).

A variável construída nos permitiu analisar três conjuntos de atitudes: partidárias, não-partidárias e antipartidárias. Em seguida, explorarmos a evolução desses sentimentos em quatro pontos no tempo (2006, 2008, 2010, e 2012) na América Latina. Notamos uma variabilidade, tanto entre as atitudes, como também na intensidade em que eram manifestados pelos cidadãos latino-americanos. Assim, nos focando especificamente no antipartidarismo, passamos a buscar quais fatores a nível país e individual estariam associado ao desenvolvimento desse fenômeno, ou melhor, que condições relativas ao país e ao indivíduo aumentariam a probabilidade de que o eleitor manifeste sentimentos antipartidários.

Nossa análise tem, portanto, dois níveis analíticos: os países — na tentativa de identificar quais variáveis implicariam em maiores chances do desenvolvimento dessa atitude—; e os eleitores — no qual tentamos entender quais fatores intrínsecos aos indivíduos, como características, valores e atitudes estão relacionadas ao antipartidarismo. Com isso, a próxima etapa da pesquisa é a definição do modelo teórico que será testado, ou melhor, elencamos as variáveis que irão compor a análise a partir daquilo que a literatura já apontou como sendo mais relevante na explicação do fenômeno estudado (Casalecchi, 2016).

Sobre o nível analítico “país”, nos baseamos na ideia de que “atitudes e comportamentos políticos podem ser explicados não apenas em termos de características e experiências pessoais, mas também em termos dos contextos sociais e políticos que cercam as pessoas” (Pryby & Books, 1987, p. 225). Entretanto, por muito tempo pesquisas na área do comportamento político ignoraram os efeitos do contexto político na explicação das atitudes e comportamentos dos indivíduos (Conway, 1989), mais recentemente, importantes estudos que empregam ambos os níveis de análise mostram achados significativos e confirmam a necessidade de considerar aspectos de ambas as magnitudes (Torcal, 2001; 2003).

Visto isso, em geral, trabalhos que buscam explicar as diferenças entre os países em relação a determinado fenômeno, se utilizam de três vertentes explicativas: (1) mudança social; (2) as econômicas; e (3) as institucionalistas (Torcal, 2001). Todavia, a teoria dos condicionantes macro (nível país) do antipartidarismo podem ser encontradas em dois trabalhos

⁸¹ A construção da variável foi detalhada no Capítulo 1 – O antipartidarismo na América Latina: conceitos e medidas, quadro 05 (p. 37).

e que tinham problemas relativos à mensuração, Poguntke & Scarrow (1996), por exemplo, mediam o afastamento dos eleitores dos partidos políticos, enquanto Hawkins (2003) media a (des)confiança nos partidos políticos. Isto posto, essa teorização pode ser considerada subdesenvolvida dentro do campo de investigação do comportamento político.

De toda a forma, essa tese se norteia por três explicações oferecidas pelos autores mencionados: (1) desenvolvimento econômico; e (2) crises econômicas; e (3) as regras formais (Poguntke & Scarrow, 1996; Hawkins, 2003). No quadro 07, do capítulo 2 (p. 65), resumimos todas as variáveis utilizadas por esses autores, além apresentarmos suas hipóteses e os resultados encontrados. Assim, levantamos *oito variáveis relativas ao contexto e conjuntura*:

- (1) Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2011 como *proxy* da modernização;
- (2) Taxa média de desemprego nos últimos dez anos (2002-2012) como *proxy* de desempenho econômico;
- (3) Número efetivo de partidos políticos no legislativo em 2012 como *proxy* da complexidade do sistema partidário;
- (4) Grau de polarização partidária entre os partidos políticos em 2012 como *proxy* da clareza de opções representativas;
- (5) *Logaritmo* da média da idade dos principais partidos políticos em 2012 como *proxy* do grau de institucionalização do sistema partidário;
- (6) Tipo de lista (se aberta ou fechada) como *proxy* para medir o efeito do personalismo do sistema partidário;
- (7) Permissão (ou não) de candidaturas avulsas como *proxy* para medir o efeito da abertura a candidatos *outsiders*;
- (8) Pontuação no indicador de legado democrático como *proxy* para medir o efeito do tempo e qualidade da democracia;

Nossas hipóteses para essas variáveis são as seguintes:

Hipótese 01: Países em que há um fraco desenvolvimento econômico (PIB mais baixo) seus eleitores teriam mais chances de manifestarem o antipartidarismo;

Hipótese 02: Países que estão experienciando crises econômicas (alta taxa de desemprego) teriam mais chances de desenvolver o antipartidarismo;

Hipótese 03: Quanto maior for a fragmentação partidária (ou número efetivo de partidos políticos), maior seria as chances do desenvolvimento do antipartidarismo;

Hipótese 04: Países com baixa e alta polarização partidária tenderiam a aumentar a probabilidade de formação do antipartidarismo;

Hipótese 05: Quanto mais novo for o sistema de partidos políticos no país, maior seriam as chances do desenvolvimento do antipartidarismo;

Hipótese 06: Sistemas eleitorais de lista aberta aumentariam as chances do desenvolvimento do antipartidarismo;

Hipótese 07: Países cujos sistemas permitem a candidatura avulsa teriam mais chances do desenvolvimento do antipartidarismo;

Hipótese 08: Democracias com um baixo legado democrático teriam mais chances de que seus eleitores desenvolvam atitudes antipartidárias.

A outra parte analisada se foca em verificar quais características estão associadas a um perfil atitudinal dos eleitores antipartidários. Diferente de análises relativas ao país, os determinantes individuais desse sentimento encontram-se mais avançados, e três fatores parecem importar (Webb, 1996; Gidengil *et al.*, 2001; Torcal, Gunther & Montero, 2002; Leppink, 2008; Kestilä-Kekkonen, 2009; Yebra, 1998; Hawkins, 2003): (1) efeitos de socialização política; (2) capacidade cognitiva; (3) avaliação da performance econômica e política, e (4) representação política, adicionamos duas hipóteses extras, descritas abaixo:

- (1) Faixa de idade para testar os efeitos da socialização política do eleitor;
- (2) Escolaridade para testar os efeitos da educação;
- (3) Interesse por política para testar o efeito do compromisso político do eleitor;
- (4) Eficácia política subjetiva para testar o efeito do compromisso político do eleitor;
- (5) Avaliação da economia do país para testar o impacto de percepção de crise econômica entre os eleitores;
- (6) Percepção da corrupção no funcionalismo público para testar o impacto de percepção de crise política entre os eleitores;
- (7) Eficácia política externa como medida para testar a desafeição institucional do eleitor;
- (8) Extremismo ideológico para testar o impacto da polarização ideológica;
- (9) Preferência pela democracia para confirmar se o antipartidarismo estaria relacionado a atitudes antidemocráticas.

Para além da ideia de que o antipartidarismo tem como origem um mal-estar representativo (eficácia política subjetiva), nossas hipóteses são que:

Hipótese 09: Jovens teriam mais chances de serem antipartidários;

Hipótese 10: Pessoas com baixa escolaridade teriam mais chances de serem antipartidários;

Hipótese 11: Pessoas com baixo interesse político teriam mais chances de serem antipartidárias;

Hipótese 12: Pessoas com baixa eficácia política subjetiva teriam mais chances de serem antipartidárias;

Hipótese 13: Pessoas que avaliam negativamente a situação econômica do país teriam mais chances de desenvolverem o antipartidarismo;

Hipótese 14: Pessoas que percebem a corrupção como generalizada teriam mais chances de desenvolverem o antipartidarismo;

Hipótese 15: Pessoas com baixa eficácia política externa teriam mais chances de serem antipartidárias;

Hipótese 16: Pessoas que se auto-localizam nos extremos ideológicos tendem a ser mais antipartidários.

Hipótese 17: Pessoas que tem preferência por regimes autoritários teriam mais chances de desenvolverem o antipartidarismo.

Contudo, as hipóteses feitas também testam se o antipartidarismo poderia ser visto como o avesso do partidarismo, de modo que o que estimularia os eleitores a aderirem e construir identidades partidárias positivas, poderia, por outro lado, diminuir a chance do antipartidarismo. Ou seja, todas as nossas hipóteses foram construídas para testar a ideia de o antipartidarismo e o partidarismo fazem parte do mesmo *continuum* de atitudes partidárias. O modelo teórico a ser testado e um resumo da direção esperada das hipóteses podem ser encontrados no quadro 10 e 11, abaixo:

QUADRO 10. Modelo dos determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012

Nível de estudo	Variáveis independentes	Variável dependente
Nível 2: macro (unidade analítica = país)	Mudanças sociais e econômicas	Crescimento anual do PIB <i>per capita</i> Desemprego
	Sistema partidário	Número efetivo de partidos políticos nas legislaturas
		Polarização ideológica <i>Log</i> da idade dos partidos políticos
	Sistema eleitoral	Tipo de sistema eleitoral Permissão para candidaturas avulsas (sem partidos)
	Democracia	Legado democrático
Nível 1: macro (unidade analítica = indivíduos)	Variáveis socioeconômicas	Faixa etária
		Grau de escolaridade
		Interesse por política
	Variáveis de opinião, percepção e comportamento	Eficácia subjetiva
		Avaliação da economia
		Percepção da corrupção
		Eficácia externa
	Extremismo ideológico	
	Democracia é a melhor forma de governo	

Antipartidarismo

Fonte: Elaboração própria.

QUADRO 11. Resumo da direção esperada das variáveis testadas

Direção	Variáveis	Efeito	Outcome
-	PIB <i>per capita</i> em 2011	+	Manifestação do antipartidarismo
+	Desemprego	+	
-	Escore da percepção da corrupção	+	
+	Número efetivo de partidos políticos	+	
+	Polarização ideológica	+	
-	<i>Log</i> da média da idade dos principais partidos	+	
+	Tipo de lista (aberta)	+	
+	Permissão de candidaturas avulsas	+	
-	Legado democrático	+	
-	Idade dos eleitores	+	
-	Compromisso político dos eleitores	+	
-	Avaliação da economia	+	
+	Percepção da corrupção	+	
-	Eficácia política externa	+	
+	Polarização ideológica do eleitor	+	
+	Antidemocrático	+	

Fonte: Elaboração própria

As variáveis advêm de múltiplas fontes, aquelas relativas ao indivíduo foram construídas a partir do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) de 2012. As variáveis sobre contexto foram retiradas de diversas fontes: *Word Bank*, Lupu (2012; 2015a), Ruiz (2013), Gimenes *et al.* (2015), Casalecchi (2016) e Rocha (2018).

Com as hipóteses estabelecidas, o próximo passo é estabelecer o melhor método de análise. Como nossa intenção é examinar relações entre variáveis medidas em diferentes níveis de dados (país e indivíduos), a opção mais indicada é a análise multinível, mais especificamente, modelo multinível generalizado para variáveis com distribuição de *Bernoulli* (Raudenbush & Bryk, 2002), também chamado de regressão logística multinível.

O modelo de regressão logística é um modelo estatístico usado quando se deseja explicar uma variável resposta categórica binária em função de variáveis explicativas quantitativas ou qualitativas (Rocha, 2014), em outras palavras, o *outcome* possui dois resultados possíveis:

sucesso (=1) ou fracasso (=0). Neste tipo de técnica, um conceito muito importante é o de chance (ou *odds*), assim, falamos em chance ou probabilidade de sucesso.

Já o termo multinível refere-se à dados estruturados de forma hierárquica, ou seja, eleitores dentro da mesma estrutura (país) compartilham de um mesmo ambiente regido por regras, instituições e contextos semelhantes, e portanto, apresentam experiências parecidas (Tamura, 2007), por isso, a defesa de Prysby & Books (1987) sobre a inclusão de efeitos contextuais, já que “todos os efeitos contextuais têm um denominador comum: atitudes ou comportamentos individuais são afetados por algumas características do contexto em que o indivíduo vive” (p. 255).

Assim como qualquer método, alguns cuidados devem ser tomados, Rocha (2014) nos orienta a pelo menos dois: (1) quando inserimos dados estruturados em hierarquia, a variável resposta deve ser medida no menor nível — no nosso caso, o nível dos indivíduos; e (2) é ainda mais importante que sejam incluídas apenas as variáveis e interações que forem de fato importantes para o estudo, pois esse tipo de modelo pode ficar facilmente superparametrizado. Quanto a esse segundo ponto, à primeira vista temos um problema. Em primeiro lugar, temos 18 unidades de análises com dados completos — ou seja, possuímos dados apenas para dezoito países latino-americanos, são eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Rep. Dominicana, Uruguai e Venezuela⁸² —, e oito variáveis de nível dois. Para não incorrer ao erro de uma análise sem validade de estimação, incluiremos até quatro variáveis cada modelo, na busca das melhores variáveis explicativas.

É importante ressaltar uma última coisa, a escolha de analisar o ano de 2012, se deu, pois, foi o último ano em que a variável “democracia sem partidos políticos” foi feita pelo LAPOP. A seguir, apresentamos os resultados para os determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012.

3.2. Determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012

Nesta seção apresentamos os resultados multiníveis. Testamos, portanto, a probabilidade de sucesso do antipartidarismo (=1) sobre o fracasso (=0, que neste caso, é ser

⁸² Foram retirados, portanto, Guiana e Haiti.

partidário)⁸³ enquanto levamos em consideração sua dependência a fatores como PIB *per capita* dos países em 2011, variação da taxa do desemprego nos últimos dez anos, número efetivo de partidos políticos, grau de polarização partidária, idade média dos principais partidos políticos, se a lista é fechada ou aberta, se o sistema permite candidatura avulsa ou não, e o contexto democrático; além de suas características, atitudes e percepções, em especial, a idade do indivíduo, seu grau de escolaridade, compromisso político (interesse e eficácia política subjetiva), avaliação da economia e da corrupção, desafeição institucional (eficácia política externa), se a auto-localização é ou não nos extremos ideológicos, e a preferência por regimes democráticos. Nossos dados, como já mencionado anteriormente, estão dispostos em dois níveis de análise, país e indivíduos, e por isso a modelagem escolhida foi a regressão multinível logística⁸⁴.

Assim, dado a considerada variação em termos de manifestação do antipartidarismo entre os países (FIGURA 07, capítulo 01, p. 49), uma forma consistente de testar o quanto de fato o nível país influencia na variação da dependente (antipartidarismo), pode ser feito pela construção de um modelo nulo, ou modelo vazio (\emptyset), ou melhor, é um modelo sem nenhuma variável independente, cujos dados nos permite calcular o Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC).

TABELA 06. Modelo nulo para o Antipartidarismo na América Latina em 2012

	Modelo \emptyset_1	Modelo \emptyset_2
Intercepto	-0,277 (0,169)	-0,345*** (0,017)
Variância (país)	0,51	
Desvio padrão	0,7142	
Log-likelihood	-8504,56	-9560,74
AIC	17.013,1	19.123,5
N nível 1		14.816
N nível 2	18	

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do LAPOP 2012

Considerando o conjunto dos países, a média do *log* da razão de chance de manifestar antipartidarismo foi estimada em -0,277, a variância em 0,51 e o desvio padrão em 0,714

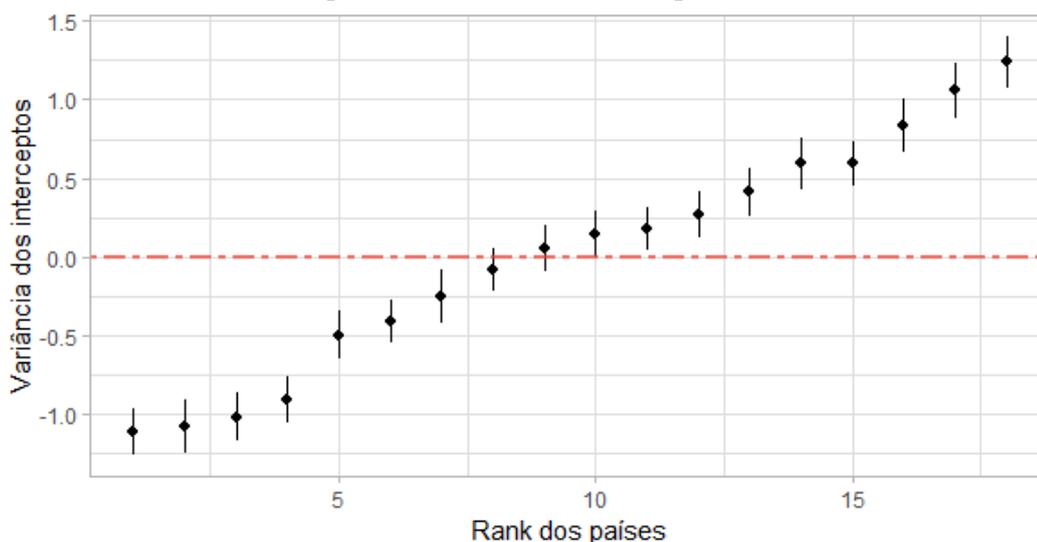
⁸³ A codificação da variável pode ser encontrada no Apêndice metodológico.

⁸⁴ As análises foram feitas a partir do pacote “lme4” pelo *software* R. O *script* está disponível na página 181 desta tese. Assim como o *script* utilizado, a base de dados está disponível no *link*:

(TABELA 06, Modelo \emptyset_1). A partir deste último valor calculamos o coeficiente de correlação intraclasse (Forbes, Evans, Hastings & Peacock, 2011 *apud* Rocha, 2014); Sommet & Morselli, 2017), de 0,134⁸⁵, indicando que aproximadamente 13,4% da variação do antipartidarismo se deve a características nacionais.

A razão de probabilidade estatística para o teste de hipótese nulo (de que a variância entre os países é igual a 0) pode ser calculada comparando os modelos \emptyset_1 e \emptyset_2 — modelo sem as variáveis individuais (TABELA 06). O cálculo é feito através subtração dos “*Log-likelihood*” do modelo 1 pelo 2, o resultado é de -1056,18. Então a razão de probabilidade pode ser obtida com $(-2*(-1056,18))$ que é igual a 2.112,4 com 1 grau de liberdade, o que indica claramente variância diferente de 0 entre os países. Para facilitar a visualização, abaixo demostramos a representação gráfica da variação dos interceptos por país (FIGURA 18), em que fica mais visível a existência de uma variação entre os países e a manifestação dos sentimentos antipartidários:

FIGURA 18. Efeito do país sobre sentimentos antipartidários



Fonte: LAPOP 2012

Nota: Da esquerda para direita - Rep. Dominicana, Venezuela, Uruguai, Nicarágua, Honduras, Paraguai, Costa Rica, México, Brasil, Argentina, El Salvador, Colômbia, Panamá, Peru, Equador, Bolívia, Guatemala e Chile.

Confirmando que parte da explicação do antipartidarismo se dá através das variações entre os países, resta saber quais são as características deste contexto que fazem a diferença. A literatura tinha duas hipóteses centrais: (a) baixa modernização; e (b) prolongadas crises econômicas (Hawkins, 2003). Explicações institucionais, portanto, deveriam ter pouco impacto

⁸⁵ A fórmula utilizada para o cálculo do ICC pode ser encontrada no Anexo do capítulo 3, página 176.

no desenvolvimento dessa atitude. Será que esse resultado se mantém? Dado a diferença na forma como mensuramos o antipartidarismo — e que julgamos ser mais adequado —, o antipartidarismo na América Latina é predito pela modernização e pelas crises econômicas?

Apresentamos agora os resultados para os determinantes contextuais e individuais do antipartidarismo na América Latina em 2012. O modelo 01 (abaixo), diz respeito a equação de regressão contendo apenas as variáveis individuais, com o efeito do país fixo; em seguida, introduzimos as variáveis de nível 2⁸⁶ para a explicação do antipartidarismo (MODELO 02, 03 e 04, abaixo), e por último, o modelo 05 é onde apresentamos a interação entre uma variável de nível 2 com o nível 1.

Dito isso, das oito variáveis contextuais que poderiam ter relação com o aumento da probabilidade do desenvolvimento do antipartidarismo na região, são estatisticamente significativas: a média percentual do desemprego nos últimos dez anos (2002-2012), o número efetivo de partidos nas legislaturas, o polinômio da polarização partidária e *log* da idade média dos principais partidos políticos. O PIB *per capita* em 2011, tipo de lista, permissividade com candidatos *outsiders* e o legado democrático ponderado, não se apresentaram estatisticamente significativos em nenhum modelo.

O modelo 02 (TABELA 07), mostra os resultados para a variável PIB *per capita* e taxa de crescimento do desemprego, as duas grandes apostas da literatura. Em qualquer circunstância e independente do controle, o desenvolvimento econômico do país (PIB *per capita*) não se mostrou estatisticamente significativo. Assim, das duas explicações mais destacadas pela literatura de antipartidarismo (Poguntke & Scarrow, 1996; Hawkins, 2003), uma se apresenta como relevantes: explicações econômicas, entretanto, não como esperávamos.

A hipótese de Kirk Hawkins (2003) era de que quando os eleitores percebiam um prolongado desempenho econômico ruim, as chances aumentavam dos eleitores rejeitarem os partidos governistas, mas também, de rejeitarem os partidos *per se*; o que é comprovado pela sua pesquisa. No entanto, considerando a média percentual da taxa de desemprego nos últimos dez anos, quando controlado por variáveis do sistema partidário (NEP e polinômio da polarização), essa medida apresenta um efeito oposto ao esperado: o aumento em uma unidade

⁸⁶ Algumas variáveis não se mostraram significativas, no anexo do capítulo 03, página 179, estão dispostos os resultados multiníveis.

da taxa de desemprego média, menor seria as chances do desenvolvimento do antipartidarismo na América Latina em 2012 (-9,5%) (MODELO 03, TABELA 07, abaixo).

No modelo 03 se mostram estatisticamente significativos o número efetivo de partidos políticos e a polarização partidária — em equação polinomial, que nos permite verificar através de uma parábola o efeito dessa variável. Nossos resultados apontam que o aumento de uma unidade no NEP elevaria em 17,2% as chances do desenvolvimento do antipartidarismo, confirmando a hipótese de que a complexidade do sistema partidário influencia positivamente a rejeição dos partidos políticos *per se*. Para a polarização, encontramos que o aumento em uma unidade dessa variável até uma polarização de 4,2, aumentaria em 69,6% as chances do desenvolvimento do antipartidarismo. No entanto, não há significância estatística para polarizações mais altas (polarização²) e o desenvolvimento do antipartidarismo. Esses resultados nos indicam que o antipartidarismo estaria relacionado sobretudo a polarizações mais baixas.

O modelo 04, por sua vez, considera na equação de regressão apenas variáveis do sistema partidário (número efetivo de partidos políticos, polarização partidária e seu polinômio, e o logaritmo idade média dos principais partidos políticos). Diferente do modelo anterior, o NEP deixa de ser estatisticamente significativo para a explicação do antipartidarismo. Em resumo, os dados apontam que o aumento em um ponto no grau de polarização partidária no país eleva em 89,6% as chances do aumento do antipartidarismo até chegar em uma polarização de aproximadamente 3,7, depois disso, polarizações mais altas diminuem em 8,3% as chances do desenvolvimento desse fenômeno. Esse resultado nos confirma que o antipartidarismo teria mais chances de se desenvolver em países em que existem pouca ou nenhuma diferença entre os partidos políticos, e que quando os partidos começam a se polarizar, as chances do antipartidarismo acontecer, diminui.

Com relação a variável *log* da média da idade dos partidos políticos que testa o grau de institucionalização do sistema partidário, encontramos que quanto mais velhos e mais estabilizados estiverem os partidos políticos, menor será a chance do desenvolvimento do antipartidarismo, de forma que o aumento em 1% na idade média dos partidos políticos diminui em 32,9% nas chances de o eleitor desenvolver o antipartidarismo.

TABELA 07. Determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012

	Modelo 01	Modelo 02	Modelo 03	Modelo 04	Modelo 05
Intercepto	14,949*** (0,216)	21,663*** (0,436)	8,763*** (0,448)	22,544*** (0,702)	12,091*** (0,457)
PIB		1,004 (0,005)			
Desemprego		0,907 (0,075)	0,905** (0,048)		0,896** (0,050)
NEP			1,172** (0,070)	1,092 (0,066)	1,088 (0,075)
Polarização			1,696** (0,239)	1,896*** (0,236)	1,706** (0,237)
Polarização²			0,939* (0,032)	0,917*** (0,033)	0,939** (0,032)
Id. dos partidos políticos				0,671** (0,166)	
NEP*Interesse					1,038*** (0,013)
Fx. idade	0,728*** (0,024)	0,728*** (0,024)	0,729*** (0,024)	0,728*** (0,024)	0,727*** (0,024)
Escolaridade	1,014 (0,024)	1,014 (0,024)	1,015 (0,024)	1,014 (0,024)	1,014 (0,024)
Int. Político	0,448*** (0,027)	0,448*** (0,027)	0,449*** (0,027)	0,449*** (0,027)	0,391 (0,056)
Eficácia subjetiva	1,143*** (0,050)	1,143*** (0,050)	1,143*** (0,050)	1,142*** (0,050)	1,143*** (0,050)
Av. econômica (país)	0,907*** (0,034)	0,907*** (0,034)	0,905*** (0,034)	0,904*** (0,034)	0,905*** (0,034)
Perc. da corrupção	1,143** (0,059)	1,143** (0,059)	1,145** (0,059)	1,144** (0,059)	1,146** (0,059)
Eficácia externa	0,891** (0,053)	0,891** (0,053)	0,892** (0,053)	0,891** (0,053)	0,892** (0,053)
Extremismo ideológico	0,575*** (0,051)	0,575*** (0,051)	0,574*** (0,051)	0,574*** (0,051)	0,575*** (0,051)
Democracia é preferível	0,872*** (0,033)	0,872*** (0,033)	0,873*** (0,033)	0,871*** (0,033)	0,872*** (0,033)
Variância	0,4939	0,4505	0,2708	0,2568	0,2699
Akaike Inf. Crit.	11.099,1	11,101.5	11.096,8	11.095,7	11.090,6
Observações nível 1	11.049	11.049	11.049	11.049	11.049
Observações nível 2	18	18	18	18	18

Nota: Modelo Hierárquico Logístico em razão de chances, erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012.

Por fim, no modelo 05 (acima) verificamos se o aumento do número efetivo de partidos políticos exigiria uma capacidade cognitiva maior dos eleitores. Testamos se um alto interesse por política atenuaria a complexidade do sistema partidário e diminuiria a chance do antipartidarismo. Nosso resultado, todavia, aponta que mesmo que o eleitor tenha um alto interesse político, isso não mitigaria o efeito da complexidade do sistema partidário, representado pelo número efetivo de partidos políticos, de modo que mesmo eleitores altamente interessados por política, em sistemas com um NEP mais alto, as chances de que os eleitores manifestam sentimentos antipartidários aumentaria em 3,8%.

O modelo 01, acima, trata dos condicionantes individuais do antipartidarismo na América Latina em 2012. Encontramos que quanto mais novo for o eleitor maior é a chance de ele ser antipartidário, de maneira que a passagem de uma faixa de idade para a outra, diminui em 27,2% nas chances de os eleitores manifestarem esse sentimento. Especificamente por cada faixa etária (TABELA 34, no anexo, p. 180), ter entre 24 e 34 anos (faixa de idade 2) em comparação com ter entre 16 a 23 anos (faixa etária 1) diminui em 22,2% as chances de ser antipartidário, ter entre 34 a 54 anos diminui essas chances em 44,7%, e ter mais de 55 anos de idade diminui em mais de 56,8% nas chances de ser antipartidário.

A escolaridade só se mostrou estatisticamente significativa para a explicação do antipartidarismo, quando controlada apenas por variáveis sociodemográficas (TABELA 34, no anexo, p. 180). Nossos dados apontam que quanto mais alta for o grau de escolaridade, menor a chance de o eleitor manifestar o antipartidarismo, assim em comparação com ser analfabeto, ter o ensino superior incompleto (faixa de escolaridade 4) ou ter o superior completo com pós-graduação (faixa de escolaridade 5) diminui em 25,9 e 31,5% nessa ordem, as chances do indivíduo manifestar esse sentimento. Ter o ensino fundamental e médio não se mostraram estatisticamente significativas. No modelo 01 (acima) com a inserção de variáveis atitudinais essa variável deixa de ser significativa.

Especificamente sobre o compromisso político dos eleitores, encontramos que o aumento em uma unidade da variável interesse por política, reduziria as chances de o eleitor manifestar o antipartidarismo em 55,2%. Entretanto, para a nossa surpresa, a variável eficácia política subjetiva possui um impacto positivo sobre esse sentimento, de modo que aqueles eleitores que pensam que entendem bem dos assuntos políticos (ou seja, possuem uma alta eficácia política) aumentaria em 14,3% as chances de os eleitores manifestarem sentimentos antipartidários.

Outro ponto destacado pela literatura como determinante do antipartidarismo são variáveis relacionadas a percepção da economia e da corrupção. Nossos achados coadunam com a literatura, de forma que em 2012 o aumento em uma unidade da avaliação da economia (do mais negativo para o mais positivo) diminui em 9,3% nas chances do eleitor manifestar o antipartidarismo; nesse mesmo sentido, aqueles que percebem a corrupção como generalizada no funcionalismo público, em comparação com os que a percebem como incomum, aumentam em 14,3% nessas chances.

Por fim, a eficácia externa (quanto que os eleitores se sentem representados e ouvidos), o extremismo ideológico, e a preferência pela democracia também se mostraram significativos (MODELO 01, acima). Assim, ter uma alta eficácia externa, ou melhor, achar que é ouvido pelos políticos diminuem em 11% as chances de desenvolver o antipartidarismo. Por outro lado, se auto-posicionar nos extremos ideológicos diminui em 42,5% as chances do desenvolvimento do antipartidarismo. E, por fim, o antipartidarismo estaria relacionado a uma preferência por um autoritarismo, já que o aumento em uma unidade na preferência pela democracia diminui em 13% as chances de ser antipartidário.

Nessa seção apresentamos os rendimentos empíricos do antipartidarismo na América Latina em 2012, o desenvolvimento desse fenômeno está correlacionado a países que possuem uma alta fragmentação do sistema partidário, em que a polarização partidária seja mais baixa e com partidos fracamente institucionalizados e em situações em que a taxa de desemprego médio no país seja mais baixa. Em especial, se desenvolve entre eleitores mais jovens, com menos compromisso político, que avaliam negativamente a economia e a integridade do funcionalismo público, se auto-localizam nas posições centrais da escala ideológica e estão associados a um perfil antidemocrático. O quadro 12, resume nossas hipóteses e os resultados encontrados:

QUADRO 12. Resumo da direção esperada das variáveis testadas e dos resultados encontrados

Direção	Variáveis	Expectativa	Outcome	RESULTADO
-	Crescimento do PIB	+	Manifestação do antipartidarismo	Inexistente
+	Desemprego	+		Refutada
+	NEP	+		Confirmada
+	Polarização partidária	+		Refutada parcialmente
-	Log da média da idade dos principais partidos	+		Confirmada
+	Tipo de lista (aberta)	+		Inexistente
+	Permissão de candidaturas avulsas	+		Inexistente
-	Legado democrático	+		Inexistente
-	Idade dos eleitores	+		Confirmada
-	Compromisso político	+		Confirmada parcialmente
-	Avaliação da economia	+		Confirmada
+	Percepção da corrupção	+		Confirmada
-	Desafeição institucional (eficácia externa)	+		Confirmada
+	Extremismo ideológico	+		Refutada
-	Preferência pela democracia	+		Confirmada

Fonte: Elaboração própria

3.3. Discussão

O que os resultados encontrados na seção anterior nos dizem sobre os determinantes contextuais e individuais do antipartidarismo na América Latina em 2012? Por meio de regressões logísticas multiníveis, nossos achados apontam que o antipartidarismo advém, sobretudo, do formato do sistema partidário e alto desempenho econômico (baixa taxa média de desemprego); e está relacionado, no nível individual, a desafeição política e a atitudes antidemocráticas.

Apesar de incipiente, a literatura existente sobre o antipartidarismo indicava que esse fenômeno teria suas origens através da (a) baixa modernização, e (b) do baixo desempenho econômico, sobretudo, de crises prolongadas (Hawkins, 2003). Nossos resultados, no entanto, fornecem evidências sobre da importância de variáveis relativas ao sistema partidário para o

desenvolvimento do antipartidarismo. Países com sistemas partidários complexos (alto número efetivo de partidos políticos), com baixa polarização partidária e com baixa institucionalização se mostram estatisticamente significativos para a explicação dessa atitude na América Latina em 2012. Mais ainda, diferente de Hawkins (2003) encontramos que o antipartidarismo estaria correlacionado a menores taxas médias do desemprego nos últimos dez anos (2002-2012).

Iniciamos com a discussão dos resultados da taxa média do desemprego nos últimos dez anos. Tanto Poguntke & Scarrow (1996) quanto Kirk Hawkins (2003) concordam sobre a importância de fatores econômicos para a explicação do desenvolvimento de atitudes antipartidárias. O segundo autor, por exemplo, tem como argumento central que: “o antipartidarismo [...] na América Latina estará fortemente associado ao prolongado desempenho negativo da política econômica”⁸⁷ (Hawkins, 2003, p. 188, alteração nossa).

A teoria base utilizada por Hawkins (2003) (*the logic of linkages* – lógica dos vínculos) endossa o argumento da literatura do voto econômico sobre as consequências de uma má performance econômica; e ao contrário da teoria sobre confiança-no-governo (*trust-in-government*), reafirma a importância da performance do governo, especialmente a performance econômica na determinação do antipartidarismo. Seria um baixo desenvolvimento econômico e crises econômicas severas e prolongadas que fariam os eleitores a questionar o governo e a capacidade das instituições de resolver esse problema.

A ideia é que quando uma crise econômica se torna saliente os que são mais afetados pela situação econômica ruim tendem a fazer avaliações negativas sobre as instituições e governos envolvidos (Hawkins, 2003; Wroe, 2015). De fato, os resultados encontrados por Hawkins (2003) confirmam a importância do desempenho econômico para a explicação do que entende por antipartidarismo na América Latina: o desempenho econômico explica boa parte da variação da “falta de confiança” nos partidos entre os países.

Assim, o que explica nossos resultados? Observando os dados para a América Latina (TABELA 02, p. 80), vemos que entre os países com maior média de desemprego nos últimos anos são Colômbia (12%), Argentina (10,6%), Venezuela (10,1%), Uruguai (9,7%) e Chile (9,1%), destes cinco países, apenas Colômbia e Chile apresentam mais de 30% do eleitorado com essa atitude. Por outro lado, o desemprego médio em países como Bolívia, Guatemala e Panamá não ultrapassam 4%, sendo que a taxa de antipartidários ultrapassa 30% em 2012. Ou

⁸⁷ Hipótese original: “Antipartyism and charismatic party-movements in Latin America will be strongly associated with prolonged negative economic performance”.

seja, países com alta taxa de desemprego não necessariamente expressam mais antipartidarismo.

Não foi só o nosso resultado apresentou efeito invertido, o trabalho de Rocha (2018) testou como o desemprego impactava o partidarismo e o voto partidário. O resultado aponta que o aumento do desemprego estaria relacionado positivamente ao desenvolvimento de suas variáveis dependentes. Dado seu resultado, a autora conjecturou que em períodos de crise econômica a atenção do eleitor à política aumenta, no sentido de punir ou premiar o partido do incumbente, e, portanto, seria plausível supor que o desemprego traga a questão econômica para a agenda e que isso atinja a relação dos eleitores com os partidos, elevando as chances do voto partidário e do partidarismo.

Ainda sobre explicações econômicas, a literatura vem apontando resultados pouco homogêneos, há um grupo de autores que vê pouca correlação entre as explicações desta natureza e a confiança institucional (Torcal, 2006). Norris (1999) e Torcal (2006) resumem os achados dessa literatura: não necessariamente países em experienciaram crescimento econômico ou prosperidade política, a desconfiança no governo declinou (Lawrence, 1997 *apud* Torcal, 2006). Wroe (2015) observa que pesquisas sobre o impacto de medidas econômicas objetivas (macro e micro) e subjetivas (micro) na confiança política mostram que os indicadores econômicos objetivos parecem não ter importância nessa explicação. Para os especialistas nesse assunto, o que realmente parece importar como determinante são as avaliações econômicas subjetivas, mais ainda, são as percepções dos cidadãos sobre o desempenho da economia em geral que mais importam, em vez das percepções dos cidadãos sobre a situação financeira da própria família ou de suas famílias (Mishler & Rose, 2001).

Se no plano macro essa variável apresenta um resultado contraditório com o que a literatura aponta, nas avaliações subjetivas a percepção da economia (o quanto a economia do país vai bem) e da corrupção (o quanto o eleitor percebe a corrupção como generalizada no funcionalismo público), segue na direção esperada, isto é, quanto mais negativa for a avaliação da economia ou a integridade do funcionalismo público quanto a corrupção, maior seriam as chances do desenvolvimento do antipartidarismo.

Dito isto, podemos afirmar que não necessariamente o antipartidarismo advém de um prolongado desempenho econômico ruim, os dados nacionais confirmam que países com as maiores taxas médias de desemprego, apresentam 26% do eleitorado em 2012 com sentimentos antipartidários. Por outro lado, no nível individual nossa hipótese é confirmada, e o

antipartidarismo está correlacionado a uma avaliação mais negativa da economia do país, bem como a percepção de que a corrupção é generalizada no funcionalismo público.

Esta tese testou ainda a importância das regras formais para o desenvolvimento do antipartidarismo. Como dito anteriormente, variáveis deste tipo foram subestimadas na análise empírica de Hawkins (2003), para quem, os eleitores se tornam insatisfeitos com as instituições políticas sem fazer distinções entre as regras específicas que governam o sistema partidário ou a organização interna dos partidos políticos.

Para a teoria na qual o autor baseia sua hipótese, as regras formais mais importantes são aquelas que aumentam a *accountability* e a representatividade. O trabalho de Norris (1999) sugere que o respeito às liberdades civis, federalismo, representação proporcional, moderado número efetivo de partidos políticos, parlamentarismo e se o entrevistado votou no partido incumbente influenciará positivamente na confiança nas instituições políticas. Para o autor, o que contradiz os achados de Pippa Norris é que

her theory should have predicted a beneficial effect from larger numbers of effective parties (because of their enhanced representativeness)—in fact, as just mentioned, confidence is associated with lower numbers of parties. [...] While formal rules seem to have some association with confidence in institutions, the pattern is counterintuitive (p. 221)⁸⁸.

Hawkins (2003) reconhece a importância das instituições formais que governam o ambiente em que os partidos operam, no entanto, em termos de antipartidarismo, a lógica dos vínculos (*logic of linkages*) diminui essa importância. Essa teoria, de acordo com o autor, é uma teoria baseada na escolha racional, de maneira que as regras formais teriam um valor instrumental para os eleitores, ou seja, elas não são valorizadas por si mesmas, mas como um meio de superar problemas associados ao mercado eleitoral. O argumento central do autor é o seguinte: “algumas regras têm mais probabilidade de criar crises ou facilitar sua solução, mas uma vez que uma crise ocorre, eleitores e políticos ficam descontentes com as instituições políticas sem fazer distinções entre as regras específicas que governam o sistema partidário ou a organização interna dos partidos” (p. 225). O que acontece é que essas regras podem desacelerar ou acelerar a aparência de um líder carismático de sucesso, mas elas teriam pouco poder em si mesmas para diminuir o descontentamento. Assim, em resumo o que Hawkins

⁸⁸ Tradução: “a teoria [de Pippa Norris] deveria ter previsto um efeito benéfico de um número maior de partidos efetivos (devido à sua representatividade aprimorada) - de fato, como acabamos de mencionar, a confiança está associada a um número menor de partidos. Embora as regras formais pareçam ter alguma associação com a confiança nas instituições, o padrão é contra-intuitivo”.

(2003) pressupõe é que as regras formais teriam impactos significativos para a emergência de um novo líder político e a quebra do sistema partidário, mas elas não teriam um efeito forte no antipartidarismo.

Com relação as medidas sobre o sistema eleitoral, não encontramos significância estatística entre as regras eleitorais e o desenvolvimento do antipartidarismo. Entretanto, os resultados desta tese sobre as variáveis do sistema partidário mostram o contrário. As três variáveis incluídas se mostraram estatisticamente significativas na explicação deste fenômeno na América Latina em 2012. O melhor modelo explicativo (sem considerar o interativo) do antipartidarismo foi o modelo 03 (TABELA 07, p. 123), que continha apenas as variáveis de sistema partidário: fragmentação partidária, o polinômio da polarização partidária, e o *log* da idade média dos principais partidos políticos. Neste modelo em específico, o número efetivo de partidos políticos (NEP) não é significativo.

No modelo analisado por Hawkins (2003) o autor encontra que quanto menor o número de partidos políticos, maior é a confiança nos partidos políticos — e, portanto, menor é o antipartidarismo. Entendemos, por outro lado, que a fragmentação partidária demanda que os eleitores processem uma quantidade grande de informação, o que acaba exigindo uma gama maior de habilidades políticas e cognitivas (Singh, Roy & Dumitrescu, 2010; Rabello, 2015; Lupu, 2015a). Se os eleitores sentem dificuldade de compreender e de responsabilizar os partidos e governantes, há uma falha na responsabilização eleitoral (*electoral accountability*) (Manin, Przeworski & Stokes, 2006)

Baseado nisto, nossos resultados confirmam que quanto maior o número de partidos políticos nas democracias, maior será a chance do desenvolvimento do antipartidarismo. Nosso achado foi além, nem mesmo os mais competentes politicamente (mais interessados) conseguiriam navegar sem custos em sistemas altamente fragmentados, em outras palavras, mesmo o eleitor dispondo de um alto interesse político em sistemas partidários complexos, a chance do antipartidarismo acontecer é de 14,8% (MODELO 05, TABELA 07, p. 123).

Em primeiro lugar, nossos resultados reforçam a ideia de que pelo menos em novas democracias, sistemas partidários com alta fragmentação acabam por diminuir a qualidade da representação, já que exigem que o eleitor processe uma quantidade relativamente alta de informações antes de fazer suas escolhas. Olhando os dados nacionais (TABELA 03, p. 86) vemos que há uma variação de 1,8 partidos efetivos (Nicarágua) a 10,36 (Brasil). De doze nações que apresentam multipartidarismo (>3), seis delas o grau de antipartidarismo é alto.

Chile, Colômbia e Guatemala dispõem de mais de 4,14 partidos efetivos na legislatura. Por outro lado, países em que menos de 20% do eleitorado manifestam esse sentimento negativo, dispõem de até 2,01 partidos efetivos.

Nosso trabalho considera ainda duas outras variáveis relativas ao sistema partidário: o polinômio da polarização partidária, que mede a clareza das opções partidárias, e o logaritmo da idade média dos principais partidos políticos, que é incluída como *proxy* do grau de institucionalização do sistema partidário. Essas variáveis não foram consideradas pela literatura como um possível preditor das atitudes antipartidárias.

Em geral, a literatura de polarização partidária se divide em dois grupos: os que consideram que essa variável implica problemas sérios para as democracias (Huntington, 1991; Wang, 2012) e os que consideram que a polarização, na verdade melhoraria o grau de representação política por fornecer clareza entre as opções políticas (Levendusty, 2010; Lupu 2015a; 2015b), mais ainda, essa variável teria a ver com a qualidade da competição partidária (Dalton, 2008b).

A expectativa da literatura era que a polarização partidária fortaleceria as marcas partidárias e esclareceria as escolhas dos eleitores (Lupu, 2013). Para Lupu (2015b) no desenvolvimento das democracias, onde a competição democrática e apegos partidários são incipientes, escolhas mais claras e laços partidários mais fortes podem reforçar a estabilidade eleitoral. Assim, segundo o autor, se a polarização partidária realmente fortalece os vínculos partidários, algum grau de polarização pode ser bem-vindo em novas democracias, de modo que pode trazer resultados desejáveis que compensem seus efeitos adversos.

Nossa hipótese seguiu essas duas bases, de que a polarização partidária auxilia no esclarecimento das diferenças entre os partidos, mas que quando extrema, ela poderia ter implicações negativas e auxiliar no desenvolvimento do antipartidarismo. Por isso, utilizamos essa variável em função quadrática, ou seja, a polarização multiplicada por ela mesmo, para verificar em que nível a polarização apresenta efeito redutor ou incrementa o desenvolvimento do antipartidarismo. Nossa hipótese era que em países em que quase não há polarização, e em lugares em que a polarização política seja extrema, haveria um aumento da chance do desenvolvimento do antipartidarismo.

A medida foi construída a partir da posição média ocupada por cada partido no espectro ideológico, definida conforme o posicionamento dos eleitores (Dalton, 2008b; Lupu, 2015b). Sendo assim, quanto mais próximo zero, menor será a diferença entre os partidos políticos, ou

seja, os partidos políticos ocupam a mesma posição na escala ideológica, por outro lado, quanto mais próximo de dez, mais os partidos políticos se separam entre os extremos na escala ideológica. Os dados nacionais nos indicam que a maioria dos países na América Latina apresentam uma polarização baixa e moderada — variação entre 0,03 (República Dominicana) a 2,79 (Colômbia). Observa-se que os países mais polarizados são El Salvador (7,4) e Nicarágua (5), com opções partidárias mais distantes entre si, e os países menos polarizados, ou seja, aqueles com opções partidárias mais próximas são mais próximas são República Dominicana e Paraguai.

De forma geral, nossos dados indicam que o antipartidarismo estaria associado a polarizações mais baixas até aproximadamente 4,2, que é quando as diferenças ficam mais visíveis; depois disso, polarizações mais altas diminuem o antipartidarismo. Observando esses resultados a luz dos dados nacionais, vemos que boa parte dos países em que pelo menos 30% do eleitorado manifesta esse sentimento, apresentam polarização entre 1,15 e 2,79. Chile, neste caso dispõe de uma polarização partidária de 2,44.

É interessante ressaltar, que nem no nível individual, com a auto-localização nos extremos ideológico — em que consideramos apenas as posições extremas da escala 1 e 2; 9 e 10 —, o resultado é o que esperávamos. Tínhamos como hipótese no nível individual que o antipartidarismo estaria relacionado sobretudo a uma polarização extrema de ideias, que faz com que os eleitores não se sintam representados pelos partidos políticos existentes. Encontramos que se auto-posicionar nos extremos ideológicos produziria uma redução de 42,5%, o que confirma os resultados que encontramos na figura 16 (p. 108). Ou seja, o antipartidarismo estaria relacionado a eleitores que se posicionam mais ao centro da escala ideológica.

Nossos resultados indicam, portanto, que quanto menos diferente os eleitores perceberem os partidos políticos, maior será a chance do desenvolvimento do antipartidarismo. O que corrobora com os achados de Lupu (2015a; 2015b) para o partidarismo positivo. A hipótese do autor é que essa atitude mais positiva aos partidos políticos aumenta à medida que os partidos se tornam cada vez mais salientes no discurso político. Quando os partidos políticos possuem a mesma visão sobre determinado assunto, eles se tornam irrelevantes para os cidadãos. Mas quando discordam, o conflito partidário se torna mais “quente” e os partidos se tornam mais importantes. Em outras palavras, a polarização partidária simplesmente torna os partidos mais relevantes em geral.

Por fim, a última variável considera o tempo, ou melhor, a duração dos principais partidos políticos no tempo. Em geral, a história política, tempo de regime democrático e de suas instituições aparecem na explicação de importantes atitudes políticas (Torcal, 2001; 2006). Nesta tese usamos duas medidas relacionadas ao tempo: idade dos principais partidos políticos e legado democrático. Como visto, não há uma relação estatisticamente significativa entre o legado democrático e o desenvolvimento do antipartidarismo.

A medida de idade dos principais partidos políticos leva em conta a capacidade de um partido político em sobreviver ao longo do tempo. Isso seria um indicativo que o partido conquistou o apoio de certos setores da população, principalmente porque representa efetivamente os interesses desses setores, ou seja, o sucesso dos partidos políticos mais antigos e fortes sugere que houve uma estabilização e previsibilidade nos padrões de competição (Kuenzi & Lambright, 2005), de forma que pode ser entendida como uma proxy do grau de institucionalização do sistema partidário (Lupu, 2012; 2015a; Ribeiro & Locatelli, 2019)

Essa variável leva em conta o acúmulo de experiência do indivíduo dentro do contexto. Assim, quanto mais o indivíduo vivência, aprende e se socializa com o regime democrático ou os partidos políticos, maiores seriam as chances do desenvolvimento de atitudes mais democráticas, partidárias e participativas. Por isso, nossa hipótese caminhava na direção contrária, se o acúmulo de experiência aumentava a chance do desenvolvimento do partidarismo, então, lugares cujos regimes tiverem pouco tempo de democracia ou, ainda, as instituições partidárias eram fracas e pouco institucionalizadas, o antipartidarismo teria mais chances de se desenvolver.

Nossos resultados confirmam que quanto menor for o logaritmo da idade média dos principais partidos políticos, maior será as chances do desenvolvimento do antipartidarismo, ou seja, quanto mais velho os partidos políticos, quanto mais enraizados e institucionalizados, menor é a chance do desenvolvimento do antipartidarismo nesta região. Observando os dados nacionais, a idade média dos principais partidos políticos varia de 8 (El Salvador) a 103,5 (Honduras) anos. Entre os países em que mais de 30% da população manifesta sentimentos antipartidários, Colômbia é o único país em que a média de sobrevivência dos partidos é alta (95 anos). Chile, até então o país mais antipartidário (cerca 45,3%), tem aproximadamente cerca de 16 anos (logaritmo de 2,773 — TABELA 03, p. 86). Em resumo, o antipartidarismo estaria correlacionado a uma baixa idade média dos principais partidos políticos na América Latina em 2012.

Portanto, como observamos nesta análise, os preditores dos distintos níveis de antipartidarismo encontrado em dezoito países latino-americanos em 2012 advém, sobretudo, explicações de natureza institucional, e econômica (apesar do efeito inverso ao esperado). Nossos dados confirmam que quanto menor for a clareza das opções partidárias, e que quanto mais fraco e mais complexo for o sistema partidário, maior seria a chance de que os eleitores desenvolvessem atitudes em que se questiona o papel dos partidos políticos enquanto instituições da democracia representativa. Dito de outra forma, as atitudes antipartidárias seriam mais dependentes de explicações institucionais, em especial, quando não conseguem diferenciar as opções partidárias, ou quando há muitas opções e quando não uma previsibilidade dos partidos disputando a competição partidária. Mas alguns resultados ainda precisam ser melhor investigados, e concerne ao resultado do desempenho econômico, da polarização partidária e da interação entre o NEP e o interesse por política, ficando para análises futuras.

É interessante ressaltar mais uma diferença entre a pesquisa empreendida nesta tese e o trabalho de Kirk Hawkins (2003): a escolha da medida de antipartidarismo. Como dito anteriormente, o autor trabalha com a medida de (des)confiança nos partidos políticos. Nesse sentido, Moisés & Carneiro (2018) discutem as diferenças conceituais entre confiança e legitimidade (“não pode haver democracia sem partidos”), e segundo os autores, a primeira medida tem a ver com um “apoio específico” às instituições de representação. Essa dimensão é mais facilmente influenciada por outras questões, como por exemplo, satisfação com a performance do governo, líderes e outras instituições, de forma a transmitir as percepções dos cidadãos sobre o bom ou mau desempenho dos partidos políticos. Portanto, faz sentido Hawkins (2003) atribuir mais valor ao desempenho econômico, em especial, de crises econômicas prolongadas, e encontrar resultados apoiando essa hipótese.

Por outro lado, Moisés & Carneiro (2018) destacam que a medida de legitimidade diz respeito a uma percepção difusa sobre esses agentes (partidos políticos). Partindo do pressuposto inicial de Easton (1965), os autores observam que o apoio difuso é mais geral e refere-se a orientações mais profundas quanto ao regime político, e é relacionado a um conjunto de atitudes e valores orientados ao sistema político como um todo, independentemente do desempenho de uma administração específica. Assim, nossa medida de antipartidarismo tem a ver com experiência do eleitor com as instituições e como ele consegue navegar por elas, se as intuições são complexas, indiferentes e pouco enraizadas ao ponto de gerar alguma previsibilidade, o trabalho do eleitor é dificultado.

Para além dos fatores contextuais, nesta tese investigamos quais seriam as características individuais e atitudinais relativas ao antipartidarismo: estaria o antipartidarismo relacionado a síndrome de desafeição política, como demonstrado por Torcal, Gunther & Montero (2002)? Nossos resultados gerais indicam que sim. Torcal (2001; 2003; 2006) e Torcal & Montero (2002) mostram que os cidadãos desafeiçoados em novas democracias, apresentam um perfil de mais velhos, menos educados e menos informados (Torcal, 2006). Quanto ao antipartidarismo, Torcal, Gunther & Montero (2002) acham que o antipartidarismo cultural estaria correlacionado a fortes indicadores da síndrome de desafeição política: pessoas com menor compromisso político (interesse político e eficácia política subjetiva) e com desafeição institucional (eficácia política externa); pessoas socializadas em períodos marcados por manipulação eleitoral, ditaduras ou com forte discurso anti-partidos; e pessoas menos escolarizadas. Ou seja, indivíduos a margem da política, entretanto, que apesar de desafeiçoadas, tem preferência pela democracia.

Nossos resultados se diferem em três pontos: socialização (idade dos indivíduos), eficácia política subjetiva, e na preferência pela democracia. No plano individual, considerando a idade em faixas, cada passagem de uma para outra, o efeito redutor seria de 27,2%, com o efeito acumulado a última faixa de idade (55 anos ou mais) teriam 108,8% de chance a menos de ser antipartidário (MODELO 01, TABELA 07, p. 123). Comparado cada faixa de idade com a mais jovem, ter entre 24 e 34 anos diminui em 23,6% as chances de ser antipartidário, ter entre 34 a 54 anos diminui essas chances em 44,8%, e ter mais de 55 anos de idade diminui em mais de 58% nas chances de ser antipartidário (TABELA 34, no anexo, p. 180).

Esse achado corrobora com alguns estudos que indicam que os jovens, em quase todos os aspectos da participação política convencional, embora sejam muito mais instruídos do que seus predecessores, são a faixa etária mais passiva (Gray & Caul, 2000). Também são os menos propensos a votar nas eleições, são os que menos se filiam a partidos políticos, e os que menos estabelecem identidades partidárias positivas. Além disso, o trabalho de Fuks, Paulino & Casalecchi (2018) mostram para a América Latina que em quase todos os países, grupos que foram socializados sob regimes autoritários tendem a expressar maior apoio a democracia, do que os que foram socializados exclusivamente sob o regime democrático.

Uma explicação para isso pode ser encontrada em Wattenberg (2003), para quem, o afastamento dos jovens com relação à política e aos assuntos públicos se dá porque o sentimento por alguma legenda ainda não se encontra plenamente enraizada. Mais ainda, parece haver um *gap* entre os mais jovens e os mais velhos quanto o interesse, consumo de notícias,

conhecimento político e comparecimento eleitoral. Assim, as experiências de socialização são importantes na explicação desse fenômeno: enquanto cresciam esses eleitores não foram expostos a assuntos concernentes a política.

Assim, nossos resultados corroboram com os que foram achados para a América Latina, de que as atitudes mais positivas a democracia e a suas instituições representativas dependem do fator tempo, medido tanto pela idade média dos principais partidos políticos e pela socialização política. Assim, quanto mais tempo existir partidos políticos (ou quanto maior for o grau de institucionalização) menor é a chance do desenvolvimento do antipartidarismo; e quanto mais velhos forem os cidadãos, menor é a chance de que eles rejeitem seus partidos *per se*. Um achado do trabalho de Fuks, Paulino & Casalecchi (2018), no entanto, é preocupante, os autores observaram que a substituição geracional provavelmente não levará a um aumento no apoio desses regimes. O que poderia indicar que futuramente o antipartidarismo não será mitigado pela experiência dos eleitores.

A teoria da desafeição política, como dito anteriormente, pode ser definido como um “sentimento subjetivo de ineficácia, cinismo e falta de confiança no processo político, políticos e instituições democráticas que geram distanciamento e alienação, mas sem questionar a legitimidade do regime político” (Torcal, 2001, p. 229), sendo uma atitude que permanece estável e independe de flutuações da popularidade de um governo e de suas políticas, assim como independe da avaliação da economia. A desafeição política advém de duas dimensões com indicadores distintos: a primeira integrada pelo grau de eficácia política externa e pelo grau de confiança institucional — desafeição institucional —; a segunda medida tem a ver com o sentimento de capacitação do cidadão ante a política — compromisso político —, medida pelo grau de eficácia política subjetiva e interesse político.

A primeira dimensão tratada pelo Torcal (2001) aparece em outros trabalhos como uma das dimensões fundamentais para a explicação do antipartidarismo. Para Leppink (2008), por exemplo, um dos fatores mais importantes para explicar os sentimentos antipartidário “são as experiências diretas dos cidadãos com os partidos políticos e suas crenças sobre se os políticos e os partidos políticos são responsivos as suas necessidades” (p. 30). De forma que confirmamos que o antipartidarismo estaria relacionado a desafeição institucional, em que os eleitores acreditam que não são ouvidos por seus representantes (baixa eficácia política externa).

Com relação a segunda dimensão (compromisso político), nossa hipótese foi confirmada parcialmente. Nossos dados mostram que ser interessado por política em si já diminui

consideravelmente as chances de o eleitor ser antipartidário. Por outro lado, para a nossa surpresa e confirmando o resultado da análise feita sobre a divisão dos grupos atitudinais quanto ao pertencimento a esse grupo de atitude (FIGURA 12, p. 100), a variável eficácia política subjetiva possui um impacto positivo sobre esse sentimento, de modo que aqueles eleitores que pensam que entendem bem dos assuntos políticos (ou seja, possuem uma alta eficácia política) tem cerca de 14,3% de chances a mais de manifestar sentimentos antipartidários. A interpretação desse resultado ainda é um desafio, e, portanto, merece ser melhor investigado futuramente.

Por fim, a teoria mostra que apesar dos eleitores serem desafeiçoados, não se questiona o regime democrático. Para o antipartidarismo, Torcal, Gunther & Montero (2002) encontram que independente do tipo de atitude antipartidária, esses eleitores ainda preferem a democracia. Yebra (1998) por sua vez, observa que em geral, os eleitores que dispõem de atitudes antipartidárias no Cone Sul, questionam apenas a eficiência do regime, sem questionar sua existência. Apesar disto, uma preocupação da literatura é que o antipartidarismo representaria um certo perigo para a estabilidade da democracia e dos sistemas partidários. Nossos resultados, confirma que de fato, os eleitores antipartidários tem mais chances de disporem de atitudes antidemocráticas.

O primeiro teste feito nesta tese, em que comparávamos as atitudes dos partidários, não-partidários e antipartidários (FIGURA 17, p. 108) e o pertencimento ao grupo dos que preferem regimes autoritários, são confirmados nos modelos multivariados, ou seja, cada passagem de resposta sobre a variável “preferência pela democracia” diminui em 13% as chances de ser antipartidário, sendo essa medida dividida em três níveis, o efeito acumulado é de 39%. Ou seja, os que respondem que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” tem 39% a menos de chance de ser antipartidário.

É interessante ressaltar que apesar de no nível país não tenhamos encontrado efeitos da modernização sobre as atitudes antipartidárias, seus efeitos aparecem por meio dos mecanismos ligados à educação e ao interesse por política dos indivíduos. Para além do interesse político ser um fator determinante para mitigar o desenvolvimento do antipartidarismo, encontramos que níveis maiores de escolaridade (superior incompleto e superior completo com pós-graduação) diminuem em 25,9 e 31,5% nessa ordem, as chances de o indivíduo manifestar esse sentimento (TABELA 34, no anexo, p. 180). Entretanto, quando controlado por variáveis atitudinais a escolaridade deixa de ser significativa.

Tendo isso em mente, quais são as consequências desse resultado para as democracias da América Latina? A literatura destaca o antipartidarismo como uma atitude potencialmente perigosa para os sistemas partidários e a democracia, e nossos dados indicam que sim. O antipartidarismo está relacionado a um baixo compromisso político — pelo menos quanto ao interesse por política —, baixa escolaridade, desafeição institucional, a aceitação de que, em certos casos, regimes autoritários são preferíveis. Em geral, a marginalização política de uma parcela de quase 30% em 2012 indica possíveis problemas para a democracia, em especial, se cooptados por lideranças carismáticas ou por partidos radicais de direita. Sendo que esse efeito varia entre as democracias em que as regras dificultam o entendimento, a diferenciação e a estabilização e enraizamento da competição partidária.

Por outro lado, nossos resultados também indicam que quanto mais o contexto for estruturado para o desenvolvimento de atitudes partidárias positivas, menor será a chance de que o antipartidarismo avance. Se o perfil dos cidadãos que tem mais chance de aderir aos partidos políticos são os que: vivem a mais tempo sobre regimes democráticos — ou então em legados democráticos altos —, com maior polarização partidária, com baixa fragmentação do sistema partidário, sistemas partidários mais velhos, em que os cidadãos dispõem de mais experiências políticas e democráticas, mais interessados por política, que se auto-localizam nos extremos ideológicos, e tendem a avaliar a economia melhor (a depender sobretudo, se o partido incumbente for o preferido), e aderem mais a democracia (Lupu, 2012; 2015a; 2015b; Gimenes, 2015; Borba *et al.*, 2018); portanto, seu avesso, aumenta a chance do desenvolvimento do antipartidarismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A relação entre partidos políticos e eleitores na América Latina - o antipartidarismo como foco

Uma das mais importantes funções desempenhadas pelos partidos políticos é a de contribuir para a legitimidade do sistema, criando *links* entre cidadãos e sistema político (Dalton & Wattenberg, 2002a). É sabido que a política é algo complexa, e são essas instituições que deveriam tornar a política “amigável” para os cidadãos, ou seja, seriam responsáveis pela educação, informação, simplificação das escolhas eleitorais, pela geração de símbolos e pela mobilização.

Entretanto, nos últimos anos a competição política parece ser “mais sobre o que você odeia tanto quanto o que você gosta” (Pettula, 2018). Estudos mostram a importância de se considerar outras atitudes, em especial, as negativas, para a explicação do comportamento político e eleitoral do indivíduo. No entanto, apesar de ser comum proclamar que os partidos políticos estão enfrentando uma crise representacional na América Latina, poucos estudos realizados adereçaram a “dimensão normativa da crise dos partidos políticos” (Poguntke, 1996), o antipartidarismo. Por isso, este estudo tinha quatro objetivos: (1) retomar o conceito de antipartidarismo na literatura; (2) propor um indicador para mensurar esse fenômeno; e (3) verificar sua evolução nas democracias latino-americanas; e (4) desvelar as origens contextuais e individuais de um fenômeno que poderia vir a oferecer riscos para a estabilidade das democracias.

Em resumo, o antipartidarismo é entendido nesta tese como uma atitude hostilidade aos partidos políticos, em que se rejeita o princípio de uma democracia partidária. Para isso, consideramos aqueles eleitores que não dispõem de identidades partidárias positivas e os que deslegitimam a necessidade dos partidos políticos para o funcionamento da democracia. Verificamos que apesar da desconfiança nos partidos políticos ser alta na região latino-americana, o partidarismo continua prevalecendo (TABELA 01), e mesmo que os eleitores não tenham uma identificação partidária, eles continuam acreditando na importância dessas instituições (não-partidários).

O antipartidarismo representa menos de 30% do eleitorado total, entretanto, sendo uma atitude potencialmente perigosa para a estabilidade democrática, porque além desses eleitores rejeitarem a essencialidade de uma condição *sine qua non* para a organização da política democrática (van Biezen & Katz, 2005), seriam mais passivos a retóricas fundamentalistas e a ideologias antidemocrática e populista, e isto poderia abrir espaço para um debate sobre arranjos

alternativos de governança democrática, principalmente se essa hostilidade for mobilizada por elites políticas que genuinamente e fundamentalmente desafiam o governo partidário ou mesmo a democracia (Poguntke, 1996). Com isso, se tornou fundamental desvelar sua origem nas democracias latino-americanas.

A hipótese de Hawkins (2003) era de que as diferenças entre as nações nesta região se davam, sobretudo, pela (a) baixa modernização e (b) pelo desempenho econômico dos países. De modo que o autor confere pouca importância às regras formais. Todas as suas hipóteses foram confirmadas, e a modernização apresenta um efeito negativo sobre o antipartidarismo, mas a variável do modelo que mais explica essa atitude é o desempenho econômico.

No entanto, essa pesquisa forneceu evidências a respeito do efeito do sistema partidário sobre as atitudes antipartidárias. O alto número efetivo de partidos políticos, uma polarização partidária pequena, e a baixa institucionalização do sistema partidário aumentam a probabilidade do desenvolvimento do antipartidarismo. Há, portanto, uma direção clara que aponta para a importância das “regras formais” na explicação das atitudes antipartidárias na América Latina em 2012, o que contradiz o estudo prévio (Hawkins, 2003). Mais ainda, nossos dados mostram que o antipartidarismo estaria associado a um desempenho econômico melhor — mais especificamente, taxas médias de desemprego mais baixas—. Esse resultado indica, baseado nos dados regionais, que não necessariamente o antipartidarismo estaria relacionado a um desempenho econômico ruim. Acreditamos que esse resultado mereça ser explorado em estudos futuros.

Para além disso, avançamos em estabelecer um perfil dos eleitores antipartidários: mais jovens, menos escolarizados, menos interessados por política, com alta eficácia política subjetiva, avaliam negativamente a economia do país e acreditam que a corrupção é generalizada, também se auto-localizam nos centros da escala ideológica, apresentam desafeição institucional e tem preferência por regimes autoritários.

Acreditamos, em suma, que essa tese contribuiu para a sistematização e mensuração de um conceito importante dentro da gama de atitudes políticas, mais ainda pouco estudado; bem como fornecemos evidências sobre sua origem nas democracias latino-americanas. Certamente são necessárias mais pesquisas para suprir as lacunas ainda presente, sobretudo, na explicação de alguns resultados inesperados. Seria interessante, neste sentido, avançar na análise dos contextos nacionais, a fim de qualificar com maior rigor os aspectos que permeiam as relações dos eleitores com os partidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWITZ, Alan I.; WEBSTER, Steven. (2016). The rise of negative partisanship and the nationalization of U.S. elections in the 21st century. **Electoral Studies**, volume 41, p. 12-22.
- ABRAMOWITZ, Alan I.; WEBSTER, Steven. (2017). Taking it to a new level: Negative Partisanship, voter anger and the 2016 Presidential Election. In: **State of the Parties Conference**, 2017, Akron, Ohio. *Anais...* [online], pp. 01-22. Disponível em: <<https://www.uakron.edu/bliss/state-of-the-parties/papers/abramowitz+webster.pdf>>. Acesso: 11 set. 2019.
- ALBALA, Adrián; VIEIRA, Soraia. (2014). ¿Crisis de los partidos en América latina? El papel de los partidos políticos latino-americanos en el escenario reciente. **Política / Revista de Ciencia Política**, volume 52, número 01, p. 145-170.
- ANTUNES, Rui. (2010) Theoretical models of voting behavior. **Exedra**, número 04, p. 145-170.
- BAKER, Andy; SOKHEY, Anand; AMES, Barry; RENNÓ, Lucio R.. (2010). The sources and dynamics of mass partisanship in a New Democracy. In: **American Political Science Association**, Washington, D.C. *Anais...* [online], pp. 01-43, Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1642770>. Acesso em: 11/09/19.
- BALE, Tim; ROBERTS, Nigel S. (2002). *Plus ça change...?* Anti-party sentiment and electoral system change: A New Zealand case study. **Commonwealth & Comparative Politics**, volume 40, número 02, pp. 01–20.
- BALZ, Dan. (2015). All politics are local? Think again. **The Washington Post**, 18/04/2015. [Online]. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/all-politics-are-local-think-again/2015/04/18/ac17300e-e541-11e4-b510-962fcfab310_story.html?noredirect=on>. Acesso em: 11 set. 19.
- BAQUERO, Marcello. (2000). **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- BARDI, Luciano. (1996). Anti-party sentiment and party system change in Italy. **European Journal of Political Research**, n 29, número 03, pp. 345-363.
- BARDI, Luciano; BARTOLINI, Stefano; TRECHSEL, Alexander H.. (2014). Responsive and Responsible? The Role of Parties in Twenty-First Century Politics. **West European Politics**, volume 37, número 02, pp. 235-252.
- BARTLE, John; BELLUCCI, Paolo. (2006). Beyond party identification and beyond: an overview of the issues. In: **European Consortium for Political Research (ECPR)**, Nicosia, Chipre. *Anais...* [online], pp. 01-44. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/2bb4/da43c1a2ff0effacbd02b5e67c72b0db7302.pdf>>. Acesso em 09 de set. 19.

- BÉLANGER, Eric. (2003). Anti-partysm and third-party vote choice: a comparison of Canada, Britain and Australia. In: **European Consortium for Political Research Joint Sessions of Workshops Edinburgh**, Edinburgo, Escócia. *Anais...* pp. 01-33.
- BONIFACIO, Robert; PAULINO, Rafael. Corruption and Political Participation in the Americas and the Caribbean. **Brazilian Political Science Review** [online], volume 09, número 02, pp.54-80.
- BORBA, Julian; GIMENES, Éder. R.; RIBEIRO, Ednaldo A.. (2015). Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, número 05.p. 13-47.
- BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; GIMENES, Éder R.. (2018). Determinantes individuais e de context da simpatia partidária na América Latina. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, volume 33, número 97, pp. 01-25.
- BOWLER, Shaun, KARP, Jeffery A.. (2004). Politicians, scandals, and trust in Government. **Political Behavior**, volume 26, número 03, pp. 271–287.
- BOWLER, Shaun. (2002). Parties in Legislature: Two Competing Explanations. In: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P.. (Ed.). **Parties Without Partisan - Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, pp. 157-179.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR, Jairo. (2011) Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. **Opinião Pública** [online], Campinas, volume. 17, número 02, p. 271-303, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2017.
- BURNHAM, Kenneth P.; ANDERSON, David R.. (2002). Information and likelihood theory: A basis for model selection and inference. In: BURNHAM, Kenneth P.; ANDERSON, David R.. **Model Selection and multimodel inference: A practical information-theoretic approach**. Nova Iorque: Springer-Verlag, pp. 49-97
- CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E.. (1960). **The American voter**. Chicago: University of Chicago Press.
- CAREY, John M.; SUGAR, Matthew S.. (1995). Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**, volume 14, número 04, pp. 417-439.
- CARRERAS, Miguel. (2012a). Los partidos importan: Democratización y evolución del sistema de partidos en América Latina. **Nueva Sociedad**, número 240, pp. 175-187.
- CARRERAS, Miguel. (2012b). Party Systems in Latin America after the Third Wave: A Critical Re-assessment. **Journal of Politics in Latin America**, volume 04, número 01, pp 135-153.
- CARRERAS, Miguel; MORGENSTERN, Scott; SU, Yen-Pen. (2013) Refining the theory of partisan alignments: Evidence from Latin America. **Party Politics**, volume 21, número 05, pp. 01-15.

CARUANA, Nicholas J.; MCGREGOR, R. Michael; STEPHENSON, Laura B.. (2014). The Power of the Dark Side: Negative Partisanship and Political Behaviour in Canada. **Canadian Journal of Political Science**, volume 48, número 04, pp. 771-789.

CASALECCHI, Gabriel. (2016) **O legado democrático e as atitudes democráticas: efeitos diretos, indiretos e condicionados**. 199 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CASALECCHI, Gabriel; GIMENES, Éder. (2017). Partidarismo e Legado democrático na América Latina. In: **41º Encontro Anual da ANPOCS - Seminário Temático 05 “Comportamento, opinião pública e cultura política”**, Caxambu, Minas Gerais. *Anais...* [online]. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt05-28/10634-partidarismo-e-legado-democratico-na-america-latina/file>>. Acesso em: 11 set. 2019.

CAVAROZZI, Marcelo; CASULLO, Esperanza. (2002). Los Partidos Políticos en América Latina Hoy: ¿Consolidación o Crisis? In: CAVAROZZI, Marcelo; ABAL MEDINA, Juan Manuel (Org.) **El Asedio a la Política: Los Partidos Latinoamericanos en la Era Neoliberal**. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, pp. 09-30.

CONWAY, Margaret. (1989). The Political Context of Political Behavior. **The Journal of Politics**, volume 51, número 01, pp. 3-10.

CROSS, William. (2002). Changes in the party system and anti-party sentiment. In: CROSS, William (ed.), **Political Parties, Representation, and Electoral Democracy in Canada**, Don Mills: Oxford University Press, p. 68-86.

DAALDER, Hans. (2002). Parties: denied, dismissed, ou redundant? A critique. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José; LINZ, Juan (Ed.). **Political Parties: old concepts and new challenges**. Oxford: Oxford University Press, pp. 39-57.

DAHL, R. A. (1997) **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Universidade de São Paulo.

DALTON, Russel J. (1984). Cognitive Mobilization and Partisan Dealignment in Advanced Industrial Democracies. **The Journal of Politics**, volume 46, número 01, pp. 264-284.

DALTON, Russel J. (2002). The Decline of Party Identifications. In: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P.. (Ed.). **Parties Without Partisan - Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, pp. 19-36.

DALTON, Russel J. (2008a). Partisanship and voting. In: DALTON, Russel J. **Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies**. Washington D.C: CQ Press, pp. 170-192.

DALTON, Russel J. (2008b). The quantity and the quality of party systems: Party System Polarization, Its Measurement, and Its Consequences. *Comparative Political Studies*, volume 41, número 01, pp. 01-22.

DALTON, Russel J. (2009). **The good citizen**: How a younger generation is reshaping American politics. Washington D.C: CQ Press.

DALTON, Russel J. (2013). **The apartisan American**: dealignment and changing electoral politics. Washington, D.C: Sage.

DALTON, Russel J.; McALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin P. (2003). Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Análise Social**, volume 38, número 167, pp. 295-320.

DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P.. (2002a). Unthinkable Democracy: Political Change in Advanced Industrial Democracies. In: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P.. (Ed.). **Parties Without Partisan - Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, pp. 03-18.

DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P.. (2002b). Partisan Change and the Democratic Process. In: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P.. (Ed.). **Parties Without Partisan - Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, pp. 261-286

DALTON, Russel J.; WELDON, Steven. (2007). Partisanship and Party System Institutionalization. **Party Politics**, volume 13, número 02, pp. 179-196.

DESCHOUWER, Kris. (1996). Political parties and democracy: A mutual murder?. **European Journal of Political Research**, volume 29, número 03, p. 263-278.

DÍEZ, Fatima G. (1999). The emergence of electoral reforms in contemporary latin America. In: **European Consortium for Political Research (ECPR)**, 1999, Mannheim, Alemanha. *Anais...* [online], pp. 01-22. Disponível em: < <https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/4bec5ecd-a46e-4381-9440-9d06c4b5279e.pdf> >. Acesso: 12 set. 2019.

DOIG, Alan; McIVOR, Stephanie. (1999). Corruption and its control in the developmental context: an analysis and selective review of the literature. **Third World Quarterly**, volume 20, número 03. pp. 657-676.

DOWNS, Anthony (1957) **An economic theory of democracy**. New York: Harper Row.

FIGUEIREDO, Marcus (1991). **A decisão do voto**. São Paulo: IDESP/Sumaré.

FIORINA, Moris. (1981) **Retrospective voting in American national elections**. New Haven: Yale University.

FLANAGAN, Scott C.; DALTON, Russell J.. (1984): Parties under stress: Realignment and dealignment in advanced industrial societies, *West European Politics*, volume 07, número 01, pp. 07-23.

FOSSATI, Diego. (2014). Economic vulnerability and economic voting in 14 OECD countries. **European Journal of Political Research**, volume 53, pp. 116-135.

FUKS, Mario; BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo A.. (2018). Polarização, Antipartidarismo e tolerância política no Brasil. In: **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Caxambu, MG. *Anais...* [online]. Disponível em:< <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt05-29/11147-polarizacao-antipartidarismo-e-tolerancia-politica-no-brasil/file>>. Acesso em: 11 de set. 2019.

FUKS, Mario; PAULINO, Rafael O.; CASALECCHI, Gabriel A. (2018). Socialization and Political Regimes: the Impact of Generation on Support for Democracy in Latin America. **Brazilian Political Science Review** [online], volume 12, número 01, pp, 01-22.

GARRETÓN, Manuel A. (1993). Transformaciones socio-políticas en America Latina, 1972-1992. In: GARRETÓN, Manuel A. (Ed.). **Los partidos y la transformación política de América Latina**. Córdoba: Grupo de Trabajo Partidos Políticos-CLACSO/Centro de Estudios Avanzados Universidad de Córdoba/FLACSO-Chile.

GIDENGIL, Elisabeth; BLAIS, André; NEVITTE, Neil; NADEAU, Richard. (2001). The correlates and consequences of anti-partyism in the 1997 Canadian election. **Party Politics** [online], volume 07, número 04, p.491-513. Disponível em: < <http://ces-ec.org/pdf/Anti-Partyism.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014;

GIMENES, Éder R.. (2014). A Situação dos Partidos Políticos na América Latina no Início do Século XXI: Crise ou Estabilidade? **Revista Andina de Estudios Políticos**, volume 04, número 01, pp. 04-19.

GIMENES, Éder R.. (2015). **A relação dos eleitores com os partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina**. 240 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GIMENES, Éder R...; BORBA, Julian; CARREIRÃO, Yan de S.; RIBEIRO, Ednaldo A.. (2015). Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. In: **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Caxambu, MG. *Anais...* [online]. Disponível em:< <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt06/9484-determinantes-individuais-e-de-contexto-da-simpatia-partidaria-na-america-latina/file>>. Acesso em: 11 de set. 2019.

GIMENES, Éder R...; BORBA, Julian. (2016). Mobilização cognitiva e perfis eleitorais na América Latina. In: **Encontro Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, MG. *Anais...* [online]. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/mobilizacao-cognitiva-e-perfis-eleitorais-america-latina-933.pdf>>. Acesso em: 11 de set. 2019.

GOETZ, Klaus H.. (2014). A question of time: Responsive and responsible Democratic Politics, **West European Politics**, volume 37, número 02, pp. 379-399.

GRAY, Mark; CAUL, Miki. (2000). Declining voter turnout in advanced industrial Democracies, 1950 to 1997 - The effects of declining group mobilization. **Comparative Political Studies**, volume 33, número 09, pp. 1091-1021.

GREEN, Donald; PALMQUIST, Bradley; SCHICKLER, Eric. (2002). **Partisan Hearts and Minds: Political Parties and the Social Identities of Voters**. New Haven, CT: Yale University Press.

HAWKINS, Kirk A.. (2003) **The logic of linkages**: Antipartyism, charismatic movements, and the breakdown of party systems in Latin America. 526 f. Tese (Doutorado) – Department of Political Science, Duke University, Durham.

Huntington Samuel P. (1991). **The Third Wave**: Democratization in the Late Twentieth Century. Norman, OK: University of Oklahoma Press.

IGNAZI, Piero. (1996). The intellectual basis of right-wing anti-partyism, **European Journal of Political Research**, volume 29, número 03, p. 279–296.

INGLEHART, Ronald. (1970). Cognitive Mobilization and European Identity. **Comparative Politics**, volume 03, número 01, pp. 45-70.

INGLEHART, Ronald. (1977). **The silent revolution**: Changing values and political styles among Western publics. Princeton, NJ: Princeton University Press.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. (2005). **Modernization, cultural change, and democracy**: the human development sequence. New York, NY: Cambridge University Press.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. (1995). Changing models of party organization and party democracy: The emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, volume 01, número 01, pp. 05-28.

KESTILÄ-KEKKONEN, Elina. (2009). Anti-party sentiment among young adults. **Nordic Journal of Youth Research**, Volume 17, número 02, p. 145–165.

KLEIN, Ezra. (2015) Two political scientists have found the secret to partisanship, and it's deeply depressing. **Vox**, 27/10/2015. [Online]. Disponível em: <<https://www.vox.com/2015/4/24/8489065/politics-negative-partisanship-fear>>. Acesso em: 11 set. 19.

KUENZI, Michelle; LAMBRIGHT, Gina. (2005). Party systems and democratic consolidation in Africa's electoral regimes. **Party Politics**, volume 11, número 04, pp. 423-446.

LACHAT, Romain. (2006). Party identification, electoral utilities, and voting choice. In: **European Consortium for Political Research (ECPR)**, Nicosia, Chipre. *Anais...* [online], pp. 01-44. Disponível em: <<http://www.romain-lachat.ch/papers/ecpr2006.pdf>>. Acesso em 09 de set. 19.

Latin American Public Opinion Project. (2006). **Banco de dados**. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latin American Public Opinion Project. (2008). **Banco de dados**. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latin American Public Opinion Project. (2010). **Banco de dados**. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latin American Public Opinion Project. (2012). **Banco de dados**. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (1997). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2000). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2001). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2002). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2005). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2006). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2008). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2009). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2010). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2011). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

Latinobarómetro. (2013). **Banco de dados**. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>. Acesso: 13 de set. 2019.

LEPPINK, E. J. (2008) **Voice, loyalty or exit: Anti-partyism and the vote in Denmark, Norway and New Zealand**. 56 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Twente, Nova Zelândia.

LEVENDUSKY, Matthew S.. (2010). Clearer cues, more consistent voters: A benefit of elite polarization. **Political Behavior**, volume 32, número 1, pp. 111-131.

LEWIS-BECK, Michel S.; NADEAU, Richard. (2011). Economic voting theory: Testing new dimensions. **Electoral Studies**, volume 30, pp. 288–294.

LIJPHART, Arend. (1999). **Patterns of democracy**: Government forms and performance in Thirty-Six Countries. New Haven: Yale University Press.

LUNA, Juan Pablo; ALTMAN, David. (2011). Uprooted but stable: Chilean parties and the concept of Party System Institutionalization. *Latin American politics and society*, volume 53, número 02, pp. 01-28.

LUPU, Noan. (2012). Voter partisanship in Latin America. In: **Workshop on Election and Democracy**, Salamanca, Espanha. *Anais...* [online]. Disponível em: <http://americo.usal.es/iberoame/sites/default/files/lupu_PAPERseminario10_2012-2013.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.

LUPU, Noan. (2015a). Partisanship in Latin America. In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). **The Latin American voter**: pursuing representation and accountability in challenging contexts. Ann Arbor: Michigan University. Disponível em <<http://www.noamlupu.com/partisanshipLAV.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.

LUPU, Noan. (2015b). Party Polarization and Mass Partisanship: A Comparative Perspective. **Political behavior**, volume 37, número 02, pp. 331-356.

MAGGIOTTO, Michel A.; PIERSON, James E.. (1977). Partisan Identification and Electoral Choice: The Hostility Hypothesis. **American Journal of Political Science**, volume 21, número 04, pp. 745-767.

MAINWARING, Scott. (1998). Rethinking party systems theory in the third wave of democratization: The importance of party system institutionalization. **Foreign affairs (Council on Foreign Relations)**, volume 78, número 6, pp. 01-38.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. (1995). La institucionalización de los sistemas de partidos en América Latina. **Revista de Ciencia Política**, volume 17, número 1-2, pp. 63-101.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. (2005). Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião pública**, volume 11, número 02, pp. 249-286.

MAINWARING, Scott; ZOCO, Edurne. (2007). Secuencias políticas y estabilización de la competencia partidista: volatilidade electoral en viejas y nuevas democracias. **América Latina Hoy**, volume 46, pp. 147-171.

MAIR, Peter. (2003). Os partidos e a democracia. **Análise Social**. Volume 38, número 167, pp. 277-293.

MAIR, Peter. (2009). Representative versus Responsible Government. In: **Max Planck Institute for the Study of Societies**. Cologne, Alemanha. *Anais...* [online]. Disponível em: <<http://www.mpifg.de/pu/workpap/wp09-8.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.. (2006). Eleições e representação. **Lua Nova**, volume 67, pp. 105-138.

MAYER, Sabrina. (2014). Negative partisanship within the social identity approach effects of out-group derogation on vote choice in Germany. In: **General Conference of the European Consortium for Political Research (ECPR)**, Glasgow, Grã-Bretanha. *Anais...* [online]. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/2f91/ad1befad026316eaa376e6d18a24f0ad44b1.pdf>>.

Acesso em: 11 set. 2019.

MAYER, Sabrina. (2017). How negative partisanship affects voting behavior in Europe: Evidence from an analysis of 17 European multi-party systems with proportional voting. **Research and Politics** [online]. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053168016686636>>.

McGREGOR, Michel; CARUANA, Nicholas J.; STEPHENSON, Laura B.. (2015). Negative Partisanship in a Multi-party System: The Case of Canada. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, volume 25, número 03, pp. 300-316.

MEDEIROS, Mike; NÖEL, Alain. (2013). The forgotten side of partisanship: Negative party identification in four Anglo-American democracies. **Comparative Political Studies**, Volume 47, número 07, pp. 1022-1046.

MELO, Carlos Ranulfo. (2015). Os partidos nas democracias: passado, presente e futuro. [sem informação].

MILLER, Arthur; LISTHAUG, Ola. (1990). Political Parties and Confidence in Government: a Comparison of Norway, Sweden and the United States. **British Journal of Political Science**, volume 20, número 03, pp. 357-386.

MISHLER, William; ROSE, Richard. (2001). What are the origins of political trust? Testing institutional and cultural theories in post-communist societies. **Comparative Political Studies**, volume 34, número 01, pp. 30-62.

MOISÉS, José A.; CARNEIRO, Gabriela. (2018). Conclusion: The support of political parties in Latin America. In: ALBALA, Adrián (Ed.). **Civil Society and Political Representation in Latin America (2010-2015): Towards a Divorce Between Social Movements and Political Parties?** Nova Iorque: Springer, pp. 193-207.

MUGHAN, Anthony; BEAN, Clive; McALLISTER, Ian. (2004). Economic globalization, job insecurity and the populist reaction. **Electoral Studies**, volume 22, número 04, pp. 617-633.

MUGHAN, Anthony; LACY, Dean (2002). Economic Performance, Job Insecurity and Electoral Choice. **British Journal of Political Science**, volume 32, número 03, pp. 513-533.

NORRIS, Pippa. (1999). Institutional Explanations for Political Support. In: NORRIS, Pippa (Ed.). **Critical Citizens: Global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University Press, pp. 217-235.

OWEN, Diana; DENNIS, Jack. (1996). Anti-partyism in the USA and support for Ross Perot. **European Journal of Political Research**, volume 29, número 03, pp. 383-400.

PAULINO, Rafael O. (2016) **Gerações e atitudes políticas: uma análise da adesão à democracia na América Latina**. 89 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PETULLA, Sam. (2018) These days, politics is about what you hate as much as what you like. **CNN Politics**, 30/03/2018. [Online]. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2018/03/30/politics/politics-dislike-other-groups-other-party-party-identity/index.html>>. Acesso em: 11 set. 19.

POGUNTKE, Thomas. (1996). Anti-Party Sentiment – Conceptual Thoughts and Empirical Evidence: Explorations into a Minefield. **European Journal of Political Research**, volume 29, número 03, p. 319–344.

POGUNTKE, Thomas; SCARROW, Susan E. (1996). The politics of anti-party sentiment: Introduction. **European Journal of Political Research**, volume 29, número 03, p. 257-262.

POWELL, G. Bingham. (2004). The Quality of Democracy: The Chain of Responsiveness. **Journal of Democracy**, número 04, pp. 91-10.

POWER, Timothy. JAMISNO, Giselle D.. (2005). Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, volume 11, número 01, pp. 64-93.

PRYSBY, Charles L.; BOOKS, John W.. (1987). Modeling contextual effects on political behavior: Static versus dynamic models. **Political Behavior**, volume 09, número 03, pp. 225-245.

PUTNAM, Robert (2000). Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, volume 06, número 01, pp. 65-78.

QUIROGA, Mauricio M.. (2011). Identificación partidaria y crisis de representación. América Latina en perspectiva comparada. **Revista de Ciencias Sociales (Ve)**, volume 17, número 04, pp. 583-597.

QUIROGA, Mauricio M.. (2014). **Identificación partidaria en América Latina: instituciones, historia y votantes**. 275 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Ciencia Política, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago.

RABELLO, Maurício M. (2015). A dificuldade em responsabilizar: o impacto da fragmentação partidária sobre a clareza de responsabilidade. **Revista Sociologia e Política**, volume 23, número 54, pp. 69-90.

RAUDENBUSH, Stephen W.; BRYK, Anthony S. (2002). **Hierarchical linear models: applications and data analysis methods**. Thousand Oaks: Sage Publications.

REBENSTOF, Hilke. (2004). Political Interest - Its Meaning and General Development. In: REBENSTOF, Hilke. (Ed.). **Democratic Development?** - East German, Israeli and Palestinian Adolescents, Nova Iorque: Springer, pp. 13-28.

RIBEIRO, Pedro F.; LOCATELLI, Luis. (2019). Time after time: party organizational strength in new and old democracies. **Opinião Pública**, volume 25, número 01, pp. 199-233.

RICHARDSON, Bradley M. (1991). European party loyalties revisited. **American political science review**, volume 85, número 03, pp. 751-775.

ROCHA, Alex Luiz M. M. (2014). **Regressão logística multinível: Uma aplicação de Modelos Lineares Generalizados Mistos**. [online]. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/88309768-Regressao-logistica-multinivel-uma-aplicacao-de-modelos-lineares-generalizados-mistos.html>>. Acesso em: 14 de set. 2019.

ROCHA, Mariela C. (2018). **Comportamento eleitoral e instituições políticas na América Latina**. 129 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROSE, Richard; MISHLER, William. (1998). Negative and Positive Party Identification in Post-Communist Countries. **Electoral Studies**, volume 17, número 02, pp. 217–234.

ROSENBLUM, Nancy. (2010) **On the side of the angels: Na appreciation of parties and partisanship**. Princeton: Princeton University Press.

RUÍZ, Letícia. (2013) Comportamento eleitoral e oferta partidária na América latina. In: TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro. **Comportamento Eleitoral e Comunicação Política na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 25-52.

SÁEZ, Manuel A.; FREIDENBERG, Flavia. (2006). Partidos políticos na América Latina. **Opinião Pública**, volume 08, número 02, pp.137-157.

SALINAS, Eduardo; BOOTH, John. (2011) Micro-social and Contextual Sources of Democratic Attitudes in Latin America. **Journal of Politics in Latin America**, volume 03, número 01, pp. 29-64.

SAMUELS, David J.; ZUCCO, César. (2018). **Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press.

SARTORI, Giovanni. (1976). **Parties and Party Systems: A Framework for Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press.

SCARROW, Susan E.. (1995). Anti-Partisanship and Political Change. **Reihe Politikwissenschaft**, número 22, pp. 06-22.

SCARROW, Susan E.. (1996). Politicians against parties: Anti-party arguments as weapons for change in Germany. **European Journal of Political Research**, volume 29, número 03, p. 297-317.

SCHATTSCHEIDER, Elmer E. (1942). **Party government**. Nova Iorque: Farrar and Rinehart.

SCHLOZMAN, Kay L.; BRADY, Henry; VERBA, Sidney. (2018). **Unequal and unrepresented: Political inequality and the People's voice in the new gilded age**. Princeton: Princeton University Press.

SINGER, Matthew. (2011). When do voters actually think “It’s the Economy”? Evidence from the 2008 presidential campaign. **Electoral Studies**, volume 30, número 04, pp. 621-632.

SISK, Timothy D. (2017). Elections, Electoral Systems and Party Systems: A Resource Guide. In: **International Institute for Democracy and Electoral Assistance** [online]. Disponível em: <<https://www.idea.int/gsod/files/IDEA-GSOD-2017-RESOURCE-GUIDE-ELECTIONS.pdf>>. Acesso em: 15 de set. 2019.

SOMMET, Nicolas; MORSELLI, Davide. (2017). Keep calm and learn multilevel logistic modeling: A simplified three-step procedure using Stata, R, Mplus, and SPSS. **International Review of Social Psychology**, volume 30, número 01, pp. 203-218.

STRØM, Kaare. (2002). Parties at the Core of Government. In: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P.. (Ed.). **Parties Without Partisan - Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, pp. 180-207.

TAMRURA, Karin A. (2007). **Modelo logístico multinível: um enfoque em métodos de estimação e predição**. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo.

THIES, Michel. (2002). On the Primacy of Party in Government: Why Legislative Parties Can Survive Party Decline in the Electorate. In: DALTON, Russel J.; WATTENBERG, Martin P.. (Ed.). **Parties Without Partisan - Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Oxford: Oxford University Press, pp. 238-261.

THOMASSEN, Jacques; ROSEMA, Martin. (2009). Party identification revisited. In: **European Consortium for Political Research (ECPR)**, Nicosia, Chipre. *Anais...* [online], pp. 01-44. Disponível em: <<https://research.utwente.nl/en/publications/party-identification-revisited>>. Acesso em 09 de set. 19.

TORCAL, Mariano. (2001). La desafección en las nuevas democracias del sur de Europa y Latinoamérica. **Revista Instituciones y desarrollo**, número 8-9, pp. 229-280.

TORCAL, Mariano. (2003). **Political disaffection and democratization history in new democracies**. [Online]. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/sites/default/files/old_files/documents/308_0.pdf>

TORCAL, Mariano. (2006). Desafección institucional e historia democrática en las nuevas democracias. **Revista SAAP**, volume 02, número 03, pp. 591-634.

TORCAL, Mariano; GUNTHER, Richard; MONTERO, José R.. (2002) Anti-party sentiments in southern Europe. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José; LINZ, Juan (Ed.). **Political Parties: old concepts and new challenges**. Oxford: Oxford University Press, pp. 257-291.

TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. (2006). **Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social capital, institutions, and politics**. Abingdon: Routledge.

TRABER, Denise; GIGER, Nathalie; HÄUSERMANN, Silja. (2017). How economic crises affect political representation: declining party–voter congruence in times of constrained government. **West European Politics**, volume 41, número 05, pp. 1100-1124.

van BIEZEN, Ingrid. (2003). The Place of Parties in Contemporary Democracies. **West European Politics**, volume 26, número 03, pp.171–184.

van BIEZEN, Ingrid; KATZ, Richard S. (2005). Democracy and Political Parties. In: In: **European Consortium for Political Research (ECPR)**, Granada, Espanha. *Anais...* [online], pp. 01-44. Disponível em: <<https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/3402a19c-2e82-4b30-bf30-6a423927d5b0.pdf>>. Acesso em 09 de set. 19.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. (1995) **Voice and equality: civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University.

WANG, C. H. (2014) The effects of party fractionalization and party polarization on democracy. **Party Politics**, volume 20, número 05, pp. 687- 699.

WARREN, Mark (2012), The Meaning of Corruption in Democracies. In: HEYWOOD, Paul (Ed.). **The Routledge International Handbook on Political Corruption**. Oxford: Routledge. pp. 42-55.

WATTENBERG, Martin P.. (1981). The Decline of Political Partisanship in the United States: Negativity or Neutrality?. **The American Political Science Review**, volume 75, número 04, pp. 941-950.

WATTENBERG, Martin P.. (2003). Electoral turnout: The new generation gap. *British Elections & Parties Review*, volume 13, número 01, pp. 159-173.

WEBB, Paul D. (1996) Apartisanship and anti-party sentiment in the United Kingdom: Correlations and constraints. **European Journal of Political Research**, volume 29, número 03, pp. 365-382.

WEYLAND, Kurt. (2003). Neopopulism and neoliberalism in Latin America: How much affinity?. **Third World Quarterly**, volume 24, número 06, pp. 1095-1115.

WEYLAND, Kurt. (2013). The threat from the populist left. **Journal of Democracy**, volume 24, número 03, pp. 18-32.

WHITELEY, Paul F.; SEYD, Patrick. (2002). **High-intensity participation**: The dynamics of party activism in Britain. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Word Bank. **Banco de dados**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org>>. Acesso: 13 de set. 2019.

WROE, Andrew. (2015). Economic Insecurity and Political Trust in the United States. **American Politics Research**, volume 44, número01, pp. 131-163.

YEBRA, Covadonga Meseguer. (1998). Sentimientos Antipartidistas en el cono sur: un estudio exploratorio. **América Latina Hoy**, número 18, pp. 99-112.

APÊNDICE METODOLÓGICO

Simpatia partidária [2012]

[vb10] Atualmente o(a) sr./sra. simpatiza com algum partido político?

Codificação: 1 = Sim

2 = Não

Recodificação: 0 = Sim

1 = Não

Democracia sem partidos [2012]

[dem23] Pode haver democracia sem que existam partidos políticos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

Codificação: 1 = Discorda muito

2 = 2

3 = 3

4 = 4

5 = 5

6 = 6

7 = Concorda muito

Recodificação: Não necessária

Índice de sentimentos por partido político (ISPP) [2012]

Índice criado a partir da multiplicação das variáveis de simpatia partidária e democracia sem partidos políticos, com a primeira recodificada.

Codificação: 0 = Simpatia partidária

1 = 1

2 = 2

3 = 3

4 = 4

5 = 5

6 = 6

- 7 = Antipartidário
- Recodificação: 0 = Partidário
- 1 = Não-partidário [1 a 3]
- 2 = Antipartidário [5 a 7]
- 4 = NA

Antipartidarismo [2012]

Criado a partir da variável índice de Sentimentos por Partidos Políticos, com a variável recodificada

- Codificação: 0 = Partidário
- 1 = Não-partidário [1 a 3]
- 2 = Antipartidário [5 a 7]
- Recodificação: 0 = Partidário
- 1 = Antipartidários

Faixas de idade [2012]

[q2y] Em que ano o(a) sr./sra. nasceu?

- Codificação: Aberta
- Recodificação: 1 = 16 a 24 anos
- 2 = 25 a 34 anos
- 3 = 35 a 54 anos
- 4 = 55 anos ou mais

Escolaridade [2012]

[ed] Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. terminou

- Codificação: Aberta
- Recodificação: 0 = Analfabeto
- 1 = Até Ensino Fundamental completo [1 a 11]
- 2 = Até Ensino Médio completo [12 a 15]
- 3 = Ensino pós-Médio ou Superior incompleto [16]
- 4 = Ensino Superior completo ou Pós-graduação [17 anos ou mais]

Interesse por política [2012]

[pol1] O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: muito, algo, pouco ou nada?

Codificação: 1 = Muito

2 = Algo

3 = Pouco

4 = Nada

Recodificação: 1 = Nada

2 = Pouco

3 = Algo

4 = Muito

Eficácia Política Subjetiva [2012]

[eff2] O(A) sr./sra. sente que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

Codificação: 1 = Discorda muito

2 = 2

3 = 3

4 = 4

5 = 5

6 = 6

7 = Concorda muito

Recodificação: 0 = Baixa [1 a 4]

1 = Alta [5 a 7]

Avaliação da economia [2012]

[soct1] Agora, falando da economia...Como o(a) sr./sra. avalia a situação econômica do país? O(A) sr./sra. acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?

Codificação: 1 = Muito boa

2 = Boa

3 = Nem boa, nem má (regular)

4 = Má

- 5 = Muito má (péssima)
- Recodificação: 1 = Péssima [4 e 5]
- 2 = Regular [3]
- 4 = Boa [2 e 1]

Percepção da corrupção [2012]

[exc7] Considerando sua experiência ou o que ouviu falar dos funcionários públicos, a corrupção dos funcionários públicos é... ?

- Codificação: 1 = Muito comum
- 2 = Algo comum
- 3 = Pouco comum
- 4 = Nada comum
- Recodificação: 0 = Incomum [3 e 4]
- 1 = Comum [1 e 2]

Eficácia política externa [2012]

[eff1] Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o(a) sr./sra. pensam. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?

- Codificação: 1 = Discorda muito
- 2 = 2
- 3 = 3
- 4 = 4
- 5 = 5
- 6 = 6
- 7 = Concorda muito
- Recodificação: 0 = Baixa [1 a 4]
- 1 = Alta [5 a 7]

Extremismo Ideológico [2012]

[L1] Agora, para mudar de assunto... Nesse cartão há uma escala, de 1 a 10, na qual o número 1 significa “esquerda” e o 10 significa “direita”. Hoje em dia, quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam

mais com a direita. De acordo com o sentido político que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) sr./sra, onde o(a) sr./sra. se situa nesta escala?

Codificação: 1 = Esquerda

2 = 2

3 = 3

4 = 4

5 = 5

6 = 6

7 = 7

8 = 8

9 = 9

10 = 10

Recodificação: 0 = Não extremismo [3 a 8]

1 = Extremismo [1 e 2; 9 e 10]

Preferência pela democracia [2012]

[dem2] Agora mudando de assunto, com qual das seguintes três frases o(a) sr./sra. Está mais de acordo:

Codificação: 1 = Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou um não democrático, ou

2 = A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, ou

3 = Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.

Recodificação: 0= Regime autoritário [3]

1 = Tanto faz [1]

2 = Preferência pela democracia [2]

ANEXOS

Anexo do Capítulo 01 – O antipartidarismo na América Latina: conceitos, medidas e evolução

*Seção 1.4 Contexto e evolução do antipartidarismo na América Latina (2006-2012)***TABELA 08.** Evolução da confiança e desconfiança nos partidos políticos (1997 – 2013) (%)

	País	1997	2000	2001	2002	2005	2006	2008	2009	2010	2011	2013
Confia nos partidos políticos	Argentina	26,1	15,3	12,3	4,6	13,3	13,9	13,5	14,6	20,9	24,1	24,9
	Bolívia	15,9	19,9	12,2	9,6	10,8	17,3	12,3	20,2	16,6	17,7	17,8
	Brasil	18	13,4	20	12,7	15,6	22,2	20,3	20,4	24	15,8	20,9
	Chile	34,1	23,7	23,8	14	19,5	23,2	16,8	21,8	22,8	16,6	14,9
	Colômbia	28,3	16,5	11,2	10,7	22,4	19,4	19,7	25,3	22,9	17,9	20,1
	Costa Rica	25,7	23,2	17,7	24,2	16,2	25,7	20,2	23,9	23,3	19,3	15,9
	El Salvador	45,3	24	17	16,3	14,9	15,6	36	38,3	16,1	27,3	19,4
	Equador	15,5	7,5	8,3	8,3	9,2	7,7	14,8	14,4	33,7	33,7	30,6
	Guatemala	23,8	17,5	9,2	7,5	12,2	15,6	22,9	21,6	13,9	12,6	15,2
	Honduras	39,6	17,9	14,2	23,2	17	26,4	20,2	16,2	24	16,5	18,7
	México	31	33,8	20,5	14,7	19,9	28,6	17,6	18,7	18,3	17,5	22,4
	Nicarágua	30,5	9,8	18,8	16,1	7,6	18	22,4	14,3	16,9	19,9	26,1
	Panamá	28,1	27,1	25,9	16,7	12,6	23,3	15,5	31,2	29,3	23,1	25,4
	Paraguai	27,1	15,1	14,4	7,3	16,8	13,6	21,2	24,2	21,7	23,3	27
	Peru	20,6	18,8	23,5	13,2	13,7	19,8	10,8	11,2	13,2	14,8	12,5
Uruguai	44,8	35,7	38,1	29,8	44,3	32,7	36,3	46,1	44,8	41,4	36,2	
Venezuela		23,3	29,6	18,3	30,8	39,9	31,8	33,8	42,6	35,3	42	
Desconfiança	Argentina	67,1	79,6	85,7	94,3	80,3	86,7	85,9	84,7	77,8	74,9	76
	Bolívia	77,8	73,8	87,8	88,4	87,4	80,4	84	77,3	80,2	78,3	77,7
	Brasil	79,8	84,3	76,8	84,5	83,5	75,3	77,7	77,9	73,1	83,6	76,1
	Chile	62,5	73	73,9	83,2	79,3	75,3	81,2	76,7	75,8	82,6	82,5
	Colômbia	69,7	81,6	86,7	86,3	76,3	79	77,7	69,1	74,3	80,9	78,6

Costa Rica	69,3	72,7	78,6	72,8	82,4	71,5	76,1	73,6	73,5	75,5	78,8
El Salvador	49,4	73	76,7	76,8	83	80,6	60,1	57,7	78,2	71,5	75
Equador	79	91,8	89,8	89	89,2	91,7	82,3	82,4	78,1	67,3	68,5
Guatemala	55,8	64,3	86,1	88,8	86	81,2	66,7	75,5	81	80,7	82
Honduras	57,5	80,9	84,6	74,7	81,7	71,1	75	80,2	72,8	81,4	79,4
México	68	64,6	78,5	83,2	79,8	69,8	81,6	78,9	79,3	80,3	76,2
Nicarágua	65,5	87,2	80,3	81,5	90,7	77,7	73,1	80,4	77,1	71,7	68,4
Panamá	67,7	67,3	72,5	80,1	86,5	75,5	80,5	64,8	67,1	71	70,7
Paraguai	67,7	84,2	83,4	92	81,1	85	76,3	74,9	75,8	75,2	71,4
Peru	76,3	76,3	73,5	81,9	84,3	78,8	86,6	86,9	85,1	82,8	85,9
Uruguai	51,1	61,9	60	68,6	51,6	66,4	59,2	50,9	52,8	55,2	61,9
Venezuela		73,1	67,3	78,4	67,8	56,9	66,3	63,6	54,9	63,3	55,6

Fonte: Latinobarômetro (1997-2013)

Nota: Recodificação de “Confiança” = Muita + Algo

Recodificação de “Desconfiança” = Pouco + Nenhuma

TABELA 09. Evolução da legitimidade e deslegitimidade dos partidos políticos (1997 – 2013) (%)

	País	1997	2000	2001	2002	2005	2006	2008	2009	2010	2011	2013
Sem partidos não pode haver democracia	Argentina	75,25	71,67	57,75	52,59	63,33	64,16	70	69,33	70,42	74,42	72,83
	Bolívia	60,18	58,56	41,58	50,08	42,33	38,33	45,25	51,08	50,75	46,75	54,83
	Brasil	49,75	49,4	42	45,8	41,53	45,18	47,76	47,67	43,94	43,02	49,75
	Chile	79,5	58,8	48,5	53	61,1	52,5	57,6	58,8	64,4	60,7	54,3
	Colômbia	52,2	38	29,6	28,3	47,2	50,9	53,8	42,5	54,7	46,9	48,4
	Costa Rica	81,4	70,1	71,7	74,7	71,4	73,2	72,4	72,2	73,9	63,3	53,4
	El Salvador	70,1	67,8	44,4	50,5	61,1	56,2	54,3	64,9	63,7	63,4	52,3
	Equador	44	29,08	30,08	27,25	32,5	45,17	38,75	43,5	41,5	39,92	56,08
	Guatemala	55,1	51,1	47,5	46,5	54,7	49,5	40,4	40,2	59,6	53,9	58,3
	Honduras	67,1	59,7	58,5	58,2	51,6	57,5	51,4	63,5	62,9	60	55,5

	México	60,9	63,38	58,26	55,79	51,75	52,17	53,33	57,83	57,08	50,33	48,08
	Nicarágua	73,8	65,6	51	58,7	54,8	63,4	66,8	63,5	58,6	59,2	58,9
	Panamá	73,5	52,3	38,4	50,7	42,1	42	42,7	55,2	42,4	46	48,7
	Paraguai	54,6	53,8	43	42,7	44,9	43,1	51,6	64,6	51,8	56,3	52,5
	Peru	52,9	62,9	58,9	57,7	53,1	52	52,5	50,2	57,3	55,8	44,9
	Uruguai	80,7	79,33	73,08	74	77,42	71,33	79	81,25	75,08	71,25	66,75
	Venezuela		38,5	44,6	56,5	66,3	59,3	76,1	80,4	79,3	70,7	82,2
A democracia pode funcionar sem partidos políticos	Argentina	17,56	20,25	31,08	39,25	29,33	29,16	23,67	22,25	24,58	22,25	17,92
	Bolívia	31,16	30,32	43,63	41,14	48,25	51,83	41,25	38,42	36,25	38,33	30,08
	Brasil	37,56	36,6	40,5	31,8	42,44	39,95	40,86	38,7	38,46	41,11	34,05
	Colômbia	41,8	47,8	41,2	48	45	42,3	36,8	41,8	36,1	45,6	43,3
	Chile	34	30,9	38,7	35,5	26,7	35,3	28,4	26,7	24,8	26,8	27,3
	Costa Rica	13,6	21,5	20,4	18,9	21	18,3	22,7	19,2	20,6	28,3	33,9
	El Salvador	18,7	20,2	28,3	27,6	23,9	25,2	36,5	26,9	28,3	29,6	34,2
	Equador	47,58	59,33	61,58	63,08	52,42	44,67	41,67	44,17	48,08	51,42	31,67
	Guatemala	34,6	33,5	29,7	39,9	30,6	73,1	32,4	36,2	26,6	29,4	31,3
	Honduras	27,1	30	32,2	30,5	28,4	30,3	28,9	26,7	29,4	32,2	33,3
	Nicarágua	23,7	20,4	39,8	33	32	30,4	22,1	24,4	29,5	25,9	32,4
	Panamá	38,7	40,8	45,7	48,7	46,4	46	41,5	33,9	44	42,8	37,8
	Paraguai	40	42,2	47,5	52	43,5	42,2	34,8	25,5	41,4	27,3	37,8
	Peru	27,5	27,4	32,5	29,3	36,1	34,9	33,9	32,9	29,3	31,9	36,2
	México	34,3	29,33	33,76	40,08	43,41	32,92	37,92	30,42	33,25	39,5	45,25
	Uruguai	12,5	11,8	17,9	13,3	15,3	19,5	13,08	10,42	19,75	16	22,83
Venezuela		48,5	46,9	35,9	25,8	32,1	20,2	13,2	14,3	22,6	13,5	

Fonte: Latinobarômetro (1997-2013)

TABELA 10. Evolução do partidarismo na América Latina entre 2006-2012 (%)

País	2006	2008	2010	2012
Argentina	-	25,5	21,8	29,6
Bolívia	-	29,0	39,1	19,4
Brasil	39,7	28,0	36,1	34,5
Chile	30,7	23,7	13,3	17,2
Colômbia	33,2	32,2	41,7	30,1
Costa Rica	38,7	31,7	54,9	29,5
El Salvador	34,7	42,2	38,8	34,5
Ecuador	-	19,8	19,1	25,5
Guatemala	18,1	16,1	21,4	16,8
Guiana	22,4	-	30,8	30,6
Haiti	41,9	29,9	32,5	33,0
Honduras	48,7	50,8	53,7	44,7
México	53,5	31,0	31,8	41,4
Nicarágua	54,0	40,9	46,8	58,0
Panamá	26,0	32,3	34,8	29,9
Paraguai	-	61,3	42,4	48,2
Peru	34,4	19,8	25,3	19,8
Republica Dominicana	62,9	71,7	57,9	66,8
Uruguai	56,1*	52,4	69,9	56,8
Venezuela	35,6*	33,5	37,0	49,8
América Latina	39,9	32,0	36,9	36,0

Fonte: LAPOP (2006 - 2012)

* Os dados apresentados são relativos a 2007.

TABELA 11. Evolução do não-partidarismo na América Latina entre 2006-2012 (%)

	2006	2008	2010	2012
Argentina	-	51,6	54,0	44,3
Bolívia	-	33,9	35,3	46,1
Brasil	24,0	41,0	40,4	37,9
Chile	30,5	31,9	46,8	35,8
Colômbia	28,8	29,8	30,4	39,9
Costa Rica	36,7	42,6	30,2	53,2
El Salvador	30,2	30,3	32,7	34,2
Ecuador	-	35,3	44,7	39,3
Guatemala	28,2	42,7	48,4	45,8
Guiana	35,4	-	38,8	40,2
Haiti	13,5	14,8	22,6	13,5
Honduras	32,2	33,1	25,2	35,0
México	20,7	30,8	35,9	29,7
Nicarágua	21,6	30,7	32,2	24,1

Panamá	41,7	28,2	30,3	35,8
Paraguai	-	21,7	31,3	27,5
Peru	34,6	44,1	50,9	52,8
Republica Dominicana	20,9	15,7	22,6	16,7
Uruguai	26,1*	26,0	20,0	27,8
Venezuela	38,2*	48,3	47,9	37,5
América Latina	28,79	30,9	36,30	36,0

Fonte: LAPOP (2006 - 2012)

* Os dados apresentados são relativos a 2007.

TABELA 12. Evolução do antipartidarismo na América Latina entre 2006-2012 (%)

País	2006	2008	2010	2012
Argentina	-	22,8	24,3	26,0
Bolívia	-	37,2	25,6	34,5
Brasil	36,4	31,0	23,4	27,6
Chile	38,9	44,4	40,0	47,0
Colômbia	38,1	38,0	27,9	30,0
Costa Rica	24,7	25,7	14,9	17,3
El Salvador	35,1	27,5	28,5	31,2
Equador	-	44,9	36,3	35,2
Guatemala	53,8	41,3	30,1	37,3
Guiana	42,1	-	30,4	29,2
Haiti	44,6	55,3	44,9	53,4
Honduras	19,1	16,1	21,1	20,3
México	25,7	38,2	32,3	28,9
Nicarágua	24,4	28,4	21,0	17,9
Panamá	32,4	39,5	35,0	34,4
Paraguai	-	17,1	26,3	24,2
Peru	31,0	36,1	23,7	27,4
Republica Dominicana	16,2	12,5	19,7	16,4
Uruguai	17,8*	21,6	10,0	15,4
Venezuela	26,2*	18,2	15,0	12,6
América Latina	31,3	30,1	27,0	28,42

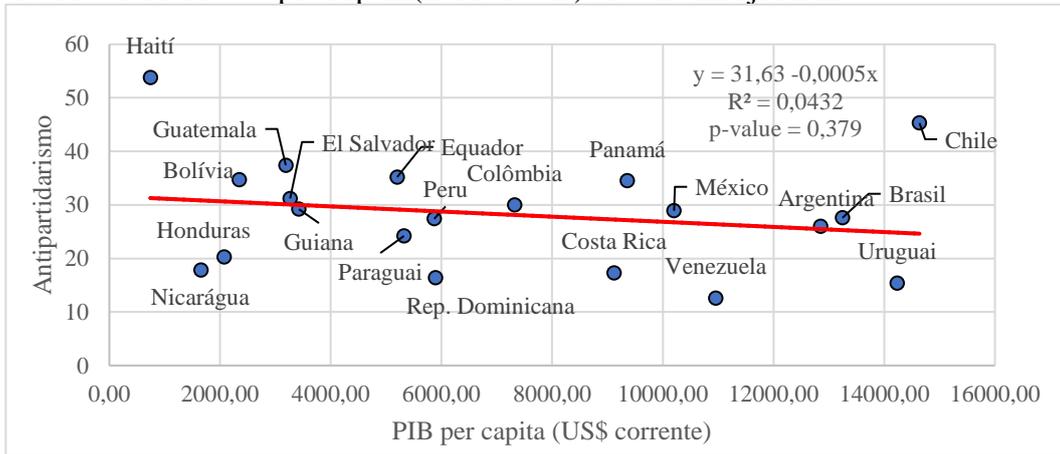
Fonte: LAPOP (2006 - 2012)

* Os dados apresentados são relativos a 2007.

Anexo do Capítulo 02 – Condicionantes do antipartidarismo

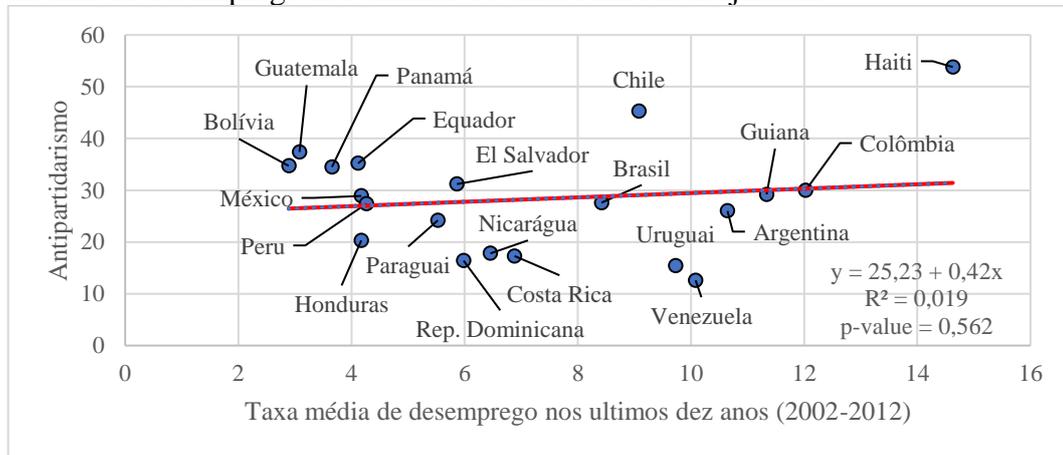
Seção 2.3. Os efeitos individuais sobre as atitudes antipartidárias

FIGURA 18. Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários *versus* crescimento do PIB per capita (anual em %) com a reta ajustada



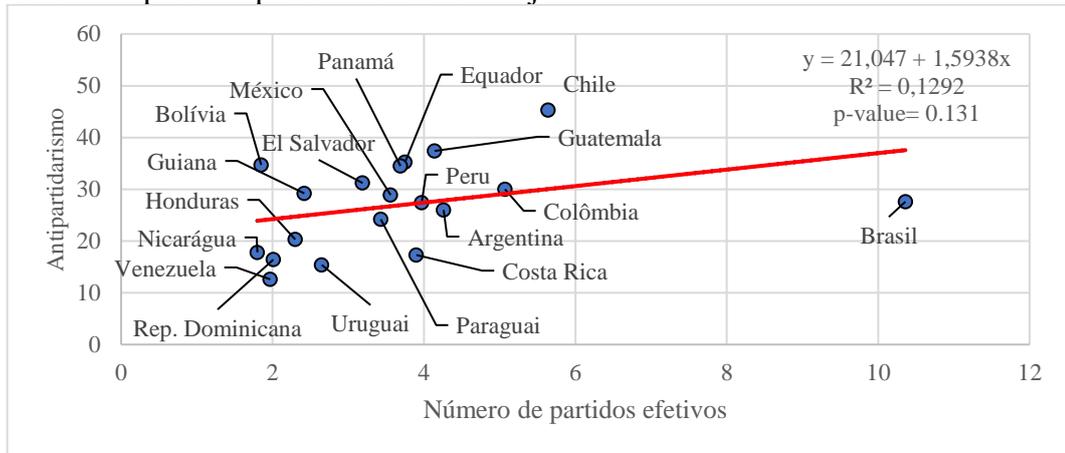
Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

FIGURA 19. Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários *versus* média da taxa de desemprego nos últimos 10 anos com a reta ajustada



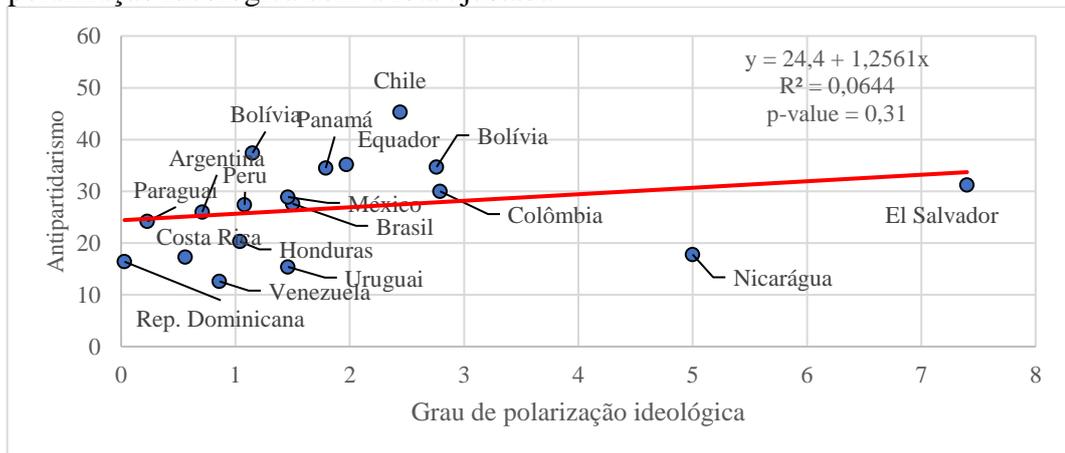
Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

FIGURA 20. Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários *versus* número efetivo de partidos políticos com a reta ajustada



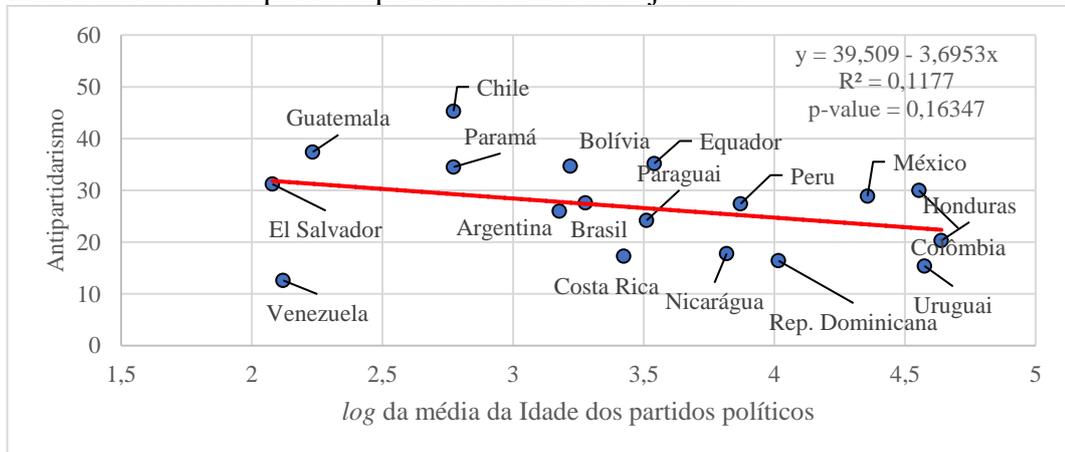
Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

FIGURA 21. Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários *versus* polarização ideológica com a reta ajustada



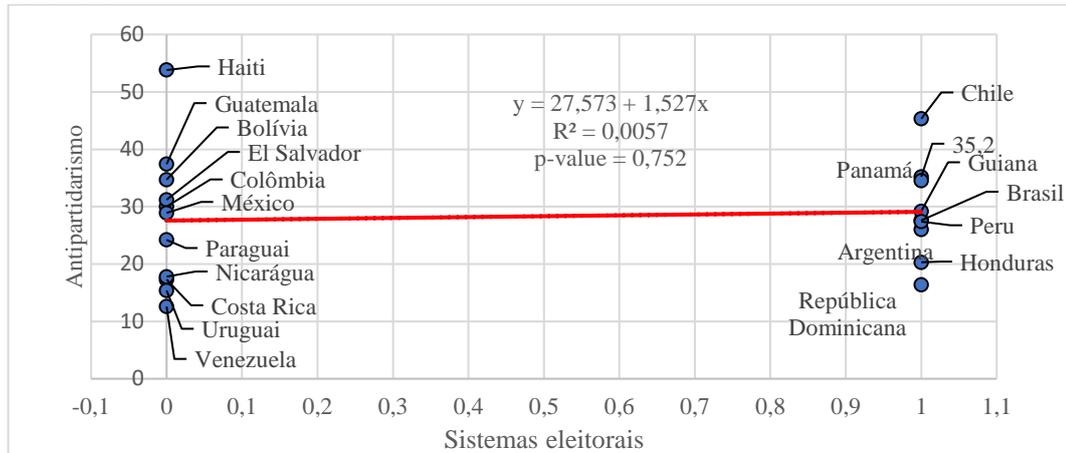
Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

FIGURA 22. Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários *versus* log da média da idade dos partidos políticos com a reta ajustada



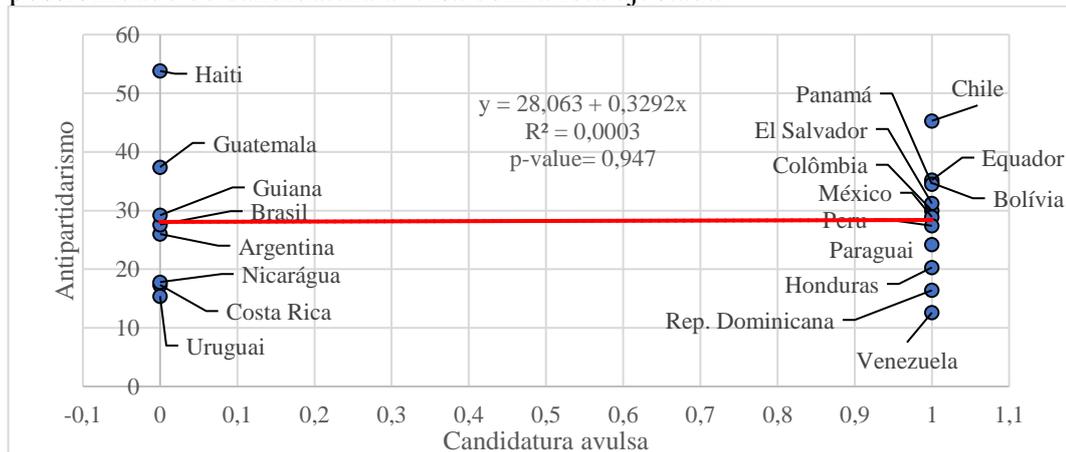
Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

FIGURA 23. Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários *versus* sistema eleitoral



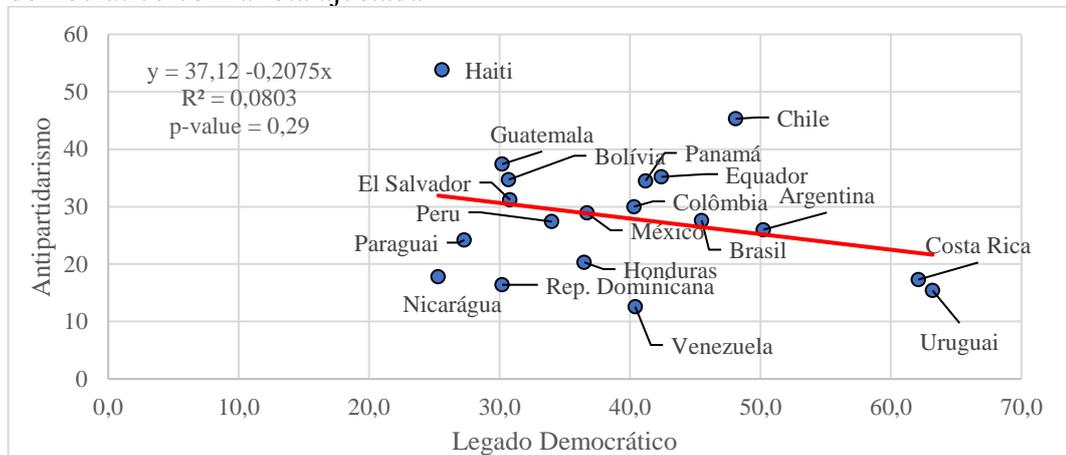
Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

FIGURA 24. Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários *versus* possibilidade de candidatura avulsa com a reta ajustada



Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

FIGURA 25. Diagrama de dispersão de sentimentos antipartidários *versus* legado democrático com a reta ajustada



Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Seção 2.3. Os efeitos individuais sobre as atitudes antipartidárias

TABELA 13. Informações descritivas sobre faixa de idade e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)

	Partidários	Não-Partidários	Antipartidários	TOTAL	
Faixa de idade	16 a 24 anos	1143 (29,2%)	1562 (39,9%)	1211 (30,9%)	3916 (18,3%)
	25 a 34 anos	1736 (33,8%)	1948 (37,9%)	1454 (28,3%)	5138 (24%)
	35 a 54 anos	3110 (39,4%)	2837 (35,9%)	1954 (24,7%)	7901 (36,9%)
	55 anos ou mais	1978 (44,3%)	1501 (33,6%)	988 (22,1%)	4467 (20,9%)
TOTAL	7967	7848	6611	21422	

Fonte: LAPOP 2012

TABELA 14. Modelo de probabilidade linear da idade dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)

	Mais jovens
Intercepto	0,199*** (0.004)
Partidário	-0,056*** (0.006)
Antipartidário	0,017*** (0.006)
R²	0,006
R² Ajustado	0,006
Observações	23.089

Nota: Erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

TABELA 15. Informações descritivas sobre escolaridade e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)

	Partidários	Não-Partidários	Antipartidários	TOTAL	
Esc.	Analfabeto	325 (40,8%)	276 (34,6%)	196 (24,6%)	797 (3,7%)
	Fund.completo	3049 (39,5%)	2789 (36,1%)	1883 (24,4%)	7721 (35,7%)
	Até ens. Médio completo	2632 (35,7%)	2696 (36,6%)	2035 (27,6%)	7363 (34,1%)
	Superior incompleto	998 (32,4%)	1159 (37,7%)	919 (29,9%)	3076 (14,2%)
	Superior completo ou pós-graduação	988 (37,1%)	1007 (37,8%)	670 (25,1%)	2665 (11,5%)
	TOTAL	7992	7927	5703	21622

Fonte: LAPOP 2012

TABELA 16. Modelo de probabilidade linear da escolaridade dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)

	Analfabetos
Intercepto	0,387*** (0.005)
Partidário	0,035** (0.007)
Antipartidário	-0,022*** (0.008)
R²	0,0002
R² Ajustado	0,0002
Observações	23.296

Nota: Erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

TABELA 17. Informações descritivas sobre interesse por política e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)

		Partidários	Não- Partidários	Antipartidários	TOTAL
Interesse por política.	Nada	1233 (17,7%)	3302 (47,4%)	2427 (34,9%)	6962 (32,1%)
	Pouco	2681 (36,1%)	2833 (38,2%)	1908 (25,7%)	7422 (34,2%)
	Algo	2579 (50,8%)	1428 (28,1%)	1073 (21,1%)	5079 (23,4%)
	Muito	1570 (71%)	359 (16,2%)	281 (12,7%)	2210 (10,2%)
TOTAL		8840	7922	5689	21673

Fonte: LAPOP 2012

Tabela 18. Modelo de probabilidade linear do desinteresse dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)

	Desinteressados
Intercepto	0,417*** (0.005)
Partidário	-0,264*** (0.007)
Antipartidário	0,010 (0.008)
R²	0,077
R² Ajustado	0,077
Observações	23.346

Nota: Erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

TABELA 19. Informações descritivas sobre eficácia política subjetiva e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)

		Partidários	Não- Partidários	Antipartidários	TOTAL
Eficácia política subjetiva	Baixa	4275 (32,7%)	5470 (41,9%)	3211 (25,4%)	13056 (61,1%)
	Alta	3668 (44,1%)	2340 (28,1%)	2314 (27,8%)	8322 (38,9%)
TOTAL		7943	7810	5625	21378

Fonte: LAPOP 2012

TABELA 20. Modelo de probabilidade linear da eficácia política subjetiva dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)

	Baixa eficácia política
Intercepto	0,700*** (0.005)
Partidário	-0,162*** (0.007)
Antipartidário	-0,112*** (0.008)
R²	0,0211
R² Ajustado	0,0210
Observações	22.995

Nota: Erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

TABELA 21. Informações descritivas sobre avaliação da economia do país e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)

		Partidários	Não- Partidários	Antipartidários	TOTAL
Avaliação da economia	Péssima	2602 (36,7%)	2600 (36,7%)	1890 (26,6%)	7092 (32,7%)
	Regular	3331 (34,2%)	3776 (38,8%)	2625 (27%)	9732 (44,9%)
	Boa	2112 (43,7%)	1545 (31,9%)	1181 (24,4%)	4838 (22,3%)
TOTAL		8812	8548	6687	21662

Fonte: LAPOP 2012

TABELA 22. Modelo de probabilidade linear da avaliação da economia do país dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)

	Avaliação péssima da economia
Intercepto	0,328*** (0.005)
Partidário	-0,005 (0.007)
Antipartidário	0,004 (0.008)
R²	0,0001
R² Ajustado	-0,00003
Observações	23.339

Nota: Erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

TABELA 23. Informações descritivas sobre percepção da corrupção entre funcionários públicos e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)

		Partidários	Não-Partidários	Antipartidários	TOTAL
Percepção da corrupção	Incomum	1660 (39,9%)	1431 (34,4%)	1067 (25,7%)	4158 (20,1%)
	Comum	6035 (36,4%)	6106 (36,9%)	4420 (26,7%)	16561 (79,9%)
TOTAL		8439	8142	6454	20719

Fonte: LAPOP 2012

TABELA 24. Modelo de probabilidade linear da percepção da corrupção dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)

Corrupção é comum	
Intercepto	0,810*** (0.004)
Partidário	-0,026*** (0.006)
Antipartidário	-0,005 (0.007)
R²	0,0001
R² Ajustado	0,0001
Observações	22.266

Nota: Erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

TABELA 25. Informações descritivas sobre a percepção de eficácia política externa e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)

		Partidários	Não-Partidários	Antipartidários	TOTAL
Eficácia Externa	Baixa	5071 (33,3%)	6224 (40,9%)	3938 (25,9%)	15233 (71,4%)
	Alta	2838 (46,6%)	1577 (25,9%)	1677 (25,5%)	6092 (29%)
TOTAL		4070	4116	2866	21325

Fonte: LAPOP 2012

TABELA 26. Modelo de probabilidade linear da eficácia política externa dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)

Baixa eficácia externa	
Intercepto	0.798*** (0,005)
Partidário	-0.157*** (0,.007)
Antipartidário	-0.096*** (0,008)
R²	0,022
R² Ajustado	0,022
Observações	22.939

Nota: Erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP

TABELA 27. Informações descritivas sobre extremismo ideológico e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)

		Partidários	Não- Partidários	Antipartidários	TOTAL
Extremismo ideológico	Não- extremismo	3962 (32,6%)	4772 (39,3%)	3410 (28,1%)	12144 (67,1%)
	Extremismo	3109 (52,3%)	1604 (27%)	1236 (20,8%)	5949 (32,9%)
TOTAL		7071	6376	4646	18093

Fonte: LAPOP 2012

TABELA 28. Modelo de probabilidade linear do extremismo ideológico dos partidários, não partidários e antipartidários (2012)

	Extremismo
Intercepto	0,252*** (0,006)
Partidário	0,118*** (0,008)
Antipartidário	0,015* (0,009)
R²	0,036
R² Ajustado	0,036
Observações	19.433

Nota: Erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

TABELA 29. Informações descritivas sobre preferência pela democracia e sentimentos por partido político na América Latina em 2012 (em números absolutos e em %)

		Partidários	Não- Partidários	Antipartidários	TOTAL
Preferência pela democracia	Autoritário	910 (36,6%)	831 (33,4%)	748 (30,1%)	2489 (12%)
	Tanto faz	769 (32,4%)	906 (38,1%)	702 (29,5%)	2377 (11,4%)
	Democracia	6141 (38,5%)	5816 (36,5%)	3976 (25%)	15933 (76,6%)
TOTAL		7820	7820	5426	20.799

Fonte: LAPOP 2012

TABELA 30. Modelo de probabilidade linear da preferência por regimes autoritários, não partidários e antipartidários (2012)

Regimes autoritários	
Intercepto	0,110*** (0.004)
Partidário	0,006 (0.005)
Antipartidário	0,028*** (0.006)
R²	0,001
R² Ajustado	0,001
Observações	22.378

Nota: Erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

Anexo do Capítulo 03 – Sentimentos antipartidários na América Latina – Rendimentos empíricos.

Seção 3.2 - Determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012

Calculo da Correlação intraclasse (ICC)

Por Forbes, Evans, Hastings & Peacock (2011 *apud* Rocha, 2014) e Sommet & Morselli (2017)

$$\rho = \frac{\sigma^2}{(\sigma^2 + 3,15159^2/3)}$$

Onde σ é o desvio padrão do modelo nulo

TABELA 31. Coeficientes de correlação para o nível individual de análise

	Antip	Fx.idade	Esc	Int.pol	Efc.sub	Mob.cog	Com_pol	Av.econ	Per.Cor	Efc.ext	Ext.ideo	Dem
Antip	1,000											
Fx_idade	-0,137 0,000	1,000										
Esc	0,044 0,000	-0,199 0,000	1,000									
Int_pol	-0,345 0,000	0,027 0,600	0,123 0,000	1,000								
Efc_Sub	-0,062 0,000	0,047 0,000	0,124 0,000	0,222 0,000	1,000							
Mob_cog	-0,115 0,000	0,011 0,538	0,538 0,000	0,402 0,000	0,168 0,000	1,000						
Comp_pol	-0,201 0,000	0,049 0,000	0,156 0,000	0,619 0,000	0,611 0,000	0,361 0,000	1,000					
Av_econ	-0,050 0,000	-0,005 0,000	0,081 0,000	0,104 0,000	0,086 0,000	0,074 0,000	0,118 0,000	1,000				
Per_cor	0,026 0,000	0,001 0,360	0,075 0,000	0,000 0,088	-0,035 0,000	0,024 0,000	-0,008 0,914	-0,063 0,000	1,000			
Efc_ext	-0,070 0,000	-0,020 0,005	-0,041 0,000	0,078 0,001	0,267 0,000	0,004 0,000	0,164 0,000	0,156 0,000	-0,109 0,000	1,000		
Ext_ideo	-0,188 0,000	0,048 0,000	-0,104 0,000	0,107 0,000	0,057 0,000	0,006 0,791	0,090 0,000	-0,037 0,000	-0,053 0,000	0,072 0,000	1,000	
Pref_dem	-0,062 0,000	0,097 0,000	0,024 0,000	0,033 0,037	0,029 0,000	0,053 0,000	0,040 0,000	0,043 0,000	0,033 0,000	0,000 0,071	-0,011 0,003	1,000

Onde: Antip = Antipartidarismo; Fx.idade = Faixa de idade; Esc = Escolaridade; Int.pol = Interesse Político; Efc.Sub = Eficácia Política subjetiva; Mob.Cog = Mobilização cognitiva; Com.pol = Competência política; Av.econ = Avaliação econômica do país; Per.Cor = Percepção da corrupção; Efc.ext = Eficácia Política Externa; Ext.ideo = Extremismo ideológico; Pref.dem = Preferência pela democracia.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do LAPOP 2012

TABELA 32. Coeficientes de correlação para o nível país de análise

	PIB	Md_desemp	NEP	Pol.	Idd_pp	Lista	Cand_avl	Leg_dem
PIB	1,000							
Md_desemp	0,660 0,000	1,000						
NEP	0,531 0,000	0,335 0,000	1,000					
Pol.	-0,345 0,000	-0,041 0,000	-0,110 0,000	1,000				
Idd_pp	-0,029 0,000	0,083 0,000	-0,094 0,000	-0,261 0,000	1,000			
Lista	0,257 0,000	-0,013 0,0274	0,369 0,000	-0,319 0,000	0,085 0,000	1,000		
Cand_avl	-0,256 0,000	-0,297 0,000	-0,294 0,000	0,065 0,000	0,013 0,026	0,135 0,000	1,000	
Leg_dem	0,765 0,000	0,533 0,000	0,329 0,000	-0,314 0,000	0,132 0,000	0,148 0,000	-0,421 0,000	1,000

Onde: PIB = PIB *per capita* em 2011; Md_desemp = Mudança média na taxa do desemprego nos últimos 10 anos; Corrup = Integridade política; NEP = Número Efetivo de partidos políticos; Pol = Polarização ideológica; Idd_pp = *log* da idade média dos principais partidos políticos; Lista = Tipo de lista no país; Cand_avl = Se permite candidatura avulsa; Leg_dem = Legado democrático ponderado.

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do *Word Bank*, Lupu (2015a), Ruiz (2013), Gimenes *et al.* (2015), Casalecchi (2016) e Rocha (2018).

TABELA 33. Outros modelos dos determinantes do antipartidarismo na América Latina em 2012

	Modelo 06	Modelo 07
Intercepto	11.720*** (0,330)	16.480*** (0,659)
Lista aberta	1,318 (0,331)	
Permite cand. avulsas	1,199 (0,349)	
Legado democrático		0,998 (0,016)
Fx. idade	0,728*** (0,024)	0,728*** (0,024)
Escolaridade	1,014 (0,024)	1,014 (0,024)
Int. Político	0,448*** (0,027)	0,448*** (0,027)
Eficácia subjetiva	1,143*** (0,050)	1,143*** (0,050)
Aval. Econômica (país)	0,907*** (0,034)	0,907*** (0,034)
Perc. da corrupção	1,143** (0,059)	1,143** (0,059)
Eficácia externa	0,891** (0,053)	0,891** (0,053)
Extremismo ideológico	0,575*** (0,051)	0,575*** (0,051)
Pref. pela democracia	0,873*** (0,033)	0,872*** (0,033)
Variância	0,4637	0,4933
Akaike Inf. Crit.	11.102,0	11.101,1
Observações nível 1	11.049	11.049
Observações nível 2	18	18

Nota: Modelo Hierárquico Logístico em razão de chances, erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

TABELA 34. Determinantes sociodemográficos do antipartidarismo na América Latina em 2012

	Modelo 08
Intercepto	1,246 (0,212)
Mulher	1,192*** (0,038)
Fx_2 (25 a 34 anos)	0,764*** (0,060)
Fx_3 (34 a 54 anos)	0,552*** (0,056)
Fx_4 (55 anos ou mais)	0,425*** (0,067)
Esc_2 (Ensino Fundamental completo)	0,809* (0,109)
Esc_3 (Ensino Médio completo)	0,780** (0,113)
Esc_4 (Ensino Superior incompleto)	0,701*** (0,122)
Esc_5 (Ensino Superior completo ou Pós-graduação)	0,652*** (0,123)
Região urbana	1,148*** (0,046)
Raça negra	1,069 (0,073)
Outras raças	1,077 (0,048)
Variância	0.5303
Akaike Inf. Crit.	15.883,640
Observações nível 1	14.043
Observações nível	18

Nota: Razão de chances e erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2012

```
#####
###          REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINÍVEL          ###
###                               R script                               ###
#####

# Pacotes necessários

library(lme4)
library(weights)

#####
#### MODELO LOGÍSTICO NULO

## Modelo nulo nível 02 - países

M0 <- glmer(antip ~ ( 1 | pais), data = tese_AL12, family = binomial("logit"),
           weights = peso, na.action=na.omit)
summary(M0)

## Modelo nulo nível 01 - nível individual

M01 <- glm(antip ~ 1, data = tese_AL12, family = binomial("logit"),
          weights = peso, na.action=na.omit)
summary(M01)

## Cálculo da chance de se rejeitar a hipótese de que não há variação entre os países, ou melhor,
indica significativa variação do intercepto.

Result <- logLik(M01)-logLik(M0)
(-2*( Result))

## Cálculo de ICC

icc <- M0@theta[1]^2/ (M0@theta[1]^2 + (3.14159^2/3))
icc
```

```
#####
##### COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO ENTRE AS VARIÁVEIS

# Coeficientes de correlação entre as variáveis de nível 01

mat_cor01 <- cor(nivel01, use = "complete.obs")
round(mat_cor01, 3)
sig_cor01 <- rcorr(as.matrix(nivel01))
sig_cor01

mat_cor02 <- cor(nivel02, use = "complete.obs")
round(mat_cor02, 3)
mat_cor02 <- rcorr(as.matrix(nivel02))
mat_cor02

#####
##### MODELO MULTINIVEL LOGÍSTICO (nível 1)

# Modelo multinível apenas com variáveis individuais e efeito do país fixo

mod_mult1 <- glmer(antip ~ fx_idad + esc_n + int_pol_n + efc_sub_f + av.ecop_n + corr_f +
efc_ext_f + ext_f + dem_pref + (1 | pais), data = tese_AL12, weights = peso,
family=binomial(link="logit"), na.action=na.omit)
summary(mod_mult1a)

coef_log1 <- mod_mult1@beta # print dos coeficientes da regressão
exp.b1 <- exp(coef_log1) # exponencias dos coeficientes de regressão

#####
##### MODELO MULTINIVEL LOGÍSTICO (MICRO - MACRO)

mod_mult2 <- glmer(antip ~ fx_idad + esc_n + int_pol_n + efc_sub_f + av.ecop_n + corr_f +
efc_ext_f + ext_f + dem_pref + PIB11 + md_desp + (1 | pais), weights = peso, family =
binomial("logit"), data = tese_AL12)
summary(mod_mult2)

coef_log2 <- mod_mult2@beta # print dos coeficientes da regressão
exp.b2 <- exp(coef_log2) # exponencias dos coeficientes de regressão
```

```
mod_mult3 <- glmer(antip ~ fx_idad + esc_n + int_pol_n + efc_sub_f + av.ecop_n + corr_f +
efc_ext_f + ext_f + dem_pref + md_desp + nep + poly(pol, 2, raw = T) + (1 | pais), family =
binomial("logit"), data = tese_AL12, weights = peso)
summary(mod_mult3)
```

```
coef_log3 <- mod_mult3@beta # print dos coeficientes da regressão
exp.b3 <- exp(coef_log3) # exponencias dos coeficientes de regressão
```

```
mod_mult4 <- glmer(antip ~ fx_idad + esc_n + int_pol_n + efc_sub_f + av.ecop_n + corr_f +
efc_ext_f + ext_f + dem_pref + nep + poly(pol, 2, raw = T) + idd_pp + (1 | pais), family =
binomial("logit"), data = tese_AL12, weights = peso)
summary(mod_mult4)
```

```
coef_log4 <- mod_mult4@beta # print dos coeficientes da regressão
exp.b4 <- exp(coef_log4) # exponencias dos coeficientes de regressão
```

```
#####
```

```
##### MODELO MULTINIVEL LOGÍSTICO (INTERAÇÃO)
```

```
mod_mult5 <- glmer(antip ~ fx_idad + esc_n + int_pol_n + efc_sub_f + av.ecop_n + corr_f +
efc_ext_f + ext_f + dem_pref + nep + poly(pol, 2, raw = T) + md_desp + int_pol_n*nep + (1 |
pais), family = binomial("logit"), data = tese_AL12, weights = peso)
summary(mod_mult4)
```

```
coef_log5 <- mod_mult5@beta # print dos coeficientes da regressão
exp.b5 <- exp(coef_log5) # exponencias dos coeficientes de regressão
```

```
#####
```

```
##### MODELOS ALTERNATIVOS
```

```
# Modelo com apenas variáveis de sistema eleitorais - tipo de lista e possibilidade de ter
candidatura avulsa
```

```
mod_mult6 <- glmer(antip ~ fx_idad + esc_n + int_pol_n + efc_sub_f + av.ecop_n + corr_f +
efc_ext_f + ext_f + dem_pref + lista_f + cand_avl_f + (1 | pais), family = binomial("logit"), data
= tese_AL12, weights = peso)
summary(mod_mult6)
```

```
# Modelos com as variáveis de democracia
```

```
mod_mult7 <- glmer(antip ~ fx_idad + esc_n + int_pol_n + efc_sub_f + av.ecop_n + corr_f +  
efc_ext_f + ext_f + dem_pref + leg_dem_p + (1 | pais), family = binomial("logit"), data =  
tese_AL12, weights = peso)  
summary(mod_mult7)
```

```
# Modelo multinível apenas com variáveis individuais, e efeito do país fixo
```

```
# Modelo com as variáveis sociodemográficas
```

```
mod_mult8 <- glmer(antip ~ sexo_f + raca_f + regioao_f + fx_idad_f + esc_f + (1 | pais), data  
= tese_AL12, weights = peso, family=binomial(link="logit"), na.action=na.omit)  
summary(mod_mult8)
```